

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TOPONÍMIA, LUGAR E PAISAGEM: DISPUTAS ENTRE
PERMANÊNCIA E MUDANÇA EM GUARATIBA**

ALICE FERREIRA RODRIGUES DIAS

ORIENTADOR: ANA MARIA LIMA DAOU

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CCMN – INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TOPONÍMIA, LUGAR E PAISAGEM: DISPUTAS ENTRE
PERMANÊNCIA E MUDANÇA EM GUARATIBA

ALICE FERREIRA RODRIGUES DIAS

ORIENTADOR: ANA MARIA LIMA DAOU

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO SUBMETIDA AO CORPO
DOCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE (M. SC.)

Aprovada por:

Prof.^a Dr.^a Ana Maria Lima Daou (Orientadora)

Prof.^a Dr.^a Karina Kuschnir

Prof. Dr. Scott William Hoefle

Dedico este trabalho à sociedade brasileira, pois é por ela que passo madrugadas e dias inteiros estudando.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço à Professora Ana Maria Lima Daou que desde a década de 1990, quando fiz a graduação em Geografia, vem sendo importante estímulo à minha curiosidade, pois além do alto nível intelectual a que me submeteu durante nossas discussões, sempre permitiu que minha criatividade e questões de minha trajetória pessoal e acadêmica prevalecessem a despeito de sua linha de pesquisa. Além da imensa qualidade intelectual e profissional, a Professora Ana guarda grande humildade e respeito para com seus alunos, o que torna a convivência sadia e agradável.

Agradeço também aos professores Scott Hoefle e Karina Kuschnir por aceitarem fazer parte de minha banca e por todas as contribuições do período em que foram meus professores. À Karina devo um duplo agradecimento, pois foi no trabalho de campo da pesquisa sugerida em sua disciplina no IFCS (Instituto de Filosofia e Ciências Sociais), Antropologia III, que esse trabalho de mestrado teve origem.

Com muito carinho e admiração agradeço ao Professor Roberto Lobato Corrêa pela indicação de textos e pelo cuidado com que orienta seus alunos, mesmo que não sejam oficialmente seus. Também agradeço especialmente ao Professor Marcelo Lopes de Souza, orientador de minha monografia no final da década de 1990, e mesmo não tendo me orientado dessa vez, será sempre importante referência em minha trajetória.

Agradeço aos funcionários Pedro, Luiza e Kátia da Biblioteca da Pós-graduação em Geografia pelo carinho com que buscaram livros que nem mesmo haviam sido catalogados durante meu levantamento bibliográfico; à Ildione, que “mata um leão por dia” para deixar tudo certinho para os alunos e, por fim, aos professores do PPGG, sempre tão empenhados em fazer o melhor pelo Departamento de Geografia.

Agradeço aos moradores da Ilha de Guaratiba e todos que nela ou para ela trabalham (funcionários da prefeitura etc.). Agradeço especialmente Arilson, Alexandre, Carlinhos e Plauto pelo interesse com que se envolveram na minha pesquisa e pela disposição permanente em me ajudarem.

À minha família agradeço a paciência em suportar minha ausência física, pois ou estava nos intermináveis dias de campo, ou trancada escrevendo a dissertação: ao meu grande amor Élcio, por tantas vezes ter assumido sozinho as crianças, as contas e a casa,

à minha irmã, sobrinha e aos meus pequenos Pablo e Maria, também meus grandes amores, pela simples existência, a quem devo minha felicidade cotidiana.

Resumo

Buscando ampliar a literatura atual sobre o ato de nomeação de ruas como prática comemorativa relacionada com a construção de lugares e territórios e contribuir com o esforço em pensar a questão do consenso e do conflito dentro dessa temática, nosso objetivo central foi avaliar o significado das alterações toponímicas ocorridas na Ilha de Guaratiba para seus moradores, sejam novos ou antigos, fixos ou de final de semana e todos os outros atores envolvidos por meio da observação participativa.

Ilha de Guaratiba é um fragmento interno ao bairro Guaratiba, localizado na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Ainda considerada um dos últimos rincões agrícolas da cidade, a beleza natural atribuída ao local pelos amantes “do verde” foi responsável por trazer moradores de diversas partes da cidade, inclusive de bairros nobres do Rio de Janeiro, a escolher a Ilha de Guaratiba (área periurbana) por local de moradia a partir da década de 1970.

Os primeiros *outsiders* a se instalar, entre as décadas de 1970 e 80, ocuparam sítios e, os seguintes, a partir da década de 1990, recém lançados condomínios fechados. A construção desses condomínios e posterior decreto da prefeitura propondo transformar a Ilha num bairro de classe média projetaram a possibilidade de um futuro não cogitado até então, gerando uma série de sentimentos e ações conflitantes entre os primeiros outsiders e antigos moradores ainda ligados ou não à agricultura. Cada ator social/político vem utilizando em defesa de seus valores e conseqüentes necessidades as “armas” que tem em mãos tendo em vista suas diferentes trajetórias sociais.

Concluimos que o conflito toponímico, ou entre estabelecidos e outsiders provém do receio da perda do lugar, e que esse receio é conseqüência da entrada de grupos oriundos de áreas de urbanização antiga que trazem um conjunto de valores muito diferentes dessa população de origem rural, rompendo com referências espaciais e redes de parentesco e amizade.

Abstract

The present thesis has as objective enlarging the current data concerning the act of street naming as a commemorative practice related to site and territory building, contributing to the effort of pondering over the consensus and conflicts matter within this theme. Our main aim is evaluating the meaning of toponimic changing, which has taken place in Ilha de Guaratiba, for its dwellers – either newcomers or not, settled or weekend ones, and all the other pieces involved by means of a participative observation.

Ilha de Guaratiba is a neighborhood within the suburb of Guaratiba, located in the west zone of Rio de Janeiro. It is still considered to be one of the last agricultural areas in the city. Its natural beauty has led dwellers from different parts of the city, including uptown neighborhoods of Rio de Janeiro, to choose Ilha de Guaratiba as their dwelling place in the 70's.

The first outsiders to settle in the area, between 1970 and 1980, chose ranches; the ones who followed them, from the 90s on, preferred newly built protected condos. The construction of those condos and the later City Decree establishing Ilha de Guaratiba as a middle-class neighborhood, posed the possibility of a future unforeseeable up until then. It generated a variety of feelings and conflicting actions between the first outsiders and the former dwellers, still linked or not to agriculture. Each social/political character has used the means at hand, in defense of his values and needs, considering each one's different social backgrounds.

We concluded that the toponimic conflict, between old dwellers and outsiders, derives from the fear of losing the site. This feeling is a consequence of the coming of groups from old urbanizing areas that embrace a set of values which are extremely different from the rural population, breaking space references and friendship and blood nets.

LISTA DE SIGLAS

ADEMI	Associação de Dirigentes de empresas do mercado imobiliário
AGACO	Associação Gastronômica e Comercial da Costa Verde
AMAM	Associação de Moradores e Amantes da Matriz
AMAMA	Associação dos Moradores e Amantes do Morgado e Adjacências
AMAR	Associação de Moradores e Amantes do Retiro
AMIG	Associação dos Moradores da Ilha de Guaratiba
AMPBV	Associação de Moradores do Poder da Boa Vontade
AP5	Área de Planejamento 5
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local
CASS	Centro Administrativo São Sebastião
CEPAG	Centro de Estudos Pesquisas e Ações em Guaratiba
CESIC	Centro Social Iracema Chilaver
CETEX	Centro de Tecnologia do Exército
COMLURB	Companhia de Lixo Urbano
CREA-RJ	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIPERJ	Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
JB	Jornal do Brasil
PSF	Programa de Saúde da Família
RA	Região Administrativa
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Sumário

Introdução	1
1. A construção do objeto de estudo	5
1.1- Objetivos e Recortes	16
1.2- <i>Outsiders</i> e estabelecidos	18
1.3- Dados oficiais e trabalho de campo	25
1.3.1- Guaratiba dos mapas e dos censos	38
1.3.2- A Ilha dos mapas e a Ilha vivida	45
1.3.3- Dados, categorias e valores	53
2. Paisagem verde	66
2.1- O consumo da paisagem natural	66
2.2- O que buscam os <i>outsiders</i>	70
2.3- Paisagem para quem?	79
2.4- A luta pela permanência da agricultura	83
2.5- Categorias e ações	87
3. Território, lugar e toponímia	92
3.1- Matriz	98
3.2- Retiro	108
3.2.1- Caminho do poder da Boa Vontade	120
3.3- Morgado	126
3.4- Largo da Ilha	132
4. Considerações finais	143

Referências	149
Anexos	156
Carta dos moradores ao Prefeito	157
Decreto nº 25944 (D. O.)	158
Abaixo assinado (uma folha)	159
Entrevistas (alguns exemplos)	160
Fotografias da Ilha de Guaratiba	186

Introdução

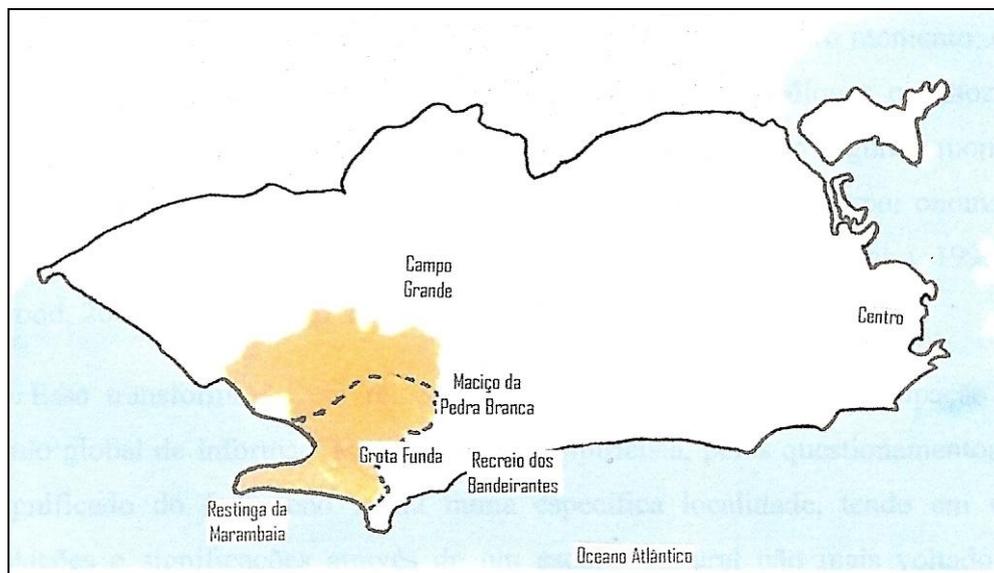
Na mesma época em que Gilberto Velho publicava “A utopia urbana” (1975) moradores da zona sul e norte da cidade do Rio de Janeiro deixavam o “ritmo da metrópole” (Simmel, 1967) para residir em sítios nos rincões ainda rurais de Guaratiba (Bicalho, 1992), bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro. Esse movimento foi acelerado na década de 1990 com o surgimento de condomínios fechados que tinham como principal chamariz a possibilidade da vida tranquila proporcionada pelo contato direto com a natureza, ou com o “verde”, termo mais utilizado.

Em maio de 2004 o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro assinou um decreto dispondo sobre a criação de um novo bairro a partir da fragmentação de Guaratiba, maior bairro da cidade em extensão. Esse novo território, criado por lei, pretende englobar a área da chamada Ilha de Guaratiba, nome praticado por moradores, e áreas ocupadas por instituições federais e estaduais ao redor: EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), CETEX (Centro de Tecnologia do Exército), APA (Área de proteção ambiental) e FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro), além dos sítios arqueológicos existentes no local. Grande parte do bairro de Guaratiba foi excluída dos limites propostos para o novo bairro por dois motivos: primeiro, pela presença de vários loteamentos irregulares de população de baixa renda, segundo, por não apresentar a “paisagem verde” do fragmento selecionado.

Esse novo bairro, cercado por florestas e mangues, foi considerado local ideal para a construção de mais um bairro de classe média, a versão verde do Recreio dos Bandeirantes, bairro vizinho, e por isso devendo se chamar, de acordo com o projeto, “Recreio de Guaratiba”. No entanto, não se trata de um deserto, essa área é ocupada por mais de nove mil pessoas.

Até hoje considerada cinturão verde da cidade, a Ilha ainda apresenta importante produção agrícola para o mercado local. No entanto, dada a especulação imobiliária decorrente da divulgação do projeto de criação do novo bairro, as terras no local foram valorizadas em até 150% (Lima, 2006). Em um rápido processo, a Ilha de Guaratiba rural e isolada do restante da cidade vem recebendo novos moradores de diversas partes da cidade, inclusive da zona sul, que trocam apartamentos pelas casas ajardinadas de condomínio fechados.

Representação 1: Os limites do novo bairro em relação à Guaratiba e à cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Adaptado do decreto 24230 de 20/5/2004 e Jornal O Globo de 06/6/2004.

A busca pelo bucólico e pelo contato direto com a natureza já vinha ocorrendo desde a década de 1970, mas numa velocidade bem menor, por famílias que adquiriam sítios para finais de semana, motivados pela “vantagem de ter o rural dentro da própria cidade”, disse uma sitiante. Na década de 1990 foram construídos os primeiros condomínios, mas apenas nos últimos cinco anos as mudanças se mostraram significativas a ponto de provocar conflitos entre “antigos moradores” e moradores “de fora”.

Esses conflitos vêm se revelando públicos através de movimentos contra troca de nomes de logradouros e da própria localidade. De acordo com os moradores “os de fora chegam e acham que podem mandar”. Inclusive o interesse por esse trabalho surgiu de uma cena apaixonada em que homens destruíam uma placa nova da Prefeitura que indicava a alteração do nome de uma antiga rua da localidade.

Nos estudos sobre toponímia no Brasil e no mundo entre as décadas de 1940 e 1960, a Geografia exibiu considerável esforço (Backheuser, 1952; Furtado, 1960; Cardoso, 1961 etc.), no entanto tal período foi seguido por longo período de adormecimento. Somente na virada do século XX para o XXI o tema voltou à tona,

porém, por outra perspectiva. No conjunto de trabalhos escritos no primeiro momento, que não se limitam a geógrafos, mas também a onomatólogos, antropólogos e historiadores, percebe-se grande preocupação com a origem e classificação. No segundo momento, a partir da perspectiva fenomenológica, a toponímia continua definida por onomatologia geográfica, porém agora mais preocupada com a interpretação (Azaryahu, 1996; Rose-Redwood, 2008 etc.) que com a descrição do fenômeno.

Essa transformação em relação à abordagem substitui a preocupação com o acúmulo global de informações, tipicamente empiricista, pelos questionamentos acerca do significado do fenômeno social numa específica localidade, tendo em vista as articulações e significações através de um escopo cultural não mais voltado para a integração funcional, mas para o holismo inter-relacionado (Hoefle, 1999) e por um escopo espacial mais voltado a contextos particulares.

Buscando contribuir com o esforço de pensar a toponímia por essa perspectiva fenomenológica ou interpretativa, defini por objeto de estudo a interpretação dos conflitos que vem ocorrendo na Ilha de Guaratiba em torno da toponímia nos últimos cinco anos, quando foi anunciado o projeto de fundação de um novo bairro dentro da área do atual bairro Guaratiba, o “Recreio de Guaratiba”. A natureza do objeto exigiu o diálogo com diferentes áreas do conhecimento, já que a temática da toponímia e as questões de conflito circulam por diversas áreas das ciências humanas.

Independentemente do estopim do conflito entre moradores ter ocorrido nos últimos seis anos, foi necessária a ampliação do recorte temporal para a década de 1970, época em que a então a área rural começou a ser ocupada principalmente por famílias oriundas da Zona Sul da cidade.

Nessa empreitada utilizei como instrumentos centrais de pesquisa os conceitos de lugar e paisagem, mais sistematicamente trabalhados por geógrafos, território, utilizado tanto por geógrafos como por antropólogos, *outsiders* e estabelecidos, dos sociólogos Elias e Scotson, e os conceitos de consenso e conflito bastante explorados por Giddens, também sociólogo.

No primeiro capítulo apresento o processo de construção do objeto de estudo, o aporte teórico, os principais conceitos operados, o objetivo, recortes, justificativas do trabalho e a metodologia de pesquisa. Os conceitos “*outsiders*” e “estabelecidos”

ganharam um subcapítulo a parte devido à proximidade dos elementos encontrados na pesquisa de campo da Ilha de Guaratiba e de Winston Parva.

No segundo capítulo interpreto o significado do “verde” para os estabelecidos, ou seja, moradores de longa descendência com histórico no trabalho agrícola, e para os *outsiders* (Elias e Scotson, 2000), aqueles que optaram pela Ilha de Guaratiba seja como primeira ou segunda residência, e o embate na luta pela permanência ou mudança das características rurais da localidade.

No terceiro capítulo exploro a relação das noções de lugar e território com a toponímia, considerando os valores e interesses que na verdade ultrapassam a questão prática de nomeação de logradouros. Nesse capítulo analiso essas relações considerando as particularidades estabelecidas pelos próprios moradores em cada microárea e localidades internas e o todo “Ilha de Guaratiba”.

Nas considerações finais, mostra-se que o conflito entre estabelecidos e *outsiders* provém do receio da perda do lugar, e que esse receio é consequência da entrada de grupos oriundos de áreas de urbanização antiga que trazem um conjunto de valores muito diferentes dessa população de origem rural, rompendo com referências espaciais e redes de parentesco e amizade.

No anexo, adicionamos alguns exemplos de gravações de campo transcritas e um álbum com fotografias da Ilha de Guaratiba. A autoria de todas as falas transcritas tanto no anexo quanto no interior do texto foi posta em anonimato, ou seja, tiveram nomes e às vezes gênero modificados a fim de evitar qualquer problema pessoal ou profissional. Apenas nomes públicos como de prefeitos, deputados, vereadores etc. não foram alterados.

1. A construção do objeto de estudo

Em passagem pela Estrada da Ilha, no segundo semestre de 2006, durante um trabalho de campo orientado pela Professora Karina Kuschnir (Antropologia III, IFCS - UFRJ), fui surpreendida por uma cena tão impressionante, que não consegui desvencilhar-me até decidir, um ano e meio depois, investigar sua motivação: homens irados, aos berros, arrancando uma placa da Prefeitura. No dia em que presenciei tal cena, esperei a agitação diminuir, para evitar qualquer risco, e me aproximei para ver do que se tratava a placa. Era uma placa nova, sem qualquer vestígio de ferrugem ou pichação, que indicava o nome e a direção de uma rua e, em letra menor e entre parênteses, estava escrito: “antiga Estrada das Tachas”. Ao questionar o motivo da retirada da placa a uma das pessoas próxima ao local, fui informada de que os moradores tinham raiva da alteração do nome da rua, anteriormente denominada Estrada das Tachas, e, agora, Estrada Paiva Muniz. Essa mesma pessoa disse não ser a primeira vez que a Prefeitura instalava tal placa, ou seja, também não era a primeira vez que os moradores arrancavam a mesma.

Em janeiro de 2008 decidi passar por esse ponto, onde a placa havia sido retirada pouco mais de um ano antes. Estava ela lá. Parei o carro no acostamento de terra, ao lado da placa, e fitei-a por alguns minutos. Nova, de pé e com a mesma inscrição “Estrada Paiva Muniz (antiga Estrada das Tachas)”. Os moradores teriam perdido a guerra contra a Prefeitura? Desistiram de retirar a placa depois de quantas tentativas? Teria a Prefeitura recorrido à coerção para impedir a reincidência da ação? Quem foi Paiva Muniz? Quem o homenageava e por quê? Do que se tratava “Tachas”?



Fotografia 1: Placa indicando a Avenida Paiva Muniz, antiga Estrada das Tachas

Meus questionamentos me levavam a buscar maior proximidade com a Ilha de Guaratiba, precisava sentir o lugar, observar as pessoas. Por isso, mesmo em horários de lazer com minha família, escolhia um passeio, ou almoço nessas redondezas. Uma semana depois do meu reencontro com a placa, voltando de um restaurante especializado em peixe na Barra de Guaratiba, pedi meu marido que voltasse pela Ilha de Guaratiba ao invés de seguir pela Avenida das Américas. Como precisávamos comprar vegetais para a comida do dia seguinte, pedi que comprasse em uma pequena mercearia do Largo da Ilha, enquanto ficava com minha filha no carro. Nesse intervalo de tempo, observei um homem, com um saco de pão, que caminhava em direção a uma moto parada ao lado do meu carro. Imaginei ser morador, pois não levaria pão num pequeno saco de papel pra muito longe. Apresentei-me e disse estar interessada em fazer um trabalho sobre os nomes de ruas na Ilha de Guaratiba, não mencionando diretamente a cena que havia presenciado um ano e meio antes. O sorriso calmo e sereno foi substituído por uma agitação física e tensão facial, logo que mencionei o estudo sobre os nomes de ruas. “Eu moro na Estrada das Tachas, e o nome foi mudado sem consultar os moradores, eu tenho um processo contra essa alteração. E não foi a única, sabe a Gaspar de Lemos? Era Estrada do Engenho Novo, por causa da fazenda do Engenho Novo (...), você sabe o porquê de ‘Tachas’? (...)”. Conversamos alguns poucos minutos, quando fomos interrompidos por meu marido retornando da mercearia. Peguei seus telefones e endereço, e combinamos um encontro mais longo.

Essa indignação de um grupo de moradores com as alterações toponímicas acabaram por me fazer recuperar dados do campo de Antropologia III, mencionado anteriormente, na época excluídos ou deixados como periféricos. Uma longa conversa com corretores da principal imobiliária da Ilha de Guaratiba é um exemplo de entrevista considerada, na ocasião, periférica. Lembrei do instante dessa conversa em que percebi a presença de recortes de jornais afixados em quadros envidraçados expondo reportagens que informavam o plano urbanístico (gabarito, tipo de imóvel, definição de áreas para praças e parques etc.) que a Prefeitura havia planejado para a localidade, além da construção de um novo bairro que substituiria o nome “Ilha de Guaratiba” por “Recreio de Guaratiba”.

Essas reportagens tratavam do Decreto 24230 de vinte de maio de 2004 assinado pelo então prefeito da Cidade do Rio de Janeiro Cesar Maia, anunciando prazo para confecção do Planejamento Urbanístico da baixada de Guaratiba. A experiência com o

planejamento urbanístico da Barra da Tijuca, a expansão econômica futura devido ao Porto de Sepetiba, a proximidade das obras do túnel da Grota Funda ligando Recreio dos Bandeirantes à Guaratiba e a disponibilidade de áreas públicas foram os elementos considerados nessa tomada de decisão, de acordo com o decreto publicado.

Esse Planejamento Urbanístico da Baixada de Guaratiba previsto no artigo primeiro do decreto incluiu o planejamento da infra-estrutura técnica e social e a definição dos limites do novo bairro a cargo da Prefeitura, as definições do uso residencial e comercial a cargo do setor privado e a alteração da legislação urbanística que deveria ser enviada à Câmara dos Vereadores. No artigo segundo do decreto fica definido “Recreio de Guaratiba” o nome do novo bairro.

No mesmo dia da publicação do decreto mencionado, o Jornal do Brasil noticiou “nasce um novo bairro: prefeito anuncia criação do Recreio de Guaratiba, na Zona Oeste, e diz que área será espelho da Barra da Tijuca” (JB, 20/6/2004). De acordo com Michel Alecrim, autor da reportagem, antes mesmo do projeto ser traçado a polêmica já tinha se iniciado. No mesmo dia em um programa de rádio, conta a reportagem, Cesar Maia foi questionado a cerca das condições de saneamento das ruas de Guaratiba e, em sua resposta disse ser a criação do novo bairro a solução para os problemas, que o novo bairro seria a reprodução da Barra da Tijuca do outro lado do túnel. Nessa empreitada, o poder público ficaria com os investimentos em infra-estrutura e a iniciativa privada com a compra dos terrenos. O prefeito mencionou também, de acordo com a reportagem, que havia a possibilidade de desapropriação de terrenos do exército (CETEX).

Para o vice-presidente da ADEMI (Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário) Afonso Kuenerz a proposta de alteração das regras de construção da região, que em várias áreas só permite o levantamento de casas em terrenos de dez mil metros quadrados, era bem vista. Já para o conselheiro do IAB (Instituto dos Arquitetos do Brasil) Carlos Fernando Andrade tal proposta é injustificável, alegando que o Rio de Janeiro não apresenta crescimento populacional que justifique tal expansão, além da área apresentar ecologia frágil e áreas de preservação ambiental.

Duas semanas após a publicação do decreto, o jornal O Globo anunciou: “Recreio de Guaratiba terá prédios baixos: novo bairro vai ter perfil semelhante ao Jardim Oceânico e será criado para conter favelização” (O Globo, 6/6/2004). De acordo com essa reportagem, a criação de um novo bairro de classe média, nos moldes do Jardim

Oceânico na Barra da Tijuca, teria a função de conter a favelização, que aumentou bastante entre 1991 e 2000.

É interessante notar que nenhuma das reportagens mencionou a opinião dos moradores da Ilha de Guaratiba, área mais atingida pela proposta, quanto à criação do novo bairro e alteração do nome da localidade. Não foi cogitada nem no decreto, nem na “polêmica” mencionada pelo autor da reportagem do JB a possibilidade de nomear o novo bairro com o nome utilizado informalmente pela população dessa área: Ilha de Guaratiba. Nenhum morador da área foi entrevistado pelas reportagens, apenas “figuras” politicamente influentes como vice-presidente da ADEMI, conselheiro do IAB, Presidente da AGACO (Associação Gastronômica e Comercial da Costa Verde), Presidente do CREA – RJ (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura do Rio de Janeiro) e Prefeito.

A chamada Ilha de Guaratiba é uma localidade interna ao bairro Guaratiba, e a despeito do nome, não se trata de uma ilha no sentido geográfico. A história mais popular é relacionada ao nome de um suposto antigo fazendeiro chamado Wiliam. Ele teria sido um grande proprietário de terras na localidade e, por isso, uma referência para os moradores. Sempre que mencionavam tal proprietário para pessoas de fora, diziam “Uilha de Guaratiba”. Com o passar do tempo, com a fragmentação dessa fazenda e desaparecimento da referência ao fazendeiro, a expressão “Uilha” teria deixado de fazer sentido, sendo substituída por “Ilha”, que seria a palavra mais próxima e coerente conhecida pelos moradores.

Existe outra versão do nome, bem menos popular, defendida por aqueles que demonstram algum desagrado com a ignorância associado à corruptela que transformou “Wiliam” em “Ilha”. Essa versão afirma que a localidade avistada das casas de algumas fazendas, situadas “no morro”, davam essa sensação de se tratar de uma ilha, já que essas terras eram cercadas por rios navegáveis e mangues.

Para os moradores antigos, sitiantes, agricultores, sindicato e associações, o nome não deve mudar. Usa-se uma ou outra versão, dependendo de quem fala, mas entre os listados, em sua grande maioria, o nome “Ilha de Guaratiba” não deve ser alterado, com ou sem a instituição de um novo bairro. Os argumentos dos menos letrados baseiam-se no costume, já dos mais letrados ou envolvidos em algum tipo de liderança gira em torno da questão histórica do nome. Para um dos arquitetos da

Prefeitura, responsável pelos projetos da área, trata-se de um erro geográfico grosseiro, e por isso deve ser alterado. Nenhum dos arquitetos da equipe responsável por essa área de planejamento reside na Ilha de Guaratiba.

Tínhamos, já de saída, um conflito entre parte dos moradores e a Prefeitura, e, se ainda não podia definir como conflito aberto, pelo menos uma importante divergência entre moradores quanto à fundação ou não de um novo bairro e o nome que ele levaria. Que histórias de vida e visões de futuro separavam tais moradores? O que cada grupo esperava para a Ilha de Guaratiba? Como se dividiam e como se relacionavam os grupos de moradores formados pelas diferenças de pontos de vista?

Essa é uma questão cara às Ciências Sociais, a de que “sempre devemos examinar as ligações entre o consenso e o conflito dentro dos sistemas sociais. Os valores mantidos por diferentes grupos e as metas que seus membros perseguem, muitas vezes, refletem uma mistura de interesses comuns e opostos” (Giddens, 2005: 532). Esse será um ponto cuidadosamente explorado nesse trabalho, pois os valores urbanos da classe média e alta, representada pela Prefeitura no sentido de transformar a Ilha de Guaratiba em um novo Recreio dos Bandeirantes, parece não estar agradando uma parcela dos moradores da localidade.

A retirada repetida das placas da Prefeitura demonstra uma atitude desafiadora, por parte desses moradores, para com o poder do Estado e, também, com o grupo que resolveu, sem consulta prévia da população, pela alteração do nome, homenageando alguém que a população não considera merecedor para tal. Nesse sentido, parece termos uma complexidade muito maior que simplesmente um conflito entre uma classe dominante e uma classe oprimida. A classe denominada oprimida talvez não queira encarnar tal papel tão simplesmente, e, por outro lado, a ideologia de reforma urbana da classe dominante não consiga convencer tão facilmente esses moradores.

Defendo a idéia de que devemos nos afastar, tanto quanto possível, dessa idéia dicotômica de classe dominante e dominada, e pensar o conflito e o consenso, nesse estudo de caso, a partir de um conjunto de valores que será responsável pela divisão dessa população em grupos conflituosos, para então, tentar compreender, que valores e vivências são responsáveis por tais posicionamentos.

Nas últimas duas décadas, geógrafos da chamada Geografia Cultural vem dedicando muita atenção à questão do conflito em torno da toponímia. De acordo com Azaryahu (1996), tradicionalmente os nomes de ruas eram vernaculares e designativos geográficos de orientação e função urbana, ou se referiam à topografia e história local. A prática moderna teria subjugado os nomes de rua ao controle oficial, transformando-os em instrumentos políticos de mapeamento oficial e autorizado da História.

A partir do momento em que a nomeação de ruas passou para o controle oficial, o tradicional sistema articulado entre o nome e a topografia local ou a história local foram perdidos. Essa seria a marca da idade do nacionalismo moderno, quando a produção da tradição, ou seja, da história que legitima o poder vigente, passou a atuar como importante mecanismo de produção de cultura política.

Azaryahu exemplifica a nova prática com Paris e Berlin, alegando terem sido as primeiras cidades a utilizar nomes de ruas, praças e avenidas para demonstrar manifestação ideológica. De acordo com esse autor, o batismo de ruas tem efeito substancial não somente na cidade, mas também sobre a experiência e cognição humana. Substituir o nome de um logradouro envolve dois procedimentos: remoção do nome ou “des-celebração” e a substituição por outro nome. Essa remoção é demonstração de poder e, ao mesmo tempo, reconhecimento de um novo conjunto de significados que devem ser estabelecidos.

Baseado na obra ‘A invenção das tradições’ de Eric Hobsbawn, Azaryahu entende que a invenção da tradição republicana foi articulada por numerosos monumentos e cerimônias com a função de reificar e celebrar a República e sua herança histórica. Citando Henri Lefebvre, o autor defende a idéia de que

“a revolução que não produz um novo espaço não foi realizada com todo seu potencial; na verdade, ela falhou, pois não causou as mudanças na vida, mas somente trocou a superestrutura ideológica, instituições e aparatos políticos. Uma transformação social, para ser verdadeiramente revolucionária, em caráter deve manifestar uma capacidade criativa em seus efeitos sobre a vida diária, a linguagem e no espaço – embora esse impacto não precise ocorrer com a mesma intensidade, ou com igual força, em cada uma das áreas” (Henri Lefebvre in Azaryahu, 1991:54).

Corroborando com Lefebvre, Azaryahu afirma que as paisagens não são meramente reflexo das relações sociais, são também ativas na legitimação dessas mesmas relações. Nomes de ruas comemorativos, como um convencional elemento da

textura urbana, executam um papel especial naturalizando a principal construção cultural: a versão hegemônica da história.

O recente estudo comparativo de Rose-Redwood (2008) procura ampliar a literatura atual sobre nomeação de ruas como prática relacionada com a construção de memória. De acordo com o autor, nas últimas duas décadas os estudos de nomeação de lugares adotaram um posicionamento mais crítico ao privilegiar as relações desiguais de poder que regem o processo de nomeação do espaço público (ruas, praças etc.) dentro de um debate sobre cultura, política e nomeação geográfica. No entanto, Rose-Redwood chama atenção para o fato de que devemos nos preocupar com a tendência a uma oposição binária entre elite dominante e a resistência simbólica dos marginalizados como tendência a simplificação das múltiplas camadas de contestação de significado social para uma grande quantidade de grupos.

Nesse estudo comparativo, Rose-Redwood utiliza ferramentas conceituais desenvolvidas por Pierre Bourdieu sobre poder simbólico. Ele enfatiza o importante papel que a prática de nomeação tem na mobilização de capital convertido em capital econômico, como também para estabelecer solidariedade social ou status cultural. Baseado na teoria do capital simbólico de Bourdieu, o autor examina dois momentos de batismo nas ruas em Nova York: a nomeação das avenidas do oeste de Manhattan, no final do século XIX e a substituição dos nomes de ruas no Harlem um século mais tarde. Esse estudo comparativo tenta demonstrar como o capital simbólico associado com a nomeação de ruas pode ser conectado ao projeto da elite na remoção simbólica do grupo historicamente marginalizado, no primeiro caso, e, no segundo, como grupos marginalizados pode brigar pela recuperação de seus símbolos culturais. Os dois casos consideram os interesses sobre o batismo formal de ruas e avenidas. Rose-Redwood explorou, nesse estudo, a multiplicidade de interesses como políticas de exclusão com relação à raça, classe e gênero, implicados na troca de nome com o objetivo de se construir lugares de memória.

O primeiro caso analisado no estudo comparativo de Rose-Redwood foi a extinta Shantytown, no West Side. Ela foi habitada por várias décadas por operários imigrantes que alugavam pedaços de terra dos proprietários fundiários e construía casas de madeira provisórias. Quando os proprietários decidiram aumentar o valor de suas propriedades, os moradores começaram a ser despejados de seus barracos.

Para evitar a codificação do lugar como local da população pobre, os proprietários fundiários decidiram, além da expulsão dos operários, pela adoção de nomes que maximizasse o capital simbólico. Os nomes de proprietários originais de grandes parcelas de terras foram priorizados. No final da década de 1870 a Associação West Side começou a fazer pressão sobre as autoridades municipais para a legalização dos novos nomes das avenidas do West Side. As decisões da Associação para pressionar os nomes de ruas eram inseparáveis do desejo de deslocamento, tanto no sentido figurado como literal, dos habitantes dos barracos. A substituição dos nomes das avenidas e o despejo dos habitantes dos barracos eram juntos, parte do mesmo esforço de marcar o West Side como lugar de exclusividade social.

Um século depois da substituição dos nomes das avenidas do West Side muitas ruas, avenidas e parques do Harlem também tiveram seus nomes substituídos com a intenção de homenagear líderes afro-americanos. Essas substituições foram parte de um movimento de reconhecimento cultural de afro-americanos e de outros grupos sociais historicamente marginalizados. Agora, diferente da conversão do capital simbólico para capital econômico promovida pelos proprietários de terra do West Side no século XIX, a intenção era forjar um espaço de comemoração que reconhecesse as contribuições importantes de afro-americanos. No entanto, homenagear líderes civis negros dentro do Harlem não costumava gerar muito debate.

Diferente do Harlem, a tentativa de substituir o nome da Quinta Avenida por ‘Marcus Garvey Boulevard’ provocou um forte impacto, gerando significativo conflito entre moradores das proximidades da mundialmente conhecida rua de Nova York. A própria classe média negra se opôs à troca do nome, devido ao prestígio incorporado a essa rua ao longo do tempo. O projeto “Marcus Garvey Boulevard” não se concretizou, mas em 2007, de acordo com Rose-Redwood, o nome da parte superior da Quinta Avenida foi substituído por Avenida Honorável Percy E. Sutton, homenageando um dos mais proeminentes líderes afro-americanos do Harlem e desafiando o poder simbólico da Quinta Avenida.

O reconhecimento dos grandes homens afro-americanos foi seguido pelo questionamento a respeito da ausência de homenagens a mulheres de uma forma geral e, principalmente, de mulheres negras. Esse questionamento gerou o Movimento Mulheres

Afro-americanas, responsável pela conquista do primeiro nome de rua a homenagear uma mulher negra nas ruas do Harlem.

Dessa forma, a grande contribuição de Rose-Redwood foi confirmar a idéia de Alderman (2003) de que a nomeação de ruas serve tanto como meio de reprodução da ordem hegemônica quanto para resistência dessa mesma ordem, no entanto rejeitando a oposição binária entre ‘elite’ e ‘marginalizados’, impedindo que sejam negadas as múltiplas possibilidades de exclusão que existem entre eles. Essa multiplicidade de exclusão inclui gênero, etnia, nacionalidade, status social, dentre outras possibilidades.

Ambos os autores colocam como centro da discussão acerca da toponímia o poder do Estado. Isso se justifica porque o ato de nomear o espaço público na modernidade, ou seja, ruas, avenidas, praças etc. passa a ser atribuição do Estado, como indica Azaryahu (1996). No entanto, enquanto Azaryahu pensa o poder expresso pela toponímia como parte essencial do ritual de revolução e meio de legitimação e consolidação de domínios políticos em nível de Estado-Nação, Rose-Redwood pensa esse poder em níveis menores, observando conflitos que se colocam em escala local, ficando o poder municipal com o papel de mediar os conflitos e responder às pressões dos representantes dos mais diversos grupos.

A conquista do significado por um determinado grupo se expressa espacialmente com sua impressão no espaço público. Isso significa que, pelo menos naquele momento, esse grupo estará definindo o que será lembrado. Lembrança e esquecimento fazem parte de outro ponto fundamental abordado pelos dois autores: a construção e contestação dos lugares de memória.

Rose-Redwood escolheu pensar a luta pela nomeação do espaço público a partir da teoria do poder simbólico de Pierre Bourdieu. Essa teoria possibilitou ao autor pensar o importante papel que a prática de nomeação tem na mobilização de capital simbólico, já que a acumulação de capital simbólico pode servir pra diferentes fins, sendo convertido em capital econômico, utilizado para estabelecer solidariedade social ou ainda para consolidar status cultural.

Esses lugares de memória, no entanto, não são disputados com igual interesse. Azaryahu (1997), em seu estudo de caso, afirma que o centro de Berlin, por ser distrito governamental, teve seus logradouros, que homenageavam personalidades socialistas,

mais atentamente observados pela Comissão Independente formada pelo Senado, que os pequenos distritos. Rose-Redwood, em consenso com Azaryahu, afirma que dar nome de líderes civis negros a áreas sem privilégio econômico e social, como ruas confinadas no Harlem, não provocam debates significativos, diferente da Quinta Avenida, por exemplo. Dessa forma, o significado cultural difere grandemente com o contexto sócioespacial em que o lugar esteja inserido. A força política ou econômica, o poder de pressão e movimentação não é a única variável. Junto da complexidade do vasto número de grupos e motivações, temos outra variável que é o exato espaço pelo qual se briga, considerando sua carga simbólica e valor social para a população como um todo.

Enquanto a Estrada das Tachas tem sentido e significado muito particular, desconhecido por grande parte dos cariocas, a Avenida Vieira Souto, ou a Avenida Visconde de Pirajá são consideradas símbolos da cidade, projetados mundo a fora, como é o caso da Quinta Avenida, guardadas as devidas proporções. Foi durante a gestão de Cesar Maia, iniciada em 1993, em seu primeiro mandato, e finalizada em 2008, em seu terceiro mandato, com intervalo entre 1997 e 2000, quando elegeu seu sucessor, Luiz Paulo Conde, que essas ruas tiveram seus nomes alterados ou prestes a isso. Enquanto a proposta de alteração do nome da Avenida Vieira Souto e da Avenida Visconde de Pirajá para maestro Tom Jobim gerou uma enorme polêmica na mídia, e teve sua alteração impedida pela “opinião pública” e por familiares dos homenageados, no mesmo período foi sancionada a alteração do nome da Estrada das Tachas para Avenida Paiva Muniz, e Estrada da Barra de Guaratiba para Estrada Roberto Burle Marx, no bairro de Guaratiba.

No primeiro caso, a polêmica ganhou os principais canais de discussão da grande mídia, e, no outro, foi sufocada pela insistência da Prefeitura em reinstalar as placas arrancadas pelos moradores. Nesse sentido, em consonância com os geógrafos supracitados, podemos afirmar que em áreas econômica e socialmente não privilegiadas, como é o caso do Harlem em seu estudo, e de Guaratiba no nosso caso, debates significativos não são suscitados.

No entanto, a complexidade se impõe com uma grandeza muito maior. A Ilha de Guaratiba não é habitada apenas por moradores de baixa renda e pequeno poder político. Por trás de sua serena aparência rural se mostra, aos poucos, com o passar de meses em campo, um barril de pólvora prestes a explodir. Antigos moradores,

diretamente relacionados à produção agrícola da região, são vizinhos de moradores mais recentes, sitiantes, seja para a prática do lazer, seja para investimento em produtos agrícolas mais valorizados no mercado, como palmito e orgânicos, ou ainda plantas ornamentais. Todo esse grupo se coloca contra a alteração dos nomes das ruas e criação do novo bairro, querem a manutenção da antiga Ilha, mas por motivos diferentes. Contra eles estão os incorporadores imobiliários, que vêem a área como grande possibilidade de lucro na venda de lotes e os recentes moradores, dos condomínios fechados.

1.1. Objetivos e Recortes

Buscando ampliar a literatura atual sobre o ato de nomeação de ruas como prática comemorativa relacionada com a construção de lugares e territórios e contribuir com o esforço em pensar a questão do consenso e do conflito dentro dessa temática, nosso objetivo central é avaliar o significado das alterações toponímicas ocorridas na Ilha de Guaratiba para seus moradores, sejam novos ou antigos, fixos ou de final de semana e para os outros atores envolvidos.

Para alcançar tal objetivo definimos por objetivos específicos: 1) compreender o significado da Ilha para os diversos atores envolvidos, cada qual com seu conjunto de valores e, em consequência disso, bandeira a defender; 2) analisar a importância política da toponímia seja no ato da nomeação, alteração ou manutenção toponímica, para cada um dos grupos envolvidos; 3) avaliar o papel da toponímia na manutenção dos lugares e na construção de territórios.

Sabemos que pesquisar um fenômeno durante sua ocorrência impede o distanciamento temporal e o acesso ao desfecho, elementos que trazem maior segurança ao pesquisador, pois elimina o “se” tivesse ido por este ou aquele caminho. No entanto, é justamente o embate, a briga, os discursos que tentam direcionar o futuro que nos interessam. Quanto dessa riqueza será perdido, daqui a alguns anos, quando o futuro da Ilha já estiver definido e impresso no espaço? Estamos no meio do conflito, no momento em que as múltiplas vozes (Clifford, 2002) estão fazendo questão de gritar mais alto, porque sabem que é o momento da decisão. Conseguirá a Ilha se manter rural, como cinturão verde da cidade? Será transformada em refúgio ecológico e histórico, ou em loteamentos de classe média e baixa, densamente ocupados? Suas ruas serão asfaltadas, a história de seus logradouros será apagada para acompanhar o novo contexto social que se esforça em se instalar?

O leitor poderia indagar o motivo desse recorte espacial. Por que a Ilha de Guaratiba, e não outra localidade qualquer? Por que não o bairro todo? Pois então, posso listar algumas justificativas. Primeiro, por um motivo muito pessoal: foi na Ilha que presenciei a revoltosa retirada da placa da Prefeitura por moradores; segundo, o bairro Guaratiba não é vivenciado por seus moradores como unidade, mas o fragmento Ilha de Guaratiba sim; terceiro, por ser um dos últimos redutos rurais da cidade e, por

último, por coincidir com a área em que a Prefeitura pretende fundar um novo bairro, o “Recreio de Guaratiba”.

Quanto ao recorte temporal, delimito entre a década de 1970 e 2009, ano de finalização do trabalho de campo. Esse momento inicial representa o momento em que os primeiros sítios para moradores de final de semana foram adquiridos, quando seus donos, famílias ligadas à agricultura familiar, desistem de continuar com o trabalho agrícola. A data final, justamente no segundo ano do mestrado, quando tenho que encerrar o campo para cumprir os prazos. Volto a lembrar que nesses últimos anos, entre 2004 e 2009, tivemos o momento mais crítico em que a iminência da transformação da localidade se colocou com maior evidência, seja com o projeto da Prefeitura em fundar um novo bairro, seja com o projeto da construção do Túnel da Grota Funda.

1.2. *Outsiders* e estabelecidos

A Ilha de Guaratiba, num primeiro olhar, parece relativamente homogênea, com ocupação rarefeita, as casas se escondem na maioria dos casos em meio a uma imponente vegetação. Os sons também se repetem: ou ouvimos os assobios dos pequenos habitantes da floresta ou os gritos das crianças que brincam pelas ruas mais habitadas. Grande parte das ruas é de terra batida, e com certa frequência avistamos sítios com produção agrícola ou plantas ornamentais. A sensação de retorno ao passado é confirmada sob tais sons, tais paisagens.

Num segundo olhar, num passeio mais detalhado, percebemos que não há a homogeneidade acreditada no primeiro momento. Construções de luxo começam a se opor a construções simples de aparência bastante antiga e a construções também simples, mas novas e inacabadas. Todos parecem transitar pelas mesmas ruas, usar a mesma praça e comprar na mesma padaria, do Largo da Ilha.

Depois de vários meses temos acesso a uma divisão que separa os “antigos moradores”, os nascidos na região, dos “de fora”, numa importante disputa pelo lugar. O fato de ter encontrado esse tipo de embate levou-me a considerar de grande utilidade os instrumentos conceituais fornecidos por Norbert Elias e John Scotson em “Os estabelecidos e os *outsiders*”. No entanto, diferente do que foi verificado por Elias, encontramos três diferentes grupos tomados por “os de fora”. Esses quatro grupos se relacionam e se excluem formando uma interessante dinâmica de luta pelo poder, transformado imediatamente em legitimidade de ação ou decisão do futuro do lugar.

Dois períodos de ocupação ajudaram na construção dessas três categorias de *outsiders*: a chegada dos primeiros sitiantes com finalidade de lazer, na década de 1970 e, num segundo momento, a partir da década de 1990, a ocupação por condomínios fechados de classe média e loteamentos irregulares para população de baixa renda. No caso dos estabelecidos, ou “antigos moradores”, como se autodenominam, são classificados por aqueles que nasceram na localidade e descendem de moradores que têm residência fixa há mais de cinquenta anos. Os critérios para diferenciação dessas categorias não são criação minha, mas a maneira como se auto-classificam e classificam os outros na própria localidade.

Da mesma forma que no estudo de caso de Elias e Scotson, os estabelecidos ou “antigos moradores” utilizam o princípio da antiguidade para legitimar seu poder naquele espaço. De acordo com os estabelecidos, os de fora vêm atrás da “tranquilidade”, do “clima” e do “sossego” que eles produziram, através dos valores da tradição rural, ou seja, todo o conjunto de relações entre as famílias e dessas com a terra. Os *outsiders* de classe média não chegam a ser acusados por violência ou delinqüência, mas os de classes populares sim, como foi o caso de Winston Parva. No entanto, todos os *outsiders* são acusados por causar desintegração social. Com muita semelhança, essas acusações são fruto de receios como a perda do controle do que pode ou não acontecer no lugar. Os valores dessa tradição rural começaram a ser postos em prova quando os primeiros sítios agrícolas foram vendidos para grupos provenientes da zona norte e sul da cidade e, mais intensamente, quando uma grande quantidade de “pessoas diferentes” invadiu esse ambiente social.

Esses antigos moradores são constituídos por famílias de diferentes padrões de renda, que vai desde o proprietário de sítio com produção agrícola familiar, donos de lojas do comércio local até moradores que perderam seus sítios e agora vivem do trabalho no comércio ou serviço, formal ou informal, fora ou dentro da Ilha de Guaratiba. O nível de renda não interfere na categoria auto-construída de “moradores antigos”. Da mesma forma os “de fora” apresentam os mais diversos níveis de renda, desde o ocupante do luxuoso sítio para finais de semana, passando pelo morador de classe média dos condomínios fechados até o morador da humilde casa inacabada do loteamento irregular. No caso de Elias, o padrão de renda entre os estabelecidos e os *outsiders* era muito próximo, no caso da Ilha de Guaratiba, a variação de nível de renda é grande tanto no caso dos “de fora” quanto no caso dos “moradores antigos”. Isso permite que a consideração de Elias seja válida também para o nosso caso: “(...) mais claramente reconhecíveis se tornam outros aspectos não econômicos das tensões e conflitos” (Elias, 2000: 33).

Não quero dizer com isso que o fator econômico não integre de alguma maneira essa dinâmica. Em vários momentos perceberemos que sim, que existe uma relação de interdependência econômica entre essas duas pontas de tensão, e é justamente essa interdependência que, no nosso caso, impedirá que os sentimentos em latência se tornem patente, como talvez tenha ocorrido em “os estabelecidos e os *outsiders*”. No

entanto, supervalorizar o fator econômico nos impediria ter acesso a esses outros aspectos dos conflitos mencionado por Elias.

“(…) os antigos residentes percebiam-se como um grupo fechado, ao qual se referiam como “nós”, e percebiam os novatos como um grupo de intrusos, a quem se referiam como “eles” e que pretendiam manter a distância. Ao tentarmos descobrir por que eles agiam assim, percebemos o papel decisivo que a dimensão temporal ou, em outras palavras, o desenvolvimento de um grupo, desempenha como determinante de sua estrutura e suas características. O grupo de “famílias antigas” de Winston Parva (alguns membros do qual, evidentemente eram muito jovens) tinha um passado comum; os recém-chegados, não. Essa era uma diferença de grande peso, tanto para a constituição interna de cada grupo quanto para a relação entre eles. O grupo estabelecido de antigos residentes compunha-se de famílias que haviam morado naquela região por duas ou três gerações. Elas haviam atravessado juntas um processo grupal – do passado para o futuro através do presente – que lhes dera um estoque de lembranças, apegos e aversões comuns. (...) Por terem vivido juntas bastante tempo, as famílias antigas possuíam uma coesão, como grupo, que faltava aos recém-chegados” (Elias, 2000: 38).

(...)

“(…) a principal clivagem social que se desenvolveu em Winston Parva foi entre os residentes antigos e os novos. Os primeiros, solidamente estabelecidos em todos os postos principais da organização comunitária e desfrutando da intimidade de sua vida associativa, procuravam excluir os estranhos que não partilhavam de seu credo comunitário e que, sob muitos aspectos, ofendiam seu senso de valores” (Elias, 2000: 106).

Essa chance de poder, pelo critério da antiguidade, no caso da Ilha de Guaratiba, não significa simplesmente gozar do prazer proporcionado por uma suposta superioridade, mas a necessidade de imposição de uma força utilizada como meio de manutenção de seus valores e direitos sobre aquele lugar. Em Winston Parva o grupo das “famílias antigas” também receava a perda de seus valores devido à chegada de pessoas de diferentes pontos da Inglaterra, com diferentes hábitos.

As rotas e os locais de encontro começam a ser alterados, provocando o sentimento de desestabilização. A pelada do Caminho do Mangue não acontece mais por que um loteamento para classe média aterrou o terreno e levantou muros altos que “protegem” as casas duplex construídas no local. As trilhas por dentro de antigos sítios de produção agrícola foram fechadas, pois um “*outsider*” comprou essas terras e proibiu a passagem dos moradores. Não existe simplesmente a ameaça da perda, ela é concreta e presente.

Em resposta à invasão do capital imobiliário e dos “de fora” lhes resta o conhecimento. Isso não pode ser roubado, está dentro de seus corpos. Quem conhece melhor aquela região que eles? Como verificou Elias, “os recém-chegados são percebidos pelos estabelecidos como pessoas ‘que não conhecem seu lugar’” (p. 174). Não é a toa que os poucos sitiantes que procuram alguma relação com os antigos

moradores necessitem de ajuda ao percorrer as trilhas a cavalo. Eu mesma, para andar por cada rua e caminho da Ilha, precisei (e ainda preciso) da ajuda das agentes do PSF, que são moradoras do local. Esse conhecimento está diretamente relacionado com o tempo no lugar, o tempo de parada, como diria Tuan (1983), de absorção do lugar. Essa intimidade foi construída através do tempo de convivência com esse espaço.

Alguns sitiantes questionam a autoridade defendida pelos moradores antigos. Como uma criança ou jovem pode achar conhecer mais que um adulto que lá reside há trinta anos, mesmo que apenas nos finais de semana, argumentou um sitiante. A certeza do conhecimento e intimidade com a Ilha por parte dos moradores se explica pelo domínio de uma linguagem, um modo de ver o lugar, as histórias dos caminhos e moradores contadas por seus familiares mais velhos que faz parte de uma rede de pessoas, rede essa que os *outsiders* nunca fizeram e nunca farão parte. Outro argumento lançado pelo sitiante foi o amor pelo lugar: “gosta mais quem escolheu o lugar por amor ou quem é obrigado a ficar simplesmente por que nasceu ali?”. Quem gosta mais deveria, então, ser mais dono, pois se preocupa de fato com o futuro daquilo que ama, não quer destruir.

No entanto, nem todos os *outsiders* estão preocupados em discutir de quem o lugar é verdadeiramente. Muitos desses funcionam pela lógica simples do mercado: eu comprei, então o lugar é meu, nem que seja esse fragmento pelo qual tenho o RGI (Registro Geral de Imóveis) ou o documento de posse. Nesses casos o embate é ignorado.

Na Ilha de Guaratiba, diferente de Winston Parva, parte significativa dos *outsiders* não tiveram e não têm interesse em tentar relacionamento com os estabelecidos e nem entre si, ou seja, entre “os de fora”. Já mencionei que durante entrevistas em condomínios fechados, mesmo em finais de semana, as ruas internas ao loteamento estavam sempre vazias. As crianças não brincavam nas ruas, mesmo com a “proteção” do muro em relação ao exterior. Não existe ponto de encontro na Ilha que reúna essas pessoas. Suas redes de amizades anteriores são mantidas, ou seja, com pessoas de outros bairros, e os encontros costumam ocorrer fora da Ilha, devido ao costume e à ausência de casas noturnas, restaurantes etc. na Ilha de Guaratiba.

O fato de muitos *outsiders* simplesmente ignorarem o que pensam os estabelecidos acaba por reduzir muito o efeito de estigma. Os estabelecidos se sentem

superiores, conhecedores do lugar, debochando inclusive em público dessa falta de conhecimento dos *outsiders*. No entanto, o grupo de *outsiders* que se sente realmente atingido por essas atitudes é pequeno, o que reduz significativamente o estigma de inferioridade aceito pelos próprios *outsiders*, como ocorreu em Winston Parva.

Outro elemento que devemos considerar, e que acaba fugindo da configuração encontrada por Elias é o fato de existirem três diferentes grupos de *outsiders* que se isolam entre si. Os sitianteiros se consideram superiores aos moradores de classe média porque além de terem chegado ao local primeiro, ou seja, década de 1970 (absorvendo e repetindo a regra da antiguidade utilizada pelos estabelecidos), não foram para lá para destruir a natureza, ponto em que acusam esses moradores de condomínios fechados. Os moradores de condomínios fechados, por sua vez, abominam o fato de terem pagado caro por um terreno e ter ao lado um loteamento de baixa renda ou invasão, o que “enfeia” a paisagem tão cara a eles.

Os *outsiders* moradores de loteamentos irregulares é o grupo que mais se aproxima dos *outsiders* de Elias. No olhar tanto dos estabelecidos como dos *outsiders* sitianteiros e de condomínios fechados, esses *outsiders* são “favelados”, “criminosos”, “fazem filhos, mas não cuidam”, “vendem a laje”, passando a informação da desorganização de seus locais de moradia, “não se preocupam com o local, estão de passagem”, “destroem a natureza”, “poluem o ambiente com esgotos a céu aberto”. Esses sim, se encolhem em suas pequenas áreas, não se vêem merecedores de participar de qualquer discussão que pense o futuro da Ilha, assumem a imagem inferior atribuída pelos outros. Nesse caso eles não têm dinheiro, não têm antiguidade no lugar, não tem rede de relações estabelecidas. Cada família ou pessoa veio de um lugar. De acordo com a agente do PSF responsável por uma área habitada predominantemente por essas pessoas, “tá tudo misturado, são nordestinos, da favela do Rio das Pedras...”. Simplesmente são “classificadas abaixo de outras porque não podiam evitá-lo” (Elias, 2000: 82).

Agora, é claro que a coesão, ou “fantasia coletiva”, percebida entre os estabelecidos fica mais clara quando contraposta aos “grupos novos”, como também percebeu Norbert Elias:

“O fato de as ‘famílias antigas’ se conhecerem e terem sólidos vínculos entre si, no entanto, não significa necessariamente que elas se estimem. É apenas em relação aos intrusos que elas tendem a se unir. Entre si, podem competir e quase invariavelmente o fazem, de maneira branda ou acirrada, conforme as circunstâncias, e, muitas vezes por tradição, podem antipatizar profundamente umas com as outras, ou até odiar-se” (Elias, 2000: 172).

Essa competição interna ficou clara quando na entrevista realizada num bar do Retiro, uma das entrevistadas se referiu com tom de deboche a outros fragmentos da Ilha de Guaratiba, que não o dela de nascença, o Largo da Ilha. As gargalhadas que eram dadas nesse momento dentro do bar, por pessoas do Retiro e do Largo da Ilha expôs as classificações pejorativas que sofrem os moradores de cada fragmento quando estão na boca dos de outros fragmentos. Em tom de brincadeira, competem internamente também por superioridade. No entanto, ao mesmo tempo, esse tipo de brincadeira reforça a unidade formada pela localidade maior chamada Ilha de Guaratiba, pois os apelidos que uns atribuem aos outros, ou aos seus lugares de moradia, internos à Ilha, são apelidos conhecidos apenas por moradores da Ilha, excluindo todo e qualquer forasteiro da brincadeira debochada. Aqui foi interessante perceber que o lugar e o grupo se confundem. Morar no tal lugar é ser “roceiro”, “peito roxo”, “da titica” ou “civilizado”.

No nosso caso a antiguidade no lugar, tal como em Winston Parva, foi um elemento central utilizado pelos estabelecidos nessa diferenciação entre os estabelecidos e os *outsiders*, tendo o conhecimento do lugar, as tradições rurais e as redes de relações formadas nessa história de produção agrícola a essência dessa antiguidade. No entanto, nem sempre a antiguidade no lugar será o elemento central que justifique uma separação ou segregação. Rogério Haesbaert em “Des-territorialização e identidade” mostrou que na ocupação dos cerrados do oeste baiano por sulistas, a antiguidade dos moradores não foi um elemento utilizado para estabelecer superioridade. Muito pelo contrário, os migrantes sulistas é que criaram elementos baseados em valores políticos e culturais para menosprezar os antigos moradores, os baianos. Dentre esses valores Haesbaert mencionou a valorização pela propriedade formal da terra, própria de sociedades modernas:

“Diante de uma territorialização ordenada a partir do cotidiano e da vivência dos grupos sociais relativamente isolados que viviam no Gerais, cujos laços com a terra eram muito mais intuitivos e “a-legais” do que formais e “legais”, a desterritorialização implementada a partir da modernização agrícola e a chegada dos sulistas desencadeou um complicado processo de legalização de terras, com a conseqüente construção de novas fronteiras no sentido de formalização do domínio da terra. Mesmo os grandes latifundiários nordestinos não tinham preocupação em formalizar os limites de suas propriedades, num mercado de terras extremante débil e dado o ônus que isso acarretava em termos de impostos territoriais” (Haesbaert, 1997: 143).

Na Ilha de Guaratiba essa desterritorialização mencionada por Haesbaert também foi sentida a partir da chegada dos incorporadores imobiliários, trazendo outra maneira de enxergar o solo, ou seja, mais por seu valor de troca que de uso. Seria a modernidade do capital versus o uso tradicional da terra. Em relação aos sitiantes, que são os “românticos criadores”, aqueles que respeitam e não querem que as características do lugar sejam alteradas, percebemos esse embate em torno da antiguidade, mas, no caso dos moradores dos condomínios fechados de classe média ou “românticos consumidores” a questão gira mais em torno do terreno consumido e o tipo de valorização que ele pode vir a ter. Nesse segundo caso, então, a disposição pela alteração do lugar provoca ainda mais o sentimento de invasão sentido pelos estabelecidos.

Não quero com isso reduzir a complexidade dos conflitos, mas não posso eliminar o fato de que mesmo com toda essa tensão e sentimento de perda, esses condomínios não são de todo ruins, porque também significam oportunidades de emprego pra essa população de estabelecidos que não conseguem mais viver da agricultura. Essa necessidade por emprego de parte dos estabelecidos os impede de criar uma situação de conflito mais patente, no entanto, tal revolta e rejeição da mudança do lugar são demonstradas no conflito pela permanência dos topônimos, ou seja, registro de suas histórias e valores rurais.

E é claro que isso não é à toa. De acordo com Haesbaert, mencionando Guimarães Violeta,

“(…) em sua ênfase ao universo ‘natural’ e rústico dos Gerais, num mundo basicamente rural tomado pelo poder de um holismo que mescla natureza e mito, quem reconhece o peso das mudanças, de uma desterritorialização, pelo menos no sentido do desenraizamento representado pela inesperada modificação dos nomes dos lugares. Mesmo que a mudança física dessas localidades fosse muito pouco significativa, o homem se encarregava de trocar seus símbolos, de refazer a leitura desses territórios. Pode-se dizer que a simples mudança de nomes, quando acelerada, faz parte de um processo tipicamente moderno, ‘dessacralizante’, que ignora antigas ‘camadas’ espaço-temporais (...)” (Haesbaert, 2000: 124-5).

Nesse sentido, a briga dos moradores estabelecidos da Ilha de Guaratiba em torno da toponímia não é simplesmente uma briga com a Prefeitura pelo direito de opinião, como alguns moradores colocam, ou revolta contra o autoritarismo do estado, mas, além disso, e mais que isso, a briga pela permanência de seus símbolos, de seu lugar, já em vias de forte modificação pelos *outsiders*.

1.3. Dados oficiais e trabalho de campo

Como ponto de partida tinha os dados do Censo (IBGE) e do IPP (Instituto Pereira Passos), os mapas produzidos pelo centro de cartografia da Prefeitura da cidade e algumas imagens de satélite disponíveis no Google Earth. Mesmo se mostrando vasto no mapa da cidade, o bairro de Guaratiba é quase invisível nas conversas cotidianas. Não está sob o Cristo, não é um subcentro comercial e não tem praia, além disso, Guaratiba é a R. A. (Região Administrativa) menos mapeada pelo guia de ruas (Abril, 2008), onde um grande branco interrompe as quadrículas que indicam as páginas das plantas. Às vezes o bairro de Guaratiba é confundido com os bairros vizinhos Pedra e Barra de Guaratiba, conhecidos pelos restaurantes especializados em frutos do mar.

Essa invisibilidade contribui para a limitação de dados. São poucos os trabalhos de pesquisa que selecionam especificamente esse recorte espacial, e quando isso ocorre, na maioria das vezes, são trabalhos voltados para a temática arqueológica (Kneip, 1987) ou física (Santos, 2004; Brazuna, 2002; Maia, 1982; dentre outros) de suas áreas florestadas, de mangue ou de baía.

A dificuldade em relação a dados oficiais se torna ainda mais grave quando o recorte espacial da pesquisa não respeita os limites oficiais dos bairros. No entanto, a despeito de todas as dificuldades, uma mina valiosa de dados especificamente sobre a Ilha de Guaratiba, exatamente meu recorte espacial, foi-me oferecida como uma dádiva: o PSF (Programa de Saúde da Família). Ele funciona há dois anos no posto de saúde da Ilha de Guaratiba, localizado no Largo da Ilha. Esse programa do Governo Federal em parceria com o Municipal é levado às áreas de menor IDH (índice de desenvolvimento humano) do país. Cada família é visitada por agentes de saúde que são selecionados no próprio local, o que facilita o relacionamento dos profissionais com a população atendida. Esses agentes dão instruções básicas de higiene e alimentação, além de fazer o levantamento do número de pessoas que residem na casa, sexo, faixa etária e condição de saúde de cada membro. Em algumas dessas visitas enfermeiros acompanham os agentes para avaliação clínica preliminar e encaminhamento para atendimento médico no posto nos casos necessários.

Durante uma conversa com Isadora (agente do PSF) no bar do Retiro, fui informada que Davi, coordenador do PSF, estava precisando dos mapas com curvas de altitude como os que eu tinha, e que se eu fizesse uma cópia do mapa para ela, deixaria

em contrapartida, o abaixo-assinado e outros documentos relativos à mudança do nome da Estrada das Tachas, negados anteriormente, para que eu tirasse cópia. Como Isadora estaria em campo no dia em que me programei para ir ao posto, combinamos de trocar os materiais através de uma agente de saúde que estaria em atendimento nesse dia.

Logo que trocamos o material pedi que me levassem ao Davi, coordenador do programa. Apresentei-me explicando o teor do trabalho, e ele imediatamente se mostrou extremamente entusiasmado, pois estava precisando de alguém que o ajudasse com a altimetria da área e construção de um mapa que registrasse as distâncias, a fim de pedir mais agentes à Prefeitura, alegando difícil acesso e grande distanciamento entre as casas: “isso aqui é uma área rural, não é como na rocinha, que em um espaço pequeno se faz um grande número de casas. Tem áreas que só se passa a pé ou a cavalo”.

Ele entendeu que poderia me ajudar e, em contrapartida, ser ajudado. Logo tratou de me apresentar alguns agentes comunitários de saúde, colocando-os a minha disposição. Foi interessante notar que enquanto Davi foi coordenador do PSF-Ilha, os agentes de saúde, sem exceção, encontravam tempo para responder minhas perguntas e permitiam sem reservas que eu os acompanhasse em campo. Já no final do período de campo a função de coordenação foi extinta do programa, sendo Davi transferido para um posto de saúde de outro bairro. A partir desse momento alguns agentes alegavam não ter tempo para me atender, criavam dificuldades quando tentava marcar horários para encontrá-los em campo e dificultavam acesso aos dados recentes.

Da mesma forma que Doc para Foote Whyte (2005), Davi foi “o indivíduo-chave” dentro do PSF. Ele estava fazendo pós-graduação na área de gestão hospitalar e nesse ambiente tinha colegas de diversas formações, inclusive geógrafos do IBGE que trabalham com questões de saúde pública. Nesse sentido ele resolvia internamente qualquer demonstração de desconfiança que surgisse em relação a mim.

Durante a conversa com Davi e seus agentes de saúde, soube que eles mantêm um cadastro extremamente atualizado com dados como números de residentes por casa, sexo, idade, além de mapas legendados desenhados pelos próprios agentes indicando as residências com mulheres grávidas ou crianças, presença de rios, valas negras, ponte, igreja, orelhão, horto, haras, comércio, mata, dentre outros. Foram dados valiosos para a pesquisa, pois contemplam as ausências do censo.

Como os agentes foram selecionados entre os próprios moradores da Ilha, a subdivisão vivida acabou sendo utilizada pelo PSF, ficando então, a divisão das áreas de atendimento do PSF muito parecidas com tais subdivisões. Ficaram parecidas e não exatamente iguais porque a divisão de equipes por áreas depende também do número de pessoas que cada equipe, e conseqüentemente cada agente dessa equipe, ficará responsável.

Enquanto conversava com os membros de diversas equipes a respeito do trabalho de pesquisa que estava realizando, Davi interveio dando sua opinião:

“o pessoal aí não gosta dessas mudanças de nome de rua não. Eu também não. Paiva Muniz não soa bem. Além disso, aqui é área rural, tem de ser mesmo Tachas, caminho do Diucênio, Águas Claras, combina mais com o lugar. Se você quiser a gente faz um documento contra essas alterações. Você vê, não soa bem ao ouvido ‘Paiva Muniz’ para um lugar desses”.

Além de coordenador do PSF, Davi atendia como dentista no próprio posto em que o PSF está instalado. Ele é morador de Campo Grande, por isso foi fundamental a ajuda dos agentes na delimitação das áreas e acesso aos residentes. Todos os agentes são moradores da Ilha de Guaratiba, conhecem a área em detalhes e as pessoas com algum grau de intimidade. Acompanhá-los durante o trabalho foi uma grande oportunidade de conhecer cada caminho, cada beco em companhia de gente de confiança dos moradores. Acompanhada dos agentes me senti inclusive mais à vontade em fotografar. Os olhares desconfiados daqueles que observaram meu fotografar sozinha acabou sendo substituído por sorrisos curiosos. Entendi, nesse momento que, do ponto de vista dos moradores, conhecidos dos agentes não poderiam gerar-lhes mal algum. Além disso, os agentes encurtaram alguns caminhos do meu campo indicando rapidamente as pessoas mais velhas, as mais influentes, os que lideram iniciativas de pedidos para iluminação, alteração de nome de rua, dentre outros.

Mesmo não sendo minha intenção, acabei sendo confundida por enfermeira, ao acompanhar as agentes de saúde em campo. O ar de desconfiança desapareceu. Passaram a me receber com o mesmo sorriso com que recebiam as agentes. Durante o campo percebi o quanto os cuidados proporcionados pelo sistema do Programa é bem querido pela população mais carente. Quando percebem a presença “da moça” na rua, já correm ao portão para esperar sua vez da visita. É comum ouvir falas do tipo: “olha, dá um pulinho na casa de Dona Jô, que ela não andou passando muito bem por esses dias. A gente já estava mesmo esperando você”. E a agente de vez em quando tinha que

responder: “mas vocês tem que ir ao posto quando isso acontecer, não podem me esperar. A ficha de vocês ta lá, eles sabem dos problemas”. Em uma dessas conversas uma senhora disse que não gostava de hospital, e que se não fosse mesmo desse jeito ela preferiria morrer.

Em cada entrevista dessas, eu e o agente traçávamos no mapa cada rua, caminho ou beco que existiam de fato, mas que não constavam no mapa da Prefeitura. Seus nomes também eram registrados, e sempre que o significado era conhecido pelos moradores ou pelo próprio agente tais anotações eram feitas em meu diário de campo. Além desses registros, os agentes passavam importantes informações sobre cada micro área.

Andrea, agente comunitária de saúde, disse ser sua área de trabalho muito difícil por se tratarem de pessoas muito pobres que mudam de casa o tempo todo, pois não conseguem pagar o aluguel. “Uma hora está num lugar, no outro mês já estão como agregados de um familiar e assim por diante”. É muito difícil, disse ela, manter o cadastro em dia. “Lá eles vendem a laje, então é super lotado e totalmente desorganizado. Eu tenho desde famílias com dez pessoas até com uma, morando sozinha”. Acompanhe fragmentos de diálogos do dia-a-dia no campo ao lado dos agentes do PSF:

Daniella: “Não, isso aqui não é vazio não. Tem três condomínios aqui”.

Alice: “E essa área aqui, tem o que? No mapa aparece como favela”.

Daniella: “Não, não tem favela na Ilha de Guaratiba. São pessoas pobres, mas não é favela”.

(...)

Francisco: “Eu pego daqui até o final da Estrada Velha da Grota Funda. Eu fiquei com essa área porque é muito deserto, fica perigoso para as meninas”.

Alice: “Você sabe por que a Estrada Nova teve o nome substituído para Estrela da Tarde?”

Francisco: “Porque na Prefeitura constava como rua iluminada. Então os moradores tiveram que substituir o nome da rua para então iluminar, aí não apareceria como rua iluminada”.

Alice: “Por que foi escolhido esse nome?”

Francisco: “Ah, o motivo eu não sei não, mas o dono do Horto dessa rua sabe bem disso que aconteceu. Eu vou te levar lá pra ele te contar”.

(...)

Davi: “(...) Como os carteiros fazem pra distribuir essas cartas?”

Agente comunitário: “Ah, eles entregam porque conhecem cada pessoa e a casa onde moram. Quando trocou o correio, o pessoal sofreu, porque ele entregava tudo em casas erradas. Aí o pessoal tinha que sair entregando cada carta ao dono certo. Mas agora ele já está começando a se adaptar”.

Além da equipe do PSF e funcionários do Posto de Saúde Doutor Raul Barroso, foi de fundamental importância as redes de parentesco e amizade na indicação de informantes. Normalmente os entrevistados fazem isso sem perceber, mas houve um momento muito interessante, durante entrevistas dentro de um condomínio, em que a primeira pessoa entrevistada se sentiu responsável por estabelecer essa “corrente”, inclusive essa expressão foi usada por esse entrevistado. Ele me apresentou ao vizinho dizendo que depois que conversasse comigo, deveria me levar a outro vizinho, e que deveria dizer a ele que fizesse o mesmo. Foi interessante notar que eles não seguiam necessariamente a ordem das casas, apresentando-me aos vizinhos de parede, mas às vezes chegavam a cruzar todo o condomínio ou loteamento em busca de pessoas determinadas, normalmente aquelas que tinham afinidade. Quando era possível, me encaminhavam ao vizinho que além da afinidade, teria muita coisa a dizer sobre a pesquisa, fosse por ser considerado um estudioso, ou mais antigo na área. Mas sem dúvida a afinidade sempre foi o elemento central dessa ligação.

Isso facilitava muito meu trabalho, pois deixava de ser uma estranha para ser a amiga de um amigo. As conversas normalmente duravam muito mais que o tempo necessário, e eu acabava por perder o título de amiga do amigo para tornar-me a amiga. Quando chegava a vez do entrevistado do momento me apresentar a outro amigo, então já me apresentava como amiga: “olha, essa amiga minha está fazendo uma pesquisa, então vê se você ajuda ela...”.

Quando o entrevistado não oferecia apresentar-me espontaneamente a outro amigo, eu me encarregava de fazer o pedido, pois sabia da necessidade da ‘referência’ para que as desconfianças fossem reduzidas ao máximo. Essa minha preocupação foi mais enfatizada quando percebi que a ‘história da pesquisa’ levantava suspeitas. No meio da conversa apareciam perguntas do tipo: “você ta querendo comprar terras por aqui?”, “você é da Prefeitura? Oh, você vai arrumar problema pra mim, porque eu não pago IPTU...”, e eu mais uma vez tinha que reafirmar que se tratava de uma pesquisa. Em muitos casos essa explicação não aliviava as tensões, deixando sim mais franzidos os rostos.

Nessa situação em que não sou a única a observar e ter impressões, precisei ter “anthropological blues” (DaMatta, 1978), ou seja, criar estratégias para superar o problema dos intrusos que normalmente não aparecem nos livros como medos, ansiedades, etc. Eu entrei no campo partindo do princípio de que eu deveria ser ética e dizer a verdade sobre o que queria na área, obviamente. Mas me deparei com pessoas que não “engoliam” facilmente essa história. Minha saída foi perceber que se eu entrasse nos circuitos de afinidades ou parentescos eu sequer precisaria justificar o pedido para a primeira conversa, quanto mais as subsequentes. É claro que depois de um tempo, às vezes muito tempo, as pessoas perguntavam qual era meu objetivo ali, mas agora apenas por curiosidade. Muitas vezes nem prestavam tanta atenção na resposta. Retirado o risco, o resto era passatempo.

É claro que entrando nesse circuito de afinidades e parentescos era-me exigida atitude de amiga. Confesso inclusive que realmente me tornei amiga de vários deles, de diferentes grupos inclusive (moradores de condomínios, antigos produtores rurais, sítiantes e moradores de ‘comunidades’). E para evitar as lágrimas da despedida, como ocorreu com Apowen ao se despedir do pesquisador (DaMatta, 1978), continuamos nos vendo e trocando e-mails. No entanto, durante o campo, essa entrada múltipla causou ciúmes e decepção em membros de grupos rivais, principalmente entre os dois grupos que disputam o nome da rua. Muitas vezes demonstrando sentimento de perda em relação a mim, exigiam uma posição de minha parte. Nessas horas eu precisava “chamar a razão”, como disse DaMatta no texto supracitado, e me isentar de ter de escolher um grupo ou dar razão para um ou outro, principalmente porque sei que tendo a me solidarizar com aqueles que considero mais fracos dentro da luta política.

Os moradores dos luxuosos sítios, com lindas casas ajardinadas e os moradores de condomínios fechados foram os menos receosos em me receber. A primeira explicação que me veio à cabeça foi o fato de eu ter a postura de alguém que estudou um pouco mais, ou simplesmente o “*habitus*” típico da classe média, como modo de falar, de gesticular, enfim, destoando pouco desse grupo. Em loteamentos mais pobres as pessoas eram mais desconfiadas, justamente onde eu achava que me sairia melhor, pois morei a vida toda no subúrbio. Porém, tanto num lugar como no outro, não chegava a oferecer risco aparente. Talvez se eu fosse do sexo masculino e com imagem um tanto ameaçadora, a desconfiança aumentasse ao ponto de não conseguir me incluir no cotidiano dessas pessoas. Mas uma moça pequena, sozinha e com uma placa de carro

que podia ser uma forma de identificação, caso fosse necessário, talvez tenha facilitado o trabalho.

Com o tempo percebi que tal desconfiança nos loteamentos mais pobres vinha do fato de terem sofrido muito com grileiros nas últimas décadas, e era justamente esse ‘jeito de falar diferente’ que incomodava, pois parecia com o tom dos “doutores” que chegavam lá com palavreado bem articulado e documento nas mãos afirmando serem deles tais terras. Essa questão dos grileiros será explorada no capítulo quatro.

No entanto, mesmo nessas áreas onde eu tinha de ser observada mais cuidadosamente pelos moradores, com o tempo fui acolhida carinhosamente. Essa é a etapa do envolvimento, pois quando as pessoas abrem suas portas para expor seu cotidiano, suas vidas, temos acesso a todo um emaranhado de conquistas e sofrimentos que não se separam dos objetivos mais diretos da pesquisa, como substancias em laboratórios.

Agora, independente do tamanho da desconfiança inicial de um grupo e outro, todos os grupos mais diretamente ligados às disputas, fosse o grupo da AMAMA, formado por pessoas com nível superior e com nível de renda elevado, direção de associações de moradores, sitiantes, CEPAG ou o próprio Sindicato Rural, todos queriam aproveitar meu “capital social” (Zaluar, 1986). Nesse ponto discordo do brilhante texto de Alba Zaluar sobre a prática do trabalho de campo, pois, de acordo com ela, as classes subalternas tenderiam a explorar isso por não terem esse capital. Minha pesquisa mostrou que todos eles querem somar força, aumentar o número de vozes em sua defesa, e é claro que a voz da universidade não é algo a se desprezar, não apenas os menos incluídos nos circuitos intelectuais e políticos.

Talvez eu possa dizer até que ao contrário, os indivíduos com formação superior, envolvidos diretamente com políticos, por parentesco ou amizade, e com alto padrão de renda foram os que mais tentaram usar meu “capital social” ou “capital universidade”, mesmo tendo muito mais influência que eu. Lembro de um engenheiro agrônomo, dito vice-Presidente do Sindicato Rural, que chato e grosseiro por si só, piorou o incômodo ao insistir incessantemente que o nome dele, do Presidente e do Sindicato fossem impressos no trabalho.

Não posso relatar detalhadamente cada dia de campo e todos os sentimentos que estiveram em jogo, senão a banca teria de ler mil páginas, mas um deles foi especialmente marcante: a visita à Comunidade do Peito Roxo. Entre 1968 e 1970 o trecho da Avenida das Américas que passa por Guaratiba estava sendo construído. Num primeiro momento foi feito um aterro para a passagem da estrada, mas por uma questão técnica os engenheiros consideram melhor abandonar tal aterro, transferindo lateralmente a mesma uns trinta metros aproximadamente. Esse aterro no mangue foi ocupado imediatamente por moradores da Comunidade Olaria, que perderam suas casas - sem indenização - para a estrada, e por migrantes mineiros trazidos para construção da mesma.

Esse aterro abandonado segue paralelamente a estrada por três quilômetros aproximadamente, e é cercado de ambos os lados pelo mangue. Os habitantes dessa “comunidade”, como preferem chamar, vivem em casas extremamente frágeis, construídas sobre um aterro não concluído, e cobertas por finas telhas de amianto. Além disso, todos os dejetos produzidos por essa população é lançado diretamente no mangue que circunda suas casas. O cheiro de matéria orgânica em decomposição, a umidade e a forte presença de insetos são marcantes aos sentidos.

Além das dificuldades próprias do campo como calor, receio em pedir água e não existir banheiros, fui tomada por uma tristeza profunda ao compartilhar daquela miséria sem poder diretamente e rapidamente fazer nada por aquelas pessoas. Mesmo com mais de trinta anos, tendo feito outros trabalhos em favelas no período em que fazia o bacharel em Geografia, além de diversas leituras sobre a miséria que acomete o povo brasileiro, nunca havia tido contato com tamanha miséria e insalubridade.

Durante todo o tempo de convivência com essas pessoas acabei por compartilhar das tragédias que frequentemente acometem essa população como a perda de crianças entre um e quatro anos atropeladas pelos veículos que passam em alta velocidade na Avenida das Américas, e outras que morrem afogadas no mangue quando a maré sobe. Algumas pessoas ficam meses na geladeira de hospitais ou do Instituto Medico Legal porque não existem oficialmente, fato que dificulta a emissão do documento de óbito.

Várias vezes, sob tais condições físicas e emocionais, tive a sensação que iria desmaiar em campo. Ao chegar em casa não sentia vontade de jantar ou falar com ninguém, após o registro em meu diário de campo, deitava na cama completamente

depressiva. Ao mesmo tempo, sentia vontade de voltar sempre àquele lugar, sentir mais aquelas pessoas, saber mais sobre elas.

Depois de uma primeira entrada acompanhada, as subseqüentes dispensavam tal formalidade. Já conhecia algumas pessoas pelo nome, dado suficiente para buscar outras ligadas a elas. Diferente de Whyte (2005), não tive um informante principal, mas vários em cada microárea. Como não tinha disponível censo e mapas adequados ao meu recorte espacial, precisei seguir as recomendações de DaMatta (1987) em seu estudo sobre os Apinayé, e elaborar meus próprios mapas. Dada a população da Ilha, de mais de nove mil habitantes, seria impossível realizar o censo da localidade como o autor fez entre os Apinayé, etapa solucionada graças aos levantamentos atualizados constantemente pelos vinte agentes do PSF-Ilha.

Tendo em vista minha opção por um intenso contato diário, valorizando a conversa e a observação livres, sem questionários ou perguntas diretas, por dois anos de mestrado, além do contato prévio durante o trabalho de Antropologia III na mesma localidade, considerei coerente definir meu método por “observação participativa”, como fez Whyte (2005) em seu trabalho, a despeito da opinião de Demo (2007) quanto à capacidade de um trabalho de mestrado, dado o limite de tempo, alcançar as características necessárias para se caracterizar por observação participativa.

De acordo com Zaluar (1986) a observação participativa une tanto a observação no sentido do distanciamento necessário, como também o envolvimento e intervenção da participação. O simples fato de estar ali já significa que estamos fazendo diferença para o grupo. A observação totalmente neutra, como se o pesquisador fosse um fantasma não é possível. Isso significa que algum tipo de intervenção ocorrerá, mesmo que não seja a intenção do pesquisador.

As barganhas entre investigador e investigados foram constantes. Em troca da recepção e informações, meu saber e minha presença eram negociados. Enquanto para uns simplesmente desfilar com alguém de fora significava aumento de status internamente, já sendo a paga do tempo destinado aos meus interesses, para outros, como foi o caso do fundador do CEPAG, o pagamento deveria ser efetuado através de ajuda no levantamento das propriedades rurais produtivas (dado que surpreendentemente o Sindicato Rural não tem) e o processamento dos dados nos programas de geoprocessamento produzidos pelo departamento de Geografia da UFRJ.

Claro que dentro disso tudo existia a discussão em torno do que era viável ou não, como fez Alba Zaluar (2000) ao estudar a Cidade de Deus, afinal, não podia deixar simplesmente nas mãos deles o preço do que me davam, exigindo no mínimo uma negociação. Além disso, em algumas ocasiões me foi pedido ações que sabia que não seriam a solução para aqueles problemas, entrando em discussões de cunho acadêmico e político a respeito dos meios viáveis para se alcançar determinados objetivos, o tal “capital social” abordado por Zaluar (1986).

Isso tudo não pode levar meu leitor a achar que o tempo todo tenha havido cobrança pela dedicação dispensada. Isso ocorreu mais entre líderes de organizações e comunidades, como foi o caso das Associações de Moradores, CEPAG (Centro de Estudos, Pesquisas e Ações em Guaratiba), CESIC (Centro Social Iracema Chilaver) e PSF (Programa de Saúde da Família), por exemplo. Entre a população comum, após o período de adaptação, bastava a conversa agradável e a quebra da rotina para que o tempo deles e o meu de trabalho virassem momentos agradáveis de convivência. Durante essas conversas mais soltas e descompromissadas tive acesso a elementos que me possibilitavam muito melhor a compreensão dos valores e ações dessas pessoas que quando chegava querendo fazer “entrevistas”, com toda carga que essa palavra traz.

O gravador, a prancheta e a máquina fotográfica algumas vezes atrapalham esse ar descompromissado e leve de uma conversa que pode fluir sem muitos interditos. Ser gravado ou ter suas coisas fotografadas muitas vezes não é algo agradável, por isso só utilizei esses recursos quando realmente sentia que a conversa não seria gravemente atingida. Lembro da fala do dono de uma das casas de eventos ao chegar seu paisagista: “olha, primeira coisa, a gente ta sendo gravado”. O gravador impõe ao entrevistado preocupação com a formalidade da língua portuguesa, receio de como serão usadas suas palavras e o sentimento de que precisa ter algo significativo a dizer. Em algumas ocasiões, ao pedir para gravar, ouvia a seguinte resposta: “não sei, pode, mas não sei se posso ajudar”, ou então, “ah, é melhor você falar com seu Nori, ele vai saber falar melhor”.

No entanto, durante o campo, nem sempre sou eu o personagem a gerar insegurança pela possível falta de informação. Em algumas ocasiões fui ridicularizada por fazer perguntas óbvias como “qual é o nome da localidade que você mora?”, “qual é o nome desse caminho?”. Por mais que não tenham me chamado de “burra” em nenhum

momento, sentia em suas expressões esse desejo ao responder tais perguntas. Certa vez ouvi dois moradores cochicharem entre si: “essa mulher vem pesquisar e não sabe nada!”.

Não era agradável ser vista como burra, é sinal de descrédito, mas ao mesmo tempo significava que estava fazendo bem meu papel, ou seja, fazê-los dar a resposta espontaneamente, mesmo que impacientes, ao invés de ficarem elaborando “o certo”, a resposta que viessem a achar que queria ouvir, ou devolvendo a pergunta alegando não saber. Quando perguntava “como você chama o lugar em que mora”, no campo de Antropologia III, percebia que eles concluíam que eu sabia, mas queria saber como eles chamavam por causa da pergunta “como você chama...”. A experiência desse campo me fez optar por perguntas aparentemente menos compromissadas, fora de roteiros, e em meio às conversas de temas diversos, às vezes direcionadas por mim, às vezes pelos moradores. Quando a pergunta vinha bem encaixada dentro da conversa conseguia evitar ambos os problemas.

Foi justamente essa inclusão que me levou à convivência necessária para compreensão do emaranhado de sentimentos e valores que fundamentavam tamanho ódio pela alteração do nome da Estrada das Tachas e todos os outros conflitos correlatos.

No final do trabalho, em anexo, incluí diálogos gravados que não foram impedidos de serem usados no trabalho. Digo isso porque em algumas ocasiões a pessoa permitia a gravação, mas pedia que o conjunto do texto não fosse revelado, a fim de impedir a identificação. Isso ocorreu principalmente entre funcionários da Prefeitura, que além de terem opiniões muito diferentes entre si sobre a motivação e efeitos da criação do novo bairro, demonstram muito medo sobre o que poderia acontecer com eles caso o prefeito viesse a tomar conhecimento de suas críticas. Por mais que muitos deles sejam concursados, os cargos de chefia são políticos, fato que deixa esses profissionais em crise entre seus valores e sua posição dentro da hierarquia. Em vários momentos foi-me dito que independente dos pareceres técnicos “a decisão final é do prefeito”, o que reduz esses profissionais, muitos deles com mestrado em importantes universidades do país, em meros produtores de pareceres. A hierarquia dentro do funcionalismo público se mostrou muito mais vertical que eu imaginava.

Voltando à questão da inclusão das transcrições nos anexos, imagino que seja interessante para o leitor ler frases que foram extraídas e incorporadas em meu texto dentro de sua própria estrutura. Ali o leitor pode acompanhar minimamente porque a pessoa disse aquilo, tendo em vista as falas que vieram antes. Em alguns diálogos a pessoa recoloca sua posição ou a remodela devido à interferência dos outros participantes da conversa. É interessante perceber como negociam as “verdades” sobre a Ilha, como as hierarquias se expõem, enfim, não são monólogos ou puramente respostas às minhas perguntas, mas diálogos, aonde as contradições vem à tona em vários momentos.

Agora, devido à necessidade de dar ao leitor a noção do universo quantitativo desse trabalho de campo, descrevo o número de pessoas que tive contato durante o campo e o grupo em que se inserem. Do Posto de Saúde Dr. Raul Barroso foi entrevistada a direção, uma das enfermeiras responsáveis e toda a equipe do PSF que é formada por um coordenador, quatro médicos, quatro enfermeiros e vinte agentes de saúde. No caso dos agentes e do coordenador do Programa a convivência ocorreu por todo o processo de pesquisa.

Entre moradores conversei e observei os presidentes e direção das associações de moradores, ativadas e desativadas, dando um total de 17 pessoas; os síndicos e moradores de um condomínio fechado por microárea, totalizando 73 moradores; donos e clientes de um bar por microárea, totalizando 28 pessoas; 14 sítiantes de final de semana; 7 recém produtores agrícolas de produtos orgânicos oriundos da zona sul da cidade; 3 antigos produtores rurais; a pessoa mais idosa de cada microárea; 3 paisagistas; oito donos de pequenos hortos; 3 comerciantes; o idealizador e fundador do CEPAG; o Presidente e engenheiro agrônomo do Sindicato Rural da cidade; a fundadora do CESIC; 1 professor da UFRRJ responsável pelo projeto APL da banana; 22 moradores do Caminho do Poder da Boa Vontade; 12 do Peito Roxo; 2 descendentes do Paiva Muniz (político homenageado recentemente na toponímia); 5 arquitetos da AP-5; 1 membro do Conselho de Logradouros e 8 funcionários do CASS.

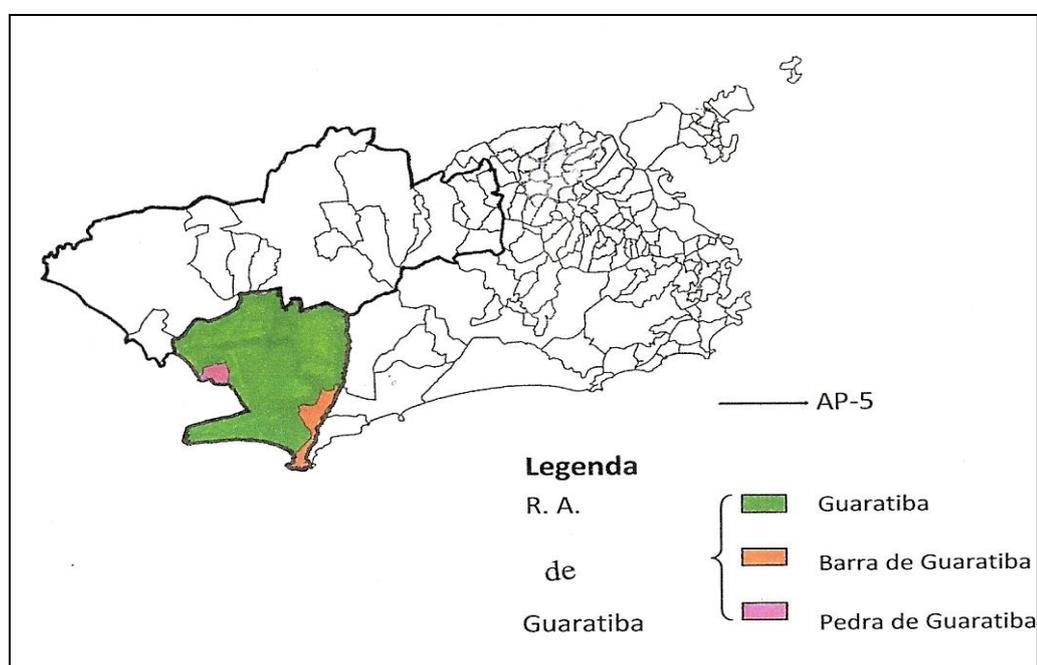
Como considerei de maior valia aos meus objetivos a pesquisa qualitativa, não tive preocupação com amostras baseadas no universo populacional pesquisado, mas com o grau de envolvimento dos atores com as questões estudadas. Nos subitens

que seguem apresento os dados oficiais utilizados e em que momento eles tiveram de ser superados.

1.3.1-Guaratiba dos mapas e dos Censos

Guaratiba é o maior bairro em extensão do município do Rio de Janeiro, com 138,26 quilômetros quadrados ou 13.950,12 ha (Censo 2003), fazendo limite com dez bairros. Esse é um dos três bairros que compõem a XXVI RA (Região Administrativa) de Guaratiba, que inclui também Barra de Guaratiba e Pedra de Guaratiba. A RA de Guaratiba, junto com as RA de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz, que totalizam vinte bairros, formam a AP5, ou seja, área de planejamento cinco da Secretaria Municipal de Urbanismo. Veja o mapa que segue.

Representação 2 – R. A. de Guaratiba e seus bairros

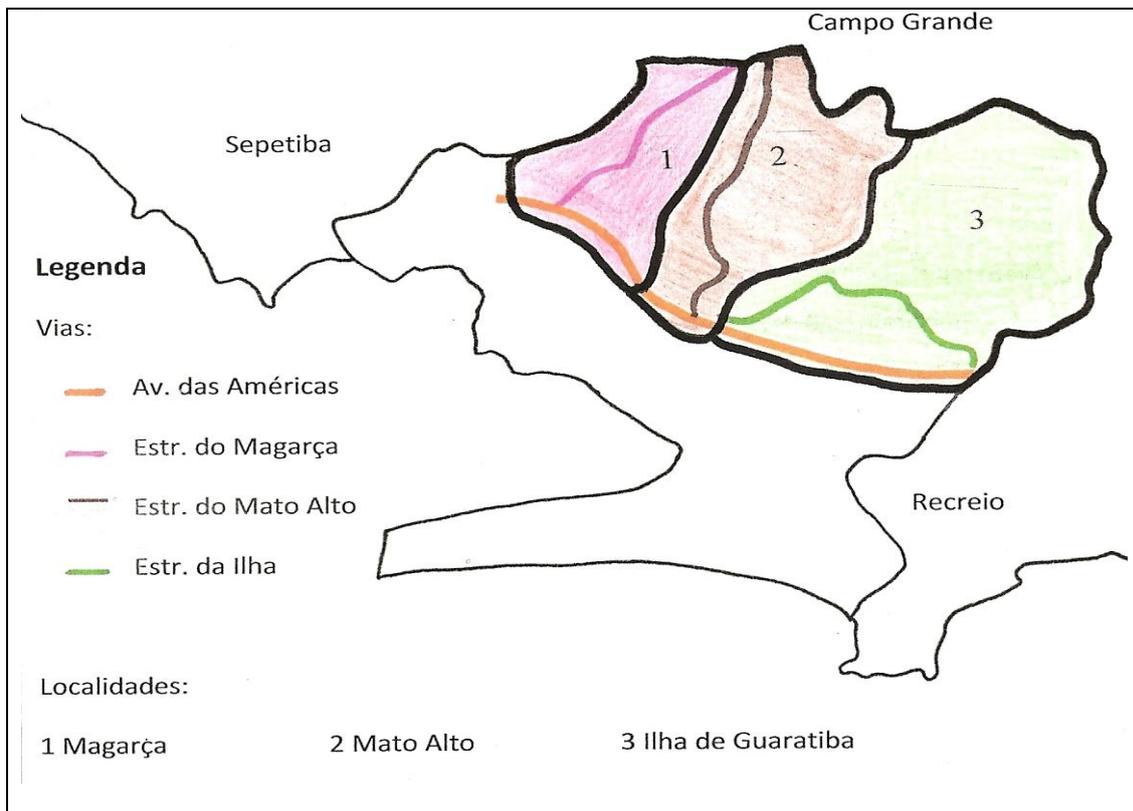


Fonte: Adaptado de WWW.armazemdedados.rio.gov.br

O bairro Guaratiba subdivide-se em três grandes localidades por seus moradores: Ilha de Guaratiba, Magarça e Mato Alto, cada qual com suas subdivisões. Essas três localidades internas ao bairro estão diretamente relacionadas às suas principais vias. De acordo com o relatório do Grupo de Trabalho da AP5 para a RA de Guaratiba, de 2004 (Decreto 24230/2004, Resolução SMU 532) “as estradas que configuram tal malha viária originaram-se dos antigos caminhos vicinais que conectavam áreas rurais, com traçado definido pelos condicionantes geográficos existentes em toda a região, em especial a maciça presença de alagadiços” (p. 22). As linhas de ônibus

que fazem a ligação da Barra da Tijuca com Campo Grande ou de Campo Grande com Pedra ou Barra de Guaratiba costumam carregar pequenas placas no vidro dianteiro informando qual dessas vias tomará. Esse uso acaba fortalecendo tal fragmentação do bairro a partir da referência do nome da via.

Representação 3 – O nome da via e o nome da localidade correspondente



Fonte: Adaptado de Relatório da RA 2004

Guaratiba fica entre importantes e conhecidos bairros como Campo Grande, Santa Cruz e Recreio dos Bandeirantes, no entanto apresenta a segunda menor densidade demográfica da AP5, perdendo apenas para a Vila Militar. Sua principal via, em escala municipal, é a Avenida das Américas (Anuário estatístico da Cidade do Rio de Janeiro, 1998), recentemente com o nome alterado para Avenida Dom João VI no trecho em que corta o bairro de Guaratiba. Ela liga a Baixada de Jacarepaguá (principalmente Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes) à Santa Cruz, e neste bairro é ligada à Avenida Brasil (BR – 101) por um pequeno trecho de outra avenida, fechando o anel viário da cidade. A segunda via mais importante do bairro, também em escala municipal é a Estrada do Mato Alto. Ela liga a Avenida

das Américas, em Guaratiba, a Campo Grande. As outras duas são a Estrada da Matriz/Ilha, e a Estrada do Magarça. A importância delas aparece em nível de RA (Região Administrativa). A Estrada do Magarça é uma segunda opção de ligação da Avenida das Américas a Campo Grande, ou Campo Grande à Pedra de Guaratiba, como é o caso também da Estrada do Mato Alto. A Estrada da Matriz/Ilha é a única delas que não apresenta característica tão forte de via de passagem. Com a abertura da Avenida das Américas em direção à Santa Cruz, na década de 1960 (Relatório RA, 2004), no trecho que passa por Guaratiba, a Estrada da Matriz/Ilha deixou de ser o caminho de ligação com Campo Grande, devido à opção retilínea da Avenida das Américas.

A baixa densidade demográfica de Guaratiba é mais sentida nas margens da recentemente nomeada Avenida Dom João VI (antiga Avenida das Américas). Essa área é ocupada por uma vasta área militar (CETEX - Centro Tecnológico do Exército), pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e pela FIPERJ (Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro), com amplos terrenos desocupados ao seu redor. Existe também a presença do Parque Estadual da Pedra Branca, instituído em 28 de junho de 1974 pela Lei Estadual 2377, com 12.500 ha (125 Km²), coberto pelo ecossistema de mata atlântica Montana e submontana. O bairro também guarda a Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, criada em 1974 pelo Decreto Estadual 7.549, visando a preservação de manguezais e sítios arqueológicos. Essa reserva se localiza no litoral nordeste da Baía de Sepetiba.

Ao analisar a evolução populacional dos bairros da cidade, é interessante notar que Guaratiba faz parte de um pequeno grupo de bairros que vem sofrendo incremento populacional. De acordo com o Anuário Estatístico da Cidade (1998), em 1980 eram 36.711, em 1991 subiu para 49.295 e em 1996 o total da população residente já era de 61.342. A maior parte dos bairros que apresentaram incremento populacional está localizada na zona oeste da cidade.

Alguns dados concretos podem ser diretamente relacionados a isso, como por exemplo, a relativa melhoria do transporte de massa, tanto ferroviário como rodoviário e a quantidade significativa de áreas “disponíveis” não construídas, diretamente associadas à busca pela “casa própria”. Os dados do anuário da cidade

mostram que, em 1991, num total de 15.114 habitações na RA de Guaratiba, 11.570 eram próprias contra 1.557 alugadas, significando 77 % em moradias próprias. De acordo com Abreu (1997), essa “febre imobiliária” em direção aos subúrbios, periferia e, em grau bem menor, zona rural (na ocasião) de Campo Grande, Santa Cruz e Guaratiba, teve início na década de 1930, quando iniciaram a eletrificação da Central do Brasil, sendo mais intensificada em 1946, com a construção da Avenida Brasil. De acordo com o autor, houve o “retalhamento intenso dos terrenos aí existentes para a criação de loteamentos, muitos dos quais foram abertos sem qualquer aprovação oficial” (Abreu, 1997: 109), além da autoconstrução como solução possível para o problema de morar.

Dentre os três bairros classificados por rural (Campo Grande, Guaratiba e Santa Cruz), na ocasião, Guaratiba foi o último a vivenciar tal ocupação. Enquanto os bairros de Campo Grande e Santa Cruz eram cortados pela estrada de ferro e Avenida Brasil, o bairro de Guaratiba continuava isolado ou pouco acessível. De acordo com o Relatório da RA (2004) sua distância em relação ao centro da cidade, de aproximadamente 45 km (em linha reta), além da distância em relação aos principais eixos de transporte, inicialmente a estrada de ferro e posteriormente a Avenida Brasil, “a resguardaram da ocupação urbana e da proliferação de loteamentos e conjuntos habitacionais que ocorreram em toda Zona Oeste a partir de 1960, conseguindo manter expressivas extensões com feição de área rural” (p. 7).

Uma entrevistada de setenta anos, mas há cinquenta residindo na Ilha de Guaratiba, relatou as dificuldades do isolamento da localidade: “nem condução pra ir a Campo Grande a gente tinha. (...) Pra comprar um calçado tinha que ir a Campo Grande. (...) Agora tem condução, antigamente não tinha. A gente tinha que ir a pé, com criança no colo. Tinha um [bonde] que saía do ABC, tinha um bondezinho que tinha hora marcada pra sair e voltar [apenas um horário diário], se perdesse perdeu, tinha que voltar a pé”. Esse percurso mencionado por Dona Violeta, entre Campo Grande e Ilha de Guaratiba, tem aproximadamente vinte quilômetros, que deviam ser caminhados caso o bonde fosse perdido, como aconteceu em algumas ocasiões, como relatou a entrevistada.

No entanto, “nos últimos dez anos (...) houve significativo aumento populacional em toda a RA, da ordem de 60%, em grande parte devido a expressivas invasões de terras. A fisionomia tradicional de área rural e casas de veraneio foi alterada para um mosaico de usos (...), incluindo loteamentos irregulares e clandestinos, além de favelas” (Relatório da RA, 2004:7). Em áreas mais

próximas a Campo Grande tal fenômeno foi mais evidenciado, já que Campo Grande foi, até então, o principal vetor de expansão urbana em direção à Guaratiba.

Ainda hoje problemas com transporte são apontados por moradores como problema sério da Ilha de Guaratiba. Não existe rodoviária ou mesmo “ponto final” em Guaratiba, por isso os ônibus, ao passarem pelo bairro, já “vem lotado”, reclamam os passageiros em pontos de ônibus. É importante mencionar que Campo Grande, bairro vizinho, concentra um grande número de linhas de ônibus, tanto de passagem como em ponto final (rodoviária), além da estação de trem. É nesse bairro que a população de Guaratiba de fato soluciona sua necessidade de transporte. Das “12 linhas municipais que (...) [passam pela] região, (...) cerca de 60% se destina a Campo Grande, caracterizando-se assim a importância deste pólo comercial na zona oeste” (Relatório da RA, 2004: 21). A Barra da Tijuca é a outra opção de entroncamento rodoviário, principalmente para aqueles que se dirigem para Jacarepaguá ou Zona Sul do Rio.

O Relatório da RA (2004) afirma que “a Região de Guaratiba é servida apenas por ônibus, não dispondo de nenhuma modal de transportes de massa, seja ferroviário, metroviário ou hidroviário. (...) O sistema viário existente na RA de Guaratiba é bastante precário: a capacidade de tráfego é bastante reduzida, de forma geral dotado de iluminação pública inadequada, sem canteiro central separador, sem acostamento e com uma faixa por sentido de tráfego, carecendo, portanto, de melhorias físico-operacionais” (p. 21). Na mesma página o relatório é concluído, no quesito “sistemas de transportes públicos”, da seguinte forma: “ainda que apresente padrões de ocupação populacional pouco denso, o atual sistema é deficiente (...)”.

Grande parte do arruamento desse bairro não tem asfalto, e o arruamento de menor porte serve, apenas, para trânsito direto à moradia, não tendo caráter de “ruas de passagem”. A iluminação pública é visivelmente precária e a rede de esgoto só atinge 27,22% dos domicílios (Censo, 2000). Várias tubulações despejam seus dejetos diretamente em rios próximos e, a presença de “valas negras” é comum.

“Guaratiba se destaca pelo uso de fossas rudimentares e pelo elevado percentual de valas, quase 15%, muito superior à média da cidade (2,68%). (...) A precariedade do sistema de esgotamento sanitário (...), além dos impactos ambientais negativos decorrentes, é preocupante ao se constatar que 12,02% dos domicílios de Guaratiba (...) dependem de poços e nascentes para suprir suas demandas por água” (Relatório da R. A., 2004:14).

De acordo com Andrea, 32 anos, agente de saúde do PSF (Programa de Saúde da Família) e moradora da localidade, a maior parte da Ilha de Guaratiba não tem rede

de água, e rede de esgoto não existe. O tubo de água da CEDAE passa apenas na estrada principal. “Lá na Matriz [localidade interna à Ilha de Guaratiba em que reside] a associação de moradores, por conta própria, que furou o [duto] principal e desviou água em canos menores para as ruas!”, em tom indignado. Já para Dona Isaura, oitenta anos, moradora do Caminho do Poder da Boa Vontade, “é boa a água do poço, a maior parte aqui é água de poço, não precisa outro não, nunca falta”. Completando, sua nora disse: “poço é assim, quanto mais usa mais tem”. Dona Isaura disse encher suas três caixas d’água de duas a três vezes ao dia, afirmando que mesmo assim o poço está sempre cheio, com tom de orgulho.

Quanto à infra-estrutura social, a realidade é bem coerente com a infra-estrutura técnica. Guaratiba não tem hospital nem maternidade, apresentando apenas dois postos de saúde (Censo, 1999). Escolas profissionalizantes, faculdades, cursos de línguas e cursos de outras naturezas, desde computação até culinária, são encontrados apenas em Campo Grande. O comércio se limita a pequenos “mercadinhos”, bares, padarias e pequenos “salões” de beleza. A maior parte do consumo certamente é realizada em Campo Grande.

O relatório RA (2004) indica a possibilidade de relação entre a precariedade da infra-estrutura de saneamento com os indicadores de mortalidade infantil da RA:

“na RA de Guaratiba, comparativamente aos seus bairros limítrofes e demais áreas da Cidade, a oferta de infra-estrutura de saneamento é precária, tendo quase a metade dos domicílios (48,9%) esgotamento sanitário provido por fossas e expressiva quantidade de domicílios com abastecimento de água efetuado por poços (7,8%). A situação mais crítica encontra-se no bairro de Guaratiba com índices de 72,7% e 14,4%, respectivamente. Esses fatores podem estar influenciando os indicadores de mortalidade infantil da RA, que são altos, mesmo quando comparados à região de entorno, apesar de observarmos expressiva redução durante a década passada. O bairro de Guaratiba também apresenta um alto índice de mortalidade neonatal precoce. Isto pode ser reflexo da não disponibilidade, ou eficácia, de serviços de saúde no atendimento materno” (p. 10).

Em relação à educação, o relatório afirma que “a escolaridade dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes é baixa, situando-se em geral entre 1 e 8 anos de estudo (...), é o bairro com menor índice de matrículas por mil habitantes” e apresenta, como principal deficiência da RA, de acordo com o IDH, preocupantes “taxas de alfabetização e taxa bruta de frequência à escola (...). São esses aspectos

[educação e infra-estrutura básica] que explicam porque a RA de Guaratiba tem um dos mais baixos índices de Desenvolvimento Humano (IDH) da Cidade (...)” (p. 11).

Em equipamentos de segurança os dados também são pouco animadores:

“tanto os batalhões da Polícia Militar, quanto os Grupamentos do Corpo de Bombeiros e ainda as inspetorias da Guarda Municipal, inexistem em Guaratiba, que, no entanto possui algumas unidades locais daquelas corporações militares, como cabines da PM e a unidade dos Bombeiros localizada na confluência da Avenida das Américas com a Estrada da Matriz. O atendimento, portanto, é feito por unidades situadas nas Regiões Administrativas vizinhas. Em relação às delegacias, houve uma recente mudança dos dados, com a inauguração no dia 26/07/04, da 43ª Delegacia de Polícia, na Estrada do Piaí” (Relatório RA Guaratiba, 2004:15).

Em relação aos equipamentos de consumo coletivo de cultura, Guaratiba não apresenta museu, teatro, cinema, espaço cultural, biblioteca pública, hotel, casa de espetáculo, *shopping*, centro esportivo, parque temático e escola de samba (Censo, 1999; Relatório RA, 2004). Na Estrada da Matriz/Ilha existe um clube (clube de engenharia), que é mais utilizado por moradores de outros bairros. O bairro apresenta cinco igrejas/capelas católicas romanas e uma infinidade de templos religiosos ligados ao movimento neo-pentecostal (faltam dados precisos).

1.3.2- A Ilha dos mapas e a Ilha vivida

Ilha de Guaratiba é o nome popular de uma localidade interna ao bairro de Guaratiba. Esta localidade não aparece nos mapas oficiais da Prefeitura porque a menor unidade a ser delimitada e nomeada é o bairro. É interessante notar que a Ilha de Guaratiba, meu recorte espacial, existe no cotidiano dos moradores, mas não existe no mapa. Já Guaratiba, maior bairro da cidade do Rio de Janeiro, existe no mapa, mas não na vivência de seus moradores (de acordo com estudo mencionado anteriormente, 2006).

Dona Rosalina, 62 anos, idealizadora e fundadora da biblioteca comunitária da Ilha de Guaratiba, afirmou:

“a Ilha é mais antiga que Campo Grande, e vai ver Campo Grande... A Ilha parou no tempo. É isolado. Você vê, Campo Grande tinha estação de trem, prá cá ainda tinha que pegar o bonde. Hoje ainda, ou você vai para Campo Grande ou para a Barra. Não tem ônibus para a Pedra de Guaratiba, para a Brisa, para Sepetiba. Estamos mais ligados a Campo Grande que às outras localidades de Guaratiba”.

Ao mesmo tempo em que afirma o desligamento da Ilha com as “outras localidades de Guaratiba”, reforça o desconhecimento da delimitação oficial do bairro, dado que não é significativo para os moradores da Ilha de Guaratiba. Já os limites da Ilha são claros e indiscutíveis para Dona Rosalina.

Guaratiba não representa uma unidade, mas uma abstração não utilizada por seus moradores. No caso dos moradores da Ilha de Guaratiba, quando estão em Campo Grande, por exemplo, dizem para os estranhos, residir “na Ilha”; quando estão “na Ilha”, dizem morar no Retiro, na Matriz, no Largo da Ilha, no Caminho do Poder da Boa Vontade, ou no Morgado, por exemplo.

Tabela 1: Subdivisões do bairro de Guaratiba em localidades e microáreas

Bairro	Divisão do bairro em localidades	Divisão das localidades em microáreas
Guaratiba	Ilha de Guaratiba	Matriz
		Retiro
		Morgado
		Largo da Ilha
	Mato Alto	Divisões não trabalhadas
	Magarça	

Dona Nara, 73 anos, esposa do ex-presidente da Associação dos Moradores do Caminho do Poder da Boa Vontade disse: “agora você veja só, eu moro na Ilha de Guaratiba, mas na light meu endereço vem como se fosse Barra de Guaratiba...”, reiterando a agente comunitária: “É mesmo, antes de eu casar, eu morava na Estrada da Barra [atual Estrada Burle Marx, não utilizada pela agente em momento nenhum] eu via um monte de carta de gente daqui, que a gente nem conhecia. Extravia mesmo”. Em seguida veio Dona Nara lá de dentro, usando seus óculos de leitura, com a conta de luz na mão, indignada, e querendo provar o que dizia: “olhe, não sou moradora da Barra de Guaratiba, olhe como vem a conta!”. Ao pegar a conta, percebi que não estava escrito “Barra de Guaratiba”, bairro vizinho à Guaratiba, mas Guaratiba mesmo, bairro em que a localidade “Ilha de Guaratiba” se insere. Frente à certeza e indignação, não me senti confortável em informá-la que “Guaratiba” é o bairro em que reside “oficialmente”, pela divisão realizada pela Prefeitura em 1988.

Numa escala ainda maior, interna à Ilha de Guaratiba, a homogeneidade vista por quem vem de fora chega a ser traduzida por agressão, ao cometermos o “delito” de atribuir ao conjunto um único nome. “Não, eu não sou da Ilha! Sou da Matriz!”, disse uma moradora indignada com o fato de eu deixar escapar, durante uma entrevista, que ela, “como moradora da Ilha...”. A expressão Ilha, quando usada dentro da localidade, significa “Largo da Ilha”, umas das localidades internas à Ilha

de Guaratiba, e a indignação é produto de uma intensa diferenciação que os moradores antigos fazem quanto ao “tipo de gente” que reside em cada uma dessas microlocalidades.

Existem muitos meios de obtenção de informações de uma determinada localidade: ler mapas e censos, buscar imagens ou fotografias, dentre outros. No caso do geógrafo e do antropólogo, o trabalho de campo (na maioria dos casos), é a essência da pesquisa. Não estamos dizendo que as fontes secundárias (Lakatos, 1991) não sejam importantes, mas é no campo que de fato a pesquisa acontece. É no campo que o olhar distante dos mapas, censos e fotografias é substituído pelo acesso ao sentimento, ao comportamento, às relações.

O mapa é o sonho do domínio do geral e do objetivo, constitui a mesma utopia panorâmica das grandes produções arquitetônicas, mencionada por Michel de Certeau:

“a torre de 420 metros que serve de proa a Manhattan continua construindo a ficção que cria leitores, que muda em legibilidade a complexidade da cidade e fixa num texto transparente a sua opaca mobilidade. (...) uma projeção que é uma espécie de colocação à distância, pelo administrador do espaço, o urbanista ou o cartógrafo. A cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), em suma um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas. O deus voyeur criado por essa ficção e que, como o de Schreber, só conhece os cadáveres, deve excluir-se do obscuro entrelaçamento dos comportamentos do dia-a-dia e fazer-se estranho a eles” (Certeau, 2008: 171).

Pois então, é desse mapa distante, geral, objetivo e panorâmico que teremos que nos distanciar um pouco para vermos outras “verdades” da Ilha de Guaratiba, aquelas que são excluídas, ou sequer pesquisadas, ao se executar as regras de confecção de um mapa. O que os moradores têm a dizer sobre o seu lugar? Como dividem seu espaço? Como se relacionam? Como as relações influenciam nas tomadas de decisões quanto à alteração toponímica e instalação de infra-estrutura? Qual o significado do mapa? Como se vêem no mapa (como nos vemos!)? O que sentem e como reagem às alterações do lugar por pessoas desconhecidas?

Com propriedade os moradores da Ilha de Guaratiba contam histórias do lugar, comparam o passado com o presente, apontam as diferenças, mostram onde mora fulano ou beltrano, onde o mangue foi aterrado, até aonde a extinta laranja ocupou essas terras, quem continua plantando, quem vendeu seus sítios para empresários de loteamentos etc.. Pra lá e prá cá o braço aponta, para o desenho do morro, aquele

mais distante, ou o mais arredondado, onde tem uma árvore mais alta, onde falta vegetação, são os meios de indicação do que querem mostrar, e à história relacionar. Em nenhum momento mencionam a palavra mapa, nunca recorrem a ele para mostrar qualquer ponto que seja.

Mesmo assim, com todo o conforto que sentia em conversar com pessoas que sabem do que falam, de vez em quando sacava meu mapa e perguntava: “aqui, perto desse rio, que cruza essa estrada? Qual o nome desse caminho?”. O olhar seguro e profundo era substituído, ao observar o mapa, por um perdido e duvidoso: “O que está escrito aqui? Isso é o que? Ah, é aquele rio que passa por trás da casa de Dona Toninha, na parte que corta o Caminho do Pestana...”, “não”, responde o marido, “acho que é aquele outro, esse aqui é da casa da filha de Dona Zezé, aquela que perdeu o marido há pouco tempo...”. Sem as cores, o cheiro, a vegetação, a terra, sem os pontos de referência como a casa da Dona Toninha, ou do seu José etc., o lugar deixa de ser lugar (Tuan, 1983), e passa a ser um papel, com algumas informações desconectadas, plano e em preto e branco. Ingold diria que isso acontece “porque os lugares não têm posições e sim histórias” (Ingold, ano, 2005:1).

Não acredito que o problema do mapa esteja exatamente na posição, já que a casa de Dona Toninha ou de Dona Zezé tem uma posição, que não é definida no cotidiano pelas coordenadas geográficas (posição absoluta), mas em relação ao rio, aos vizinhos próximos, mas pro alto do morro, ou mais pra baixo, próximo ao Rio Piraquê, ou à ponte do Caminho do Boqueirão (posição relativa), por exemplo. A ponta do dedo indica a posição disso ou daquilo no espaço. A meu ver, o mapa passa a se afastar do vivido quando ele precisa ser absolutamente técnico. Ele vira uma abstração impessoal. E é nesse ponto que concordo com Ingold:

“a elaboração de mapas chegou a ser divorciada da experiência de movimento corporal no mundo. O cartógrafo não precisa viajar, na verdade ele pode não ter experiência nenhuma no terreno que ele tão esmeradamente procura representar. A sua tarefa é montar, fora do local, a informação fornecida a ele – já livre das circunstâncias particulares da sua coleta – numa representação espacial abrangente” (Ingold, 2005:15).

É claro que o mapa não é a realidade, como o livro e a fotografia também não são, mas quando os moradores encontram nos mapas a sua rua, o seu caminho, o nome do rio em que se banham, exatamente com o nome que usam no cotidiano, a felicidade fica estampada em seus rostos. É como se o Estado, ou os intelectuais que

produziram o mapa legitimassem a existência do grupo. Assim como a carteira de identidade legitima a existência do indivíduo, o mapa legitima a existência do lugar e, automaticamente, das pessoas que nele vivem, que com ele tem ligação afetiva.

Todos, sem exceção, se mostraram interessados em encontrar seus lugares no mapa. “Ah, olha aqui, a nossa rua. Nossa casa deve ser mais ou menos aqui, nessa curva”, “ih, aqui tá errado! Tem um monte de ruazinhas ligadas nessa aqui e o mapa não botou!”, “aqui, aqui, um monte de rua sem nome no mapa, isso tudo aí tem nome. Esse Caminho da Covanca é ligado com o Paulo Alvarez, olha, não ta aparecendo isso no mapa”, “ih, pereí, deixa eu tentar entender isso, eu acho que essa rua é aquela que fizeram o condomínio...”, “não, isso aqui não é vazio não. Tem três condomínios aqui”,

“Ih, tem vários caminhos que não aparecem nesse mapa. O Caminho do Abreu se liga com esse caminho aqui, mas eu não sei se é bem um caminho, porque essas pessoas fecharam para mais ninguém passar por dentro do quintal dela. É acesso só pra quem comprou o terreno de trás, que aí pode sair pela Avenida das Américas ou pelo Caminho do Abreu, mas não quer que todo mundo fique passando por aí. Já aqui o pessoal passa, é terreno dessa casa, mas é caminho”.

Quando o mapa está “certo”, sua “autoridade de documento” é confirmada e o lugar ganha uma “carteira de identidade”, fato que deixa os moradores muito satisfeitos. Mas, quando o mapa está “errado”, ele é desqualificado e os moradores se comportam como se vivessem num lugar inferior, que não existe nos mapas, como se fosse um “lugar indigente”, não documentado, inexistente.

Tão ou mais desolados ficam os moradores ao saber que “seu lugar” é “registrado” ou classificado como área de “favela”. Para os moradores isso desqualifica tanto o lugar quanto seus ocupantes, num processo único: sou o lugar que moro. Morar numa favela significa ser “favelado”, e essa palavra vem carregada de sentidos pejorativos e de exclusão.

Indignado, o Presidente da Associação da Matriz disse:

“fui lá na Prefeitura pegar esse mapa, lá na Presidente Vargas, e quando fui vê, olha lá, a Matriz estava registrada como favela! Isso aqui não é favela não. Abre aí o seu mapa, deixa eu vê se o seu também ta. Olha aí, ta vendo, botaram isso. Isso aqui não é favela não! Você ta vendo tráfico? Tem assassinato? Aqui não tem violência não, cada um tem sua casa, tudo direitinho, não é favela não! É gente pobre, mas não é favela. O Cezar Maia marcou três favelas na área da Matriz, mas não é isso não, aqui as pessoas tem título”.

O antigo Presidente da mesma associação, Sr. Diucênio, disse não ser favela porque não tem droga e concordou com a questão do título mencionada pelo atual Presidente. “Isso aí é porque as pessoas olham, pensam que é favela porque os lotes estão cheios de casa, mas isso aí é que nós tivemos que dividir os lotes que o Brizola deu, de 10x40, em dois, que era pra atender todo mundo”.

Em um diálogo com duas moradoras da Ilha de Guaratiba e agentes do PSF:

Daniella: “Não, isso aqui não é vazio não. Tem três condomínios aqui.

Alice: “E essa área aqui, tem o que? No mapa aparece como favela”.

Daniella: “Não, não tem favela na Ilha de Guaratiba. São pessoas pobres, mas não é favela”.

Alice: “O que você chama de favela?”

Parou pra pensar, ficou com receio de dar a resposta errada.

Daniella: “Ah, pobreza com tráfico de drogas. Aqui não tem tráfico de drogas. O que é favela? Porque se for pobreza, a Ilha toda é favela, não só esse pedaço”.

Alice: “Essas pessoas não devem ter título de propriedade da terra, não é?”

Daniella: “Mas se for isso, a Ilha é toda uma favela. São poucos os que conseguiram legalizar e ter título. É tudo posse!”.

(...)

Daniella (irmã de Samira): “Aí Samira, isso aí é favela?”

Samira: “Não, não tem favela na Ilha”.

Esse é o perigo da legitimidade do mapa, dos números, das definições, das regras, que Weber (1973) chamou de “racionalidade técnica”. É contra esse tipo de mapa que Ingold (2005) se coloca, não contra todo e qualquer mapa. É o mapa feito pelo técnico forasteiro, aquele que domina as técnicas reconhecidas cientificamente, as técnicas do mapa moderno, mas nada do lugar, ou seja, da relação afetiva que as pessoas têm entre si e com seu espaço. Zé Carlos expressou isso com muita emoção dizendo: “eu gosto de tudo aqui. Quando eu morrer, eu quero ser enterrado no quintal da minha casa”, apontando para um vasto quintal com plantas e arbustos cultivados por ele mesmo e para o cenário de morros que circunda sua casa.

No relatório final sobre a RA de Guaratiba o grupo de arquitetos, que produziu o mesmo, afirma que “**as dificuldades de consulta à opinião pública local** quanto aos projetos e ações demandados, foram minimizadas por utilização das conclusões do Plano Estratégico, constantes no relatório ‘As Cidades da Cidade’, fonte secundária de registro das necessidades por

subáreas do município” (o negrito é meu, p. 6). Mas que tipo de dificuldade? Dificuldade ou não prioridade?

Conversando com um dos arquitetos que trabalha a AP5 (Área de Planejamento 5 da Prefeitura), que corresponde à quase toda zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, incluindo a nossa área de estudo, fui advertida, ao mencionar o nome “Ilha de Guaratiba” repetidamente, que esse era o “nome vulgar da localidade”, por não se tratar de um bairro, e sim uma localidade informal. “O bairro é Guaratiba, e não Ilha”, com certo ar de superioridade. Em seguida disse: “ah, além disso, não se trata de uma ilha, porque não é cercado por água em todos os lados”. No momento em que fui advertida pelo arquiteto, ele se encontrava procurando, em meio a um mar de pastas arquivo, o decreto que definia o “novo” início da antiga Estrada da Barra de Guaratiba, agora Estrada Roberto Burle Marx.

Para ele o verdadeiro, o real, o legítimo não é o vivido, mas o que foi publicado no diário oficial, o que tem número por decreto, o que foi burocraticamente documentado. São dois mundos diferentes, o mundo da “racionalidade técnica”, onde a régua e o decreto dos urbanistas se arvoram a definir a vida das pessoas, e a vida, que vai se dando, negando a cada segundo os projetos rígidos que são depositados nos documentos e materializados no espaço, como elementos vindos, de repente, de outra galáxia.

Isso faz lembrar a maneira como os moradores da Vila Kennedy, “primeira comunidade planejada do Rio de Janeiro” (Azevedo, 1999: 93), inventaram, e continuam inventando, significados para a réplica da Estátua da Liberdade que encontraram no conjunto habitacional para onde foram levados, após a remoção das favelas de onde vieram, como por exemplo, Favela do Esqueleto e Praia do Pinto. Azevedo afirma que a estatua, e o próprio conjunto, com casas e ruas iguais, foi rejeitada porque “foi percebida como um símbolo do outro” (Azevedo, 1999: 111).

A réplica da Estátua da Liberdade foi incorporada com outros sentidos, “quando se trata de carnaval, de futebol, de lazer, de música, de festa. Justamente em torno daquilo que permitiu e ao mesmo tempo resultou da constituição de um espírito comunitário e que expressa a liberdade da galhofa que, sem constrangimento, altera à vontade o monumento oficial” (Azevedo 113). Então, ela aparece com violão, pintada com flor no rosto, negra, enfim, como

símbolo transformado, símbolo da comunidade. Tudo isso à revelia do consulado estadunidense, como afirma a autora.

Essas são as “microrresistências” e as “microliberdades” possíveis para uma sociedade como a brasileira, onde a racionalidade capitalista é mais um instrumento do “diferentes, mais juntos, regra de ouro de um universo hierarquizante como o nosso” (DaMatta, 1997:18), que de fato um sistema de “iguais, mas separados”.

A questão é que uns tem o privilégio “legal” para definir as regras do jogo, aceitar ou não os nomes praticados pelos usuários do espaço em questão, trocar quando considera interessante e negar o pedido dos moradores de retorno do nome antigo e de costume. Como afirmou Azaryahu (1996), na modernidade a nomeação das ruas passou a ser prerrogativa do Estado. O mesmo Estado que priorizou o mapa técnico e impessoal criticado por Ingold, o mapa que substitui o movimento, a vida pelo desejo da imparcialidade e representação fidedigna. Justamente o que não existe nesses mapas: imparcialidade e representação fidedigna. São eles muito mais distantes da “realidade”, do vivido, que imaginamos e, muito menos ingênuos do que supomos.

Não quero com isso desqualificar o mapa “moderno”, mas sinalizar seus riscos tanto para o pesquisador quanto para aqueles que vivenciam o lugar. Sua autoridade deve ser limitada, sob pena de estragos consideráveis. Imagine-me desconsiderando a Ilha porque não aparece no mapa como tal! Poderia eu impedir o ‘mapear’ dos moradores entrevistados, que com o lápis marcavam, com certo receio de “estragar” o documento, o que deveria estar registrado? E a sensação de não ter seu lugar documentado no mapa da Prefeitura? Ou ainda classificado como algo que eles consideram um insulto? Se num primeiro momento tal mapa me serviu como ponto de partida, agora chegou a hora de pô-lo de lado.

1.3.3- Dados, categorias e valores

Os dados disponíveis no site da Prefeitura sobre os “bairros cariocas” oferecem um rico panorama do bairro, mas além de não serem atualizados com frequência, não refletem a realidade da Ilha de Guaratiba como localidade interna ao bairro. Isso se explica parcialmente pelo fato de a Ilha não ser considerada uma unidade espacial para a Prefeitura.

Como dividir os números absolutos por três, tendo em vista as três localidades do bairro, não resolveria a imprecisão para o caso específico da Ilha de Guaratiba, ao fazer um recorte espacial não coincidente com os limites oficiais o pesquisador precisa criar outros meios para obtenção de dados que traduzam melhor seu objeto de estudo. Esses dados normalmente são conseguidos diretamente no trabalho de campo.

No nosso caso especificamente o PSF foi a mais importante fonte de dados sobre a população da Ilha de Guaratiba, já que em seu trabalho cotidiano precisam de dados precisos e atualizados especificamente da área coberta pela unidade. Inicialmente escreveria ‘para nossa sorte o recorte espacial do programa foi exatamente o nosso’, mas na verdade isso não ocorreu por sorte, mas porque a unidade Ilha é completamente legitimada pela vivência de seus moradores e reconhecida pelos moradores de localidades vizinhas.

O dado mais recente sobre o quantitativo da população de Guaratiba oferecido pelo censo IBGE / IPP é de 2000, e conta 87.132 pessoas para todo o bairro. O PSF – Ilha aponta 9.680 pessoas para a Ilha de Guaratiba em 2008. Utilizando os dados do PSF temos tanto o dado atualizado como do recorte Ilha especificamente. Sem os dados do Programa de Saúde teríamos de fazer uma estimativa dividindo o número total por três localidades, chegando a 29.000 habitantes para cada, ou seja, três vezes o número de moradores da Ilha de Guaratiba. Além do dado populacional total, o PSF o apresenta por faixas etárias. As condições das moradias e o acesso à infraestrutura também foram dados utilizados dessa fonte.

Dos 9.680 moradores da Ilha, 6.566 pessoas estão entre 20 e 60 anos ou mais, ou seja, 68% da população. Foi dentro desse grupo que selecionei as pessoas que

seriam entrevistadas. Essa decisão se justifica pelo fato de esse grupo estar mais envolvido com questões de moradia, conflito por terra, infra-estrutura e toponímia.

Já mencionei o fato de as microáreas corresponderem grosso modo às subdivisões das quatro equipes do PSF, além de já ter justificado tal sobreposição pela utilização de agentes da própria localidade, elemento que contribui para que as vivências espaciais dos moradores sejam trazidas para os mapas do Programa. No entanto, as dimensões da área e o número de indivíduos atendidos por equipe não devem ser muito discrepantes, fato que leva à subtração ou adição de algumas ruas em cada microárea do PSF. Por esse motivo não poderei trabalhar os dados por microárea, mas apenas para o total da Ilha de Guaratiba, onde o recorte espacial casa perfeitamente. Como esses dados foram extraídos de fichas de agentes durante longo período dentro do Posto de Saúde e trabalhados para se adequarem aos meus objetivos, decidi incluí-lo na classificação dados de campo.

Continuando a exploração da Ilha de Guaratiba a partir dos dados do PSF, essas 9.680 pessoas estão distribuídas em 3053 unidades familiares. Desse total 96% é de alvenaria, 1% de madeira (casas pré-fabricadas) e 3% de taipa ou material aproveitado. Quanto à coleta do lixo, 91% é recolhido pela COMLURB (Companhia de Lixo Urbano) e 9% é queimado ou fica depositado à céu aberto. Quanto ao abastecimento de água, 48% é proveniente de poços ou nascentes e 52% oriunda da rede pública.

Nas entrevistas tivemos acesso à informação de que a água canalizada pela CEDAE passa apenas pela avenida principal, ou seja, Estrada da Matriz e Estrada da Ilha em sua continuação, ficando para os moradores o trabalho de “puxar a água” para as ruas que se ligam à principal, já que a CEDAE não responde aos pedidos dos moradores. Isso significa que dos 52% da água oriunda da rede pública, parte significativa é realizada por “gatos” muitas vezes em canalizações não apropriadas.

O sistema de esgoto é inexistente, sendo na maior parte das vezes lançado *in natura* no sistema hidrográfico local (conhecido por valas negras), mangue e fossas fora dos padrões exigidos pelo regulamento da CEDAE (Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Estado do Rio de Janeiro) afirmaram os agentes do PSF e outros moradores.

Vamos então contrastar os dados com as falas dos moradores na tentativa de perceber a que dão valor, em que concordam entre si, em que se conflitam, que valores e crenças estão em jogo. Esse passo é importante porque facilitará a compreensão da maneira pelo qual o projeto “Recreio de Guaratiba” é visto pelos diferentes grupos de moradores, por que alguns grupos se posicionam a favor e outros contra sua execução e como pode modificar suas vidas. Não podemos esquecer que essa alteração toponímica traz um conjunto de mudanças quanto às práticas e funções da localidade. Essa alteração de nome não é à toa, ela anuncia a mudança.

De acordo com os moradores, a “tranquilidade” e o “sossego” ainda são as principais características da Ilha de Guaratiba. Em 100% das entrevistas, tanto com moradores antigos, nascidos na localidade, quanto moradores recentes, os termos “tranquilidade” ou “sossego” ou sinônimos com esse sentido foram utilizados para se referir à Ilha de Guaratiba (somente maiores de dezenove anos foram entrevistados). José Carlos, nascido na Ilha de Guaratiba, 57 anos, aposentado, disse ser a “tranquilidade” a melhor qualidade do lugar, pois “não tem favela com drogas, com nada, e é muito bonito. Olha pro morro, olha que bonito! [referindo-se à encosta florestada que avista do quintal de sua casa]”. Para Luiz Antônio, morador de final de semana, 55 anos, advogado, é “um lugar muito seguro, (...) tranquilo, até o dia que conseguirem asfaltar, fazer a Estrada das Tachas, com asfalto, sair lá em Campo Grande, aí a coisa vai pegar”. Dona Maria, 87 anos, há setenta residindo na localidade, respondeu: “sossego”, balançando sua cadeira de ferro na varanda de sua casa. Já Aldinéia (esposa de José Carlos), nascida em Campo Grande, 44 anos, doméstica, e moradora da Ilha há vinte e cinco anos, disse não gostar da Ilha e sentir saudades do lugar onde cresceu, no Mato Alto, também parte de Guaratiba: “eu não gosto desse lugar! Não tem nada, sei lá... Gostaria de um lugar mais movimentado. Lugar que tem mais casas. Tem um matagal do caramba aqui”.

Os termos ou sentidos de “tranquilidade” e “sossego” aparecem com dois significados: ausência de violência e ausência de barulho, de movimento. Foi comum, durante as entrevistas, a menção à violência das áreas centrais da cidade (vista em telejornais) como exemplo oposto do que vivem na Ilha. Isso é dito com orgulho, como se ganhassem um ponto na disputa. Esse ponto foi muito vibrado principalmente quando os problemas com infra-estrutura já tinham sido expostos

pelos moradores durante a conversa. Eles se orgulham, de forma geral, desse aspecto. Um sentido não exclui o outro. Em alguns casos a mesma pessoa se referia aos dois sentidos, como algo indissociável, em outros se mencionava apenas um desses sentidos.

Foi percebida a seguinte tendência: 1) moradores antigos, idosos e com padrão de renda baixo se referiram ao sentido da ausência de barulho e de movimento; 2) Recém chegados de condomínios e moradores de final de semana, de diversas faixas etárias, com padrão de renda médio ou elevado se referiram aos dois sentidos, com ênfase em segurança.

No entanto, essa quase unanimidade veio, em muitos casos, acompanhada da palavra “ainda”. Por mais que não se tenha noção do andamento dos projetos de alteração da localidade dentro da Prefeitura, os moradores se sentem em um período de transição, onde o “até então” talvez não permaneça. A população está dividida em relação ao polêmico debate da colocação ou não do asfalto. Os antigos moradores e os moradores com padrão de renda inferior defendem a colocação do asfalto, exceto os que têm cavalo. Já os moradores de renda superior, sejam moradores fixos ou de final de semana, são veementemente contra tal infraestrutura.

Jamil, Presidente da Associação de Moradores da Ilha e antigo morador, acha que “tem que asfaltar tudo”. Ao ser questionado sobre os moradores que se posicionam contra, ele respondeu: “Isso é esse pessoal que tem cavalo, mas não dá não, as pessoas andarem na poeira e na lama”.

Para ele o asfalto não tem relação com aumento de criminalidade, no entanto vem sentindo aumento da criminalidade na Ilha:

“essa garotada que não trabalha, tá usando drogas... eles roubam pra bancar o vício. Tem muitos morrendo porque ninguém aqui vai deixar mole. Vai roubar uma, duas, depois um que foi roubado resolve o assunto. Não tinha isso aqui na Ilha não, isso é recente. Agora tem também esses carros que estão assaltando as pessoas no ponto de ônibus. Isso aí é gente de fora”.

Os cavaleiros não fizeram também qualquer relação do asfalto com violência. Na verdade, não mencionaram a palavra violência em nenhum momento. São brincalhões, falam alto, dão gargalhadas o tempo todo. Não parece existir qualquer preocupação com violência, muito pelo contrário, é como se nunca tivessem ouvido

falar nisso. Esses homens são em grande parte nascidos na Ilha ou em localidades próximas. Eles possuem grande intimidade com os cavalos e com a localidade. Cada pedacinho da região, cada trilha, é profundamente conhecido.

Em conversa no bar do Xuxa, onde os cavaleiros se encontram pra beber e “estacionar” seus cavalos (em um estábulo que faz parte do bar), provoquei a polêmica do ‘asfalto’:

Alice: “Quanto à mudança do nome das Tachas vocês relataram que a maioria das pessoas são contra. Mas e em relação ao asfalto, que acham?”

Paulo: “Ah, eu sou contra, o Eider Dantas tava jogando um resto de asfalto aí, mas os cabos eleitorais do Carlo Caiado encheram a rua de faixas dele. Quando o Eider veio ver a obra, encontrou as faixas do Carlo Caiado, achou que a população tinha colocado, e mandou todas as máquinas pararem e interrompeu a obra. Você viu que só tem uma capa de asfalto num pedaço do meio da rua? Política é muito sujo, só aparecem aqui no período de votos”.

Alice: “Mas você ficou chateado com a retirada das máquinas?”

Paulo: [Parecendo estar sem graça em se posicionar próximo ao dono do bar] “Não, resto de asfalto eu não quero não. Se for uma coisa bem feita, com galeria, aí eu gostaria. Ôh Xuxa! Que você acha de asfaltar? [gritando o dono do bar]. Ele é contra, cavaleiro é contra, porque gasta ferradura. Isso aqui tá bem dividido. Os cavaleiros não querem pra não gastar ferradura, já os outros querem tudo direitinho, acabar com a lama e a poeira. Quem tem carro mete o pé, e quem não tem carro nem cavalo, que tem que andar a pé, come poeira quando esses carros passam correndo”.

Xuxa (dono do bar, marido da Dona Vera): “Não, aqui não é pra asfaltar não! Gasta ferradura. Aqui é rural!”.

Para o Senhor Luiz, morador de final de semana, dono de um confortável sítio na Estrada das Tachas:

“é um lugar muito seguro (...). Até o dia que conseguirem asfaltar, fazer a Estrada das Tachas, com asfalto, sair lá em Campo Grande, aí a coisa vai pegar. Eu sou altamente contra o asfalto. Em frente a minha casa, fizeram uma porcaria lá, que não é asfalto, já tá tudo esburacado. E os bobos dali acreditavam, que o político que botava a foto, o deputado que botava o cartaz, acreditavam, a filha do Paiva Muniz botou uma faixa lá assim: A família Paiva Muniz agradece por ter botado o asfalto, alguma coisa assim. Olha, aquilo lá é um absurdo. Então eu sou contra, se eu gostasse de asfalto eu ficava no Maracanã, na Tijuca”.

Durante a entrevista na biblioteca comunitária, organizada e mantida por Lívio,

72 anos, e sua esposa Rosalina, pude registrar o seguinte diálogo:

Lívio: “A Rosalina costuma dizer, isso aqui é o paraíso. Mas é mesmo. Olha ao redor de você, é verde em todos os lados, tranquilo, eu nunca tive problema aqui. Estou aqui desde 1988”.

Alice: E o asfalto, trará benefícios ou malefícios?

Lívio: “Tem que asfaltar sim, não é isso que vai trazer problema pra cá”.

Dona Violeta, senhora idosa muito pobre, residente de uma pequena casa de telha de amianto, junto com filhos, netos e bisnetos, ao ser questionada sobre a colocação do asfalto, respondeu:

Violeta: “Asfalto bem que podia melhorar mesmo essas ruas com lama, cheias de buraco. Mas isso não melhora nunca pra gente. Se botasse um asfaltozinho aí pra gente seria bom. Os morador não gosta, os morador rico aí não gosta. Diz que vai da ladrão. Pra mim eu gosto, não tenho nada pra ladrão roubar, pouco me importa. Quem gosta de andar dentro da lama?”

Alice: “E fora isso, tem mais alguma coisa que a senhora gostaria que mudasse?”.

Violeta: “Também água, aqui pra gente é penoso. Quando falta água aqui a gente fica três, quatro, uma semana sem água. O ruim desse lugar aqui é falta d’água. Faltava água e luz. Luz agora ta boa, só falta agora a água. Nesse tempo ainda tem água, mas quando ta calor, aí que falta mesmo”.

Dona Violeta mencionou, durante a entrevista, o nome do Sr. Kevin como responsável pela alteração do nome de sua rua, de Caminho do Canoé para Manoel F. de Almeida. Foi a ele que ela se referiu quando disse que “os morador rico aí não gosta” que coloque asfalto. Pois então, a partir dessa dica, fui procurar Kevin.

Encontrei um enorme sítio, todo jardinado, com uma linda casa construída na parte mais alta do terreno. Uma cerca elétrica circundava toda a propriedade. Tive um pouco de medo de ser confundida com um criminoso ou do que poderia me acontecer dentro dessa fortaleza. Demoraram a atender, e quando já havia desistido de tocar o interfone, depois de tantas vezes, uma voz eletrônica perguntou o que eu queria. Expliquei que se tratava de um trabalho de pesquisa para o mestrado, e que Dona Violeta, do início da rua, havia indicado o Sr. Kevin como um possível conhecedor das causas da alteração do nome daquela rua. A voz perguntou se eu estava sozinha. A resposta foi positiva, e então deram o comando que abria o portão automático. Acho que tocar no nome da Dona Violeta foi meu passaporte de entrada.

Fui recebida num anexo da casa em que fica a piscina. Soube, durante a entrevista, que eles vinham fazendo a Ilha de casa de final de semana já há quarenta anos, mas agora, aposentados, estavam utilizando a Ilha de Guaratiba como primeira moradia. Kevin, já bem idoso, estadunidense, era um alto funcionário do *Citibank*. Sua esposa Mônica é brasileira. Veja fragmentos do diálogo sobre a relação da “tranquilidade” com a infra-estrutura:

Mônica: “Tranquilidade, rã, era bastante calmo, agora já não é tão calmo. Já ta tendo assalto, eu não tinha cerca elétrica, minha porta era sempre aberta. Mas nós tivemos um assalto bem violento e então as coisas estão mudando”.

Alice: “E quais são as causas dessas mudanças?”

Kevin: “Falta de governo”.

Mônica: “Não tem poder público. Não tem policiamento. Antigamente ainda tinha uma patrulhinha que passava aqui, hoje, você não vê um carro passar aqui”.

Kevin: “Não passa mesmo, tem um monte de caça níquel aí na beira da estrada”.

Mônica: “Dizem que já tem até milícia. Que já ta tendo achacamento do pessoal aí no comércio. Os próprios moradores estão fazendo quitinete. Seu Antônio, por exemplo, é um, que vive pegando os terrenos que ele tem, que é muita quantidade, e fazendo quitinete. O que que acontece, quitinete, você não sabe quem ta morando lá. E eles moram lá [família do Sr. Antônio e outros proprietários que estão loteando seus sítios], tem casas boas. Eles degradam o próprio lugar que vivem. E é gente que tem dinheiro. Esse pessoal todo que tinha lavoura, agora tem comércio. O Zeca, é dono da Jovic, que é loja de material de construção, tem uma rede de supermercado, na Pedra, aqui: São Matheus, São Lucas... por aí vai. Mudaram de ramo, mas são pessoas que tem dinheiro. Eles mesmos estão degradando a área que vivem”.

Kevin: “Não, é só o governo chegar aí e derrubar três ou quatro casas que...”

Mônica: “Que governo nada, desculpa, a gente está indo por outro caminho que não é o seu, mas vê aquela favela em frente ao Amoedo, na beira da estrada e o governo não faz nada. Tá no acostamento, não sei como um ônibus não entrou ainda dentro de uma casa daquelas. Não é possível que o governo não esteja vendo. Hoje em dia tem mais pontos negativos do que positivos. O transito lá pra baixo é horrível”.

Alice: “O túnel facilitaria ou dificultaria?”

Kevin: “O túnel tem que sair uns quinhentos metros na frente, não na entrada da Ilha. Senão destrói tudo, destrói floresta, vira favela. O túnel precisa, mas tem que sair perto do exército”.

Alice: “E asfaltar rua, o Senhor é contra ou a favor?”

Kevin: “Contra, totalmente contra. Aí começa a matar gente, começa a passar ônibus, facilita o acesso, etc., etc., não precisa. Essa parte da Estrada da Ilha, toda essa parte do morro, vindo pra cá a lei diz que tem que ter dez mil metros quadrados. Hoje o pessoal não caça como caçava antigamente. Não tem muita caça. Tem um sítio aqui muito grande, um milhão de metros quadrados, tão querendo fazer um campo de golfe. Eu não gosto de golfe, mas é uma maneira de manter sem ocupação”.

Alice: “E esses condomínios que estão chegando, fazendo lotes...?”

Kevin: “É ilegal. Obviamente que vai ser ruim. Não tem esgoto, não tem passagem de água, vai chegar ao ponto de total degradação da área. A não ser que botem ordem, como botaram em outros lugares, pra evitar isso”.

Antônio, agricultor antigo mencionado por “degradar a própria área” reside num sítio na beira da Estrada da Ilha, donde se avista com facilidade sua casa e a plantação de chuchu. Trata-se de um Senhor bem idoso e com muita dificuldade para falar. Ele ficou vários minutos tentando colocar os sapatos, até que uma

senhora que parecia ser sua filha o ajudou a calçar. Com muita dificuldade veio andando em minha direção.

Alice: “o que o Senhor ta achando das mudanças que a Ilha ta sofrendo, o Senhor ta vendo alguma mudança?”

Antônio: “Tá crescendo cada vez mais, né?”

Alice: “E o que o Senhor acha, é bom ou ruim?”

Antônio: “Pra alguma coisa é bom, pra outra é ruim, né?”

Alice: “É bom pra que?”

Antônio: “Desenvolve, né? Agora, quanto mais desenvolvimento trazer, mais vagabundagem traz também. Vem de tudo, quando eu vim pra qui, há quarenta anos, era uma casa aqui, outra lá na frente... Agora, tem lugar aqui que é uma casa em cima da outra, né?”

Alice: “Isso é bom ou ruim?”

Antônio: “Traz pessoal de tudo quanto é espécie, né. Mas isso não quer dizer nada não, e o movimento, ta crescendo né”.

Alice: “E o Senhor é a favor de asfaltar as ruas todas?”

Antônio: “Por mim pode asfaltar, agora tem gente aí que diz que não goste que asfalte, porque traz mais vagabundagem, se for asfaltado, num instante desaparece, e tal. Pra mim se asfaltar, asfaltou, se não asfaltar, não asfaltou, por que eu moro na beira da rua, né?”

Alice: “E o que o Senhor acha desses condomínios fechados que estão fazendo por aí tudo?”

Antônio: “É bom, ué. Condomínio é bom que só vem gente boa também, né? Condomínio, não é qualquer um que compra uma casa dentro de um condomínio, né? Aí é bom”. (...) antes não tinha. Aí vem um, chama outro, chama outro, o clima é bom, não tem assalto, não tem nada. Agora de vez em quando tem”.

Alice: “Como assim clima bom?”

Antônio: “Vai aí pra baixo só tem prédio, prédio, prédio. O pessoal vê um clima desse aí, aí se encanta, né. A senhora tava comprando por aí?”

Alice: “Não, tô só fazendo uma pesquisa, só estudando a Ilha de Guaratiba”.

Jean Pierre, francês, 68 anos, é um daqueles produtores de plantas ornamentais mencionado por Antônio:

Alice: “Há quanto tempo você mora aqui?”

Jean Pierre: “Desde 1974. Vim da Zona Sul” [Leblon].

Alice: “Como você veio parar aqui?”

Jean Pierre: “Era muito amigo do Burle Marx, eu vinha aqui regularmente, porque Burle Marx era ligado à minha família na França, então conheci a região e comprei essa chácara que tem cinquenta mil metros quadrados pra plantar. Não era pra morar, era pra plantar. Então, onde eu viajava no mundo, eu trazia

muda de planta e plantava lá. Então hoje eu estou com mais de cinco mil espécies de plantas diferentes, bananeiras decorativas, bastões do imperador, 1000 pés de cocos. Este sítio não tinha a finalidade de viver. Eu vivia lá em baixo (...)"

Alice: "O que vc acha desse projeto de trocar o nome dessa localidade de Ilha pra Recreio de Guaratiba? Já ouviu falar?"

Jean Pierre: "Não, acho ridículo. Se existe alguma coisa, porque mudar. Estou sabendo agora, mas essa proposta só pode ter fundo de interesse financeiro, e fazendo Recreio da Ilha, vc vai valorizar psicologicamente um terreno para vender mais caro. Não me interessa que entre aqui a "civilização", porque entrando isso vai entrar a bandidagem, o trafico de drogas, vai entrar a bagunça, numa região que é uma região maravilhosa, que é um pulmão. Os produtores rurais vão perder as terras deles, porque eles vão começar a propor preços absurdos pras chácaras, homens ganhando mil, mil e pouco por mês, com dificuldade de pagar a educação dos filhos, pra comer e pra viver, aparece uma proposta de um milhão pelo sitio dele, ele vai vender e vai fazer o que depois? Pegou um milhão de reais e vai perder um milhão de reais, mais um desempregado por aí na rua, os filhos mais uns bandidos. (...) Nós temos aqui um carnaval nosso, temos as nossas músicas, é uma região que viveu isolada do Rio de Janeiro e criou a sua cultura, eles vão aniquilar essa cultura".

Alice: "Isolado em que sentido?"

Jean Pierre: "Porque tem muro aqui! A televisão, o sinal não vinha aqui. Aquela montanha estava isolando essa área aqui. O acesso era difícil. Quando eu tava comprando meu sítio aqui, não tinha Grota Funda, tinha que pegar aquelas ruazinhas aqui. Era mais complicado que ir para Petrópolis. Então não tinha invasão externas, então aqui criou-se seus costumes, seus ritos, essa maneira de pensar..."

Alice: "Você está sentindo alguma mudança..."

Jean Pierre: "Si, si, muito rápido e muito ruim. Poluição primeiro, (...) tinha mais de cinquenta nascentes de água, agora não tem mais nada, que cortaram as árvores nativas, as águas não chegam mais, o clima mudou, quando chove, tem inundação da minha casa, isso não acontecia. O lençol freático está sendo envenenado, porque o pessoal joga o esgoto in natura no terreno ou então no rio. Aqui tinha pítu, eu catei pítu, hoje é esgoto que passa lá, esgoto a céu aberto que atravessa meu terreno. Não iluminação, não tem água, a CEDAE não distribui água. Quando eu comprei meu sítio só tinha plantação de chuchu... Em trinta anos já tem 400 casas. Não teve planejamento. Hoje, quando você sai daqui e quer ir para o Recreio, precisa de duas horas de engarrafamento. Hoje, você pega a Avenida das Américas, são duas horas pra chegar até a grota funda. Tem que planejar antes de fazer, não como está acontecendo, são grileiros, que pegam as terras e fazem lançamento imobiliário. É lucro imediato, não pensa em fazer lucro futuro".

André Pantaleão, tido como o intelectual da área, além de importante movimentador político de Guaratiba, foi muito recomendado pelo Presidente da associação da Matriz e pelo engenheiro agrônomo do sindicato rural como peça fundamental para conhecer Guaratiba. Ele foi um dos idealizadores do CEPAG (Centro de estudos, pesquisas e ações de Guaratiba), candidato a vereador, além de estar envolvido, junto ao sindicato, na tentativa de construção de um mercado do produtor rural na Ilha de Guaratiba. Sobre a busca da Ilha como local de residência, ele respondeu:

Alice: "E quanto à construção dos condomínios?"

André: “Eu acho perverso, muito ruim”.

Alice: “E você acha que eles vem atrás de que?”

André: “De tranquilidade”.

Max é produtor de plantas ornamentais, mas também muito envolvido com questões político-ambientais da área. Nasceu na Alemanha, mas veio ainda criança para o Brasil. Seu pai, Werner, foi produtor rural na Ilha:

Alice: “E esses projetos, ou pelo menos o pedido da população, em termos de asfaltamento das ruas? Isso seria positivo ou negativo para estes projetos de vocês?”

Max: “Eu acredito que seja negativo, porque realmente o asfaltamento se for ainda feito como é hoje um resíduo de asfalto e não é asfalto, ele na realidade traz capeamento totalmente...sem galeria, sem um projeto mesmo, então, ele em menos tempo fica totalmente esburacado, aí é muito mais difícil consertar os buracos, porque numa estrada lisa de terra com a “patrol” você nivela e ela fica...”

Rafael: “Abre um parêntese aí. Além disso, o asfalto não traz só coisa boa muito pelo contrário, traz mais coisa ruim que boa”.

Alice: “Por exemplo?”

Rafael: “Pessoas que não são bem-vindas...para o ladrão é muito mais fácil ele entrar por uma rua asfaltada do que uma rua esburacada, para ele fugir é mais fácil pelo asfalto do que no buraco. Então, isso tudo não é bom”.

Romeu: “Afeta também o ITR”. (...)

Rafael: “Do lado de lá até o topo, eles fizeram [asfalto] ela toda, para o lado de cá que são trechos de alguns que já perderam”.

Romeu: “(...) os políticos poderosos de Campo Grande, todos eles moram ali”.

Alice: “Na Estrada das Tachas? Políticos de Campo Grande daqui da Zona Oeste?” (...)

Romeu: “Paiva Muniz é do lado de cá, mas o pessoal da Lucinha, pessoal do “Babu”, tudo mora do lado de lá e aí eles fazem porque têm interesse de chegar em casa com asfalto. O que é proibido por lei. Dentro do parque não poderia asfaltar. Aí te pergunto: Cadê o parque? (...)”.

Alice: “O que que o pessoal que vem morar em condomínio compra na verdade, a paisagem?”

Rafael: “A calma, o silêncio”.

Max: “Tranquilidade, silêncio do fim de semana”.

Romeu: “Não tem favela”.

Max: “É um dos poucos bairros ainda que não tem, você vê que os bairros de luxo, Leblon, Ipanema hoje têm dezenas de morro ali onde os pessoais dos prédios estão morrendo de bala perdida porque realmente a violência no morro é tanta que (...)”.

Karina, fisioterapeuta, 27 anos apontou a distância, junto com a precariedade dos transportes como os principais problemas da Ilha de Guaratiba. Para ela o “sossego” é a característica marcante do lugar, mas não é uma característica que lhe agrade.

Alice: “Tem muito tempo que você veio morar aqui?”

Karina: “Seis anos”

Alice: “E você veio pra cá porque?”

Karina: “Na verdade, eu morei durante dezoito anos no Recreio e o Recreio começou a crescer muito, e meu pai gosta mesmo de mato, sabe, aí ele resolveu vir para Guaratiba. Ele tinha amigos que moravam aqui, meu pai trabalha com construção, ele constrói condomínios e tudo. Aí os amigos dele vieram pra cá e ele veio junto. Fugiu quando o Recreio começou a crescer, resolveu fugir mesmo”.

Alice: “Mas ele fugiu exatamente de que?”

Karina: “Fugiu da civilização mesmo, meu pai não gosta. Ele gosta de lugares calmos. Mato mesmo. Então, o Recreio à dezesseis anos atrás era assim, né. A Avenida das Américas não tinha nem luz, era super deserto. Eu morava num condomínio de casas que do lado era um lago lindo, que eles aterraram o lago e fizeram o *Cristal lake*, depois fizeram o *Barra Bali* na frente, depois fizeram o *Shopping*, depois o *Mundial*. Quer dizer, pra ele ficou inviável, pra quem curte essa coisa de paz, ficou inviável”.

Alice: “E pra você?”

Karina: “Pra mim não, pra mim eu poderia ter ficado lá. É mais perto do trabalho, das coisas. Eu sempre, desde de pequenininha tive o costume sempre de me deslocar com meio hora de antecedência, eu estudava em Ipanema, uma hora e pouco eu tinha que sair de antecedência. Então quando as coisas começaram a vir pra cá, mas perto, melhor, aí ele pega e resolve vir pra cá. Eu vim na marra mesmo. Mas não é que eu não goste, eu gosto de lugares sossegados, to acostumada, né, desde criança, mas eu preferia ter ficado lá, porque minha clínica fica lá no Recreio, seria cinco minutos da minha casa. Aí eu vim pra cá”.

Alice: “O que você mudaria aqui nesse bairro?”

Karina: “Olha, sinceramente, eu não mudaria grandes coisas não, porque quem mora aqui o que procura é justamente isso, paz, sossego, uma coisa bem assim, roça. Mas eu acho que pra locomoção era melhor abrir o túnel. Isso se fala já há alguns anos, é um projeto que vira e mexe eles desistem, quer dizer, fica adiado, né. Mas eu acho que pra locomoção seria bom, iria agilizar. Porque as pessoas não trabalham aqui, trabalham longe. Elas só moram aqui, pra agilizar o processo. Só. Honestamente, quem mora aqui gosta disso aqui do jeito que é. Bem calmo, tranquilo”.

Joana, professora, 35 anos, escolheu a Ilha por causa da tranquilidade, do “mato” e da possibilidade de morar em casa com quintal.

Alice: “Quando veio?”

Joana: “Tem dois anos”.

Alice: “Por que?”

Joana: “A gente sempre quis morar em casa, né. Eu morava na Tijuca. Morar em casa na Tijuca com segurança, possibilidade zero, né. Eu morava na Usina. A gente queria morar em casa. Tipo Barra. Mas já

tava saturado, aqueles condomínios, ninguém fala com ninguém, ninguém olha pra ninguém, porque você é mortal eu não sou, então é viver de aparência. Recreio também já tava começando a ficar saturado. Vargem Grande e Vargem Pequena ou se encontrava aqueles terrenos mínimos, pra fazer casa de dois andares ou sítios imensos. Aí um amigo falou: vai pra Guaratiba, tem Ilha de Guaratiba. Aí tem o problema de barca, balsa. Aí ele: Não, não é Ilha, aí contou a história do Willian, aí a gente veio namorar, a gente conhecia a Barra de Guaratiba e a Pedra de Guaratiba, mas a Ilha a gente não conhecia. Antes da gente comprar o terreno, a gente veio em dia de sol, com chuva, final de semana, dia de semana, pra sentir o clima real do lugar. Aí a gente resolveu comprar aqui no condomínio, aí a gente vinha sempre. A gente começou a conhecer as pessoas antes de mudar pra cá. E as pessoas falavam assim: você é louca, maluca, tem que andar com GPS...”

Alice: “Você trabalha aonde?”

Joana: “Trabalho no Recreio. As pessoas do Recreio acham que Guaratiba... Só falta perguntar se fala português. Aí as pessoas pergunta: mas lá é Rio? Aí eu falo: Gente, lá é bom, tem mato, cavalo... Só não tem táxi, correio, não tem banco... E eu acho que não deve ter. Tem Recreio perto, tem Campo Grande perto. Eu acho que tinha que parar mesmo. O Recreio é um mundo, Campo Grande é um outro mundo, e Ilha de Guaratiba é um mundo completamente diferente”.

Alice: “Como você define esses dois mundos?”

Joana: “Acho que o Recreio é o que era a Barra, Campo Grande é assim, aquele centro comercial muito grande, assim, se você quiser comprar alguma coisa, tipo um Saara, movimentado. E aqui é o sossego total. A única poluição sonora é o meu cachorro”.

Alice: “Então o que você buscava exatamente?”

Joana: “Sossego. O único problema daqui mesmo é o transporte. Eu estava acostumada a descer e ter ônibus pra tudo quanto é lugar. Só não tinha ônibus pra Singapura. Tinha pra Copacabana, Ipanema, Barra, praia, muita facilidade. Aí chega aqui e fala: Não, porque agora o ônibus é de uma em uma hora. Aí eu falei: Por que? Não era de uma em uma hora? Eu já fiquei uma hora e meia esperando ônibus e nada dele aparecer”.

Com a pesquisa qualitativa foi possível perceber a relação do serviço ou equipamento público com as demandas dos diferentes grupos que ali habitam, as vantagens e desvantagens da vida na Ilha para cada um desses grupos, suas opiniões quanto ao que deve ou não ser mudado, a relação dessas opiniões com o que esperam para o lugar, enfim, os números frios passaram a valores e ideais. Com base nas entrevistas e observação participativa durante todo o campo (que ultrapassa em muito esses pequenos fragmentos supracitados), foi possível fazer a seguinte organização dos dados:

Tabela 2: Os grupos que habitam a Ilha, seus valores e perspectivas

	Tranquilidade ou sossego como característica principal da localidade	Favorável ao túnel	Favorável ao asfalto das ruas	Preocupação com a poluição da área	Favorável à criação do novo bairro “Recreio de Guaratiba”
Moradores antigos (estabelecidos)	✓	✓	✓		
Sitiantes (outsiders)	✓			✓	
Moradores de condomínios (outsiders)	✓	✓	✓		✓

A padronização percebida em cada um desses três agrupamentos de moradores não é simplesmente o resultado de somatórios de respostas em relações a pontos pré-definidos pela pesquisa como a questão do asfalto, do túnel, da poluição ou da oficialização do novo bairro, por exemplo. Na verdade esses pontos foram apresentados pelos moradores como parte de um conflito maior, que não é apenas o conflito de interesses, mas o conflito de valores (Pierucci, 2003).

Coerente com minha defesa de que o trabalho de campo é sempre muito mais rico do que podemos imaginar, resolvi seguir as pistas deixadas pelos diferentes moradores na construção de suas próprias categorias (“morador antigo”, “gente de fora”, “esse pessoal rico” etc.) e observar a relação dos agrupamentos de interesses com valores de fundamentação desses interesses.

2. Paisagem verde

2.1- O consumo da paisagem natural

A produção artística, seja literária ou plástica, que se propôs retratar o bucólico, e o anti-bucólico em contraposição, fez isso descrevendo paisagens. De acordo com Raymond Williams (1989), o campo foi o foco desse tipo de descrição ao longo da história literária. Preocupado em refletir sobre as imagens construídas do campo no imaginário social, Williams recorre à produção literária, considerando seu importante papel na construção e registro dessas impressões.

Mas o que seria a poesia bucólica e que relação direta esse tipo de poesia tem com a idéia de paisagem? Williams encontra pistas no poema de Crabbe em *The Village*:

“Pois a verdade, ainda que expressa em poesia,/É que campeia nas aldeias a agonia./Tal qual manda a verdade, eu retrato os campos,/E não como cantam os poetas em seus cantos (...)/Na Mântua mais bela, onde a paz imperava,/Títiro o orgulho dos pastores bem cantava;/Porém deve os modernos imitar seu canto/Para sempre escravizados por seu encanto?/Da Natureza e da Verdade se distancia/Quem a Virgílio imita, ou segue a Fantasia”(Citado por Williams 1989: 27-8).

De acordo com Williams, Crabbe aceita a idéia de que no passado da Antiguidade Clássica tenha ocorrido tal realidade em que o bucolismo se fundamenta, mas não em sua Inglaterra presente ou de passado recente. Surge, então, outro elemento ligado ao bucolismo: o passado, ou seja, a realidade que não existe mais. Nesse sentido, a realidade em si não elimina o bucolismo, mas a realidade em que vive e que descreve o autor do poema citado por Williams.

Na busca do bucolismo campestre dos poetas, Williams se volta aos registros históricos e literários do passado na busca da forma de vida campestre que se extinguiu. Vê-se então numa “escada rolante” da história, pois a cada autor do passado que recorre, a referência é a um passado ainda mais remoto: o campo bucólico teria se extinguido durante a Primeira Guerra Mundial, durante o cercamento das propriedades rurais (*enclosure*) a partir de 1861, em 1820, 1809 e 1770 na lembrança da infância perdida de importantes poetas da literatura inglesa (Cobbett, Thomas Bewick, John Clare dentre outros). No entanto, a infância de Cobbett e Clare ocorreu na mesma época da de

Crabbe (poema citado anteriormente), autor que nega o bucolismo na Inglaterra de seu tempo.

Afinal, Williams se pergunta, então, até que ponto da história a “escada rolante” nos levará? Até que ponto encontraremos tal forma de vida campestre sempre referenciada no passado? Será que “no mundo livre dos saxões, antes do saque e da imposição do jugo dos normandos? Ou no mundo céltico, antes de os saxões subirem os rios? No mundo ibérico, antes da chegada dos celtas e sua barbárie dourada?” (Williams, 1989: 25). O autor conclui, ironicamente, que talvez tenha de ir ao Éden.

O importante desse movimento é entender o que caracteriza o bucólico em diferentes épocas, considerando valores diversos, já que “a nostalgia é universal e persistente” (Williams, 1989: 25). No bucolismo clássico, onde se introduz imagens ideais, existem alguns tipos de tensões como entre verão e inverno ou deleite e perda. Na adaptação Renascentista eliminam-se as tensões, retratando o rural apenas por elementos ideais de felicidade e tranquilidade. Na era moderna, o bucólico sofre uma importante transformação, quando passa a direcionar sua atenção para a beleza natural, observada pelo cientista ou pelo turista, sendo essa descrição da natureza incorporada ao universo do amor romântico idealizado. Mas onde se posicionaria Crabbe dentro dessa concepção moderna de bucolismo? De acordo com o autor, seria um ruído desagradável da poesia informal, já que normalmente os poetas emprestavam “(...) suas vozes aos príncipes, os quais estão em condição de pagar-lhes, ou retrucar” (Williams, 1989: 38).

Até aqui já temos uma série de elementos centrais cujo autor de “O campo e a cidade na história e na literatura” nos ajuda a pensar. Por partes, vamos trabalhar primeiro a separação entre o passado e o presente. Referências positivas normalmente são atribuídas a um passado genérico ou à infância, recaindo no presente as críticas negativas, fenômeno que de acordo com Williams (1989), pode ser interpretado como uma reação a mudanças sociais. Essa crítica ao presente levaria a uma escolha necessária pelo passado ou pelo futuro. O mito do passado feliz e natural é também uma construção idealizada, uma idealização do passado. Percebemos nesse ponto uma ligação entre passado e futuro, dois momentos mais facilmente criados pela imaginação.

Williams reconhece a era moderna como sendo a era do amor romântico idealizado, mas por um viés marxista, já que a idealização da paisagem perfeita e harmônica não passa de ideologia da classe dominante, impedindo ou inibindo a reação

política do trabalhador, seja do campo ou da cidade. Isso fica claro quando ele, ironicamente, afirma que a poesia de Crabbe não passa de um ruído desagradável da poesia informal, ou ainda quando ele relata “a compra” de poetas humildes pela classe alta, acarretando na mudança do teor social de suas composições, quando os poetas passam a “emprestar suas vozes” aos dominantes. Para Williams, então, a realidade é crua e a imaginação, seja referenciando o passado ou o futuro, é um instrumento ideológico de distanciamento dessa realidade. Para superar o sofrimento real e presente, é necessário, de acordo com essa perspectiva, livrar-se da ilusão, da imaginação, e agir tendo como referência os elementos históricos, ou seja, da realidade.

Colin Campbell (2001), considerando as argumentações de Raymond Williams, mas também disposto a trabalhar com as ferramentas desenvolvidas por Max Weber problematiza de maneira profícua essa relação do imaginoso romântico com a questão produção / consumo diretamente associada com o racionalismo econômico do capitalismo. Campbell não elimina o fato defendido por cientistas sociais e intelectuais de que a propaganda utiliza aspirações e atitudes românticas como meio eficaz de vender seus produtos, mas propõe um desafio para essa concepção, justamente sua inversão, ou seja, a de que o romantismo tenha sido decisivo na facilitação da própria Revolução Industrial.

Por essa via, a imaginação romântica da era moderna não seria simplesmente um instrumento de controle da classe dominante, meio de escamotear ou distrair as necessidades reais ou atitudes práticas de superação da desigualdade, mas a própria causa da insatisfação que, por sua vez, gera o consumismo. Pela construção de Campbell, podemos pensar, por exemplo, que melhor que a viagem em si é a imaginação da viagem, a preparação dela, o conjunto de sonhos, ilusões e esperanças em torno do que acontecerá. A viagem em si dificilmente poderá concorrer com a perfeição das imaginações, ela simplesmente é. E ao fim dela o que resta é a preparação da próxima, imaginando conseguir, um dia, viver os sonhos que a imaginação é capaz de gerar.

A tese de Campbell proporciona um elemento a mais para a nossa discussão, que é a disposição do homem moderno a sonhar ou imaginar, de se deliciar mais com o projeto da comida do que com o banquete em si, fazendo referência ao que Campbell chamou de “hedonismo tradicional”: “os romanos, por exemplo, se faziam

deliberadamente nausear para poderem ser capazes de continuar a desfrutar dos prazeres de comer, além do ponto em que ficavam fartos” (Campbell, 2001: 97), estando o prazer, nesse caso, externo ao corpo. Na era moderna o prazer é proporcionado pela emoção, imaginação, ou seja, pelo interior da pessoa que sente.

Esse fenômeno, de acordo com Campbell, ocorre por um processo complexo onde os contrários aparentes reproduzem a própria existência e a própria contradição. Nesse sentido, o romantismo proporciona constantemente a renovação da própria dinâmica do consumismo relacionando boemia e moda, ou seja, explosões de boemismo costumam ser seguidas por períodos de novas arrancadas para o consumo.

2.2- O que buscam os *outsiders*

Com a intenção de não reduzir a compra da paisagem da Ilha de Guaratiba a um mero convencimento cruel da indústria da propaganda vinculada aos incorporadores imobiliários, mestres em utilizar os valores românticos, relacionados à beleza natural, como meio de escamotear a realidade crua, como poderia me fazer pensar a tese de Raymond Williams na obra supracitada, prefiro introduzir uma polêmica maior no debate de forma a utilizar os elementos ricos da obra de Williams, mas submetendo aos movimentos de desestabilização fornecidos por Campbell.

Pensar o movimento consumo-produção mais especificamente voltado ao nosso interesse, que é a transformação da encosta florestada do Maciço da Pedra Branca em painel ou “cena” (Cosgrove, 2004: 98), multiplicando incrivelmente o valor da terra em sua baixada, não pode nos fazer ignorar o fato de que antes de virar produto num sentido mais generalizado, era o refúgio de alguns românticos que, de maneira libertária e fugindo razoavelmente do padrão de consumo imobiliário, criaram um sistema de valores que os identificava com um estilo de vida. É claro que a mudança de perspectiva que transformou o mar e a montanha, antes objetos a que se deviam dar as costas, em paisagens de contemplação, não foi um movimento nascido no Brasil, mas certamente houve nesta cidade os pioneiros na incorporação desse conjunto de valores, e de suas alterações no tempo.

De acordo com Luchiari (2001), antes da revolução agrícola a natureza era vista como algo a ser superada, dominada, fonte de muitas das ameaças e sofrimentos vividos por este homem. Tuan (2005) chama a atenção para a mudança de paradigma que transformou o medo da natureza em medo de sua morte, fato que provocou a proliferação de parques e reservas pelo mundo ocidental.

Exatamente sob tal movimento, agentes responsáveis pela fiscalização das terras, ou do território (Luchiari, 2001) do Parque Estadual da Pedra Branca, acima da cota cem de altitude, impedem que antigos moradores da floresta continuem a praticar agricultura de subsistência, atividade que “destrói” uma área que é, e deve ser, protegida, vigiada, a fim de impedir seu aniquilamento. Antes o homem deveria se proteger da natureza, atacá-la, agora, ele deve protegê-la, pois ela se tornou vítima do

homem. Ela deve ser poupada do homem, ou seja, da agricultura arrasadora e, mais ainda, da industrialização e urbanização, símbolos da racionalidade e da vitória do homem sobre a natureza (Tuan, 2005).

Mas de quando dataria esse interesse pelas florestas cariocas não no sentido da produção, mas do desfrute? Celso Castro (1999) afirma que em guia turístico de 1928 a maior parte das grandes atrações turísticas estava na zona central da cidade, sendo suas principais atrações os monumentos, praças, jardins, edifícios e avenidas.

Mesmo estando grande parte das atrações no centro da cidade, Castro encontrou também nesses documentos referências sobre os arrabaldes da cidade, referindo-se, dentre outras possibilidades, ao passeio de bonde que, “subindo o caminho do Alto, ‘de espanto em espanto’ até o ponto terminal, na floresta, ‘que não pode ser descrita; tem que ser vista, ouvida, aspirada’” (Castro, 1999: 84).

Observa o autor a partir dos guias de turismo, mudanças nas experiências turísticas que acompanham “mudanças urbanísticas e culturais da cidade”. Exemplos dos anos de 1930 destacam os monumentos artificiais, produto da técnica e da arte, enquanto hoje, os guias privilegiam os monumentos naturais, as praias. Por essa via, Castro afirma que “as narrativas e imagens associadas ao turismo são (...) uma importante via de acesso à história e à geografia culturais de uma cidade” (Castro, 1999: 84).

Seja na Inglaterra tratada por Williams seja no material sobre o Rio de Janeiro tratado por Castro, percebe-se que ocorrem mudanças de atitude em relação a natureza, tema discutido por diferentes autores. De acordo com Tuan (2005), no mundo ocidental moderno, a natureza deixou em grande parte de ser uma ameaça, no entanto a cidade manteve os velhos temores: caos, banditismo, enfim, o ritmo da metrópole, como diria Simmel (1967). Residir ou passar os finais de semana na periferia “rural” da cidade oferece, então, duas soluções: uma, fugir do caos das grandes cidades, a outra, contemplar os remanescentes paraísos naturais que sobreviveram à fúria da transformação humana. Nesse sentido a natureza deixa de ser um ambiente de trabalho para ser um quadro vivo, que se vê, respira e ouve da janela ou quintal de casa. No caso dos sítios, parte dela é tomada por propriedade e protegida pessoalmente.

Esses, os *sitiantes*, foram os inauguradores do movimento, os primeiros moradores *outsiders* (Elias, 2000) do paraíso natural perdido nos limites da segunda mais importante cidade do país. Bicalho (1992) mostrou em estudo sobre agricultura no município do Rio de Janeiro que entre 1960 e 1980 houve drástica redução numérica de estabelecimentos rurais, e que um dos usos substitutivos foi a conversão destes em sítios de veraneio. Os primeiros sítios vendidos à classe média provinda de áreas centrais e nobres da cidade não tinham o objetivo de mudar o nome das ruas, de trazer qualquer tipo de luxo ou incremento. Na verdade, só seria o paraíso descoberto se permanecesse inalterado. Ruas de terra, trilhas que levam ao maciço, canto de pássaros e, ao entardecer, barulho de répteis e insetos de várias espécies. Elementos que só seriam garantidos pela manutenção do segredo, que, em parte, era dada pela ‘dificuldade de acesso’, posta em questão, nos últimos anos, com a proposta da construção do Túnel da Grota Funda.

No mesmo período, década de 1970, “A utopia urbana” de Velho (1975) descreveu a busca por uma Copacabana que era representada pelo barulho, grande fluxo de pessoas e mercadorias, ponto de difusão de modas e grande acesso a diversão, por exemplo, representando não a compra de um apartamento de apenas 39 m², mas a compra de um estilo de vida, de um tipo de acesso. No caso da “utopia da natureza”, na Ilha de Guaratiba, a busca foi e é pela tranquilidade, pelo ‘verde’, pelo som dos bichos, como aparece nos discursos dos novos moradores. Tanto em um como no outro o monumento natural aparece: praia e floresta/montanha, no entanto o primeiro conjugado ao urbano, aos grandes e importantes fluxos, à moda e, o segundo, ao isolamento e distanciamento do caos e males das grandes cidades.

Ao mesmo tempo em que o estudo do fenômeno Copacabana se mostrou e se mostra extremamente profícuo às Ciências Sociais, o fenômeno Ilha de Guaratiba também pode ter muito a dizer sobre aqueles que fugiram de tudo aquilo que mais era valorizado em Copacabana. Num primeiro momento *sitiantes veranistas*, ou “moradores de finais de semana” como preferem ser chamados e, mais recentemente, década de 1990, moradores de condomínios fechados.

Retornando à questão colocada por Campbell, de que os românticos, libertários ou artistas constroem um conjunto de novos valores, que se constituem em estilos de vida alternativos e que, num segundo momento, esse estilo alternativo pode vir a ser

uma nova opção de desejo de consumo social, nos dá como ferramenta de trabalho uma interessante lente para pensarmos os dois momentos de ocupação da Ilha de Guaratiba: primeiro, na década de 1970, como lugar alternativo, descoberto por artistas e desportistas que conciliam a atividade física e contato com a natureza ou amantes da natureza de uma forma mais ampla; segundo, na década de 1990, como possibilidade de estilo de vida estabelecido socialmente na cidade e, por isso, aparecendo como demanda de consumo. Defendo a idéia de que os proprietários fundiários ou incorporadores não se engajariam na luta pela construção de um valor de vida, porque seria por demais complexo, lento e custoso, mas que aproveitam o desejo patente de uma parcela da sociedade que passa a desejar o consumo desse estilo de vida.

Talvez possamos classificar os consumidores do segundo momento de românticos de segunda ordem, porque eles compram um estilo de vida já experimentado, bem delimitado ou definido. Ou ainda como ‘romântico consumidor’, em contraposição ao ‘romântico criador’. O romântico consumidor talvez esteja mais próximo do “puritano” ou “cientista”, discutidos em Campbell, baseado em pesquisa que mostrou que os jovens colegiais tem imagens estereotipadas do artista e do cientista, sendo o primeiro imaginativo, suave, tenro, aquele que busca o prazer e é irresponsável e, o segundo, o inteligente, duro, aquele que é digno de confiança.

O ‘romântico consumidor’ é o comprador da Ilha de Guaratiba que não abre mão de seus outros sonhos de consumo, que pode ser um tipo de estética arquitetônica que não tem a natureza como centro, a imposição de instrumentos urbanos que, para os primeiros, seria responsável pela descaracterização do ‘paraíso’, algum grau de desconsideração dos elementos construídos pelos antigos moradores, associados diretamente com a toponímia e suas práticas cotidianas, marcas essas consideradas ‘essência do lugar’ pelos ‘românticos criadores’. Não estou com isso tentando defender a pureza ou exatidão de nenhum desses tipos na realidade, mas tentando fazer uma aproximação possível utilizando a formulação dos tipos ideais (Weber, 1991) como meio explicativo desses dois momentos diferentes de chegada de uma classe média provinda das áreas centrais (Zona Sul e Norte) numa área da cidade do Rio de Janeiro extremamente desprovida, comparativamente, de infra-estrutura técnica e social.

Não custa lembrar que se trata de um bairro, Guaratiba, com os menores índices de aparelhos públicos, sendo mal servido desde a estrutura de saúde e educação até

infra-estrutura técnica básica de rede de água, esgoto e transporte (Censo, 2000). Por esse motivo insisto em construir duas categorias diferentes de moradores “*outsiders*” (Elias, 2000) baseando-me em apenas uma de Campbell: a do “artista”. Como poderia pensar no estereótipo da racionalidade, representada por Campbell pelo “puritano” ou “cientista”, para um grupo de pessoas que abandona a proximidade ao trabalho e o acesso aos bens e serviços de melhor qualidade da cidade, para ouvir o coaxar do sapo e admirar o ‘verde’ pela janela? Estabelecerei, então, para os dois diferentes momentos da ocupação da Ilha de Guaratiba por “*outsiders*”, dois diferentes tipos de românticos: para o primeiro momento, o ‘romântico criador’ e, para o segundo momento, o ‘romântico consumidor’.

O ‘romântico criador’ será definido a partir do que Campbell chamou de “explosão do boemismo” ou “arrancada criativa”. Ele está muito próximo da categoria do “artista”. Já o ‘romântico consumidor’ tende ao “puritano/cientista” trabalhado em Campbell, mas não chega a sê-lo. Ele retrata bem a tensão entre os extremos da ciência / tecnologia ou utilidade com o prazer ou desfrute romântico, mas é predominantemente romântico. Esse tipo de morador não compra um terreno na Ilha de Guaratiba pelo simples impulso de estar na proximidade com o ‘verde’, mas busca uma explicação convincente, que não chegue a caracterizá-lo por ‘irresponsável’, elemento do estereótipo de Hudson para o “artista” citado por Campbell (2001). Essa justificativa, tida como racional, do investimento numa área que um dia será valorizada, pode ser interpretada como uma tentativa de conciliação de seu romantismo com a racionalidade, da melhor maneira que lhe é possível. Esse é o morador que buscará soluções políticas para os problemas de infra-estrutura, que se interessará em dar a cara da classe média urbana à toponímia local, que espera ansiosamente que o túnel da Grota Funda saia do projeto da Prefeitura, acabando, finalmente com o isolamento simbólico em relação às valorizadas áreas do Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena. Esse seria o resultado ideal para que sua tensão, entre a romântica atração pelo verde e o racional cálculo do investimento, fosse amenizada.

Em comum entre o ‘romântico consumidor’ e o ‘romântico criador’ (e qualquer outro tipo de consumidor na escala que coloca nos extremos o puritano e o romântico) é a definição de uma identidade, de um estilo de vida que se expressa pelo lugar que reside, pela maneira como se veste, pelo esporte que pratica, enfim, pelo conjunto de objetos que compõem a imagem que comunicará aos outros.

Estamos propondo que o “puritano” é visto e se auto-classifica como mais ‘racional’ na compra de seus bens, e que o “romântico” é classificado como menos responsável e sujeito a compras mais apaixonadas que ‘racionais’. Com isso queremos apenas criar categorias que ajudem a pensar esses novos moradores que afirmam ter “mudado de vida”, “dado uma guinada para uma melhor qualidade de vida” ou ainda “trocado o acesso fácil da Zona Sul pela tranquilidade da floresta”. Em acordo com Mary Douglas, “a função essencial do consumo é sua capacidade de dar sentido” (Douglas, 2004, p. 108). Não é intenção desse trabalho teorizar sobre o consumo, mas pensar o consumo da paisagem da Ilha de Guaratiba por um determinado grupo num determinado momento. Como defende Douglas (2004), não pensamos o consumo pela sua suposta “racionalidade” ou “irracionalidade”, nem pela “utilidade”, já que os bens servem para classificar pessoas. Seguindo os passos de Mary Douglas consideramos, então, que os objetos comprados são meios, e não fins em si.

No caso da terra, em sua dimensão de mercadoria, precisamos pensar não apenas no retângulo comprado em si, mas em todo redor que será responsável pela composição do preço desse pedaço determinado (Carlos, 1994). No caso da Ilha de Guaratiba a paisagem é composta por uma imponente encosta verde e, em sua base, construções que dão a sensação de ter entrado numa máquina do tempo para o passado. Para quem vem de fora, ou seja, não vive a ‘realidade’ do dia-a-dia, como defende Williams (1989), parece estar entrando em contato com uma poesia bucólica.

A Grota Funda, barreira simbólica que parece dar fim à cidade do Rio de Janeiro, funciona como a máquina do tempo. Trata-se de um corredor (estrada) mergulhado na mata, que, justamente pelo seu estrangulamento, provoca a sensação ao passante de estar sendo submetido aos sons de sua existência (cigarra etc.). Ao fim da descida dessa barreira que faz parte do Maciço da Pedra Branca existem três opções: continuar pela Avenida das Américas em direção à Avenida Brasil, ir em direção ao mar da Barra de Guaratiba ou se interiorizar em direção ao sopé do Maciço, que é a parte do Bairro de Guaratiba denominada Ilha de Guaratiba, pelos moradores.

É interessante a carga simbólica que carrega essa “barreira física”. Dei aula por sete anos em uma escola no Alto da Boa Vista, e sempre que era questionada a respeito do bairro em que residia, por meus alunos adolescentes, os mesmos se sentiam abismados por existir alguma coisa depois do Recreio dos Bandeirantes. Entre os

adultos, professores, não era muito diferente. Moradores da Tijuca, Barra e Recreio, insistiam com frequência que após o Recreio dos Bandeirantes era outro município. Esse desconhecimento talvez ajude a enriquecer ainda mais a sensação de uma aventura ao transpor o Maciço em direção à Ilha de Guaratiba. Simon Schama expressa muito bem essa sensação e necessidade moderna da criação da descoberta da natureza preservada:

“Os fundadores do moderno ambientalismo, Henry David Thoreau e John Muir, garantiram que ‘nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo’. A idéia era que a natureza selvagem estava em algum lugar, no coração do Oeste americano, esperando que a descobrissem, e que seria o antídoto para os venenos da sociedade industrial. Os ermos bravios, contudo, eram, naturalmente, produto do desejo da cultura e da elaboração da cultura tanto quanto qualquer outro jardim imaginado” (Schama, 1996:17).

Um sitiante de 50 anos, originário do Leblon, há vinte e seis anos na Ilha, relatou com entusiasmo o encontro dessa natureza perdida: “Eu, quando eu vim aqui, não tinha nada, ninguém queria morar no fim do mundo (...). A serra sem iluminação e você não ultrapassava ninguém e nem ninguém te ultrapassava (...) eu achei isso aqui um paraíso”.

A encosta florestada e, em alguns pontos, ocupada por gêneros alimentícios, principalmente banana, transportados em burros, ao descer as trilhas da encosta, junto com seu centro, que faz lembrar uma pequena cidade do interior, com uma pracinha ao centro, a Igreja e pequenos armazéns que abastecem a população local, remete os “*outsiders*” (Elias, 2000) ao bucólico descrito por Williams (2004). Se não é o passado de suas infâncias, é o passado que povoa o imaginário social. Comprar a Ilha de Guaratiba é a possibilidade de encontrar o “passado que, enquanto alteridade, lhes permite quebrar a rotina” (Xavier, 2000: 119). E tudo isso dentro dos limites da segunda mais importante cidade do país. A relativa proximidade com a Barra da Tijuca, ou com o sub-centro de Campo Grande tornam qualquer tipo de acesso aos bens e serviços de alta tecnologia (hospitais, equipamentos para comunicação etc.) um problema facilmente solucionável.

A incursão na Estrada da Ilha logo leva ao centro dessa localidade. Para os “*outsiders*” é muito comum a sensação de retorno ao passado. Existe apenas uma estrada asfaltada de entrada e saída. Essa estrada é de mão dupla, sem acostamento, sendo suas margens ocupadas por capim. A maior parte das ruas secundárias, que levam às residências é de terra batida. Existem apenas duas possibilidades de entrada ou saída

que não pela via mencionada: pela Estrada Velha da Grota Funda, bem estreita e íngreme, tornando-se de difícil acesso para veículos automotores e, pela Estrada do Morgado, que leva à Vargem Pequena. A situação de tráfego da Estrada do Morgado é ainda mais difícil, já que sua estreita trilha só permite a passagem de pessoas a pé ou a cavalo.

A Ilha de Guaratiba teve um importante passado na produção de frutas e legumes para as áreas centrais da cidade do Rio de Janeiro. A Estrada do Morgado era um desses caminhos por onde passavam as tropas carregadas com a produção agrícola. Ainda hoje a Ilha de Guaratiba é responsável por um resíduo de cultivos tradicionais de horticultura e banana (Bicalho, 1992) consumidos nas proximidades, como Campo Grande e Bangu por exemplo. No entanto, são as plantas ornamentais que vem ocupando cada vez mais esses espaços de produção, uma vez que, diferente dos hortifrutícolas, “são pouco exigentes em insumos e cuidados, têm baixo custo de produção e alto valor no mercado” (Bicalho, 1992:308).

Sem ensaiar o unísono, produtores de horticultura, de plantas ornamentais ou qualquer morador antigo com um mínimo de vivência de lavoura dizem sempre o mesmo ao compararem o trabalho da hortifrutícola com das plantas ornamentais. Dona Filomena, setenta anos, a vida inteira trabalhando com produção de frutas e legumes na Ilha de Guaratiba, afirmou que “as roças aqui ta acabando. O pessoal agora ta mais com negócio de plantas [ornamentais]. Era tudo parreira de maracujá, chuchu (...), tá virando sabe o que agora? Planta de jardim. Plantar esses coqueiros (...)”. De acordo com ela as plantas ornamentais dão mais lucro e menos trabalho.

Niltinho, 58 anos, Presidente de uma das associações de moradores da Ilha de Guaratiba, mas trabalhador da roça até a vida adulta explicou como muitos desses agricultores chegaram a essa conclusão: Niltinho: “(...) O cara vende um pezinho de planta ganha vinte, trinta reais. O outro fala, pô, vou ficar nove meses pra colher aipim pra vender a um e cinquenta o quilo? Ou menos, um real”.

Cláudio Barata, Presidente do Sindicato Rural da Cidade do Rio de Janeiro, confirma a perda que a agricultura tradicional vem sofrendo para as plantas ornamentais, no entanto chama a atenção para os produtores que não “conseguem” fazer essa conversão:

“Na Ilha de Guaratiba tem um projeto pra fazer um pólo de floricultura, basicamente a Ilha de Guaratiba, muita gente deixou algumas produções, pra plantar plantas, como tomate, porque dá mais dinheiro. Mas sempre tem alguns produtores que não conseguem largar a parte da agricultura. Não consegue porque ta acostumado (...)”

Seu Antônio é um dos exemplos de agricultor que mantém a produção de legumes e verduras, mesmo à revelia dos filhos. Para ele, o cultivo das plantas ornamentais é para “os que sabem”. De acordo com seu Niltinho, depois que seu Antônio morrer a agricultura irá acabar de vez na Ilha de Guaratiba:

“Se o seu Antônio morrer hoje, eu duvido que aquele chuchuzal vai ficar ali muito tempo. Como acabou com o pessoal do Pestana, que virou tudo loteamento, como fizeram ali dentro do Portinho, como aconteceu com a família do Marcha Lenta lá, a família acabou com tudo, vendeu, loteou, pras pessoas fazer mansões, piscina, área de lazer, fazer campo de futebol, como aquele pessoal ali do Moacir também ali, acabou, não tem mais agricultura. Você vai ali dentro agora o que você vê? Você vê horto, agricultura você não vê nenhuma. A partir do momento que o horto começou a dar dinheiro, dez vezes mais que agricultura, o pessoal migrou da agricultura (...)”.

O engenheiro agrônomo Fábio Soares, braço direito do Presidente do Sindicato Rural, disse que a agricultura familiar acabou na Ilha de Guaratiba. De acordo com ele, a agricultura tradicional que permaneceu depende da mão-de-obra assalariada já que os filhos e netos não se interessam pela agricultura. Segundo o engenheiro, esse desinteresse é consequência de “um modelo de cultura na cidade do Rio de Janeiro que não cabe agricultura. O filho dele não acredita que se produzir chuchu, consegue tirar dois mil reais. Ele prefere ser porteiro na Barra da Tijuca, ou ser frentista de segunda a sábado (...)”.

É nesse contexto de abandono gradativo da produção agrícola, desde a década de 1960/70 e parcial substituição pela produção altamente lucrativa de plantas ornamentais, devido ao contato de alguns desses moradores com Burle Marx em trabalhos no sítio, que a Ilha de Guaratiba vem se tornando área com terras disponíveis para outras funções que não a agrícola, mas, ao mesmo tempo, mantendo em parte seu teor rural.

2.3- Paisagem para quem?

Ao recortar a história da Ilha de Guaratiba em três momentos distintos, não queremos com isso criar uma hierarquia de inocência ou pureza, partindo dos antigos moradores, ligados a práticas agrícolas, como mais puros, passando pelos primeiros *outsiders*, até os menos puros, que seriam os moradores mais recentes. A intenção é pensar o conceito de paisagem a partir de um problema de perspectiva.

Sandra Xavier em artigo que discute a transformação de uma área definida para ser ocupada por uma barreira em parque arqueológico em Portugal, afirma que a “beleza que não habitava o Côa, mas o olhar que os cidadãos transportavam consigo [havia sido responsável pela transformação da] terra em paisagem” (Xavier, 2000:109).

Raymond Williams seguindo o mesmo rumo diz que “raramente uma terra em que se trabalha é uma paisagem. O próprio conceito de paisagem implica separação e observação” (Williams, 1989: 167). Para esse autor a paisagem só se forma com o ato de observar, e essa observação é realizada por aqueles que vêem a natureza como refúgio e alívio da vida urbana das grandes cidades. É o que o autor chama de “tradicional contraste retórico entre a vida urbana e campestre” (Williams, 1989: 69). Raymond Williams defende que não há esse contraste na realidade, já que é a mesma estrutura que produz esses ‘dois lados’, separados apenas no imaginário social.

Como o foco do nosso trabalho não é a questão da desigualdade social ou a “realidade” da existência da separação entre campo e cidade, vamos nos concentrar nos discursos construídos historicamente no que diz respeito às qualidades ou características da paisagem campestre. É justamente essa contraposição entre campo e cidade que torna a Ilha de Guaratiba atraente para um determinado grupo de pessoas que são provenientes das tais áreas caracterizadas ou qualificadas por urbanas (de grande porte). Mesmo se referindo a uma Inglaterra rural e urbana do século XVIII, não é difícil perceber a manutenção, no imaginário social atual, de uma série de qualidades atribuídas ao campo e à cidade. A cidade é fervilhante pelo barulho e tráfego, perigosa por causa dos ladrões, e, o campo é fresco, livre desses maus atribuídos à cidade.

Luiz, 60 anos, morador de final de semana, como se alto classifica, afirma ser um verdadeiro paraíso a Ilha de Guaratiba, lugar onde “ainda tem gente que planta”, “gente tradicional”, “e isso dentro da cidade do Rio de Janeiro”. Durante nossas

conversas disse ter planos de morar definitivamente na Ilha quando não puder mais trabalhar. Para os moradores dos condomínios o “verde” e a “tranquilidade” que os atraíram para a localidade. Renato, 58 anos, aposentado (pelo Banco do Brasil), diz não haver coisa melhor que espiar pela janela o verde e dormir “ouvindo o coaxar dos sapos”.

Em conversa com o Presidente da Associação de Moradores da Matriz, localidade interna à Ilha de Guaratiba, Niltinho, e com Augusto, rapaz muito atuante nos movimentos sociais de Guaratiba, ambos nascidos na Ilha de Guaratiba, perguntei suas opiniões a respeito do que buscavam os novos moradores na Ilha.

Augusto: “É, mas é aquela questão do querer descansar, né? Vamos dizer assim, ele queria sair do barulho, da confusão. O genro dele, o Rafael, é Presidente da AMAMA, que é Associação de Moradores e Amigos do Morgado. Mas a preocupação deles não é com a agricultura em si, não é em produzir alimentos pra fazer com que os moradores vivam da terra. A preocupação deles é não deixar crescer, não deixar vir o progresso”.

Niltinho: “Igual seu Cassiano ali, veio de Ipanema e mora ali. Pergunta se ele quer sair dali, ele e os filhos dele? Ninguém quer sair. A última coisa que ele quer é um condomínio. É general ele, mas ele não teve a paz que tem aqui em Ipanema. Vem o progresso? Vem! Mas atrás do progresso vem muita desgraça também. O pensamento é assim: você, aquela pessoa viveu a vida toda na zona sul, sabe o que é isso, aquele barulho todo, agora você viveu preso aqui no deserto o tempo todo (...). Quer sair, quer conhecer Copacabana, Ipanema. Você quer conhecer as coisas que você não conhece (...)”.

Esse imaginário campestre / natural, tomado pela tranquilidade, disponível para o deleite da observação é materializado na Ilha de Guaratiba dos moradores novos, que residem, mas não trabalham nela. De acordo com Corrêa e Rosendahl (2004) a paisagem como construção social está tomada por valores do grupo que a constituiu, valores esses que Gandy (1996) considera

“parte integrante de um novo sistema filosófico, com finalidade estética e ética, inscrito na dinâmica teleológica da modernidade ocidental. (...) a industrialização e o desenvolvimento urbano fizeram da paisagem e da natureza um objeto pictural mais importante do que o ambiente moderno, percebido como artificial, da cidade industrial. Assim, o estudo da paisagem, e especialmente da natureza selvagem, constitui uma forma de reação artística à destruição da natureza (...)” (Gandy, 1996: 81-2).

E para os moradores antigos que vivem da produção agrícola local ou do pequeno comércio de seu pequenino centro? E para os antigos moradores que não

conseguem mais tirar o sustento de seu bairro ou proximidades? Para eles existe esse deleite da observação, como refúgio e alívio?

No discurso dos entrevistados mais idosos, nascidos na Ilha de Guaratiba, a chegada / construção de tantos condomínios é sinal do “progresso”, com um tom de mal inevitável. Eles concordam com a fala desses novos moradores quanto ao valor da tranquilidade, presente com frequência no discurso dessas pessoas mais velhas que, durante as entrevistas, demonstraram-se chocados com a violência que vêm na televisão, com ar de privilégio e superioridade, no sentido de que foram capazes de construir um lugar melhor para viver, mesmo que pobre. No entanto, a encosta e o sopé do maciço são ou foram seus lugares de trabalho. A vida na roça não é descrita por critérios de beleza ou bem viver, mas pela dureza. Ter o “sol o dia todo sobre suas cabeças”, o “suor escorrendo”, o “peso da enxada ao levantar a terra”, os longos trajetos com os animais de carga, os dias de chuva que dificultam o trabalho na roça, que, só o “bondoso Deus” pra fazer-lhes suportar. Quando se remetem à imagem da encosta ou da planície, é para mostrar onde e o que plantaram ao longo de suas vidas. Esse tom de reclamação vem acompanhado de orgulho, quando se referem aos filhos e netos que foram sustentados desse trabalho, dessa terra.

Dona Filomena tem boas lembranças da época em que seus filhos, ainda pequenos, corriam por baixo das parreiras de maracujá ou subiam nas mangueiras, mas afirma que “trabalhava igual homem na roça”, mesmo durante a gravidez, quando caiu de um pé de manga ao fazer a colheita, não deixando escapar a dureza que é o trabalho com produção agrícola.

Mesmo para os moradores nascidos na Ilha que nunca trabalharam com a roça, é raro qualquer menção à “beleza da paisagem” ou algo parecido. Esse modo de olhar a encosta é novo para essas pessoas, e está chegando mais concretamente através dos *outsiders*. Para os *estabelecidos*, a rotina e o relacionamento profundo ou íntimo com tal “natureza” os impede de reconhecer ali uma “paisagem” no sentido da contemplação daquilo que foi ou está sendo perdido. Seu relacionamento com essa natureza é, simplesmente, seu aproveitamento, que inclusive seria chamado por muitos de “ecologicamente incorreto”. A natureza serve para servir o homem, seja através da produção agrícola, do uso de seus recursos, como coleta de frutos e captação de água, ou para absorção dos dejetos humanos. Preservação da natureza, parque estadual, enfim,

tudo isso é muito novo e estranho para aqueles que vêm a natureza como parte de seu cotidiano.

2.4- A luta pela permanência da agricultura

Em diversas entrevistas André Pantaleão foi indicado como pessoa fundamental para falar de Guaratiba, desde moradores, presidentes de associação até membros do sindicato rural. Ele foi um dos fundadores do CEPAG (Centro de Estudos, Pesquisa e Ação em Guaratiba) e atualmente lidera o movimento de criação de um mercado do agricultor para a Ilha de Guaratiba. Ao ser questionado sobre as ações do CEPAG para o futuro da Ilha, André, 34 anos, formado em Ciências Sociais, respondeu:

“(...) Eu acho que a saída aqui nosso, seria aproveitar a nossa geografia, pra se criar uma espécie de mercado do produtor rural. Mesmo com a planta ornamental, eu acho que fundamental é você produzir algo pra subsistência humana. Entre um pé de samambaia e um pé de couve, eu prefiro produzir o pé de couve (...). Eu acredito que o grande fim mesmo são as plantas com fins alimentícios, esse é o filão, é a história da região, e a gente não precisa desmatar mais nada do que ta aí, dá pra produzir no que tem, e eu acho que dá até pra reflorestar. E se criarmos esse mercado do produtor rural, você além de valorizar o produtor da região, nós daremos gás e ânimo pra essa pessoa pra não querer vender mais o seu sítio e não fazer mais loteamentos irregulares, como está acontecendo. Você gera emprego, valoriza a terra, e mantém as características rurais da região, porque eu acho que esse é o grande barato daqui. A grande diferença dos outros bairros do município do Rio. Aqui você ta próximo de um grande centro, e você está dentro de uma pequena cidade do interior. Eu acho isso interessante, muito legal e você tem que valoriza isso. A gente tem que arrumar um mecanismo pra valorizar esse pessoal, e isso vai esbarrar, inclusive impedir que fiquem trocando os nomes dos logradouros, e fiquem acabando com a história da região. O potencial econômico daqui é rural sim, a gente não tem que ter vergonha de uma região rural, a gente tem que ter orgulho, né?”

André e seus pais nasceram na Ilha de Guaratiba. Mesmo não tendo trabalhado diretamente com a produção agrícola, André defende a manutenção das “características rurais da região”. Para ele, por mais que as plantas ornamentais se mostrem como possível alternativa atualmente, a “subsistência humana” é socialmente mais importante.

A manutenção da agricultura significa a manutenção do lugar desses moradores, daqueles que desejam a permanência do estilo de vida rural. Nesse sentido, a intimidade com um determinado fragmento do espaço, seus odores e sons, junto com as relações humanas estabelecidas ao longo da história de vida desses grupos nos dá o sentido da ideia de lugar (Tuan, 1983). Toda mudança oriunda de fora desse grupo nativo ameaça o lugar, ou seja, a manutenção das imagens e combinações que remetem à memória individual e do grupo. Apagar essa memória, essa história “trocando os nomes dos logradouros”, por exemplo, é acabar “com a história da região” e com a história individual, produto dessa relação entre os grupos humanos e o espaço produzido por suas relações.

Para André o maior problema é a dúvida que os jovens alimentam da capacidade desse trabalho em fornecer os meios monetários para satisfação dos desejos de consumo. De acordo com Pantaleão, “se eles conseguissem ver que no fundo do sítio deles, ele ta conseguindo comprar a moto dele, ele ta conseguindo bancar o cinema da namorada, que ele ta conseguindo manter um curso de idioma (...)”, não teria motivo para ter “vergonha” desse trabalho. O que falta de fato, de acordo com o entrevistado, é incentivo, mostrar pra esses jovens que há possibilidade de viver bem por meio da pequena produção rural. Nesse sentido o CEPAG tem se esforçado na busca de apoio a fim de “criar um mercado [rural] nesse local”, nos moldes do CEASA.

Algumas semanas depois da entrevista André Pantaleão me ligou dizendo ter conseguido o apoio do Sindicato Rural e de alguns pesquisadores da UFRRJ, e que gostaria muito de contar com minha ajuda na organização do levantamento dos dados e trabalho com geoprocessamento das propriedades e atividades agrícolas na região. Esse relatório deve ser encaminhado junto ao pedido da construção do mercado à Prefeitura da cidade. Nesse momento senti a confirmação de que a etnografia é muito mais que a observação e interpretação do outro, “mas (...) uma negociação construtiva envolvendo pelo menos dois, e muitas vezes mais, sujeitos consciente e politicamente significativos” (Clifford, 2002: 43).

Através do CEPAG e do Sindicato Rural tive acesso ao pesquisador Luiz Carlos Lima (UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), coordenador do projeto APL (Arranjo Produtivo Local) da banana, projeto de pesquisa aplicada de agricultura familiar que vem ocorrendo em vários municípios do Estado do Rio de Janeiro, inclusive na Ilha de Guaratiba. Esse projeto visa implantação da cultura orgânica da banana através da capacitação de pequenos produtores familiares como meio de garantir a continuidade da produção familiar.

O professor explicou que há décadas a banana vem sendo cultivada em encostas no estado do Rio de Janeiro por gerar menor rentabilidade, ficando as áreas planas para produtos nobres como laranja e cana. Isso, no entanto, não significou a extinção da produção da banana no estado, mas sua produção extensiva e de grande impacto ambiental negativo, devido ao desmatamento dessas encostas, em alguns casos área de proteção ambiental, como ocorre na Ilha de Guaratiba, no Parque Estadual da Pedra Branca.

O projeto APL da banana tenta solucionar tanto o problema social, ou seja, baixa rentabilidade para as famílias que vivem dessa produção e dificuldade de competição no mercado agrícola, quanto os impactos ambientais provocados por esse tipo de produção em encosta. De acordo com o pesquisador, essa banana cultivada sem a utilização de sementes selecionadas e defensores químicos, o que a coloca fora dos padrões de tamanho e coloração exigidos hoje nos mercados agrícolas, como o CEASA, acaba por incluí-la, casualmente, nos padrões exigidos pela classificação de produtos orgânicos, bem mais valorizados comercialmente. Justamente devido à falta de conhecimento, essa produção acaba sendo vendida em feiras e beira de estradas, ficando fora tanto do mercado geral como do mercado alternativo de produtos agrícolas orgânicos. Além da conversão em produto orgânico, esse projeto capacita as famílias a fazer uso da palha da bananeira, que vem sendo tratada como lixo, utilizando sua fibra para fabricação de utensílios domésticos e enfeites artesanais. Segundo o coordenador do grupo de pesquisa aplicada, “a fibra de banana hoje gera mais recursos que a própria banana: uma peça feita de fibra custa dez reais. Quantas bananas têm que vender para conseguir esse dinheiro?”.

O empreendedorismo na produção da banana além de gerar maior renda familiar, dá à mulher maiores possibilidades de inserção social:

“o homem tá lá cortando a bananeira, como ela não vai subir o morro para cortar a banana, ela fica em casa. É a divisão social do trabalho. Por isso as mulheres acabam ganhando mais que o marido com a banana. A mulher gerando renda abre possibilidade para os filhos”.

O projeto tenta também conter a desistência dos jovens pelo sítio da família, pela produção agrícola:

“Os filhos saem. Esse é o problema. O filho não quer mais ficar, havendo o envelhecimento dessa população de sítios. A tendência é esses filhos buscarem outras atividades. Quando fica, é só para morar. Saem porque a renda é baixa. Como a escolaridade também é baixa, acabam na construção civil, ou como motorista de ônibus, ele vai ter previdência, carteira assinada... considerando melhor que ficar com o pai. Raramente você vai ver um cara novo agricultor. Você vê o pai dele, o avô dele. Quando eles morrerem, o cara vai queimar aquele sítio. O que é melhor para essas pessoas? Expansão urbana ou manutenção da agricultura? Ninguém está sendo forçado, é o poder econômico, expansão do setor de serviços, e isso também vai gerar emprego para essa gente. Por que o pai e o avô não vendem? É a ligação afetiva, não vende por nada. Os filhos, com a televisão, é outra cultura, ele quer ir ao baile funk, ir ao shopping, é outra cabeça. Aquele mundo rural está ameaçado”.

É interessante notar que há confluência de diferentes atores no sentido de recuperar a Ilha agrícola, mas com diferentes objetivos. Os românticos criadores querem preservar

a paisagem verde, ou seja, o paraíso no qual escolheram viver; o CEPAG, pela figura de André Pantaleão, a cristalização do lugar; a equipe do APL da banana, a implementação de um projeto que pensa o estado do Rio de Janeiro como um todo, não especificamente a Ilha de Guaratiba; o Presidente do Sindicato Rural diz na verdade se interessar por um cargo na Secretaria de Meio Ambiente.

2.5- Categorias e ações

Para fins de sistematização podemos pensar em quatro tipos de moradores: os descendentes de produtores agrícolas, aqueles que se sentem donos da Ilha de fato por ali residirem (parentes) a varias décadas; os “românticos criadores”, que são os sitiantes, primeiros *outsiders* a chegarem sem propósito de usar a terra para agricultura; os “românticos consumidores”, moradores dos condomínios fechados e, por fim, os moradores de baixa renda que vem chegando desde o final da década de oitenta graças ao loteamento irregular de sítios que deixaram de produzir produtos agrícolas.

Os românticos criadores, *outsiders* de maior poder aquisitivo, donos de sítios de mais de dez mil metros quadrados, tem a “paisagem verde” como principal motivo de luta, já que a decadência da agricultura tem sido responsável pelo loteamento, na maior parte das vezes irregular, seja para a construção de condomínios fechados para a classe média baixa, seja para a abertura de loteamentos sem qualquer infra-estrutura para população de baixa renda. Gonçalves (1983) ao estudar movimento social a partir de associações de moradores afirmou que o em bairros socialmente superiores é comum que a bandeira principal das associações seja questões ecológicas, relacionando essas questões à qualidade de vida e status.

Esse grupo atua basicamente através da AMAMA (Associação de Moradores do Morgado), área ocupada em grande parte por sítios para moradia fixa ou de final de semana, sem finalidade produtiva, e através do Sindicato Rural da cidade do Rio de Janeiro. Para eles a agricultura é o meio mais viável de manter “vivo o verde”, a bela paisagem do paraíso que ainda sobrevive. Para o Presidente do sindicato o importante é a manutenção do verde, a agricultura é só um meio: “eu sou um preservador do meio ambiente, eu brigo muito pelo meio ambiente. A agricultura é só uma forma de manter a área verde. (...) Hoje o problema é manter a área verde, é manter a agricultura pra manter a área verde”. De acordo com o engenheiro agrônomo do sindicato os sitiantes têm papel fundamental na proteção da natureza:

“eles são os maiores preservadores. Eles não querem condomínios, não querem que asfalto, não querem túnel (...). Eles não têm produção, mas tem um pezinho de limão pra eles, eles têm a hortaliça dele atrás da casa, mantém um empregado cuidando disso (...). Como é o Kevin! O Kevin não tem nenhum tempero que não é dele, a hortaliça é dele, os ovos é dele, o leite é dele (...). Ele tem cinco vacas. O Kevin mora lá, ele era de Copacabana, pegou gosto por aqui. É meu amigo, é um preservador”.

Mesmo que a busca dos “românticos consumidores” tenha sido a mesma dos “românticos criadores”, ou seja, a proximidade com o verde e tranquilidade atribuída a

ele, os românticos criadores vêm na presença desses moradores de condomínios e moradores de loteamentos de baixa renda o estopim da destruição do paraíso.

Durante a pesquisa de campo alguns sitiantes *outsiders*, classificados por “românticos criadores”, criticaram duramente a ação de um antigo agricultor da área, ainda em atividade na plantação de legumes, ao permitir que os filhos vendessem parte de suas terras em formato de pequenos lotes:

“quando o chuchu dele não dá dinheiro ele troca, vai pro ramo da quitinete (...). Ele traz o bandido para perto da casa dele, eu nunca vi disso. Você conhece alguém que mora em quitinete? Não? Quitinete é o seguinte: o cara de passagem, fugido, ele fica em um lugar durante vinte dias, trinta dias e vai embora. Ele não é um morador que vai vir para cá para ficar aqui para trazer coisas boas para a região. É alguma coisa de errado que de passagem. Quitinete é tudo de ruim. Estou falando sério!”

E a ação desse grupo tem ocorrido no sentido de coibir a venda desses sítios por parte desses antigos moradores ligados a produção agrícola, ditos “ignorantes”, através da aliança com o sindicato. É importante mencionar que essa união não se dá apenas por afinidade de posição em relação à “natureza”, mas também por laços de amizade e padrão de renda. Segundo o Presidente do sindicato:

“Esse é um crescimento desordenado que nós estamos travando isso, eu estou travando isso. Isso aconteceu na administração Cesar Maia, diminuiu na administração do Conde, porque aqui o produtor rural estava pagando o ITR e o IPTU, aí com o Conde, quando o Conde era prefeito, eu mandei uma mensagem de lei, encaminhei à câmara, através do vereador Imbraim Ramos, brigamos lá e conseguimos não cobrar mais o IPTU, aí ficou só o ITR. Tinha produtor que tinha dívida de duzentos mil reais. Aí, muita gente se desesperou, com medo de perder a terra, e vendeu. Mas na administração Cesar Maia teve muito crescimento desordenado. E isso estraga, o único pulmão da cidade do Rio de Janeiro, que nós temos preservado mesmo, é a Ilha de Guaratiba”.

Enquanto os “românticos criadores” são extremamente atuantes, defendendo “o futuro” da Ilha de Guaratiba, que é a manutenção do paraíso, ou seja, preservação da encosta do Maciço da Pedra Branca, não asfaltamento das ruas, permanência da fragmentação mínima de dez mil metros quadrados (sítios), defesa da agricultura na planície como meio de manter as encostas protegidas, ligação com o sindicato com o objetivo de impedir, politicamente, a “ocupação desordenada”, traduzida pelo loteamento para população de baixa renda, além de projetos de ecoturismo para a região, os antigos moradores, ainda ligados ou não à agricultura e os novos moradores de baixa renda querem o “progresso”. Querem que asfalte as ruas, que passe mais

ônibus, que tenha muito condomínio fechado para dar emprego para a população local. Esse “outro lado” é composto por duas associações de moradores das ditas “comunidades” ou “favelas” pelos sitiantes, que é a Matriz e o Caminho do Poder da Boa Vontade, além da Associação da Ilha de Guaratiba que entra em conflito com as demais por se achar a única associação de direito da Ilha.

É importante assinalar que não existe um embate aberto entre esses dois grupos antagônicos. Na verdade não há nem mesmo conversa. Um grupo ignora o outro. O primeiro se sente imbuído de tomar as rédeas do futuro da Ilha por terem condições intelectuais para tal, por saberem o que é bom ou ruim, ao contrário dos pobres ou “agricultores ignorantes”, “com dinheiro, mas ignorante”, como disse uma sitiante, ou seja, sem condições sequer de dar opinião e expressar suas necessidades. Já para os antigos moradores, donos de propriedades, “com dinheiro”, ou aqueles que sofreram queda do padrão com a perda da propriedade, “esses sitiantes” não sabem de nada da Ilha, eles sim, moradores há gerações, é que sabem do que a Ilha precisa, ignorando a posição dos intrusos.

Ao asfalto associam-se inúmeros conflitos e tensões entre moradores, como foi possível perceber em entrevistas. Em uma dessas entrevistas, num bar, os ânimos dos frequentadores ficaram bastante alterados quando a questão do asfalto foi tratada, já que mexe com todo um conjunto de ideais para a Ilha: “nós queremos acabar com a lama e a poeira (...), quem tem carro mete o pé e quem tem que andar a pé come poeira quando esses carros passam correndo”, referindo-se aos sitiantes e moradores de condomínios fechados. Como a ligação com gente influente da sociedade carioca é incomparável a dos sitiantes, alguns líderes da população de baixa renda e antigos moradores fazem acordos eleitoreiros para obter os serviços públicos que consideram necessários, o que ocorre com o Presidente da associação da Ilha:

“não dá não, as pessoas andarem na poeira e na lama. Por isso eu digo: tem que ser ligado à política. Esses vereadores têm direito a tantos quilômetros de asfalto, mas eles vão botar isso onde dá voto. Eu negocie pra eles trazerem esse asfalto pra cá. (...) Não quero saber quem é, ta no poder eu quero me ligar. (...) Não adianta, qualquer político só vem aqui na época das eleições, tem que saber usar. Depois que se elege, não aparece mais ninguém aqui. (...) Eu asfaltei a Matriz, iluminei a Matriz, coloquei os quebra-molas. Agora eu to tentando tapar esses buracos (...).”

Gonçalves explica, em seu estudo sobre associações de moradores, que as associações de classe baixa tendem a sofrer assédio de políticos, dentre outros, por

“carecer de condições de luta” devido à falta de informação e de acesso a outros “setores sociais” e “organismos políticos” (Gonçalves, 1983: 83), e que suas principais reivindicações tendem a ser por equipamentos públicos de infra-estrutura técnica, principalmente, e social.

Mesmo sob condições desfavoráveis, os presidentes das outras duas associações citadas não gostam “dessa maneira” de conseguir as coisas, se envolvendo com esse “pessoal de política”. Eles preferem fazer mutirões, puxar os canos, levar água, enfim, “ir fazendo conforme dá”. Dizem não acreditar na intenção real dessas pessoas pelos seus problemas. No entanto lutam pela mesma coisa, e vêm na construção de condomínios fechados a solução para o problema do “isolamento”, no sentido de ampliação do comércio e serviços públicos, e como possibilidade de oferta de empregos, principalmente para portaria, jardinagem e trabalhos domésticos.

Esse grupo vivencia um conflito difícil de solucionar: por um lado sente-se mal com a presença dos *outsiders*, ou seja, com a introdução de novos hábitos, com a interrupção de caminhos ou trajetos pela construção de muros em áreas que até então eram usadas comunitariamente, mas, por outro lado, necessitam dos empregos que esses “intrusos” acabam por gerar. Renato, 38 anos, porteiro de um desses condomínios expressou com clareza esse sentimento:

Porteiro: “Ah, eu não gosto da presença desses moradores novos não, era bom na época da agricultura, era só parentada na Ilha, não tinha gente de fora. Podia até dormir de janela aberta. A única coisa que não era bom é que não tinha luz. Mas aí junto com a luz, com o progresso, veio tudo isso junto, de ruim. (...) Essas pessoas trouxeram bebedeira pra cá, veio muita gente brigona. Você vê, nesse condomínio, ninguém se entende, mal se cumprimentam.

Alice: E como é o relacionamento dos moradores novos, que vieram de fora, com os antigos?

Porteiro: Não tem relação não. Eles não querem falar com ninguém. (...). Os condomínios foram bom pra dar emprego, porque o pessoal daqui é acomodado, quer trabalhar perto de casa (...).”

Para os agricultores mais idosos a mudança, ou o “progresso”, como dizem normalmente, tira a tranquilidade costumeira, mas é visto como inevitável. Para seus filhos e netos é o fim do isolamento, suas terras passam a valer mais. Além disso, o padrão de consumo exibido por tais moradores de condomínio, com carros caros, roupas da moda, enfim, o estilo muito lhes agrada, é o modelo que querem copiar.

No caso dos moradores de condomínios fechados a motivação também foi a “tranquilidade” e o “verde”, mas não chegam a se envolver com o lugar e com as pessoas a ponto de se incluírem por defesa de qualquer coisa que seja. Em entrevista com o síndico do único condomínio da Matriz, perguntei se os moradores faziam parte dessa associação de moradores. Imediatamente ele respondeu: “nossa associação é do Ilha Green”, nome do condomínio em que vive há seis anos. Se não há interesse em manter relação com os próprios condôminos, que dirá com a Matriz (favela) ou moradores antigos, disse o síndico.

De acordo com síndicos, porteiros e com os próprios moradores dos condomínios, a relação interna entre condôminos não é boa, sendo pior, ou nula, com os antigos moradores, de fora do “muro” do condomínio. Não se vê crianças brincando nas ruas nem mesmo em finais de semana. “As ruas ficam sempre desertas”, disse o síndico do *Ilha Green*.

Os antigos moradores os acusam, ainda de acordo com esse síndico, de estar trazendo a destruição para a área, aumentar muito o fluxo de veículos nas ruas e fazendo barulho. Isso justifica, pelo ponto de vista do síndico, o afastamento entre moradores de condomínios e antigos moradores. Não existe nenhum tipo de relação, não jogam futebol juntos, não frequentam os mesmo lugares. “Sair só para comprar pão, tudo é na Barra ou Recreio, resolvo tudo na Barra ou Recreio” disse o síndico ratificando o afastamento.

Ao mesmo tempo em que ele diz que veio em busca da “tranquilidade” e do “verde”, ele afirma que “deveria sim fazer outro bairro, para melhorar isso aqui. Não tem nada aqui de comércio e serviços. Além do mais iria impedir as favelas”. “O nome também deveria mudar para Recreio de Guaratiba”, pois faz a “relação com o Recreio dos Bandeirantes”, dando “mais pompa e valorizando a Ilha”.

3. Território, lugar e toponímia

Diferente da preocupação dos românticos criadores em manter preservada a paisagem verde, os estabelecidos se manifestam pela manutenção do lugar, ou seja, do espaço pelo qual guardam afetividade (construída ao longo do tempo de moradia), das relações cotidianas com outros antigos moradores e desses com o espaço físico (Tuan, 1983). O lugar é o espaço que conta a história de um determinado grupo pra eles mesmos, donde somente eles são capazes de fazer a leitura profunda daquilo que escreveram no espaço.

Enquanto para os *outsiders* a toponímia constitui uma paisagem histórica, nesse caso específico comendo uma paisagem rural, com nomes como Caminho do Ferrador, Caminho das águas Claras, Caminho do Careca, Estrada das Tachas etc., para os estabelecidos trata-se de suas vidas. Suas histórias são narradas nesse cenário, sendo impossível desconectar o personagem do local onde ocorre e vem ocorrendo, desde o nascimento, a ação dramática, pois, se o cenário fosse outro, seria outra história.

Um dos últimos redutos de produção agrícola do município, a Ilha apresenta um conjunto de nomes impressos “como importantes fatores de comunicação, permitindo, de modo plausível, a referência da entidade por eles designada.” (Dick, 1990:22). Ainda hoje os moradores mais antigos jogam bola no “brejinho”, residem no “Caminho do Ferrador” e transportam as bananas para Campo Grande pela “Estrada das Tachas”. A prática agrícola, os nomes usados em seus trajetos, os lugares de encontro, expressam um conjunto cultural bastante peculiar e autônomo dessa pequena localidade do Bairro de Guaratiba.

A chegada dos ‘românticos consumidores’ junto com toda possibilidade de valorização fundiária da Ilha de Guaratiba como ‘celeiro do paisagismo na cidade’ está sendo responsável por uma significativa alteração no conjunto simbólico e prática social desse grupo. Os condomínios apagam os caminhos tortuosos e instalam sobre eles ruas paralelas e perpendiculares cercadas por altos muros e, reservando para entrada e saída, um único portão vigiado por seguranças e porteiros. Os “percursos” por essas terras são interrompidos e/ou suprimidos, causando uma série de pontos de des-territorialização (Haesbaert, 1997).

Os nomes das ruas internas aos condomínios não acompanham a toponímia local e, aos poucos, os nomes externos também começam a ser alterados, apagando a simbologia consonante com as práticas agrícolas e impondo um novo conjunto simbólico, referenciando uma classe média em busca de paisagem ou paisagismo. “A Estrada das Tachas deixou de ser Estrada das Tachas, mas pra mim sempre será! Eu não troquei o meu nome!”, disse uma moradora de cinquenta anos nascida na Ilha, fazendo associação direta entre o nome da rua e seu próprio nome, ambos fazendo parte de um mesmo conjunto simbólico. Coloca-se então um conflito territorial entre os ‘que nasceram ali’ e os que têm a propriedade da terra no sentido da mercadoria.

Durante as entrevistas foi comum a tentativa dos moradores “antigos”, mesmo que não provocados, tentar convencer-me de sua legitimidade naquelas terras: “Eu nasci aqui”, disse um Senhor de sessenta anos ao me vender uma água de coco na pracinha central, “eu vi essas pessoas todo crescer, conheço tudo esses caminhos”, quando ouvi uma voz feminina de dentro da barraca dizendo “eu também sou daqui, nasci aqui!”. Era uma moça de vinte e dois anos, empregada do Senhor mencionado anteriormente. Assim eles tentam defender seu território daqueles que compram a terra, mas não a dominam no sentido do lugar.

Que valor pode ter o dinheiro (compra da terra), caso façamos a leitura entre linhas desse discurso, frente ao conhecimento de cada milímetro daquela terra, da história, da cria do lugar? O “eu sou daqui” é tão forte que parece dizer eu brotei aqui, sou parte dessa terra! Essa destruição não diz respeito apenas aos caminhos dessa terra, mas aos antigos moradores como parte dela. Percebemos, então, o território como um

“campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’(o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidade’, os insiders) e os ‘outros’(os de fora, os estranhos, os *outsiders*)” (Souza, 2007:86).

Em um lugar como a Ilha de Guaratiba, de tradição rural, o trabalho, a moradia, o cuidado com a saúde, os rituais religiosos e o lazer normalmente ocorrem dentro da Ilha. Enquanto nos grandes centros os grupos se relacionam por afinidade em ilhas culturais, descontínuas no espaço, no mundo rural, mais fechado, as escolhas são bem mais limitadas.

Não há escolha do melhor hospital ou clínica tendo em vista o padrão de renda, todos se tratam no Posto de Saúde da Ilha de Guaratiba. As escolas públicas da

localidade são frequentadas tanto pelos filhos e netos dos produtores rurais como por aqueles que a muito perderam suas terras e dependem dos salários baixos em hortos, sítios ou no comércio local.

O uso dos equipamentos públicos localizados na Ilha pela população da Ilha cria um grau de relacionamento dessas pessoas entre si e do grupo todo com a localidade não mais percebida em bairros que a muito perderam suas características rurais, no entanto a Ilha é menos lugar quando comparada às microáreas, e as microáreas menos lugar quando comparadas às ruas.

A Ilha de Guaratiba é subdividida em quatro microáreas pelos próprios moradores: Matriz, Retiro, Morgado e Largo da Ilha (representação 4, p. 142). De uma forma geral existem três níveis espaciais: a Ilha de Guaratiba, que não é um bairro, mas funciona como uma unidade territorial bem coesa; as microáreas, que são Matriz, Retiro, Morgado e Largo da Ilha (veja a tabela 3, p. 95); e as subdivisões dessas microáreas que coincidem com ruas na maioria das vezes.

No caso do Retiro temos uma particularidade, pois antes do Caminho do Pestana virar Caminho do Poder da Boa Vontade, há quinze anos, a maior parte dessa área era tomada por parreiras de chuchu e maracujá. Nessa ocasião havia poucas casas, que eram de agricultores e seus descendentes. Até esse momento o Caminho do Pestana fazia parte do Retiro como as outras subdivisões dentro da microárea. Quando o Pestana faleceu, dono do sítio que produzia os itens acima mencionados, os filhos venderam as terras para loteadores. A área foi loteada sem qualquer infra-estrutura e vendida a preços baixos. Esses novos moradores, a maior parte originária do Nordeste e Norte do país, deu um novo nome para o loteamento: Caminho do Poder da Boa Vontade. Para os antigos moradores o fragmento ainda faz parte do chamado Retiro, já para os novos “Retiro” não diz nada, valendo apenas o nome que deram ao fragmento e a subdivisão também recente em ruas projetadas e Rua Vasco da Gama.

Com isso quero expor uma divisão territorial que vigora na Ilha de Guaratiba entre os próprios antigos moradores, com exceção apenas do Caminho do Poder da Boa Vontade, que é uma construção territorial mais recente. Além do corte territorial entre os *outsiders* e os estabelecidos também existe o corte territorial interno, ou seja, entre os estabelecidos. De acordo com Augusto, 26 anos, estudante de direito, nascido na Ilha de Guaratiba, cada microárea e cada subdivisão interna dessas microáreas representam

grupos de pessoas com modo de viver e pensar diferentes. Essa fragmentação e diferenciação das áreas realizada e praticada pelos moradores não é por acaso, ela separa grupos. “Tem que ter cuidado com o que dizer em cada parte. O que um grupo gosta o outro não gosta. Às vezes a gente fala na Matriz uma coisa e é normal, aí chega aqui na Olaria e eles não gostam. Até pra mim que sou da Ilha é difícil, tem que ter cuidado”.

Tabela 3: A Ilha vista por seus moradores

Ilha de Guaratiba	Matriz	Morro Cavado		
		Covanca		
		Caminho do Cabral ou Buraco Quente		
		Fazenda Modelo		
		Inácio Muniz		
	Retiro	Retiro	Avenida Gaspar de Lemos	
			Caminho do Mangue	
			Estrada das Tachas	
			Caminho do Cachimbáu	
		Caminho do Poder da Boa Vontade	Projetadas	
			Vasco da Gama	
	Morgado	Morgadinho		
		Toca Grande		
		Toca Pequena		
	Largo da Ilha	Largo da Ilha		
		Portinho		
		Grotta Funda		
		Peito Roxo		
		Olaria		

Podemos pensar que nem todo território é um lugar, mas dificilmente um lugar não será território, já que a apropriação do espaço por um grupo (Souza, 2007), seja no sentido da propriedade privada ou da vivência, acarreta uma relação de poder (Sack, 1986), de poder estar num espaço determinado e determinar como nele se deve agir.

Essa fragmentação territorial é aceita de uma forma geral. Os moradores de um território não costumam desafiar a autonomia do outro e os problemas de cada fragmento normalmente são resolvidos dentro do próprio fragmento. Por exemplo, a Matriz, o Largo da Ilha e o Morgado têm a própria associação de moradores. O Retiro e o Caminho do Poder da Boa Vontade já tiveram associação, estando a do Retiro desativada há alguns anos e do Caminho do Poder da Boa Vontade ativada parcialmente.

Isso não significa, no entanto, que não se unam forças quando necessário. O conflito em torno da alteração do nome da Estrada das Tachas foi mais visceralmente vivenciado pelos moradores do Retiro, mas moradores de diversos pontos da Ilha de Guaratiba contribuíram com as assinaturas no abaixo assinado enviado à Prefeitura (anexo 1). Esse caso ajudou na reflexão da relação entre as microáreas e o conjunto maior da Ilha de Guaratiba, além da unidade Ilha com localidades vizinhas. Do total de 390 assinaturas, 283 se identificaram pelo endereço e 107 com documentação pessoal (RG, CPF etc.). Veja a tabela.

Tabela 4: Assinaturas por localidade

Localidades	Assinaturas por localidade	
	Percentual	Número de assinaturas
Retiro	66,5%	188
Outras microáreas da Ilha	24,1%	68
Outras localidades do bairro de Guaratiba	0,3%	1
Bairros Vizinhos	8,1%	23
Não identificados	1%	3

Total	100%	283
-------	------	-----

A maior parte das assinaturas, 66,5 %, foi recolhida nas ruas do próprio Retiro, ou seja, aqueles que se sentem ligados diretamente ao problema levantado. O segundo maior número, 24,1%, ficou com as outras microáreas da própria Ilha de Guaratiba, mostrando a ligação das microáreas com o todo, que é a Ilha. Reforçando a idéia da Ilha como núcleo muito bem delimitado e isolado do restante do bairro de Guaratiba, encontramos somente uma assinatura (0,3%) de morador do bairro, mas não do fragmento Ilha. Os bairros vizinhos, com 8,1%, apresentaram maior número de assinaturas que do próprio bairro de Guaratiba excetuando-se a Ilha. Esse último dado é decorrente do fato de que o casal que passou o abaixo assinado tem relação de trabalho com pessoas de outros bairros. Ela é agente do PSF com base no posto de saúde da Ilha de Guaratiba, onde trabalham médicos e enfermeiros de outros bairros.

Apesar da divisão territorial aceita em grande parte, existe um entrave: a Associação do Largo da Ilha, presidida pelo Senhor Jamil. Para ele não faz sentido ter várias associações na Ilha, pois dissolve forças políticas.

“(...) aqui as coisas não dão certo, não podem dar. Tem algumas associações de moradores paralelas. A associação mesmo é só uma [se referindo à dele]. Cabo eleitoral então tem um monte, cada um com um político diferente. O pessoal não se junta, por isso que as coisas na Ilha não vão pra frente”.

Para ele só existe uma associação, que é a Associação da Ilha de Guaratiba. Para os outros presidentes a associação dele é a do Largo da Ilha, fragmento central da Ilha, e não de toda a Ilha. O Senhor Jamil é acusado de alianças com políticos, fato suficiente para geração de desconfianças por parte dos outros presidentes, e de querer dominar toda a Ilha, sem respeitar as áreas de cada grupo. Apesar das trocas de acusações, não foi percebida nenhuma ação que prejudicasse consideravelmente o trabalho de cada um desses presidentes. Vamos agora nos aprofundar em cada microárea.

3.1- Matriz

A Matriz é assim chamada em referência à Estrada da Matriz. Essa Estrada tem início na Pedra de Guaratiba, bairro vizinho à Guaratiba, e termina no encontro com a Estrada do Morro Cavado. Os limites da Matriz são extremamente precisos para qualquer morador desse fragmento: “a Matriz vai da Fazenda Modelo até a Estrada do Morro Cavado”, disse um morador da microárea. Quanto a isso não há dúvida.

Nesse fragmento a Estrada da Matriz é cortada por nove ruas, sendo todas concentradas ao longo dos 800 metros que separam a Estrada do Morro Cavado e o Caminho da Matriz. Durante os 1,8 quilômetros que ligam a Fazenda Modelo¹ ao Caminho da Matriz avistam-se apenas sítios e algumas trilhas particulares de acesso, por isso ainda sem nome. Alguns desses sítios são para lazer ou descanso de finais de semana, com altos muros e luxuosas casas, os outros de moradores antigos.

Alguns caminhos em formato de trilha já anunciam, mesmo que embrionariamente, a formação de futuras ruas. Da maneira como os antigos moradores estão acostumados a ver, sem P.A (Projeto de arruamento), sem arquiteto, sem Prefeitura, as ruas brotam conforme a necessidade. “O filho casa e constrói no terreno da família, aí cria um caminho independente, ou então vende a parte de trás e faz o caminho”, disse Isadora, nascida na Ilha, há cinquenta anos residindo na localidade. Foi assim que surgiu o Caminho da Covanca, considerado logradouro público a partir de 1988 (em caráter provisório com este nome) e todos os outros Caminhos ou ruas da Matriz, sem exceção.

O único condomínio da microárea fica no Caminho da Matriz, acesso construído há mais de três séculos, mas até hoje sem nome reconhecido pela Prefeitura. Por esse Caminho os fiéis se dirigiam à Igreja Salvador do Mundo desde 1690, data de sua fundação nessa localidade (transferida das proximidades do porto de Guaratiba). Trata-se de uma estreita rua de terra sem saída. A Igreja mencionada foi tombada pelo patrimônio histórico e é o maior orgulho da população da Ilha de Guaratiba que segue essa religião. Após a construção da Estrada da Matriz o acesso à Igreja foi substituído pela rua principal, fazendo com que os membros ou visitantes ingressem pelos fundos da igreja, por onde passa a estrada.

1. Abrigava 911 ex-moradores de rua até que no último mandato de Cesar Maia foi fechado.

Entre o Caminho Paulo Álvares e o Caminho da Covanca existe um loteamento de baixa renda, mapeado como favela pela Prefeitura, onde reside a maior parte da população dessa microárea. Foi durante a luta por esses lotes que surgiu a Associação dos Moradores da Matriz, fundada em 1982.

Diucênio, 76 anos, antigo Presidente da Associação, e outros antigos moradores relataram as dificuldades que “o pessoal da Matriz” sofreu com a ação dos grileiros nas décadas de 1970 e 1980. Diucênio não nasceu na Matriz, veio de Piabas ainda rapaz, atual Estrada do Pontal no Recreio dos Bandeirantes, como vários outros moradores antigos. Durante a conversa, ele disse ter comprado três vezes o mesmo terreno, no qual reside. Com um pouco de insistência, decidiu dizer os nomes dos grileiros que tomaram terras dos moradores, vendendo-as para os mesmos proprietários, em alguns casos, logo depois de tomá-las: 1) Granja pastoril, que era uma empresa; 2) Dr^a Lourdes; 3) Mata Machado (empresa); 4) Dr. Camil.

Questionei o uso da expressão “doutor” para se referir aos grileiros. Ele explicou que é comum o uso da expressão “doutor” quando se trata de uma pessoa com melhor situação financeira e com mais instrução, ou seja, aqueles que “falam bem”, que conseguem articular melhor as palavras, os discursos. Quando a população percebeu que esses “doutores” estavam ludibriando-os, começaram a se organizar a fim de buscar solução.

Sensibilizado com a expulsão de alguns desses antigos moradores, e a iminência de ocorrer o mesmo com muitos outros, o padre da Igreja Matriz (1982) permitiu que as reuniões do grupo ocorressem dentro da Igreja. A pastoral da igreja aconselhou, por intermédio de seu advogado, que constituíssem uma associação de moradores para que tivessem a organização legal necessária para implementação da luta.

A primeira Presidente dessa associação chamava-se Dona Luiza. Esse cargo ficou ocupado por ela de 1982, data da fundação da associação, até 1986, quando abriu mão da presidência. No entanto, sempre foi considerada parte da diretoria, sendo sua opinião muito considerada pelo sucessor Diucênio, que ficou na diretoria de 1987 até 2008. Todo esse período à frente da associação foi justificado pelo próprio Diucênio por

dois motivos: ausência de candidato que se colocasse disponível para ocupar o cargo e, quando havia disponibilidade, ausência de “articulação” para tal.

Dona Luiza é considerada pela diretoria da associação a pessoa que mais lutou pelo grupo, junto com Diucênio, substituto da mesma. De acordo com Zé Carlos, sessenta anos, nascido na Matriz, a ligação de Luiza com Brizola no Palácio da Guanabara foi fundamental para que Brizola se envolvesse especialmente com o problema de grilagem na área. “É, é verdade, a Luiza era muito influenciada com política. Tem área lá pro Retiro que também foi desapropriada e até hoje ninguém recebeu título. Tá lá parada” confirmou Diucênio.

Além da relação com Brizola, Luiza tinha canal direto com os vereadores Vivaldo Barbosa, Edgard Ribeiro e Fernando Lopes (todos do PDT). Para ele, toda essa ligação foi fundamental para a execução da desapropriação das terras e distribuição das mesmas. A distribuição dos títulos de sessenta e quatro lotes ocorreu entre 1994 e 1996. A desapropriação ocorreu em 1986. Muitos dos moradores atuais vieram na época da distribuição dos títulos, por rede de parentesco e amizade. De acordo com Zé Carlos, 2009 foi o ano marcado para a substituição da documentação provisória pela permanente.

Seu Diucênio tem muito orgulho do trabalho que realizou “na Matriz”, mas lamenta a falta de parceria da Prefeitura. As principais queixas foram da infra-estrutura técnica. Ele reclamou do esgoto, que vai todo para a vala, e do fato de não ter água no verão, além disso, se queixou da insuficiente rede de tubulação: “A população aumentou, mas a CEDAE não aparece para fazer o prolongamento da rede”. De acordo com ele, a ligação do esgoto com o rio que vai para o mangue foi feita por eles com um tubo de pequeno diâmetro, que na época era suficiente, mas agora, com o aumento da população, não sabe o que pode acontecer.

Durante esse momento em que o Senhor Diucênio se queixava da precariedade da infra-estrutura, perguntei se o Presidente da Associação da Ilha, Jamil, não ajudava a buscar soluções para tais problemas. O Senhor Diucênio ficou muito aborrecido com o fato de eu ter mencionado esse nome: “essa associação só existe na cabeça dele!”. A conversa já havia começado contra sua vontade, mas mencionar o nome do Senhor Jamil, quanto mais como o fiz, perguntando a respeito de seu envolvimento nas

conquistas da Matriz, isso realmente deixou o anterior Presidente da Associação da Matriz muito chateado, fato que o levou a encerrar a conversa na mesma hora.

Dois dias depois consegui uma entrevista com o atual Presidente da Associação da Matriz, Niltinho Teixeira. A primeira conversa que tivemos durou mais de cinco horas. Além de ser extremamente agradável, não demonstrou nenhum tipo de desconfiança, ao contrário de Diucênio. Sob tal contexto tive espaço para perguntar a respeito de Jamil, Presidente da Associação do Largo da Ilha. Ele também demonstrou não gostar do Jamil, mas não demonstrou raiva da pergunta especificamente. Sobre ele foi dito o seguinte:

“o Jamil Nunes, Presidente da Ilha, quer abraçar o mundo com as pernas. Ele está envolvido com política [no sentido negativo], com interesses [privados]. Se você perguntar, ele vai dizer que é Presidente de tudo, mas não é não. Ele quer fazer trocas políticas, é olho grande. A gente não, a gente só quer cuidar do pessoal da Matriz, não temos outros interesses”.

A Matriz é constituída por ampla área vegetada. Apenas quatro ruas perpendiculares à estrada principal apresentam asfalto, no entanto sem infra-estrutura complementar como galerias pluviais e calçadas. Uma delas liga a Ilha de Guaratiba à Estrada do Mato Alto, por uma estreita estrada sem acostamento. Ela funciona como atalho para os que se dirigem a Campo Grande, bairro vizinho. Essa é uma estrada pouco habitada, e por isso considerada mais perigosa pelos moradores. Zé Carlos chegou a me advertir sobre essa estrada: “olha, não passa pela Estrada do Morro Cavado não porque ta tendo assalto lá! Não é por morador não, é gente de fora. Sabe como é, é deserto, tem gente que se aproveita disso”. As outras três ruas asfaltadas ficam dentro do loteamento extremamente denso de casas já mencionado anteriormente, ou seja, na área cortada pelo Caminho Paulo Álvares, Caminho do Cabral e Caminho da Covanca.

Esse loteamento é produto da desapropriação mencionada anteriormente, durante o governo Brizola, e de terrenos ocupados por posse. Em meio a uma vasta área vegetada e pouco habitada, esse loteamento contrasta, em relação ao entorno, com sua alta densidade demográfica. As casas são construídas muito próximas umas das outras, sendo raras as casas com quintal maior que três vezes o tamanho da casa.

Diucênio, antigo Presidente da Associação de Moradores da Matriz, justificou tal concentração devido à necessidade de dividir em dois, os sessenta e quatro lotes distribuídos pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, em meados da década de 1990.

De acordo com ele, parentes e amigos de moradores antigos correram atrás da possibilidade de ter um lote, vindo de vários bairros vizinhos. A única maneira de atender um grande contingente foi dividir esses lotes em duas partes. Essa ação causou problemas entre alguns moradores e o então Presidente da associação, pois não queriam dividir seus lotes com outras famílias. Essa reação negativa de parte dos moradores foi chamada de ação egoísta por Diucênio, alegando que as pessoas não sabem dividir para satisfazer a todos os necessitados. Segundo o atual Presidente, Diucênio é odiado por mais de noventa por cento dos moradores da Matriz.

Durante a entrevista com o síndico do condomínio Ilha Green e alguns membros da antiga e da atual diretoria da associação, constatei que a Associação da Matriz não cobre toda a Matriz, mas apenas esse loteamento extremamente denso mencionado a pouco, além de algumas poucas casas da beira da estrada localizadas nas proximidades do loteamento, ao contrário do que havia dito o Presidente da associação. O único condomínio existente nesse fragmento, os sítios de luxo e as casas mais distantes do loteamento servidas por estreitos caminhos de terra batida, localizados na tal área com densidade bem menor, se colocam a parte da associação.

O prédio da associação fica no Caminho da Covanca, uma das primeiras ruas abertas nesse fragmento da Ilha, a menos de duzentos metros da Igreja. Trata-se de uma servidão sem saída que acaba na cota 25 do Morro Cavado. A partir do final desse Caminho, o relevo fica bastante íngreme, chegando rapidamente aos 118 metros de altitude em um de seus pontos mais altos. Essa área é desabitada e coberta por vegetação arbórea. O prédio da associação é uma casa pequena e sem pintura. Boa parte dela ainda está no tijolo, ou seja, sem emboço. A obra de ampliação e acabamento ocorre apenas nos finais de semana, quando os moradores que “entendem de obra” fazem mutirão, por isso é mais difícil conseguir falar com seu Niltinho aos sábados e domingos, pois fica totalmente envolvido com a obra.

Em uma de minhas freqüentes visitas à Associação, fui informada, por moradores que preparavam uma festa, que Seu Niltinho estava em sua casa localizada no final da rua. Enquanto me encaminhava até sua residência, observava as casas, que ocupam o lado esquerdo de quem está subindo a rua. Do outro lado existe um barranco coberto por árvores e vegetações de porte menor, que acompanha a estreita rua asfaltada até o fim. A última casa também estava por concluir. Parte dela não tinha emboço, parte

não tinha pintura. A laje exposta ainda estava à espera de um telhado. Cheguei bem perto do portão e chamei pelo Presidente. Logo veio ao meu encontro e então fomos para a associação.

Enquanto conversava com o Presidente e aguardava a chegada de Augusto, Como havíamos marcado, percebi que outro homem ligava uma pequena geladeira a dois botijões de gás. Eu e as outras pessoas que arrumavam a festa estávamos a dois metros disso. Observei as pessoas ao meu redor, mas nenhuma delas parecia ter qualquer preocupação com a possibilidade de acidente. Tive muita vontade de me afastar daquela situação de risco, mas, ao mesmo tempo, não podia perder a confiança das pessoas que ali estavam e que consideram aquilo absolutamente normal.

Depois de um tempo, o homem que fazia a ligação dos botijões com a geladeira levantou, abriu a porta da geladeira e falou para o grupo que arrumava a festa: “vem ver se está gelando”, introduzindo uma das mãos dentro da geladeira. Ele tinha um sorriso no rosto que parecia demonstrar o orgulho pelo trabalho realizado. Elogios vieram de todos, inclusive do Presidente da associação, que fez questão de se levantar e colocar as mãos dentro da geladeira.

A chegada de Augusto acabou por distrair minha preocupação com os botijões. Ele foi extremamente receptivo e não demonstrou nenhum receio em dar informações ou indicar pessoas que pudessem ajudar. Está se formando em direito na Moacyr Bastos, faculdade particular de Campo Grande e, por isso, falar em trabalho de pesquisa ou dissertação de mestrado não lhe parece algo suspeito. Diferente dos que apresentam menor grau de escolaridade.

Logo que expus os objetivos da pesquisa, Augusto mencionou alguns nomes que poderiam ajudar com o trabalho, inclusive o Paulo, rapaz já contatado anteriormente, responsável pelo abaixo assinado que deu origem ao processo contra a alteração do nome da Estrada das Tachas. Outro grupo importante mencionado por Augusto foi o pessoal do PSF (programa de saúde da família), fundamental, de acordo com ele, para o acesso aos nomes de ruas, becos e caminhos não registrados em mapas da Prefeitura, mas que existem de fato. Esse programa é direcionado para áreas com IDH baixo, como é o caso da localidade da Ilha de Guaratiba. Os agentes de saúde visitam regularmente cada residência e acompanham a saúde dessas pessoas, por isso precisam desse mapa cadastral extremamente atualizado. Outros personagens indicados como fundamentais

foram André Pantaleão, responsável pelo CEPAG (Centro de Pesquisas e Ações de Guaratiba) e o Senhor Lívio Tomé, responsável pelo jornal Guarazão.

Durante a conversa, e sem que eu chegasse a mencionar a questão da subdivisão da Ilha, ele pegou meu mapa e rabiscou a divisão feita pelos moradores e pelo PSF. Augusto foi agente do PSF na área do Caminho do Poder da Boa Vontade logo no início da atuação do programa na Ilha. Ele explicou que o PSF divide os agentes por equipes, e que cada equipe fica responsável por uma área determinada. Como os agentes do PSF costumam ser recrutados na própria região onde o trabalho será realizado, normalmente as subdivisões territoriais costumam ficar muito próximas das em vigor na localidade em questão, como foi o caso da Ilha.

Além das microáreas o rapaz me ajudou a marcar algumas ruas e caminhos que não apareciam no mapa. Apenas o Caminho da Covanca e a Estrada do Morro Cavado aparecem com nome no mapa atual da Prefeitura² (1999) e são reconhecidos como logradouro público (veja representação 4, p. 142). Os Caminhos da Matriz, Paulo Alvarez, Cabral e Careca, além do Beco do Cabral e as ruas Projetadas são representadas apenas pelo contorno, que mesmo assim não é fiel. No caso da Rua Inácio Muniz e do Caminho da Tia Néia não aparecem nem mesmo o contorno.

Independente dos topônimos aparecerem ou não como oficiais, fato que não deixa de ser importante para os moradores, quero por agora pensar na relação desses topônimos com o lugar. De acordo com a taxonomia de topônimos utilizada por Dick (1990), os topônimos da microárea Matriz podem ser divididos em hierotopônimo, geomorfotopônimo e antropotopônimos. O primeiro diz respeito aos topônimos de origem religiosa; o segundo àqueles que designam lugares a partir das características topográficas e, o terceiro, àqueles que trazem nomes próprios. A tabela a seguir organiza esses dados.

2. O fato de ter o nome no mapa não significa que a mesma seja reconhecida na Prefeitura. Isso foi constatado quando fui ao arquivo do CASS.

Tabela 5: **Topônimos da Matriz e sua taxonomia**

Taxonomia	Topônimos
Hierotopônimo	Caminho da Matriz
Geomorfotopônimo	Caminho da Covanca
Antropotopônimos	Rua Inácio Muniz, Caminho do Cabral, Beco do Cabral, Caminho Paulo Alvarez, Caminho do Careca, Caminho da Tia Néia.

O Caminho da Matriz faz referência ao caminho utilizado para chegar à igreja; o Caminho da Covanca remete ao “vale com entrada natural de um só lado” (Corrêa, 1936), justamente o acesso à Associação de Moradores, já descrita anteriormente; o terceiro aos nomes próprios. Quanto aos antropotopônimos existe uma subclassificação pertinente ao nosso trabalho, que são a nomeação anônima e a de autolatria ou oportunismo.

No caso da Matriz todos os antropotopônimos foram dados no lugar para o lugar, ou seja, pelos próprios moradores, de maneira espontânea, relacionando uma pessoa determinada ao lugar mais específico onde ela é ou era encontrada. Os Caminhos da Tia Néia e Careca fazem referência aos bares desses moradores. Como se trata de um ponto de encontro significativo para esses moradores, pessoas antigas no local e, além disso, ter sido o fato mais significativo no surgimento do caminho, esses nomes acabaram por fazer a localização espacial. Nota-se que não se trata de uma homenagem, mas de uma relação espontânea entre a pessoa e seu lugar de moradia ou trabalho.

Também assim foi com o Caminho do Cabral, nome que faz referência a um antigo morador, um dos primeiros a habitar o caminho quando aberto. Hoje essa pessoa não existe mais no local, diferente dos donos dos bares mencionados no parágrafo anterior. Para os mais velhos, que chegaram a conhecer a pessoa, o nome é significativo, já para os moradores que vieram depois, esse nome é simplesmente o nome da rua. O Beco do Cabral é um apêndice da rua surgido posteriormente.

Justamente pela perda de significado para os mais novos, o Caminho Paulo Alvarez acaba fazendo referência ao Caminho vizinho sem que de fato exista correlação histórica. Quando questionados a respeito do sentido do nome da rua, os moradores

respondiam: “ah, aquele é Caminho do Cabral, então esse aqui tinha que ser Caminho Paulo Alvarez!”. Criou-se, então, uma lógica, certamente com algum tom de brincadeira, que acabou por nomear a rua, não se tratando de uma homenagem histórica em si, mas uma relação significativa.

A única rua que teve discussão com o intuito de homenagear alguém antigo e já falecido da comunidade foi a Inácio Muniz. A nomeação ocorreu na gestão de Diucênio na Associação. De acordo com ele houve toda uma discussão a respeito de quem seria homenageado, a fim de substituir o nome “rua projetada” por outro realmente significativo. Ainda existem outras projetadas dentro da área da Associação esperando por um debate para substituição. Os moradores não gostam de dizer que moram “na projetada A ou C”, é motivo de vergonha. Além disso, dificulta o trabalho dos correios, afirmam eles, pois “existem muitas projetadas na Ilha”. Essa alteração não ocorreu ainda porque os debates costumam ser muito acalorados, pois não se chega tão facilmente a um nome que agrada a maioria. No caso dos nomes que nascem espontaneamente esse impasse não chega a ocorrer.

Mesmo com as dificuldades de se chegar a um ponto quanto aos nomes de ruas para as projetadas, os moradores se defendem ou se explicam afirmando que pelo menos eles brigam entre si, diferente das Tachas, que “vem gente de fora achando que tem direito” de nomear. É interessante notar que a nomeação é uma questão de território, ou seja, nomeia ou deve nomear quem tem legitimidade para tal.

Algumas áreas foram “extraídas” do conjunto Matriz por “pessoas de fora”. Foi o caso do condomínio de casas Ilha Green, da Fabrica de embalagens plásticas Tupperware, clube de engenharia e casa de eventos Meio do Mato. Nessas ilhas de desterritorialização (Haesbaert, 1997) sabem que não podem interferir. O Presidente da Associação, ao dizer que os moradores do condomínio faziam parte da Associação, fato negado pelo síndico e outros membros da diretoria posteriormente, demonstrou certo desejo de que seu poder fosse ampliado a essas áreas, ou pelo menos parte delas.

A nomeação do arruamento do condomínio ainda é feita por letras, mas já existe o acerto, entre os moradores, de que elas serão substituídas por nomes de flores e plantas, claramente fazendo referencia a ideia que esses moradores têm da Ilha, da paisagem verde que vieram em busca. Não é por acaso que o nome do condomínio é “Ilha Green”.

Dentro dessa lógica de “desterritorialização” foi interessante o depoimento do proprietário da Casa de Eventos Meio do Mato, 40 anos, originário de Laranjeiras, ao mencionar sua preocupação em contratar funcionários que sejam moradores da área: “Noventa por cento dos funcionários são daqui, porque além de dar emprego para pessoas da área, elas acabam por proteger o lugar onde trabalham, de onde tiram o sustento”. Diferente da Tupperware e do Clube de Engenharia, a Casa de Eventos Meio do Mato tem essa preocupação em manter a continuidade de lugar, diminuindo a sensação de desterritorialização. De acordo com ele isso é bom para os funcionários e proprietário.

3.2- O Retiro

O Retiro é cortado por duas longas estradas de terra atualmente chamadas por Avenida Gaspar de Lemos (antiga Engenho Novo) e Estrada Paiva Muniz (antiga Tachas), além de pequenas outras ruas e caminhos. A Estrada das Tachas liga a Ilha de Guaratiba a Campo Grande, cruzando o maciço da Pedra Branca. Do divisor de águas em direção a Campo Grande, justamente na divisa de Campo Grande com Guaratiba, ela muda de nome, passando a se chamar Caminho do Morro dos Caboclos.

Ao caminhar pela estrada de terra secularmente chamada de “Tachas”, somos dominados por um horizonte montanhoso majestoso, coberto por vegetação. O cheiro do mato, ou do “verde”, se apresenta com um odor tão evidente, que para quem está acostumado com os odores da cidade, logo sente sua presença. O barulho da terra ao pisar o chão, o som dos animais que habitam a mata, o gado que cruza a estrada, de uma fazenda para outra, comandado por um boiadeiro calçando botas, enfim, todas essas coisas que nos fazem esquecer que estamos na Cidade do Rio de Janeiro.

A Estrada das Tachas é ocupada basicamente por sítios com produção agrícola, hortos e luxuosos sítios ajardinados. Apenas no início dessa estrada, próximo ao encontro da mesma com a Estrada da Ilha, encontra-se casas com pequenos quintais. Diferente é o caso da Avenida Gaspar de Lemos, ocupada mais densamente tanto na parte de baixo, antigo Caminho do Mangue, quanto na primeira metade da Gaspar de Lemos de cima. Na “parte de cima”, como chamam os moradores, que é a parte da Gaspar de Lemos situada entre a Estrada da Ilha e o Maciço, há apenas um condomínio. Nas Tachas existe outro, mas sem moradores, com a obra embargada pela Prefeitura. O maior número de condomínios localiza-se no antigo Caminho do Mangue, há mais de quinze anos nomeado também por Gaspar de Lemos, continuando a mesma do outro lado da Estrada da Ilha. São atualmente quatro condomínios fechados. Casas para eventos, haras e hortos dominam a paisagem da parte de baixo do Retiro, mais especificamente no Caminho do Mangue (mais utilizado pelos moradores) ou Gaspar de Lemos “de baixo”. Na Rua José Cota existem outros três condomínios.

Nos finais de semana a “calma do reduto rural” é substituída por grande fluxo de carros e ônibus de excursão inimagináveis há dez anos. As casas de eventos/lazer são todas em sítios gramados e ajardinados, com ampla área de lazer. A possibilidade de

contato com a natureza é a essência da propaganda que vem trazendo pessoas dos mais diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro e municípios vizinhos.

Toda essa transformação em pouco tempo tem deixado os moradores desorientados. Ao mesmo tempo em que acaba por oferecer postos de trabalho, aquele ambiente rural, onde todos se conheciam, vem sendo ocupado e dominado por pessoas estranhas ao lugar e às histórias desses moradores. Essas pessoas chegam com o dinheiro, compram as terras, escolhem a quem dar ou não emprego. Quase que completamente dependentes dessa nova ordem do capital, o que poderia lhes restar do próprio lugar?

O ingresso na Avenida Gaspar de Lemos “de baixo” dá uma pista bastante significativa: uma placa, relativamente nova, presa ao poste, indicando Caminho do Mangue. O que poderia motivar um grupo de moradores a instalar recentemente esta placa se essa rua teve seu nome alterado há quinze anos? Em conversa com moradores do Caminho da Ilha, do Retiro e de diferentes partes da Ilha ouvi diversas reclamações a respeito do mangue que foi aterrado. “Porque Caminho do Mangue? Por causa do mangue! Cadê o mangue? Não tem mais! Foi tudo aterrado”, disse um morador de trinta e oito anos, nascido na Ilha de Guaratiba. O mangue deu lugar à moradia e área de lazer para a classe média oriunda de outros bairros da cidade.



Fotografia 2: Placa feita e colocada pelos moradores indicando o antigo nome da Avenida Gaspar de Lemos, ou seja, Caminho do Mangue.

O sentimento é o da perda do lugar, ou seja, das referências espaciais e das memórias relacionadas a esse espaço. O pior nisso tudo é que toda essa alteração está sendo realizada por um movimento externo e à revelia de suas escolhas. Como não podem impedir a venda dos sítios, o aterro do mangue e o fechamento de trilhas, tentam ao menos garantir a manutenção do lugar através da toponímia. Além disso, tentam se impor no debate sobre o asfaltamento ou não das ruas, a criação dessa ou daquela infraestrutura, reforçando o direito em decidir o futuro do próprio lugar.

A toponímia do Retiro, como de todas as outras microáreas, pode ser dividida em arruamento oficial (Arquivo de Logradouros do CASS) e arruamento praticado. Dentro dessa segunda categoria temos as ruas e caminhos que aparecem apenas por contorno, mas sem nome, e os caminhos que não aparecem nem por contorno, nem por nome. Como ocorre na Matriz, o número de nomes de ruas praticados, mas não reconhecidos pela Prefeitura, supera o número de ruas oficiais.

Tabela 6: Toponímia do Retiro

Toponímia oficial		Toponímia praticada	
1	Avenida Paiva Muniz	1	Caminho do Ferrador
2	Avenida Gaspar de Lemos	2	Caminho do Gargalhone
3	Rua Manuel F. de Almeida	3	Caminho do Vital
4	Caminho da Represa Manuel Carlos	4	Rua Grazielle
		5	Estrada do Cachimbáu
5	Rua José Cota	6	Caminho das Águas Claras
		7	Caminho do Morgado
		8	Caminho do Diucênio
		9	Caminho do Boqueirão
		10	Caminho do Liverpool
		11	Caminho Manuel Vieira
		12	Caminho do Baru

Além da Estrada da Ilha, que corta três das quatro microáreas, e faz referência direta ao nome praticado na localidade, as duas mais mencionadas ruas do Retiro são a Estrada das Tachas e a Avenida Gaspar de Lemos. Além de serem as duas mais longas da microárea, sofreram a alteração do nome sem a consulta prévia dos moradores, o que vem causando, de acordo com eles, importantes conflitos.

A Avenida Gaspar de Lemos teve seu nome alterado há quinze anos. No mapa de 1975 da Prefeitura aparece o antigo nome “Estrada do Engenho Novo”. De acordo com sítiantes o atual nome homenageia um navegador português da época das grandes navegações. No Retiro ninguém soube dizer a motivação ou os responsáveis por tal alteração, mas membros da Associação dos Moradores do Morgado suspeitam que a troca tenha sido uma jogada para desassociar a área mais ocupada por casas de eventos e condomínios da área de mangue, numa ligação entre a Prefeitura e incorporadores imobiliários. De acordo com esses moradores, originários da Zona Sul da cidade, a proposta de transformar a Ilha em Recreio de Guaratiba também visa lucros pessoais decorrentes de relações entre o prefeito Cesar Maia e incorporadores imobiliários. O prefeito Eduardo Paes estaria dando continuidade a essas alianças.

Os moradores afirmam não terem gostado de tal alteração na ocasião, mas acabaram se acomodando. Posteriormente, com a alteração do nome da Estrada das Tachas para Paiva Muniz, surgiu a preocupação com a maneira como “estranhos” mudavam os nomes das ruas, sem qualquer consulta prévia. Nesse momento o lugar e o território desses moradores foram colocados à prova. Para desfiar esse novelo fui à busca dos líderes comunitários responsáveis pela coleta das assinaturas que foram levadas à Prefeitura em pedido de restabelecimento do nome anterior, ou seja, Estrada das Tachas, e dos descendentes do homenageado Paiva Muniz.

Paulo, 48 anos, trabalha para uma empresa terceirizada que presta serviço para a COMLURB, e Isadora, 47 anos, é agente de saúde do PSF. Esse casal liderou o abaixo assinado e o encaminhamento da solicitação de restabelecimento do antigo nome da estrada em que residem à Secretaria de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro. Para eles, a estrada não se chamava “tachas” à toa, mas por toda uma história do local. Ambos nasceram na Ilha de Guaratiba, sendo Paulo nas próprias redondezas das Tachas, localidade conhecida por retiro, e a esposa no Largo da Ilha, localidade considerada mais central.

De acordo com eles existem duas versões para o nome “tachas” que batizou a estrada onde residem. A primeira se refere a “tachos” de doces, produzidos em fazendas da localidade; a segunda seria originária da palavra “taxas”, devido à cobrança de taxas aos produtores que escolhessem tal atalho para escoamento da produção agrícola em direção a Campo Grande e Bangu. Com o tempo o “x” teria sido substituído pelo “ch”, descaracterizando a lógica de seu uso.

O pai de Paulo veio de Bangu, de uma região chamada estrada do Guandu do Sena, área rural na época, e, sua mãe, de Vasconcelos, também agrícola na época. A escolha da Ilha como moradia ocorreu devido à presença de um tio que já residia e trabalhava com produção agrícola no local. A família tornou-se arrendatária nas terras da então Fazenda Santa Leocádia onde produzia chuchu, quiabo, batata doce, aipim e maracujá. A família viveu da agricultura até a morte do pai, em 1974.

Em acordo com o proprietário, o pai de Paulo ficou com 10 mil metros quadrados divididos entre os filhos após sua morte. Apenas alguns deles continuaram a trabalhar com a lavoura, pois nas palavras de Paulo, “hoje já não dá mais pra viver disso”. Após a transferência das terras para Paulo e os irmãos, a antiga fazenda foi objeto de desapropriação pelo Governo Brizola em seu primeiro governo no estado do Rio de Janeiro (1983-1987). Os moradores do Retiro acreditam que no caso da Matriz a ligação de Luiza com Brizola tenha facilitado o andamento da documentação. No Retiro, as terras da fazenda desapropriada são ocupadas como posse, mas com baixa densidade populacional.

De acordo com esses moradores a pessoa homenageada não tem “história no local”, “nunca fez nada pela localidade” e “não é cria da terra”. No pedido de revogação do nome atual, encaminhado ao Prefeito Cesar Maia, o líder do movimento coloca por motivação da restauração do nome anterior o fato de a comunidade não ter tido “participação na escolha do nome atual”, não concordar com a “escolha feita individualmente por um morador que passava somente os finais de semana na localidade, em sua casa de veraneio, e que agora passou a residir definitivamente”. O texto que acompanha cada folha do abaixo assinado traz a seguinte inscrição:

“Nós abaixo assinados, moradores da Estrada das Tachas, solicitamos a retirada da placa “Estrada Paiva Muniz – antiga “Estrada das Tachas”, colocada sem a aquiescência da comunidade. Gostaríamos entretanto o retorno da antiga placa “Estrada das Tachas”, colocando o que é certo e de direito ostentado há mais de 100 anos”.

Desde março de 2006, quando foi dada a entrada no processo na Prefeitura, não há resposta do governo. Desestimulados pelo “descaso” do poder público e pelas ameaças que dizem ter sofrido por descendentes do homenageado, sentem-se destituídos de qualquer direito no país em que vivem.

Os descendentes do Paiva Muniz, moradores a dez anos do Retiro, mas frequentadores de finais de semana a quarenta, afirmam que a nomeação não foi a pedido dos filhos ou da família, como são acusados por moradores do Retiro, mas homenagem de políticos ao pai, tendo sido surpresa até mesmo pra eles. No entanto, consideraram afronta uma moradora, agente do PSF, uniformizada e em horário de serviço, utilizar a “entrada” fornecida pelo poder público através do programa de saúde, coletar assinaturas, “coagindo” os moradores, e, além disso, pedir assinatura dos Muniz para revogação do nome do próprio pai da rua. O fragmento de diálogo é longo, mas muito interessante:

Alice: Como foi essa nomeação?

Joana: Essa nomeação eu nem sabia de nada. O que acontece, meu pai foi político...

Alex: Foi cassado...

Joana: Foi ele quem botou o SACS, não sei se você sabe o que foi o SACS, um sistema de alimentação no país, já na época de Getúlio, como fazem hoje com os restaurantes populares. Em 1958 foi Presidente do IBASE, foi Secretário de transportes, foi ele quem fez esses conjuntos Habitacionais em Jacarepaguá, em Campo Grande, vários trabalhos. Foi cassado em 1964. Depois voltou à política. Então ele sempre teve muita influencia política porque ele sempre foi considerado um trabalhista histórico. Ele fez escolas pelo Brasil inteiro profissionalizante. Então, desde que ele morreu eu vou a várias cidades, não só no Rio de Janeiro, no Brasil inteiro, inaugurar rua com o nome dele. Quando nós viemos pra cá nós fizemos várias coisas pra comunidade também, mas ele não queria que as pessoas soubessem exatamente que era ele que estava fazendo.

Alice: Por exemplo?

Joana: A iluminação que não tinha, a Igreja aqui de trás. O Camacho aqui de trás deu o terreno

Alex: É de família antiga aqui da região.

Joana: Deu o terreno, o outro deu o sino, pra construir uma igreja pra ser dada à comunidade. Nos livros da igreja você vai ler, a comunidade fala pouco, mas nos livros você vai ler. Ele chegava todo mês, Camacho vinha aqui com o Padre, nós dávamos o equivalente hoje a cinco, seis mil todo mês pra comprar material, isso aquilo.

Alice: Essa igreja fica aonde:

Joana: Fica na Gaspar de Lemos, do lado da escola. Todo mês nós dávamos o dinheiro. Quem sabia era eu, meu pai, o Camacho e o padre e o cara escrivão dali. Um dia tava eu, meu pai e o Gumercindo Brunet conversando com a gente. É o dono da construtora Brunet, sogro da Luiza Brunet. Conversando meu pai falou, conhecia meu pai desde garoto e tal. No dia que meu pai morreu

Alice: Ele morreu em que ano?

Joana: Em 1993. O Brizola era governador na época, Cesar Maia prefeito, aí mandaram passar todos, enquanto eu não chegasse no aeroporto, porque eu estava em Nova York, mandaram passar todos os outros para enterrar na frente, mandaram me pegar no aeroporto... Aí depois do enterro o Gumercindo pegou meu braço e falou: Joana, eu sei o que seu pai tava fazendo pela Igreja, pela comunidade ali. Você faz uma coisa minha filha, você vai lá na Igreja, vê tudo que ta faltando e me liga. Aí cheguei aqui, faltava telhado, faltava tijolo tarara, aí liguei pro Gumercindo e aí terminou a Igreja. Depois recebi um telefonema de um amigo político dizendo que estavam inaugurando ruas por aí com o nome do teu pai. Aí eu falei, ta bom. Um belo dia o Davi veio conversar comigo e falou você sabia que tem uma lei que altera o nome da rua pro nome do teu pai? Eu disse não. Ele disse que era do Gerson Berger. Eu não conheço Gerson Berger. Passou o tempo, não falei nada. Eu também sou filiada a partido político. Meu pai era Presidente nacional do partido político [PTB]. Um belo dia o Cesar Maia lança o livro dele no Copacabana Palace, aí ele me chamou pra falar que ele devia muita coisa a meu pai, e que tinha saído essa lei, essa lei já existia a quase nove anos, e que ele ia fazer valer a lei. Falei nada, fiquei quieta. Tempos depois ele me liga, o prefeito, e avisa que foi pro diário oficial e é lei. Ele falou, eu devo isso a teu pai, porque foi teu pai que me botou na política. Embora ele não tenha entrado para o PTB, foi meu pai que chamou ele para ir para política. Então ele falou: Joana, eu tenho uma dívida moral com teu pai. Como teu pai fazia coisas pra comunidade, morreu no local, tinha esse amor pelo local, eu me sinto na obrigação de fazer o que o vereador botou. O que acontece, aí algumas pessoas chegavam e diziam: ah, Joana mandou mudar o nome da rua. Eu não mudei nada, eu não tenho poder...

Alice: Mas os moradores chegaram a procurar você?

Joana: Ah, veio uma pessoa, uma agente comunitária da região, uniformizada, em horário de serviço, bate na minha porta com abaixo assinado pra eu ser a primeira a assinar a alteração da rua. Eu fui reclamar da funcionária. Primeiro porque ela não podia fazer isso em horário de expediente, uniformizada, porque o que acontece, essas pessoas abrem a casa, isso é uma coação. E eu falei pra ela, eu já inaugurei o nome do meu pai em tantos lugares, depois isso pra mim não faz diferença alguma. Eu tenho outras ruas com nome da família. Tem escola com nome da família, eu vou a Porto Alegre, a casa de cultura tem o nome da família, tem o nome do meu avô, tem escola com o nome da minha mãe. Eu não tenho esse tipo de vaidade. Agora também não vou dizer ó, não quero homenagem nenhuma não. Também não vou fazer isso, não sou burra! Agora o que restou pra mim? Uma responsabilidade social muito maior, porque esses capial, pergunta pra eles o que significa Estada das Tachas?

A questão colocada nesse embate pode ser resumida em “quem tem o poder sobre a área?”, “a quem cabe a nomeação das ruas?”. Ambos apresentam o discurso histórico na legitimação de suas defesas. O primeiro grupo afirma ser a rua chamada de “tachas” a mais de “100 anos”, tendo tal nome relação direta com “toda uma história do local”. Para o segundo grupo Paiva Muniz é reconhecido como um “trabalhista histórico”, presente em várias facetas da história do país.

Em busca da garantia que a história supostamente pode dar ao discurso (Gonçalves, 2002), ambos os grupos brigam de fato pelo território, mas não o território em si, como finalidade, mas pelas ações cotidianas, que podem ser ampliadas, mantidas ou confinadas dependendo do desfecho desse embate maior e de todos os outros pelos quais negociam e lutam cotidianamente.

No entanto, trata-se de uma luta entre desiguais. Enquanto um grupo utiliza os caminhos legais impessoais dentro da lógica “aos amigos tudo, aos inimigos a lei” trabalhado por Roberto DaMatta (1997), o outro grupo utiliza-se das redes pessoais de amizade dentro da máquina pública. Um dos membros da Associação dos Moradores do

Morgado disse que “a briga aí vai ser de cachorro grande”, pois o filho do Paiva Muniz “é um grande advogado, um dos melhores advogados do país”, além de seu pai ter sido “fundador do PTB”.

De acordo com Dalva Santos, integrante da Comissão de Logradouros da Prefeitura do Rio de Janeiro, o processo aberto pelos moradores já foi analisado e considerado favorável aos mesmos, no entanto a última palavra não é da comissão, mas do prefeito. Veja o fragmento do diálogo:

Dalva: “Olha, é, realmente ainda é Paiva Muniz, mas tem um processo em andamento pra voltar a ser Estrada das Tachas. A comissão até foi favorável já, mas o processo ainda está em tramite, ta sendo analisado pela procuradoria. Assim, a comissão julgou que os moradores tinham direito, mas até agora não foi mudado não, continua sendo Paiva Muniz”.

Alice: “Você tem idéia do tempo que costuma levar?”

Dalva: “Não sei, porque não volta mais pra cá. A procuradoria manda pro prefeito e ele assina ou não, então não sei, não tem como a gente saber quando isso vai sair. Não sei nem se ele vai concordar, porque ele pode simplesmente dizer não eu quero que seja Paiva Muniz e pronto”

Alice: Ah, então a decisão final é do prefeito, né?

Dalva: “É do prefeito sim, a decisão é dele. Você tem que aguardar mesmo”.

Não foi por acaso que os líderes do movimento pela restauração do nome “Tachas” tenham se colocado desestimulados e nada esperançosos em receber resposta positiva por parte do poder público. Nesse fragmento o descrédito da população em relação ao governo e todo seu aparato “democrático” se justificam, afinal, como foi na República e permanece até os dias de hoje, “o povo sabia que o formal não era sério, não havia caminhos de participação (...)” (Carvalho, 2002: 160). Existe a comissão multidisciplinar, composta por membros especialistas, existe o caminho legal para que a população recorra formalmente a uma alteração considerada injusta, todo o processo é lento e custoso, pois exige avaliação de vários membros, e depois disso tudo a decisão final é do prefeito. Nesse momento suas dívidas e interesses pessoais podem simplesmente prevalecer, independente do esforço associativo conquistado pelos moradores em torno dessa questão toponímica, fazendo valer mais uma vez o ditado popular “para os amigos tudo, para os inimigos a lei” trabalhado por DaMatta (1997).

Diferentemente da Matriz, aonde a presença de *outsiders* não chega a interferir de maneira tão efetiva, no Retiro, toponímia e infra-estrutura são as temáticas que dão base a disputa pelo território. Isso se explica pelo fato de na Matriz todos os nomes de rua terem surgido por “espontaneidade” (Dick, 1990) ou acordo da comunidade. Os

únicos núcleos de *outsiders*, que são a casa de eventos, os sítios luxuosos, a indústria e o condomínio, ficam geograficamente isolados, nas extremidades da microárea, restando o miolo, que é ocupado apenas pela “comunidade”, ou seja, área de atuação da associação. No Retiro todas essas coisas se misturam, não há homogeneidade na localização, obrigando-os ao “convívio” mínimo.

No entanto, a despeito dessa mistura de sítios, casas de eventos, residências de antigos moradores, haras etc., o contato proposital entre *outsiders* e estabelecidos é raro. Num certo dia em um bar perguntei se no jogo de futebol que acontecia em frente havia morador de condomínios. De imediato ouvi que não, que “o pessoal do condomínio quer se isolar, não vem pra formar comunidade”.

Para Luiz, “morador de final de semana”, como prefere ser caracterizado, existe “segregação” provocada pelos estabelecidos, que os classificam por “vocês, os veranistas”. Nessa classificação Luiz afirma que eles querem reduzir pessoas que todo final de semana estão na Ilha a um mero veranista, que só aparece uma vez por ano, no verão. Foi interessante notar na fala de outra proprietária de sítio, há décadas frequentando a Ilha, mas só nos últimos doze anos tendo a Ilha por residência exclusiva, utilizando o mesmo artifício dos estabelecidos para diminuir o direito de sítiantes de final de semana: “agora eu também acho que esse pessoal que vem passar final de semana aqui não conhece a região”. Essa fala apontava para a necessidade de asfalto, ponto em que os *outsiders* ou moradores de final de semana posicionam-se contra: “não conhecem, tanto que brigam pra não ter asfalto aqui. Tem muita gente aqui dentro que vem andando lá de longe, pessoa na chuva andando, criança que passava um mês sem ir à escola por causa da lama”. Já para Kevin, dono de um luxuoso sítio na Rua Manuel Ferraz de Almeida, o asfalto só traria problemas:

Kevin: Luquinha [chama o empregado que cuida da parte externa do sítio, como jardim e pequenos consertos], Dona Alice aqui está fazendo uma pesquisa... Você sabe quem é Manoel F. de Almeida?

Luquinha: A minha mãe sabe, ela é bem antiga, tem oitenta anos. A minha mãe mora no antigo Caminho do Mangue. Todo documento a gente bota, Avenida Gaspar de Lemos, antigo Caminho do Mangue.

(...)

Alice: E asfaltar rua, o Senhor é contra ou a favor?

Kevin: Contra, totalmente contra. Aí começa a matar gente, começa a passar ônibus, facilita o acesso, etc., etc., não precisa. Essa parte da Estrada da Ilha, toda essa parte do morro, vindo pra cá a lei diz que tem que ter dez mil metro quadrados. Hoje o pessoal não caça como caçava antigamente. Não tem muita

caça. Tem um sítio aqui muito grande, um milhão de metros quadrados, tão querendo fazer um campo de golfe. Eu não gosto de golfe, mas é uma maneira de manter sem ocupação.

Na visão dos *outsiders* o asfalto é negativo porque trará movimento e, conseqüentemente, a violência. A tranquilidade é a característica que deveria ser mantida na localidade, motivo que os levou para lá. Mesmo nos casos em que há algum relacionamento com os moradores nascidos ou mais antigos na área, seus pontos de vista não são considerados. Nesse diálogo podemos perceber certo carinho com que Kevin se refere a seu empregado, por “Luquinha”, mas não como igual (DaMatta, 1997).

Esses empregados foram chamados para dar informações sobre ruas e pessoas antigas, mas não suas opiniões em relação à colocação ou não do asfalto, por exemplo. Os nativos ou moradores antigos são tratados muitas vezes como crianças, pois ‘não sabem o que fazem’. Antônio, outro exemplo, foi apontado como um exemplar de todos esses moradores antigos, proprietários de terras, “gente que tem dinheiro”, mas que “degradam o próprio lugar que vive”, disse Dona Mônica, esposa de Kevin. Enquanto os estabelecidos se identificam por aqueles que conhecem o lugar profundamente, são identificados pelos *outsiders* por ignorantes, àqueles que não sabem o que fazem.

No caso da toponímia as atitudes são as mesmas, ou seja, não há qualquer preocupação com a preferência dos estabelecidos, seja a favor das alterações ou contra. Exemplificando a dita ignorância dos moradores que acreditam na versão do pagamento de taxas para a origem no nome Estrada das Tachas, um *outsider* disse: “se fosse tacha com imposto seria com x e não com ch. Isso é primário. Quem te falou de tachas de imposto não conhece português. É só conhecer o português. (...) ninguém sabe quem foi Gaspar de Lemos aí”. A revolta dos estabelecidos quanto a escolha de *outsiders* em homenagens de ruas no lugar também é explicado como ignorância pelos *outsiders*:

Joana: O pessoal ali que vive de planta tem muita raiva que o CIEP se chama Roberto Burle Marx. Aí a gente pergunta por quê? Eles respondem: Ah ele não fez nada pela região. Você tem que rir! Você vive de que? Das plantas por quê? Por causa do Burle Marx, cara. Se não fosse o Burle Marx fazer essa grandeza que fez e doar pra uma fundação um terreno daquela extensão, vocês foram aprendizes deles. Em vez de ter raiva, vocês deveriam fazer uma escola com o nome do Burle Marx, de paisagismo, vamos explorar isso...

Ana: Ao invés de dizer, não, vamos cuidar do jardim da escola, um jardim horrível, um jardim que não tem planta, tem mato dessa altura. Não, é uma vergonha.

Joana: Eles têm raiva. Os sitiantes aqui que exploram plantas tem raiva do Burle Marx.

Alice: Será que eles conheceram?

Joana: Ah... A não ser alguns poucos que trabalharam para o Burle Marx, esses não, tem muito orgulho. São pessoas que batalham e tem até uma experiência muito superior da que têm os outros. Agora a maioria que explora a terra com isso não tem consciência nenhuma. Tem raiva de quem foi Burle Marx.

Da mesma forma que não compreendem a não aceitação da homenagem de pessoas importantes no panorama político e cultural brasileiro na toponímia local, não entendem os critérios das homenagens realizadas pelos estabelecidos ao nomearem ruas utilizando as próprias referências locais:

Joana: Rua Graziela é a neta do cara que loteou. Nem é oficial, nem pode botar esse nome de gente viva.

Alice: Mas não é um nome oficial, é um nome praticado.

Joana: É. Depois que botaram o nome do papai, um imbecil aqui da entrada da rua botou Beco de não sei o que Bento de não sei o que. Aí falou, ah, você botou o nome do seu pai, aí eu disse não botei nada, vocês são ignorantes. Beco do Bento não sei o que, isso não existe. Porque acha que eu botei o nome, ta bom.

Isso não significa que sejam contra os nomes espontâneos, entendidos por históricos também para eles. Caminho das Águas Claras, Caminho do Diucênio, enfim, não podem ser substituídos, pois compõem o mosaico histórico do “último paraíso rural da cidade do Rio de Janeiro”, desde que estejam no mapa, legitimados pela instituição autorizada para tal. Plaquinhas colocadas por moradores não tem valor qualquer. Um dos românticos criadores pegou o mapa dentro de casa para legitimar o que dizia, afirmando que duvidava que eu tivesse entrevistado outro morador que tivesse o mapa da localidade, ou seja, condições intelectuais para discutir o assunto.

Todos os cinco topônimos oficiais homenageiam pessoas, sendo quatro a personagens externos (Paiva Muniz, Gaspar de Lemos, José Cota e Manuel F. de Almeida). No caso dos dois restantes, um faz referência à característica física do local (Águas Claras) e o outro aos cachimbos utilizados por escravos (Cachimbáu), de acordo com relatos dos moradores.

Dentre os doze não oficiais, sete fazem referência a pessoas, não tanto no sentido da homenagem, mas por uma questão de relação entre pessoa e localização (Gargalhona, Vital, Graziela, Sebastião, Morgado, Manuel Vieira e Baru); dois fazem menção a características físicas (Águas Claras e Boqueirão); um ao serviço oferecido

por morador (Ferrador) e um a uma importação surgida numa brincadeira entre moradores, mas agora com o sentido perdido (Liverpool).

3.2.1- Caminho do Poder da Boa Vontade

Caminho do Poder da Boa Vontade é o nome atual do antigo Caminho do Pestana, que ligava a Estrada da Ilha às terras de um sítio situado ainda hoje no final da rua. O sítio da frente também era servido por esse caminho, em uma de suas laterais, como escoadouro da produção de chuchu. O dono do sítio da frente era chamado por Pestana, sobrenome da família. Ainda hoje muitos se referem ao caminho do Poder da Boa Vontade por Caminho do Pestana. Essa família produzia chuchu como produto principal, mas também maracujá e abobrinha. Ao morrer, seus filhos lotearam por conta própria, ou seja, sem um plano aprovado pela Prefeitura, e venderam essas terras. Apenas dois deles ainda residem nesse “caminho”. Todos os outros “foram para fora”, disse Dona Nara, esposa do ex-Presidente da associação dos moradores do Poder da Boa Vontade.

Essa microárea é formada por um caminho principal, chamado de Caminho do Poder da Boa Vontade, mais utilizado pelos moradores dessa área, ou Caminho do Pestana, para os moradores mais antigos das outras microáreas. Perpendicular a esse caminho existem outros seis, sendo cinco nomeados provisoriamente por letras, e um por Vasco da Gama. São ruas de terra batida com alguns trechos em “capa de asfalto”, ou seja, asfalto jogado sem qualquer infra-estrutura para o recebimento do mesmo. Toda infra-estrutura de água e esgoto foi feita pelos próprios moradores em mutirões. Essa é uma das partes mais pobres da Ilha de Guaratiba, com grande homogeneidade social. As casas, na maior parte inacabadas, foram construídas sem seguir padrões de alinhamento, distanciamento etc. Duas casas se destacam pelo tamanho, ou seja, são maiores que as vizinhas, e pelo acabamento relativamente sofisticado. De acordo com a esposa do ex-presidente da Associação essas são as casas dos filhos do Pestana, aqueles que fizeram o loteamento.

Enquanto esse caminho servia aos sítios com produção agrícola, abrigando apenas duas famílias, essa área fazia parte do fragmento conhecido por Retiro. Após a morte do Pestana, seguida do loteamento de suas terras pelos filhos, a localidade ganhou uma especificidade tal que começou a ser vista como algo à parte tanto pelos moradores do Retiro, como pelos próprios moradores do loteamento, que perceberam a necessidade de brigar pelos próprios interesses, pois não teriam defesa dos moradores mais antigos.

Os moradores do Caminho do Poder da Boa Vontade sofrem diversos tipos de exclusões e acusações por serem vistos como pobres, nordestinos e criminosos, categorias estigmatizadoras. Os moradores dos condomínios (das outras microáreas) são bem vistos por alguns, mal vistos por outros, mas não chegam a ser acusados de bandidos. De acordo com seu Antônio, antigo agricultor, para comprar um terreno num condomínio tem de ser “boa gente (...), [pois] não é qualquer um que compra uma casa dentro de um condomínio (...)”.

Como nenhum dos entrevistados soube explicar a motivação da nomeação do caminho por Poder da Boa Vontade, a agente, fazendo graça, disse que devia ter esse nome “porque o pessoal tem muita boa vontade pra fazer filhos”. De acordo com ela, é a microárea que tem mais crianças com menos de um ano e gestantes, grupo classificado pelo programa de saúde por prioridade. Esses devem ser visitados uma vez por mês pelo menos, disse a agente. Acompanhe parte importante do relato da agente:

“Deve ser porque as pessoas têm muito boa vontade pra fazer filhos [risos]. Antes era caminho do Pestana, porque ele era o único morador desse caminho e dono dessas terras. Mas ele morreu, aí os filhos venderam tudo. Só dois ainda moram lá. É uma área de nordestinos, mineiros, a maioria é de fora. Vieram do Rio das Pedras. Lá eles vendem a laje. Eu tenho mais de seiscentas pessoas em atendimento só nesse caminho. Eles vendem a laje pra conhecidos de fora, cada dia tem gente nova morando em cima, junto, ao lado. É muito difícil. Tem um Senhor que fica com todas as correspondências e então paga um garoto pra distribuir as correspondências para os moradores. Ele era Presidente da associação da Boa Vontade, mas agora não existe mais. Mas ele é aposentado militar, tem uma situação melhor, acho que por isso ele continuou responsável por isso. Na mesma rua tem doze, as vezes quinze casas com o mesmo número. Quando eu comecei a trabalhar aqui, fiquei maluca. Imagina o correio aqui”.

A agente reclama constantemente do fato de em um endereço existirem na verdade várias casas. “Isso é comum aqui, ou se vende o quintal para vários outros construírem, ou são os próprios parentes que vão construindo. A numeração já é desordenada, cada um inventa o seu, e ainda ter dez, quinze casas com o mesmo número, não é fácil”.

Mesmo morando na Matriz, local designado como favela pela Prefeitura e pelos moradores mais abastados da Ilha de Guaratiba, a agente demonstra estranhamento em relação ao Caminho do Poder da Boa Vontade, tanto na aparência das construções, como em relação ao “tipo de gente” que atende em sua área de atuação. Além de virem de “fora”, eles passaram, antes de chegar à Ilha, pela Favela do Rio das Pedras, fato que corrobora na classificação de “favelados” pelos antigos moradores. Durante o campo nesse caminho, a agente disse ser muito difícil manter o cadastro “certo” porque as pessoas se mudam frequentemente para fugir da dívida do aluguel. Essas pessoas, por

apresentarem tal fluidez, não fincam raízes, provocando maior desconfiança dos antigos: “não sabemos quem é, de onde veio, pra onde vai! Esse pessoal traz coisa errada pra cá”.

Um dos diretores da Associação de Moradores do Morgado fez a seguinte consideração sobre as quitinetes construídas no Caminho do Poder da Boa Vontade:

“(…) você conhece alguém que mora em quitinete? Não? Quitinete é o seguinte: o cara de passagem, fugido, ele fica em um lugar durante vinte dias, trinta dias e vai embora. Ele não é um morador que vai vir para cá para ficar aqui para trazer coisas boas para a região. É alguma coisa de errado (...).

Esse é o grupo mais estigmatizado da Ilha de Guaratiba porque não são antigos moradores, não são antigos sitiantes, não são parentes de moradores antigos e não são “gente boa” dos condomínios. Todos esses grupos mencionados sofrem algum tipo de rejeição pelos demais. Os antigos moradores são ignorantes, de acordo com vários sitiantes e moradores de condomínios; os sitiantes não sabem nada do lugar e pensam que sabem, de acordo com os antigos moradores; os moradores de condomínios vieram para destruir o paraíso, de acordo com os sitiantes; e assim por diante, mas os moradores do Caminho do Poder da Boa Vontade sofrem acusações e rechaços de todos esses grupos, sem exceção. Sob tais condições, acabam por assumir parte dessa imagem que lhes é atribuída, não retribuindo qualquer tipo de agressão.

No olhar dos moradores do Poder da Boa Vontade a área não é mal vista como descrevem os de fora. Dona Isaura, uma senhora idosa, das mais antigas da área, agora com oitenta anos, disse ter se mudado para o local logo que se casou, aos vinte anos. Ela reside no sítio localizado no final do antigo Caminho do Pestana, mencionado anteriormente. Na época “era tudo plantação, era tudo chuchu”, disse Dona Isaura. O marido não trabalhava na roça, mas o sogro sim. Ela tinha uma roça pequena, ao lado da casa, só para sustento próprio, mas sua família (marido e filhos) não vivia disso. Os filhos e netos foram casando e construindo suas casas dentro do próprio sítio. Trata-se de uma área grande, com várias casas, mas apenas uma entrada, no formato de porteira de madeira, como é comum em sítios no interior.

Questionada sobre as vantagens e desvantagens de morar na localidade, Dona Isaura disse não ter nada de ruim: “quando eu vim prá cá, não tinha luz, não tinha nada. Agora tem, ta bom. Aqui é sossegado, não tem violência como a gente ouve aí de fora”. A nora de Dona Isaura, oriunda do Retiro, disse não gostar tanto do Poder da Boa Vontade. Ela

não sabe onde gostaria de viver, mas não tem ligação com o Poder da Boa Vontade. Disse viver lá por falta de opção.

O Caminho do Poder da Boa Vontade é a “via principal” que dá acesso a outras seis ruas denominadas pelos moradores de Vasco da Gama, a primeira, e as outras por Projetada I, I2, M, J e C. De acordo com o ex-presidente da Associação de Moradores do Caminho da Boa Vontade, todas essas ruas têm processo de nomeação, mas diz não acreditar mais em nada para esse lugar:

“eu recolhia cinco reais de cada um pra fazer as coisas aqui. Tá vendo esses asfaltos aí? Isso tudo foi com dinheiro da contribuição que era dada à associação. Toda a canalização de esgoto fomos nós que fizemos. Água não tem, só por poço. Só na Estrada da Ilha que passa canalização de água. Depois que colocamos asfalto, aí todo mundo parou de dar a contribuição. Já tinha o que queria. Eu chamei um advogado e terminei a associação. Agora eu não assino mais nada, não respondo por mais nada. Só faço mesmo é distribuir essas cartas. Com o dinheiro que poucos ainda dão, eu gratifico dois meninos pra distribuir as cartas para os moradores. O correio vem aqui e me entrega. Eles dizem que só entregam cartas em ruas registradas, como essas ruas são todas sem registro, o carteiro criou o hábito, desde a época da associação, de me passar para que eu distribuísse. Mas isso dá é dor de cabeça. Se alguém não recebe alguma conta de luz ou telefone, acham que eu estou ficando com as cartas. Vem aqui perguntando onde está a conta, e eu digo que se tivesse recebido já estaria nas mãos deles. Eu tenho setenta e dois anos sabe minha filha. Não tenho mais força pra passar por isso não. Qualquer dia vou mandar o correio voltar com tudo, e cada um que se vire pra ter suas cartas”.

Sua esposa, Dona Nara, reiterou afirmando: “Aqui é assim, se você fizer noventa e nove por cento, será falado porque não fez cem, e se fizer cem também não vai estar bom!”.

E continuou Damiano, ex-presidente da associação: “Em 2004 encaminhamos o pedido de nomeação e registro dessas ruas projetadas, mas não dá resultado. O Pantaleão, antes de se candidatar a vereador, veio aqui, disse que ia ver como estava, que o CEPAG ia tomar a frente disso e tal, mas quando passa pela gente finge que não vê, nem fala nada. Depois veio outra aqui dizendo que o filho trabalhava na Prefeitura, e que ia ver isso, também nunca mais apareceu. Eu não acredito mais em nada. Pra mim, se ficar do jeito que está, tá bom. Eu tenho setenta e dois anos, o que eu preciso eu tenho”.

Desde 2004 o Caminho do Poder da Boa Vontade está sem associação. De acordo com Damiano a falta de reconhecimento e a cobrança excessiva por parte dos moradores exigem um grau de disposição que diz não ter mais aos setenta e cinco anos. A presidência está disponível, mas ninguém quer assumir tal compromisso, “passar pelo que passei”, afirma Damiano. “É gente que só reclama e exige, não quer saber se dá pra fazer, não quer ajudar”, lamentou o ex-presidente. Sob tais circunstâncias perguntei, com intenção provocativa, se não seria interessante que Jamil assumisse o Poder da Boa Vontade, pois, além de se autodesignar Presidente de toda a Ilha, resolveria o problema da ausência de voluntários dispostos a representar o Caminho. Essa sugestão resultou

em uma resposta irritada que dizia que o Jamil era Presidente do Largo da Ilha e que não tinha nada a ver com ele. Damião continuou dizendo que “ou o Poder da Boa Vontade tem associação ou não tem”, mas passar a alçada da Associação do Largo da Ilha realmente seria inaceitável.

No mapa de 1975 da Prefeitura apenas o Caminho do Pestana aparece em tracejado, ou seja, sem nome, já que é usado de fato, mas não reconhecido formalmente. Ao seu redor aparecem registrados os símbolos ci, m e M, que significam respectivamente cultura, macega e mata. Esse registro data da época em que essa área era ocupada apenas por dois sítios produtores de gêneros agrícolas. No mapa de 1999 todo o conjunto de arruamento da microárea foi impresso, e os símbolos ci e m desaparecem, restando apenas algumas áreas de mata (M). O arruamento continua sem nome no mapa, já que não são regularizados na Prefeitura.

Em 2006 a Associação de Moradores do Caminho do Poder da Boa Vontade, com a ajuda do CEPAG, entrou com processo de pedido de nomeação de todo o conjunto de suas ruas. O principal motivo para tal iniciativa apresentada por Damião, Presidente de então, foi a necessidade de fazer com que cada indivíduo ou família tenha o próprio endereço para o recebimento das correspondências, criando independência frente ao núcleo da associação, atualmente desativado, mas funcionando para a distribuição das correspondências.

Na proposta oferecida à Prefeitura, todos os nomes são de antigos moradores falecidos, ou seja, antropotopônimos. À principal, hoje nomeada por Caminho do Poder da Boa Vontade, foi sugerida a homenagem ao antigo proprietário/produtor daquelas terras, José Pestana. Todos os outros homenageados foram agricultores e proprietários de terras nas proximidades dessa localidade.

Tabela 7: Nomes praticados e nomes pedidos no processo de legalização das ruas do Caminho do Poder da Boa Vontade

Nomes Praticados	Nomes sugeridos para oficialização
Caminho do Poder da Boa Vontade	Rua José Pestana
Projetada G	Rua Manuel Portugal de Silveira
Projetada I	Rua Casemiro de Almeida Pereira
Projetada C	Rua Roza Thomazia Pereira
Projetada I2	Rua Josefina Maria da Conceição
Projetada J	Rua Aureliano Mora de Lima
Projetada L	Rua Manuel Antônio de Barros

No departamento de logradouros da CASS (Centro Administrativo São Diucênio - Prefeitura do Rio de Janeiro), localizei tais processos de pedido de nomeação de ruas. De acordo com o Engenheiro Civil Giulio Cesare, é esperado que tais processos sejam morosos, pois devem cumprir várias etapas (reguladas pelo decreto 5625 de 1985). Um desses pareceres é dado pela Secretaria de Obras, pois

“à medida que se torna um logradouro público, o governo tem que fazer a manutenção, uma implicação na hora do reconhecimento é que ela tenha um trato para que depois possa ter manutenção, também tem a análise para ver se é um logradouro particular, porque um logradouro particular não pode virar um logradouro público”.

Questionei aos entrevistados do departamento porque isso não foi feito antes, por decisão do poder público, já que ter identidade e endereço é necessidade imposta pelo Estado Moderno. A chefe do departamento respondeu que não se nomeia ou substitui nomes de ruas sem que haja o pedido para tal, e que esse pedido deve ser realizado pelos moradores, por vereadores, deputados ou pelo próprio prefeito.

3.3- Morgado

De todas as microáreas o Morgado apresenta a feição mais rural. Os quatro únicos proprietários que mantêm produção enviada ao CEASA (Central de Abastecimento Sociedade Anônima) regularmente localizam-se no Morgado. É também a microárea que abriga todos os projetos de orgânicos implantados por grupos originários da Zona Sul do Rio de Janeiro. Além das lavouras e dos pastos, os sítios (segunda residência) voltados ao lazer de finais de semana concorrem no domínio da feição dessa microárea. Não há loteamentos para moradores de baixa renda nem condomínios fechados para classe média. Há apenas uma casa de eventos no formato das encontradas nas outras microáreas e um bar com piscina natural que serve refeições, construído por um antigo agricultor no próprio sítio onde ainda mantém o cultivo de frutas e, mais recentemente, plantas ornamentais.

A AMAMA (Associação dos Moradores e Amantes do Morgado e Adjacências) foi criada e reúne basicamente moradores oriundos da Zona Sul do Rio de Janeiro “apaixonados pelo verde” e pela “vida rural” da Ilha de Guaratiba. O principal objetivo da AMAMA é transformar a Ilha de Guaratiba numa área que conjugue agricultura, ecoturismo e turismo histórico. Trata-se de um projeto de sustentabilidade que visa permanência das lavouras existentes, implantação cada vez maior das voltadas à produção de orgânicos e ofertas de empregos para os moradores já desligados da produção agrícola.

Os membros da AMAMA também fazem parte de canais da internet³ que defendem a preservação da natureza e divulgam fotografias de lugares paradisíacos. A Ilha de Guaratiba e a Baía de Sepetiba são apresentadas como refúgios privilegiados da paisagem verde sobrevivente.

3. WWW.flickr.com/photos/guaratibas/show; www.ongflorescer.org.br; www.omabrasil.org.br; www.andabrazil.com.br

Todo esse movimento visa manutenção da paisagem tão reverenciada por esses moradores classificados por românticos criadores, impedindo a “destruição da paisagem” causada principalmente, de acordo com esses atores, pela favelização e ocupação irregular. Diferente do CEPAG que vê a agricultura em sua função social, para os membros da AMAMA trata-se de um meio eficiente para manutenção da paisagem verde, enquanto para o CEPAG trata-se de uma forma de recuperação do lugar da infância, para a AMAMA é a criação de um estilo de vida nunca vivenciado antes, o do meio rural.

É interessante notar que independente dos diferentes valores e concepções que propulsionam a ação de cada um desses grupos, os objetivos são coincidentes, elemento que contribui para a união de forças entre AMAMA, CEPAG e Sindicato Rural, ligando instituições em três níveis diferentes: interno à localidade (AMAMA); do bairro de Guaratiba (CEPAG) e em nível municipal (Sindicato Rural).

Mesmo unindo forças os membros da AMAMA reclamam as dificuldades de implantação desse tipo de projeto na cidade Rio de Janeiro. A falta de apoio político tanto no sentido de recursos como no sentido legal são os principais entraves. Tudo que existe até agora foi implementado pela iniciativa privada. De acordo com eles a Prefeitura só se interessa em apoiar “favelas e loteamentos irregulares para classe média”, contrariando a própria Lei Ambiental.

A única ONG que recebe recursos públicos na localidade não surgiu nela mesma, foi transferida de São Paulo pelo ator da Rede Globo Vitor Fasano. Essa unidade foi implantada no Morgado e visa reprodução de aves em extinção. Esse ator faz parte do grupo que defende a manutenção do verde e a não ocupação por parte de loteamentos, fazendo parte inclusive de ações pacíficas contra a retirada da mata para construção de condomínios. O Presidente do sindicato contou que ele e o ator deitaram no chão, em frente a um trator destinado a retirada da vegetação, como meio de impedimento à destruição do paraíso. De acordo com ele a ação foi vitoriosa, ou seja, o condomínio não foi construído.

O projeto mais mencionado pelos membros da AMAMA, pensado e construído para o Morgado, é o Portal Sul. Esse projeto surgiu de “um grupo de pessoas

particulares [ligadas] a um banqueiro que comprou uma área para fazer um projeto de agrosilvicultura, um projeto ecológico para manter o homem do campo no local produzindo”. De acordo com o vice-presidente da AMAMA o objetivo é “mostrar que é viável este projeto” de sustentabilidade local.

O projeto prevê o abastecimento dos pequenos restaurantes da localidade pela agricultura orgânica também produzida localmente, montando um circuito sustentabilidade econômica e ambiental. Os resíduos desses estabelecimentos devem ser tratados para não contaminar solos, rios e mangue, e a reciclagem de orgânicos posta em prática. Como meio de divulgação do projeto, busca de apoio e estímulo à implantação de outros, o Portal Sul recebe visitas de escolas de toda a cidade do Rio de Janeiro.

Junto a esse projeto outros devem entrar em ação para que o objetivo de transformar a área em referência de eco-turismo e turismo histórico seja alcançado. O vice-presidente da AMAMA afirma ter “ponte com o brasão do Império” dentro de sua propriedade, além de fazendas de café e usinas de açúcar seculares espalhados pela Ilha de Guaratiba. Outro marco histórico da localidade mencionado foi a fazenda do Major Archer, que serviu como viveiro de espécies da mata atlântica para o reflorestamento da Floresta da Tijuca no período imperial. Tudo isso deve ser capitalizado em prol da natureza e da economia local, afirmam os membros da AMAMA. Acompanhe um fragmento da fala.

“hoje, todos os rios viram vala negra. Então não existe como você ter uma agricultura abastecida em uma área que recebe água com coliformes fecais, então você realmente destrói definitivamente a possibilidade de manter essa área como ponto turístico em termo de ecologia. Você vê que em Parati existe toda uma proteção de uma série de áreas lá, para que sejam mantidas aquelas características porque hoje Parati é conhecida no mundo todo como área que você pode fazer montanhismo, ecoturismo, restaurante de luxo, todo de pousadas, então a idéia é manter esse projeto para Ilha de Guaratiba também. Quer dizer, isso é uma idéia de parte da população e pela falta de áreas verdes na Barra, Jacarepaguá que estão ficando totalmente habitadas, é uma área bem interessante para o Rio de Janeiro, ainda mais historicamente...”

Tendo em vista certa homogeneidade da ocupação do Morgado, basicamente por sítios, sejam produtivos ou para finais de semana, a questão do asfalto não chegou a ser, até então, um problema para a pauta desses moradores. Há relativo consenso de que não se deve asfaltar. De acordo com o vice-presidente, “rua asfaltada só interessa ao condomínio clandestino que vão vender melhor os lotes”, além de prejudicar “grande parte da população [que] ainda usa cavalo”. Esse posicionamento coincide com o projeto desse grupo para o local. Quanto à toponímia o posicionamento é o mesmo, ou seja, para um grupo que vislumbra a construção do turismo histórico para a região, a

secular toponímia não pode ser alterada, pois descaracterizaria a história local. Estrada do Morgado, Caminho da Toca Pequena etc. são denominações charmosas e coerentes para com seus objetivos.

Sua briga maior atualmente é pelo impedimento da construção do túnel e fundação do novo bairro. Mais uma vez as ligações da máquina pública com grupos privados da construção civil são apontadas como meio de aquisição de dinheiro ilegal, negando os interesses da população.

Romeu: Se criassem uma outra via ali, acabava o trânsito, mas aí ia acabar e a idéia do túnel é batizá-lo e a privatização é dar dinheiro para o governante.

Rafael: Fora a obra que vai gerar muito dinheiro.

Romeu: Nós fomos na ouvidoria...na reunião pública que teve aqui há cinco anos atrás, quatro anos atrás para discutir sobre o túnel.

Alice: Quem montou esta reunião?

Romeu: Eider Dantas, César Maia, eles montaram, só que eles esqueceram que tem gente da comunidade que não tinha interesse e eu era um. Então eu questioneei primeiro o valor do pedágio que já era previsto a R\$ 2,50...

Alice: Isso há cinco anos?!

Rafael: Não, não, mais tempo, uns 10 anos atrás. O projeto de túnel tem mais de 10 anos.

Romeu: Mas vamos falar de meio ambiente que é melhor!

Alice: Mas o túnel não ia trazer mais gente para cá? Ou você acha que não, vai passar quem já passa mesmo?

Rafael: Vai trazer muito mais gente para cá!

Romeu: Eu moro aqui há 17 anos.

Alice: Porque eu lembro muito do túnel de Copacabana, Copacabana não existia. Abriu aquele túnel é como se tivesse aberto uma porta para um outro...e aí começaram a construir prédios.

Rafael: Em Guaratiba vai acontecer a mesma coisa, um vai ficar pronto, acabo o limite que tinha do Recreio para cá, abriu o túnel não tem mais limite e escoo rápido em cinco minutos você está do outro lado, hoje você leva, sem trânsito, 15 minutos, 20 minutos. Com trânsito até 40, 1 hora. Então, tem gente que morava aqui e saiu daqui por causa do trânsito, para sair e chegar aqui.

Romeu: Muita gente...

Rafael: Muita gente. Tipo assim, quem tem filhos pequenos, então, tem aulas de inglês, judô, natação, colégio, tudo no Recreio, para ir e voltar com o trânsito é complicado. Então, vão mudar para o Recreio. Muita gente já saiu daqui.

De acordo com eles o túnel é desnecessário para o fluxo atual, sendo os engarrafamentos resolvidos facilmente apenas com a construção de uma pista auxiliar e cada lado da Serra da Grota Funda. Essa seria uma saída bem mais barata para os cofres

públicos e, além disso, impedirei a retirada da barreira que levaria um número muito maior de pessoas da Barra e Recreio para Guaratiba.

Uma antiga metalúrgica fechada à mais de trinta anos tem sido mantida como reserva de terras por especuladores imobiliários, de acordo com moradores da Estrada do Morgado. A possibilidade de num futuro próximo haver o loteamento da mesma com a fundação de um condomínio no Morgado vem deixando os moradores atentos a qualquer movimento na mesma.

Por mais que a AMAMA tenha planos para toda a Ilha de Guaratiba, o foco por enquanto é o Morgado, onde se encontra o Portal Sul, principal projeto do grupo já executado dentro do ideário maior de transformar a Ilha em ponto turístico reconhecido nacional ou, até mesmo, mundialmente, como é o caso de Parati.

Comparando a toponímia de 1975 com a de 1999, nenhuma alteração toponímica foi constatada, exceto a supressão de caminhos estreitos denominados trilhas. Apenas quatro caminhos foram adicionados pelos moradores nos últimos anos, sendo três sem nome e um nomeado informalmente por Caminho do Bosque. Dois deles tiveram o contorno traçado no mapa de 1999.

Tabela 8: **Toponímia do Morgado**

Toponímia Oficial	Toponímia Praticada
Estrada do Morgado	Caminho do Bosque
Caminho da Toca Grande	Caminho do Morgado
Rua Prof. Castro Rebelo	Caminho da Toca Pequena
Estrada Medeiros Neto	

O Caminho do Morgado só aparece na microárea do Retiro de acordo com o mapa, mas na verdade ele liga o Retiro ao Morgado unindo a Gaspar de Lemos à Estrada do Morgado. Isso ocorre porque o mapa de 1999 exclui as trilhas. Por esse motivo todos os caminhos ao se afunilarem, deixando passagem apenas para pedestres, animais ou pequenos meios de transporte como cavalo e bicicleta, desaparecem automaticamente do mapa, diferente do mapa de 1975, que representa esses caminhos.

O mesmo ocorreu com o Caminho da Toca Grande e a Estrada do Morgado, que ligam por trilha a Ilha de Guaratiba à Vargem Grande.

Nenhum dos moradores entrevistados conhece a motivação toponímica das ruas do Morgado. Três deles, Toca Grande, Toca Pequena e do Bosque, são geomorfotopônimos, e os três restantes, Morgado (e suas variações), Medeiros Neto e Castro Rebelo, antropotopônimos.

3.4- Largo da Ilha

O Largo da Ilha é a parte central da Ilha de Guaratiba, onde encontramos a maior concentração comercial da localidade. De acordo com moradores nascidos nesse fragmento, o Largo da Ilha é a parte “avançada” da Ilha de Guaratiba: “aqui o pessoal já deixou de trabalhar com agricultura há muito tempo. Prá lá as pessoas ainda são bicho da terra [com ar de desdém]”, disse uma moradora do Largo da Ilha, 40 anos, nascida na localidade.

Ao redor de uma pequena praça avistamos uma padaria, um “sacolão”, dois pequenos mercados, duas imobiliárias, uma igreja católica, duas pensões que servem almoço e o posto de saúde. A simplicidade do comércio e dos prédios, alguns construídos nas duas primeiras décadas do século XX, acabaram por dar à paisagem uma atmosfera de tempos antigos, o que suscita entre visitantes oriundos do grande centro urbano certa sensação de retorno ao passado.

A nostalgia do passado é reforçada se considerarmos o cenário que se impõe ao fundo: o Maciço da Pedra Branca. Sua encosta verde se coloca grandiosa frente aquele pequeno centro que, de acordo com Dona Rosalina, “parou no tempo” porque é “isolado”. Enquanto nos grandes centros urbanos é o espetáculo dos grandes prédios que anulam os pequenos arbustos plantados em algumas calçadas, mostrando a superioridade humana, no Largo da Ilha o homem é colocado por sua simplicidade, pela ausência de modernidade predial e pela exuberância da natureza que toma os olhares de quem passa.

A praça é um bom lugar para observar os fluxos pelo centro. Quem entra na padaria ou no mercado, se vem a pé ou de carro, como se veste, se cumprimenta ou não os passantes. Dependendo de como cumprimentam os vendedores da padaria ou do sacolão, fica fácil diferenciar os nascidos na Ilha dos novos moradores. Essa observação não passa despercebida pelos antigos moradores, mesmo que disfarçada com uma água de coco e um salgado de uma das barraquinhas que ficam dentro da própria praça, o “de onde você é?” acaba por cumprir duas funções: uma de avisar que a estranha está sendo percebida, a outra para saber o quer ali.

Essa preocupação dos donos do lugar sempre foi um bom pretexto para conversa. Na tentativa de explicar do que se tratava a pesquisa, acabava tachada por estar “escrevendo a história da Ilha”. Nessa ocasião os mais idosos, moradores dos arredores da praça, logo foram chamados. “Ih, minha filha, sentada aqui nessa praça eu passo um filme na minha mente. Oh, dali até aonde chamam agora de Avenida das Américas era o sítio do meu pai. Não tinha esses comércios assim não. Era pouca coisa. As pessoas viviam mesmo era da terra”, disse Dona Maria, 78 anos, nascida na Ilha de Guaratiba.

“Aqui, os rapazes subiam numas árvores que tinham aqui e ficavam olhando pra gente. Eu casei com um rapaz de fora, lá da Barra de Guaratiba, e os daqui não gostaram não, sabe? Depois meu pai foi vendendo um pedaço, depois outro, agora olha essa quantidade de casas, isso era tudo plantação. (...) Essa lanchonete restaurante ali é do meu filho. Minha filha trabalha na Barra”.

Esse é o fragmento da Ilha que concentra o maior número de ruas asfaltadas (cinco ruas asfaltadas), no entanto com a mesma precariedade de infra-estrutura de suporte das poucas ruas asfaltadas da Matriz, ou seja, ausência de galerias de águas pluviais e calçadas, por exemplo. O maior número de condomínios fechados também se encontra nessa micro-localidade, num total de nove. Um dos motivos disso, de acordo com vendedores das imobiliárias, é a maior proximidade do Largo da Ilha com a Avenida das Américas.

O Largo da Ilha é subdividido em Grota Funda, Portinho, Guimarães, Largo da Ilha, Olaria e Peito Roxo. No caso dessa microárea a subdivisão não é diretamente relacionada aos nomes das ruas. Grota Funda engloba a Estrada da Grota Funda e todas as ruas e caminhos que dá acesso; Portinho corresponde à área em que se localizava o porto antes do aterro; Guimarães à parte contígua ao Morgado; Largo da Ilha ao centro onde fica a praça; Olaria à parte que foi cortada pela Avenida das Américas no final da década de 1960, quando a mesma foi dividida em Olaria de Baixo e Olaria de Cima e, por fim, Peito Roxo, área contígua à Olaria (de baixo) construída sobre o aterro abandonado da primeira tentativa de construção da Avenida das Américas. Veja a distribuição das ruas na tabela 9.

A Estrada da Grota Funda é uma das mais antigas da Ilha de Guaratiba. Ela liga a Baixada de Sepetiba à Baixada de Jacarepaguá através da Serra da Grota Funda. Após a construção da Avenida das Américas, menos tortuosa e com capacidade para um fluxo mais intenso e em maior velocidade, a Estrada da Grota Funda passou a servir somente aos moradores e visitantes da localidade.

Serpenteando a encosta até o topo da Serra, essa estrada tem hoje a maior concentração de condomínios fechados da Ilha de Guaratiba, com cinco unidades ao longo de seus dois quilômetros. Além dos condomínios existem vários pequenos sítios com casas em estilo de chalé que permanecem fechados durante a semana, aparentemente com função de segunda residência. Conforme deixamos as partes mais tortuosas da mesma e nos aproximamos do Largo da Ilha - desde 1992 Largo Edgar Tinoco de Carvalho – as construções começam a mudar de estilo, onde residem os antigos moradores.

Todos os nomes de ruas da Grota Funda foram dados por moradores e tem uma lógica completamente interna. “Cafuá” é nome dado a lugares escondidos, afirmam os moradores; “projetada” é o nome que se dá a uma rua que é aberta sem que a mesma tenha tido uma história marcante, então fica “projetada” até se decidir por uma homenagem de morador antigo ou surgir uma piada acerca do local onde fica a rua. Rua “601” diz respeito ao ponto da Estrada da Grota Funda onde ela começa; Jacy Pereira Campos e José Hilário dizem respeito a moradores antigos, já falecidos, homenageados, e Caminho da Servidão é um nome comum e significa que leva a algum lugar, que serve.

Tabela 9: **Subdivisão da microárea Largo da Ilha e ruas correspondentes**

Localidade	Arruamento reconhecido	Arruamento praticado
Grota Funda	Estrada da Grota Funda	Caminho do Cafuá
		Caminho 601
		Rua Projetada
		Rua Projetada B
		Caminho da Servidão
		Rua Jacy Pereira Campos
		Caminho das Laranjeiras
		Caminho José Hilário
Portinho	Estrada Prof. Brant Hora	Caminho da Ilha
		Caminho da Maré
		Projetada (x3)
		Caminho do Portinho
Largo da Ilha	Rua Theodureto de Camargo	Caminho do Roseiral
	Rua Estrela da Tarde	
	Praça Edgar Tinoco de Carvalho	
Olaria		Caminho da Olaria
		Beco da Olaria
		Caminho dos Pinheiros
		Beco do Tinga Legal
		Travessa Nossa Senhora
		Caminho do Abreu (parte)
Peito Roxo		Caminho do Abreu (continuação) ou
		Caminho da Titica
Guimarães		Rua dos Guimarães
		Caminho 6 de julho

		Caminho do Potreiro
		Projetadas (x3)

Guimarães é um pequeno fragmento da microárea Ilha que faz limite direto com o Morgado. Suas características naturais são as mesmas da microárea vizinha, mas os habitantes são predominantemente de antigos moradores. A ocupação é mais densa, ou seja, não são encontrados os sítios que predominam na feição do Morgado. Também suas ruas foram todas nomeadas pelos próprios moradores conforme foram surgindo espontaneamente. Rua dos Guimarães diz respeito a um antigo morador e Caminho do “Potreiro” à área que antigamente servia para alojar animais que ajudavam com o trabalho na roça. O significado da “6 de julho” não foi encontrado em campo.

Portinho é referente à área onde era o antigo porto, do período imperial, hoje aterrado e ocupado por três condomínios fechados, sendo um deles o mais antigo da Ilha: Parque das Garças. O outro, Reserva das Garças, o mais sofisticado e caro da Ilha de Guaratiba. Cada lote do segundo chega a custar mais de duzentos mil reais. Vários moradores afirmam que esse condomínio mais sofisticado é de parente do ex-prefeito Cesar Maia.

Todos os condomínios do Portinho localizam-se na Estrada Professor Brant Hora, a única reconhecida por logradouro público. As outras ruas nomeadas (Caminho da Maré, Caminho do Portinho e Caminho da Ilha) são mais antigas que os moradores mais idosos entrevistados, portanto datam de mais de setenta anos. Nelas residem os moradores mais antigos, descendentes de agricultores que nasceram na localidade ou vieram de proximidades como Estrada dos Bandeirantes ou Barra de Guaratiba. Existem ainda três ruas projetadas, mais recentes e habitadas por população de baixa renda.

O Caminho da Maré tem esse nome porque era “caminho de pescador”, diz respeito à área onde a maré subia; o Caminho do Portinho diz respeito ao porto que existia nessa localidade, ou seja, onde dava o caminho; e Caminho da Ilha era outra ligação desse porto extinto com o Largo da Ilha.

De acordo com Dona Linda, 50 anos, nascida na Ilha de Guaratiba, o Caminho da Ilha, onde reside até hoje, “era igual trilho de boi, era fininho, tinha que ir um atrás do outro”. Apontando para o horizonte ainda desocupado, coberto por mato, Linda mostrou

onde era a roça do pai: “(...) meu pai tinha roça, plantava chuchu, arroz, abóbora, milho, inhame, aipim, tudo. Tinha vaca, bode, galinha (...) saca de feijão, de milho... ia tudo pro CEASA”.

Filha de agricultores também nascidos na Ilha, Linda sente falta da época em que não existiam mercados, quando o almoço ou o café da manhã eram antecidos pelo corte “daquela cabeça de repolho” e o leite era puxado da vaca. Quando era criança

“ia pra escola de bonde. Ele vinha de Campo Grande até a Ilha, e fazia a volta na Ilha. Quando eu perdia o bonde ou quando ele demorava, eu vinha a pé, ou vinha de carona de carroça. A gente vinha pela rua brincando, roubava laranja no sítio dos outros, pegava manga (...)”.

Dona Linda lamenta a destruição causada pela vinda de moradores de fora como aterro do mangue, desvio e poluição de rios, pois além de ter acabado com a fauna, vem causando enchentes durante as chuvas. Acompanhe um fragmento da fala da entrevistada:

Linda: “Foram destruindo, aquele condomínio ali foram tudo aterrado. Ali a gente pegava parati, caranguejo, Guaiamu. Cadê nosso mangue? Não foi bom não! Desapareceu o mangue, mudaram o percurso do rio, esse rio não era assim, com negócio de loteamento, eles não gostam que fala não, outro dia o pessoal do IBAMA veio falar comigo. Alguém denunciou, aí eu falei, de fato, esse rio passava por ali. Voce via o fundo da água, era limpinho, agora é esgoto. A gente surfava com folha de bananeira, fazia barquinho e brincava no rio. A gente pegava pitu, trazia balde de pitu. Chegava em casa, lavava e fritava. Cada um peixão assim. Camarão do rio, guaimu, siri, agora não tem mais nada. Minha filha hoje em dia, que ta bem de vida, casou com advogado, eu falo, foi criada com peixe do rio, comendo guaiamu, ela morre de vergonha. Mas eu não tenho vergonha não. Lavava minha roupa, fralda dos meus filhos, tudo no rio, com aquela água cristalina! (...)Taí uma coisa que eu gostaria. Meu sonho era asfaltar o Caminho da Ilha e dragasse esse rio, porque agora quando chove, enche minha casa. Quando eu era criança, nunca veio água até aqui, agora... na minha velhice ta vindo. Essa é minha revolta”.

Além de causar severas alterações na natureza do lugar, Dona Linda afirma que os moradores de condomínio não gostam de se misturar, ou seja, não frequentam as mesmas igrejas nem os mesmos hospitais. Para ela isso é assim porque “essa gente rica (...), classe alta (...), tem medo de pobre, tem medo de apertar uma mão, de beber uma água no copo”. Além de não conviver, evitam também ver. Dona Linda contou que

Linda: “o pessoal do condomínio fez um muro bem alto na frente de um lugar ali que é igual favela. Só quem conhece, nascido e criado aqui, sabe que aquilo não é favela, é pessoal pobrinho, mas não é favela. Fizeram um muro enorme pra não verem as casas. Inclusive fizeram até muro pra esse pessoal pobrinho, ficou bem fechado, pra quem chegar não achar que aquilo ali é uma favela”.

Alice: “E esses moradores são antigos?”

Linda: “Antigo! Lá é tudo antigo. Tiraram muita gente antiga ali pra fazer condomínio”.

O “Largo da Ilha” para os moradores da microárea Largo da Ilha é a parte bem central onde fica a praça, o posto de saúde, a igreja católica e a concentração maior do comércio, que não ultrapassa quinze estabelecimentos contando com mercearias, pequenos restaurantes, padaria, loja de artesanatos dentre outros. Apenas uma rua dessa parte não é reconhecida como logradouro pela Prefeitura, o Caminho do Roseiral. De acordo com moradores da localidade trata-se de uma rua muito antiga onde havia plantação de rosas: “Caminho do Roseiral eu sei, por causa do Seu Walti cheiroso. Ele tinha roseiral, então ele botou o nome do caminho dele de Caminho do Roseiral. Hoje em dia quem vende é a filha. Miriam Roseiral”. Atualmente Miriam trabalha com plantas ornamentais diversas.

Theodoreto de Camargo e Edgar Tinoco de Carvalho (praça) são homenagens à desconhecidos da população local. Ao questionar a origem desses nomes à moradora antiga obtive a seguinte resposta: “deve ser algum desses peixes graúdos que foi homenageado”. No arquivo da Prefeitura “Theodoreto de Camargo” veio a substituir “Caminho do Abreu” em 1959, hoje já bem incorporado ao repertório toponímico dos moradores. Já a nomeação do Largo por “Edgar Tinoco de Carvalho”, de 1992, é desconhecida dos moradores, que continuam utilizando o costumeiro “Largo da Ilha” por referência.

Já a Rua Estrela da Tarde, de 1994, foi alterada por esforço dos moradores no sentido de conseguir, frente à Prefeitura, o asfalto para a mesma, já que de acordo com os dados oficiais a mesma já era dada por asfaltada. Nomeada em sua origem por Rua do Abreu, agricultor antigo do Largo da Ilha já falecido há décadas, teve seu nome substituído por Estrada Nova e, por último, Estrela da Tarde. Durante essa manobra houve a transferência do “Abreu” para a Olaria de baixo e Peito Roxo.

A Olaria foi um sítio com produção agrícola até a década de 1960, quando o sítio começou a ser fragmentado e suas partes vendidas. A filha do dono desse sítio mora em uma das casas em frente ao Largo da Ilha. De acordo com ela, as terras de seu pai começavam nos limites da Barra de Guaratiba, cruzava a área ocupada hoje pela Avenida das Américas e terminava no Largo da Ilha. A expressão “Olaria” se refere à produção artesanal de cerâmica, e é posterior ao período da produção agrícola.

Nenhum dos acessos da Olaria é reconhecido como logradouro pela Prefeitura. O Caminho da Olaria foi o primeiro a surgir e é onde se localizam as melhores casas do

fragmento. Ele foi asfaltado (capa de asfalto sem infra-estrutura de base) da mesma maneira que todas as ruas asfaltadas da Ilha, ou seja, por negociação de votos com vereadores e deputados. O dono do bar da Olaria, também morador do Caminho da Olaria, disse ser esse o único meio de se conseguir alguma melhoria para a localidade. O Caminho da Olaria, o Caminho dos Pinheiros e o Caminho do Abreu têm largura para passagem de carro, mesmo assim dificultado pela impossibilidade de manobra, já que são sem saída. Todos os outros são becos (Beco da Olaria, Beco do Tinga Legal e Travessa Nossa Senhora) não tem mais que dois metros de largura, possibilitando apenas o tráfego de pessoas a pé, de bicicleta ou moto. Esses becos ligam a parte interna da Olaria à Avenida das Américas.

O Caminho do Abreu fica do outro lado da Avenida das Américas e liga a Olaria de baixo ao Peito Roxo. Como o Peito Roxo é uma comunidade mais pobre, os moradores da Olaria afirmam, em tom de deboche, que quando entra no Peito Roxo o Caminho do Abreu passa a ser chamado Caminho da Titica.

A Olaria é considerada uma comunidade mista, residida por antigos moradores na rua principal (Caminho da Olaria) e por moradores mais recentes em suas outras partes. Esses moradores de fora são originários de diversas partes do Nordeste brasileiro e foram trazidos pela concessionária que construiu o trecho da Avenida das Américas que ligou o Recreio dos Bandeirantes à Avenida Brasil (Lima, 2006).

Todos os acessos foram nomeados pelos próprios moradores conforme surgiam. O Caminho e o Beco da Olaria fazem referência à extinta produção de cerâmica na localidade. O Caminho dos Pinheiros evoca os pinheiros até hoje ali presentes; a Travessa Nossa Senhora, enquanto hierotopônimo, revela a grande ligação desses moradores com a igreja católica do Largo; Beco do Tinga Legal faz referência ao antigo dono do bar que se localizava no início do beco, destruído há alguns anos pelo poder público; “Abreu” antes nomeava a Theodureto de Camargo, mas devido à substituição em 1958, a homenagem foi transferida para o atual Caminho do Abreu, na Olaria de baixo.

A destruição do bar mencionada no parágrafo anterior é decorrente de uma batalha judicial entre o Exército (CETEX) e as comunidades da Olaria (de baixo) e Peito Roxo. De acordo com Lima (2006), o Governo Federal doou em 1937 2.280 hectares ao Ministério do Exército, no entanto a área só foi ocupada pelo exército na

década de 1980, quando teve início a construção dos prédios. Toda essa área doada é fisicamente classificada por área de manguezal, onde estão instaladas as duas comunidades.

O discurso do Exército se baseia nos “apelos modernos de responsabilidade ecológica” afirma Lima (2006: 12), alegando que o manguezal vem sendo poluído pelo esgoto que é lançado *in natura* por essa população. A chamada “ronda ecológica” executada pelos soldados do Exército visa garantir a contenção da proliferação dos barracos e, conseqüentemente, a degradação do ambiente de manguezal. Em contrapartida os moradores alegam estar ali antes mesmo da construção dos prédios do CETEX.

Nesse conflito que já passa de vinte anos, os moradores afirmam serem os mais prejudicados, pois são impedidos de qualquer “melhoria” em suas instalações. “Qualquer coisa que a gente construir eles derrubam, chegam os soldados com as marretas e derrubam”. Os moradores apontam o abuso de poder como a pior parte do conflito. Parte de casas, casas inteiras e bares já foram derrubados pelos próprios soldados, sem mandado judicial, afirmam os moradores.

Dona Ruth, 75 anos, moradora do Peito Roxo, fundadora e primeira Presidente da Associação de Moradores da Ilha de Guaratiba (AMIG) afirma que nos últimos cinco anos a chegada dos soldados tem sido menos violenta, mas que era comum entrarem sem pedir licença, empurrando e quebrando as coisas, sem se preocupar sequer com as mulheres e crianças que residiam nas casas.

“(…) Aí depois que veio o quartel eles proibiram de fazer casa, né. Até hoje. Tinha que tirar licença primeiro. A gente não tinha nem sossego de comer, amanhecia o dia já com uma turma de soldado na porta da gente, chegava sem pedir licença. Chegava na casa sem dar bom dia. (...) Eles abriam o portão e vinha entrando, sabe (...)”.

O mesmo afirmou Norival, 65 anos, morador da Olaria de baixo. Durante os relatos pegou uma pasta cheia de processos que reclamavam da maneira como o Exército entrava em suas casas, agredindo pessoas, destruindo e expulsando de suas casas. Um desses processos, encaminhado pela AMIG, relata “as ilegalidades sofridas pelos moradores do Caminho do Abreu” pelo Ministério do Exército, que vem “invadindo e demolindo residências sem mandado judicial”, citando os nomes dos generais responsáveis. Seu Norival afirmou ter ele mesmo sofrido várias vezes esse tipo de agressão, tendo a polícia e soldados do exército tentado certa vez colocar ele, a

esposa e os filhos, sendo um ainda de colo na ocasião, para fora de casa sem mandado judicial.

A Comunidade do Peito Roxo é a mais miserável da Ilha de Guaratiba. Vivendo sobre o primeiro aterro construído para passar a Avenida das Américas, abandonado logo em seguida, serve de base para a moradia de familiares e descendentes dos operários trazidos do Nordeste do país para a construção da estrada. Cercados pelo mangue, vivem sobre uma faixa de aterro que não deixa de ser inundada durante as chuvas de verão. O acesso se dá por um estreito caminho de terra que não chega a um metro de largura, no estilo de uma trilha. Pontes de madeira improvisadas dão acesso às casas construídas sobre alagados.

Dada a ausência de qualquer infra-estrutura técnica, vivem rodeados pelo lixo e esgoto que produzem, dado que levou os vizinhos da Olaria a chamar a parte do Caminho do Abreu que continua dentro da Comunidade Peito Roxo por Caminho da Titica. Essa pobreza, no entanto, não é decorrente de ausência de posicionamento por parte da população. De acordo com Dona Ruth, moradora da Comunidade Peito Roxo e primeira Presidente da AMIG, desde quando chegou da divisa de Minas Gerais com a Bahia, onde nasceu e cresceu, o Peito Roxo vem sendo sua casa, e desde essa época briga por melhores condições de vida. Hoje a maioria das casas é de alvenaria, a despeito das investidas do Exército, restando poucas de tapera.

O “abaixo-assinado” é o principal instrumento de luta da comunidade, afirmou ela. Com ele denunciam os abusos do Exército, fazem pedido de aparelhagem para o posto de saúde, alteração do padre da igreja etc. Atualmente o Presidente da AMIG é o Jamil, morador da Estrada da Ilha, mas Dona Ruth afirma não deixar de ajudar “na luta” por estar afastada da presidência.

Da mesma forma que Jamil, Dona Ruth pensa a AMIG como associação de toda a Ilha, mas aceita o fato de ser ela mais atuante na microárea chamada Largo da Ilha. Ao contrário de Jamil, reconhece a existência e a importância das outras associações, mesmo considerando a AMIG a mais importante ou de maior legitimidade por ter sido a primeira delas, fundada em 1982.

4- Considerações finais

No corpo do trabalho vimos que o conflito entre estabelecidos e *outsiders* provém do receio da perda do lugar, e que esse receio é consequência da entrada de grupos oriundos de áreas de urbanização antiga que trazem um conjunto de valores muito diferentes dessa população de origem rural, rompendo com referências espaciais e redes de parentesco e amizade. Tendo em vista as particularidades de cada microárea quanto ao tipo de apropriação por parte de cada categoria de *outsiders*, vamos começar a conclusão pelas microáreas para então pensar o conjunto.

Na Matriz a presença dos *outsiders* não chega a ser uma ameaça ao lugar. O próprio posicionamento do condomínio, dos sítios de lazer, da casa de eventos e da indústria nas extremidades da microárea contribui para que a sensação de perda de território não seja tão evidente. A Matriz ocupa o centro do território, e a maior parte da população dessa microárea está concentrada espacialmente dentro dessa “comunidade”. Nenhum *outsider* desafiou o poder dos estabelecidos tentando mudar os nomes das antigas ruas por eles nomeadas. O poder está estável nas mãos da comunidade. Os *outsiders*, desde que permaneçam em seus lugares, são bem vindos, pois trazem oportunidade de emprego.

Dentro do condomínio, a denominação das ruas baseada em nomes de plantas não foi vista como afronta pelos antigos moradores, o que se justifica por se tratar de ruas novas, nunca antes nomeadas. A nomeação de ruas novas costuma ser menos problemática, de acordo com Azaryahu (1996), pois não retira nenhuma homenagem, referência geográfica, religiosa etc., realizada anteriormente, atitude que revela perda de poder do grupo responsável pela nomeação anterior.

No Retiro e no Largo da Ilha a chegada de condomínios foi e continua sendo maior. Em ambos os o aterro de área de mangue por empreendedores *outsiders* colocou em questão tanto a relação afetiva dos antigos moradores com o espaço físico de suas infâncias, ou seja, da memória, como com a questão territorial, mudando trajetos e caminhos, além do curso de rios. Dois pontos devem ser assinalados especialmente: primeiro, o problema maior não é necessariamente a alteração dos espaços de memória, mas o fato de isso ter sido realizado por “gente de fora”; segundo, a idéia de defesa de

patrimônio ambiental ou da natureza não faz parte nem do discurso nem do universo de valores do estabelecido, então, quando ele reclama do aterro do mangue ou do desvio do curso do rio para os fiscais do IBAMA, a preocupação dele é, na verdade, demonstração de força. A fiscalização do IBAMA passa a ser um argumento possível dentre os oferecidos e legitimados pela sociedade na luta contra os *outsiders*. Isso é mais facilmente percebido quando o discurso em relação aos habitantes do Peito Roxo (considerados moradores pelos estabelecidos) é declarado, ou seja, toda a preocupação com o aterro ou qualquer outra alteração da natureza desaparece completamente. Nesse caso o argumento do CETEX de que a comunidade polui o mangue passa a ser visto como injustiça e crueldade.

As duas comunidades compostas basicamente por *outsiders* migrantes são o Caminho do Poder da Boa Vontade e a Comunidade do Peito Roxo (parte da microárea Largo da Ilha), no entanto a primeira é muito recente, datando de 1997 o início da venda dos lotes, e a segunda de 1968, data da construção do trecho “Guaratiba” da Avenida das Américas. Os quarenta anos de Ilha de Guaratiba para os moradores do Peito Roxo, além do envolvimento dessa população com moradores antigos desde a época da fundação da AMIG (1982) fez desses migrantes “moradores antigos” da Ilha. Por esse motivo, por mais que haja deboche quanto à precariedade de vida que levam, são defendidos como moradores antigos da Ilha, ao contrário dos moradores do Caminho do Poder da Boa Vontade.

A maior entrada de *outsiders* no Retiro e no Largo da Ilha é responsável automaticamente pela diminuição dos poderes dos estabelecidos nessas microáreas. Então, além da construção de condomínios, casas de eventos, haras etc., a toponímia acaba sendo também um ponto de ação desses grupos. Essa perda mais evidente do poder sobre o lugar, construída por longos anos, mas perdida tão rapidamente, é responsável pela revolta em torno da alteração do nome da antiga Estrada das Tachas, por exemplo. Se a compra de terras não pode ser “racionalmente” impedida pelos antigos moradores, talvez a alteração dos nomes dos logradouros públicos sim. Não terem sido “consultados” antes da substituição do nome do logradouro e a homenagem não ter sido a alguém de importância significativa para eles significa a destituição total de seus poderes sobre o lugar, ou seja, a perda do território.

O caso do Caminho do Poder da Boa Vontade é bem atípico porque foi ocupado por *outsiders* (de baixa renda) quase que completamente. De acordo com os dados do PSF, 90% dos moradores são oriundos do Nordeste, após uma primeira passagem pela Favela do Rio das Pedras. Essa área acabou se tornando um apêndice um tanto desconexo do Retiro após a fragmentação do sítio de José Pestana. Da mesma forma que na Matriz, o Caminho do Poder da Boa Vontade se situa em uma das extremidades do Retiro e, além disso, foi quase que totalmente ocupado por “gente de fora”, elementos que contribuem para o simples abandono de território.

Nesse fragmento toda a infra-estrutura existente foi colocada pelos próprios moradores no sistema de mutirões. Esse esforço comunitário (independente dos conflitos cotidianos) acaba legitimando, em detrimento da falta de história, a posse do grupo pela área, pois não se trata de indivíduos separados, mas de um grupo forte que se une e acaba impondo sua autoridade de comunidade. No final de meu campo assisti a retomada da Associação dos Moradores do Poder da Boa Vontade por um grupo mais jovem, “com mais força”, como disse Damião.

Dessa forma, além de não ser uma área de interesse para investimentos de incorporadores imobiliários, dada a densa ocupação por população de baixa renda, houve a rápida construção da autonomia e autoridade da unidade territorial através da Associação dos Moradores, fazendo com que a legitimidade do grupo em nomear suas ruas não fosse questionada por ninguém. Além disso, os moradores do Caminho decidiram homenagear antigos produtores rurais da própria área, evitando assim qualquer tipo de provocação aos antigos moradores.

O Morgado é a microárea mais estável da Ilha de Guaratiba. Sem condomínios fechados e loteamentos irregulares, a presença de *outsiders* se limita aos românticos criadores, preocupados com a manutenção da paisagem, que inclui a toponímia. Por esse motivo não há perda significativa do lugar para os estabelecidos. Aqui o conflito de interesses, ou de valores, ocorre em relação às escolhas do futuro da Ilha. Enquanto na concepção dos antigos moradores o progresso é necessário, por mais que traga alguns problemas, é sinal de evolução; para os românticos criadores é sinal de destruição. Então, aqui o conflito gira em torno da abertura ou não do túnel, ponto divergente entre os dois grupos.

Pensando na Ilha em sua totalidade, podemos afirmar que os moradores antigos ainda convivem significativamente com a toponímia criada localmente, pois 87% das ruas, reconhecidas ou não pela Prefeitura da cidade, permanecem com os nomes dados localmente. Nesse aspecto o lugar foi pouco alterado. No entanto, 56% dos nomes das ruas reconhecidas ou “oficiais” homenageiam desconhecidos da história local e foram sugeridos por “pessoas de fora”. Esses dados podem sugerir que a Ilha informal ainda é dominada pelos antigos moradores, mas a Ilha formal não.

Podemos continuar a exploração desse filão na constatação de que a maior parte dos sítios de famílias (sem dados exatos), 98% das casas de eventos, 90% dos haras e 93% dos condomínios fechados localizam-se em ruas reconhecidas pelo poder público. Mais uma vez nos é indicado que os “*outsiders*” ocupam a Ilha formal, ficando para os antigos moradores a maior parte da informalidade.

Usei o termo informalidade porque de acordo com o Engenheiro Civil Giulio Cesare (CASS), “à medida que [uma rua ou caminho] se torna um logradouro público [oficializada], o governo tem que fazer a manutenção”. Nesse sentido, além do problema da entrega de correspondências e todos os constrangimentos decorrentes disso como terem de dar o endereço da associação de moradores, terem as cartas deixadas em outros endereços, dependerem de favores pessoais do agente dos Correios etc., pois ruas não oficializadas não têm CEP, temos também a questão da não legitimação pública da existência espacial desses indivíduos como discutido no subcapítulo 1.3.2, e a desobrigação do poder público quanto à manutenção dessas vias, problemas quase não vivenciados por *outsiders* na Ilha de Guaratiba.

Abstraindo propositalmente os conflitos entre os próprios estabelecidos, temos de saída uma população categorizada por eles mesmos de “antigos moradores”, com todo o peso e significado a que se quer dar conscientemente a esse atributo. Como disse o dono de uma casa de eventos oriundo da Zona Sul (Laranjeiras): “aqui a gente não pode falar mal de ninguém [referindo-se aos funcionários] porque todo mundo é parente de todo mundo [risos]”. Esse grupo fechado, de perfil rural, onde todos são parentes em algum grau, porque casam entre si, vem sofrendo nos últimos anos o “ataque” da metrópole, ou seja, a Ilha foi posta pela Prefeitura e incorporadores imobiliários como área de expansão urbana.

Essa “invasão” tem sido responsável pela redução das diferenças internas, pois a diferença entre os *outsiders* e os estabelecidos é muito maior que entre os estabelecidos internamente, provocando a relativização das diferenças internas. Além disso, o medo da perda do lugar de memória e do território vem irmanando grupos das diferentes microáreas.

Outsiders de diferentes tipos “aportaram” na Ilha trazendo outros valores. Pelo menos três tipos de *outsiders* puderam ser agrupados: os românticos criadores, os românticos consumidores e os “nordestinos” (categoria utilizada pelos moradores. Faz referência aos moradores do loteamento clandestino conhecido por Caminho do Poder da Boa Vontade).

Os estabelecidos ou “antigos moradores” utilizam o princípio da antiguidade para legitimar seu poder na Ilha de Guaratiba. Para eles os de fora vêm atrás da “tranquilidade”, do “clima” e do “sossego” que eles produziram, através dos valores da tradição rural, ou seja, todo o conjunto de relações entre as famílias e dessas com a terra. Os *outsiders* são acusados de desintegração social por apresentarem um tipo de comportamento mais individualista e uma relação “racional/burocrática” (Weber, 1999) com o solo, não correspondendo com as formas de sociabilidade vigentes na antiga Ilha de Guaratiba. Essas acusações são fruto de receios com a perda do controle do que pode ou não vir a acontecer no lugar.

O embate causado pelo encontro do tradicional/familiar com o burocrático/individualista explica a dificuldade de relacionamento dos novos moradores com os antigos. Quanto aos novos moradores, além das diferenças de renda que separam claramente os grupos de acordo com valores, necessidades e expectativas, temos as dificuldades entre si, internamente aos loteamentos de baixa renda e condomínios. Nesse caso não se trata de embate entre o tradicional e o burocrático, nem entre grupos com padrão de renda diferente, mas de uma rede de relacionamentos que tem mais a ver com trajetórias particulares de vida, como local de trabalho, local de lazer, responsáveis pela criação e manutenção das redes, que pelo próprio local de moradia. Nesse sentido, dentro da complexa metrópole, os laços se dão mais pelas preferências ou escolhas ‘livres’ e individuais, que pela proximidade física ou local de moradia.

Durante as longas conversas com moradores da Ilha de Guaratiba, foi possível compreender, através de suas narrativas, os valores que fundamentam suas ações. Num certo dia de trabalho um dos entrevistados inserido na categoria “antigo morador” afirmou que eu acabaria a pesquisa conhecendo mais do lugar que ele, que nasceu na Ilha. É claro que nunca terei a intimidade que um morador tem com o lugar, mas acredito que ele tenha se referido ao meu interesse em ouvir o máximo de vozes possível, independente de origem, tempo ou local (condomínio, sítio, “comunidade”) de moradia.

Escrevo essas últimas linhas acreditando que de fato foi essa a contribuição do presente trabalho, ou seja, compreender as ações de cada grupo tendo em vista suas trajetórias sociais, uma vez que tais trajetórias e histórias de vida podem dar importantes pistas sobre suas crenças, seus valores, suas necessidades. Justamente a não compreensão dessa trajetória que gera o círculo infundável de acusações entre as diferentes categorias de moradores, impedindo qualquer tipo de conversa e negociação.

Como pode o antigo morador perceber paisagem em seu lugar? Ele está dentro demais para conseguir o distanciamento necessário para vislumbrar tal cena. Como explicar às famílias que plantaram a vida toda que não podem cultivar no Parque Estadual da Pedra Branca? E quanto aos sitiantes, será possível fazê-los entender que a população não tem o intuito de destruir, mas de utilizar os meios oferecidos pela natureza para sobreviver? Que as pessoas precisam resolver suas necessidades de moradia com os recursos que conseguem obter, mesmo que em quitinetes? E quanto aos moradores de condomínios, devemos convencê-los a ser menos racionais quanto suas necessidades de urbanização? Nesse sentido espero que essa tentativa de compreensão ultrapasse os muros da Universidade e chegue aos agentes sociais, auxiliando-os nas negociações diárias.

Não poderia me esquecer de mais um ponto! Ao final do campo, após dois anos de trabalho contínuo, durante um final de semana livre para descanso, percebi que não me interessava mais pela paisagem da Ilha como opção para minhas trilhas de bicicleta. A Ilha se tornou meu lugar de trabalho.

Referências

ABREU, M. A. *A Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997.

ALDERMAN, D. *Street names and the scaling of memory: the politics of commemorating Martin Luther King*. In: *Area*, 35 (2), 2003, p. 163-173.

ARANTES NETO, A. A. *Paisagens paulistanas: transformações do espaço público*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

AZEVEDO, C. *Estátua da liberdade da Vila Kennedy*. In: Knauss, Paulo (org.). *A cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

BACKHEUSER, E. *Toponímia: suas regras, sua evolução*. In: *Revista geográfica*. Instituto Pan-Americano de Geografia e História, V.IX (25), 1952.

BARRETO, A. S. *Política e vida associativa em um bairro carioca*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado, 2001

BICALHO, A. M. S. M. *Agricultura e ambiente no município do Rio de Janeiro*. In: Abreu, M. A. (Org.). *Natureza e sociedade no Rio de Janeiro*: Secretaria municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRASIL. Dados censitários da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: WWW.armazemdedados.rio.rj.gov.br

BRASIL. Decreto nº 24230 de 20 de maio de 2004. Disponível em: WWW.portalguaratiba.com.br

Brazuna, P. M. S. *Estudo do comportamento estrutural de uma porção do corpo granítico do Maciço da Pedra Branca, região de Barra de Guaratiba-RJ*. Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2002.

CAMPBELL, C. *A ética romântica e o espírito do consumismo moderno*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

CARDOSO, A. L. *Toponímia brasílica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Edit., 1961.

CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 1994.

CARVALHO, J. M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, C. *Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro*. In Velho, G. (Org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

CHAUÍ, M. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo: Editora brasiliense, 1993.

CHAVES, R. L. L. L. *O processo de imposição da toponímia no recôncavo da Guanabara no período colonial*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. organizado por José Reginaldo Santos Gonçalves. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

CORRÊA, A. M. *O sertão carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1995.

_____. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1996.

CORRÊA, R. L. & ROSENDAHL, Z. *Paisagens, textos e identidade: uma apresentação*. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

COSGROVE, D. *A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas*. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

DAMATTA, R. *O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues*. In: NUNES, E. (org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.

_____. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1987.

_____. *Carnavais, malandros e heróis: para uma Sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEMO, P. *Metodologia científica em Ciências Sociais*. São Paulo: Atlas, 2007.

DICK, M. V. P. A. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897*. São Paulo: Annablume, 1996.

DOUGLAS, M. & ISHERWOOD, B. *O mundo dos bens: para uma Antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

ELIAS, N. & SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FURTADO, S. S. *A Toponímia e a Cartografia*. Ministério da Guerra. Diretoria de serviços geográficos. Rio de Janeiro, 1960.

GANDY, M. *Paisagem, estéticas e ideologias*. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagens, textos e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GIDDENS, A. *Sociologia*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GONÇALVES, D. C. *Reivindicação urbana, estratégia política e movimento social das Associações de Moradores*. Dissertação de Mestrado. UFRJ-IPPUR, 1983.

GONÇALVES, J. R. S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Iphan, 2002.

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste*. Niterói: EDUFF, 1997.

HOBBSBAWM, E & HANGER, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOEFLE, S. W. *Paradigma: Relendo Kuhn*. Revista da Pós-Graduação em Geografia 3. Rio de Janeiro, 1999a.

INGOLD, T. *Jornada ao longo de um caminho de vida – mapas, descobridor-caminho e navegação*. Religião e Sociedade, vol. 25, nº 1, ano 2005.

INSTITUTO MUNICIPAL DE URBANISMO PEREIRA PASSOS. *Anuário Estatístico da Cidade do Rio de Janeiro*, 1998.

KNEIP, L. M. *Coletores e Pescadores Pré-históricos de Guaratiba*. Rio de Janeiro: Museu Nacional UERJ/EDUFF, 1987.

LAKATOS, E. M. e MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, H. P. *Do Caos à Lama: O Caso da Moradia “invisível” da Comunidade Peito Roxo*. Rio de Janeiro, trabalho de especialização: IPPUR, 2006.

LUCHIARI, M. T. D. P. *A (re) significação da paisagem no período contemporâneo*. In Corrêa e Rosendahl (orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

MAIA, A. A. *Ecologia dos crustáceos decápodos do mangue de Guaratiba*. Rio de Janeiro: FEEMA, Serviço de Zoologia Aplicada, 1982.

MOURA, C. P. *Vivendo entre muros: o sonho da aldeia*. In VELHO, G. & KUSCHNIR, K. (orgs.), *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

O GLOBO. *Recreio dos Bandeirantes terá prédios baixos*. 06/6/2004.

OLIVEIRA, M. N. *Avenida Paulista: A produção de uma Paisagem de Poder*. In Arantes, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.

PIERUCCI, F. P. *Experiência urbana da diversidade: além do conflito de interesses, o conflito de valores*. In: (GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. F. ORGs). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

SACK, R. D. *Human territoriality: Its Theory and History*. London: Univ. Cambridge Press, 1986.

SANTOS, H. M. C. *Caracterização física, química, mineralógica e geotécnica dos gleissolos das baixadas de Santa Cruz, Guaratiba e Jacarepaguá*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado, UFRJ, 2004.

SCHAMA, S. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SIMMEL, G. *A metrópole e a vida mental*. In Velho, O. (Org.). *O Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SOUZA, M. L. *O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento*. In: Elias, Iná; Gomes, Paulo Cesar da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (Orgs.). *Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.

TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VELHO, G. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1975.

_____. *Os mundos de Copacabana*. In Velho, G. (Org.). *Antropologia Urbana: cultura e sociedade no Brasil e Portugal*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

WEBER, M. *Sobre a teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1999.

WHYTE, W. F. *Sociedade da esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

WILLIAMS, R. *O campo e a cidade na História e na Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

XAVIER, S. *O monumento é o vale: A retórica da paisagem no Parque Arqueológico do Cão*. *Etnográfica*, Vol. IV (1), 2000, PP. 109-127.

ZALUAR, A. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. *Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas*. In: DURHSAM, E. R. (org.), *A aventura antropológica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

ZUKIN, S. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder*. In Arantes, Antônio (Org.). *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.

Anexos

Entrevistas abertas ou “conversas”

(Alguns exemplos)

Dona Linda (Largo da Ilha)

Alice: A senhora falou que mora há 50 anos aqui. A senhora nasceu aqui?

Linda: Nascida e criada aqui.

Alice: Nasceu aqui no Caminho da Ilha mesmo ou em outra parte?

Linda: Não, sempre no Caminho da Ilha.

Alice: Como era o Caminho da Ilha?

Linda: Era igual trilho de boi, era fininho, tinha que ir um atrás do outro.

E vocês viviam de agricultura?

Linda: Vivia, meu pai tinha roça, plantava chuchu, arroz, abóbora, milho, inhame, aipim, tudo. Tinha vaca, bode, galinha... Sítio que papai tinha arrendado, então dali saía tudo. Saca de feijão, de milho... Ia pro CEASA.

Alice: Até quando?

Linda: Até quando eu tinha uns 11 anos.

Alice: E depois como passaram a viver?

Linda: Ele tinha uma vaga no Estado, né. Aí ficou trabalhando assim. Aí não mexeu mais com lavoura não. Meu pai era fiscal de feira. De Vila Kenedy...

Alice: Porque ele desistiu da agricultura?

Linda: Foi ficando velho, tava com problema no coração...

Alice: E os filhos, não quiseram continuar?

Linda: Não quiseram nada, meu irmão era do quartel.

Linda: Era assim. Naquele tempo não tinha esse negócio de pão não minha filha, a gente comia torresmo, batata doce no café da manhã.

Alice: Seus pais eram de onde?

Linda: Meu pai nasceu aqui, minha mãe também. Meu pai era filho de carioca, mas minha mãe era filha de português. Um pedaço grande dessa rua era nossa, era tudo roça.

Alice: Aí venderam?

Linda: Os filhos venderam tudo, só sobrou esse pedaço nosso, que a gente mora, que tem vinte e cinco metros de frente.

Linda: Eram dez pessoas dentro de casa, puxava água do poço, não tinha água encanada não.

Alice: A senhora gostava dessa época?

Linda: Eu gostava. Outro dia eu lavei louça na bacia, na igreja, foi bom pra matar a saudade. Vc já notou que tudo mais difícil é mais gostoso? Antigamente eu tinha que juntar dinheiro, eu trabalhava como faxineira, tinha que juntar pra comprar um saco de cimento, pra embolçar um quarto. Hoje eu tenho esse casarão, vou no mercado e compro uma peça inteira de carne... Na época eu ia na roça, cortava aquela cabeça de repolho, puxava o leite da vaca, é muito bom, pra mim que vivi isso tudo, é muito ruim comprar essas coisas, não tem graça.

Linda: Eu ia pra escola de bonde. Ele vinha de Campo Grande até a Ilha, e fazia a volta na Ilha. Quando eu perdia o bonde ou quando ele demorava, eu vinha a pé, ou vinha de carona de carroça. A gente vinha pela rua brincando, roubava laranja no sítio dos outros, pegava manga. Só tinha caminhão de feira, lotação e bonde. A lotação só passava duas vezes por dia.

Alice: Quando o bonde acabou?

Linda: Quando eu tinha uns 14 anos. Aí eu vim estudar ali no Caminho do Abreu, que agora é Teodureto de Camargo.

Alice: Quem foi Abreu e Teodureto?

Linda: Abreu é muito antigo, já Teodureto deve ser algum desses graúdos que foi homenageados.

Alice: A senhora casou com gente daqui ou de fora?

Linda: Ele era daqui, mas a mãe dele veio de Carangola. Comecei a namorar com treze anos, casei e viuvei, tudo aqui na Ilha.

Alice: E seus filhos gostam daqui?

Linda: Gostam. Todos moram aqui, menos aquele ali, que mora em CG. Mas vem todo dia aqui.

Alice: O que a senhora gosta na Ilha e o que a senhora gostaria de mudar?

Linda: Eu gosto de tudo aqui, porque sou nascida e criada na Ilha, sou muito querida, converso com todo mundo, todo mundo gosta de mim.

Linda: Que eu não gosto, esse pessoal que pixam muro.

Alice: E o asfalto?

Linda: Taí uma coisa que eu gostaria. Meu sonho era asfaltar o Caminho da Ilha e dragasse esse rio, porque agora quando chove, enche minha casa. Quando eu era criança, nunca veio água até aqui, agora... na minha velhice ta vindo. Essa é minha revolta.

Linda: Esse terreno grande aí é do seu Brandão (dono de imobiliária), eu gostaria que aqui fosse uma área de lazer pras crianças, outro dia veio um cara aí olhar pensando em comprar pra botar depósito de cimento, mas aí eu falei pra ele, se o senhor fizer isso eu vou embora, porque eu não vou agüentar essa poeira de cimento. Aí ele não comprou não. Ali já botaram fábrica de andaime. Se ele doasse...

Alice: O que foi esse portinho?

Linda: Foram destruindo, aquele condomínio ali foram tudo aterrado. Ali a gente pegava parati, caranguejo, Guaiamu. Cadê nosso mangue? Não foi bom não! Desapareceu o mangue, mudaram o percurso do rio, esse rio não era assim, com negócio de loteamento, eles não gostam que fala não, outro dia o pessoal do IBAMA veio falar comigo. Alguém denunciou, aí eu falei, de fato, esse rio passava por ali. Voce via o fundo da água, era limpinho, agora é esgoto. Agente surfava com folha de bananeira, fazia barquinho e brincava no rio. A gente pegava pitu, trazia balde de pitu. Chegava em casa, lavava e fritava. Cada um peixão assim. Camarão do rio, guaimu, siri, agora não tem mais nada. Minha filha hoje em dia, que ta bem de vida, casou com advogado, eu falo, foi criada com peixe do rio, comendo guaiamu, ela morre de vergonha. Mas eu não tenho vergonha não. Lavava minha roupa, fralda dos meus filhos, tudo no rio, com aquela água cristalina!

Linda: Vê aí no seu mapa o nome do meu rio, eu acho que é Rio do Potreiro.

Alice: Aqui tem um monte de nome de rua, vê se a senhora reconhece algum morador antigo?

Linda: Você pode perguntar a dona Guida, ela me viu crescer, ela tem oitenta anos, nasceu aqui. Dona Guida é cria da Ilha. Ela nasceu ali no Morgado.

Linda: Brant Hora é muito antigo, geralmente eles homenageavam morador antigo.

Linda: Cafuá deve ser caminho escondido, que eles botam.

Linda: Caminho do Roseiral eu sei, por causa do seu Walti cheiroso. Ele tinha roseiral, então ele botou o nome do caminho dele de Caminho do Roseiral. Hoje em dia quem vende é a filha. Myrian Roseiral. A mãe dela é a dona Beninha, você pode falar com ela. Walti morreu, você pode falar de mim. Ela vai dizer que eu pegava peixe com ela e com as irmãs...

Linda: José Hilário foi morador antigo, ele morreu, conheci ele. Você pode procurar seu Geusi, ele é filho do seu Zé Hilário. Conheci essa família todinha, brincamos juntos.

Linda: Tem Caminho do Nori aí? Pessoal usa até hoje.

Alice: Por que ta enchendo tanto de gente aqui?

Linda: É parentada. Vem um e chama o outro. Tem muito paraibano, baiano, pernambucano...

Linda: É gente mais brigão, tem gente que gosta de matar o outro, que gosta de beber, aí vai poluindo o lugar.

Alice: E esse pessoal de condomínio fechado?

Linda: Não, condomínio é um pessoal mais destacado. Eles são mais civilizados, não se misturam, esse negócio de porta de boteco, de bebida, não se misturam. Eles vão mais pra uma pizzaria, churrascaria (Mandragula), a pizzaria da Piú.

Alice: Eles freqüentam a mesma igreja, posto de saúde?

Linda: É muito difícil ver essa gente nesse posto aí. Eles devem ir em hospital que tem plano, acha que posto é pra pobre. Eu não vou dizer a você que dessa água não beberei, eu vou no posto, eu tenho plano mais vou no posto. Já essa gente rica aí, classe alta, já não gosta. Tem medo de pobre, tem medo de apertar uma mão, de beber uma água no copo, é discriminação. Eu faço amizade em qualquer lugar.

Alice: A senhora não tem medo de asfaltarem e aí as pessoas passarem de carro correndo?

Linda: Mas passam correndo! Esse pessoal do condomínio.

Alice: Mas esse é o caminho pro condomínio?

Linda: Aqui sai no condomínio, o caminho mesmo é por lá, mas eles acham aqui mais perto e também lá no princípio, no portinho, tem um muro, ali no Caminho da Maré, então o pessoal do condomínio fez um muro bem alto na frente de um lugar ali que é igual favela. Só quem conhece, nascido e criado aqui, sabe que aquilo não é favela, é pessoal pobrinho, mas não é favela. Fizeram um muro

enorme pra não verem as casas. Inclusive fizeram até muro pra esse pessoal pobrinho, ficou bem fechado, pra quem chegar não achar que aquilo ali é uma favela.

Alice: E esses moradores são antigos?

Linda: Antigo! Lá é tudo antigo. Tiraram muita gente antiga ali pra fazer condomínio.

Alice: Por que se chama Caminho da Maré?

Linda: Porque é caminho de pescador, né, a maré subia... Ele fica atrás da Brant Hora, atrás do meu morro, tá vendo ali? Fizeram casa lá, aonde esmagaram nossos caranguejinhos.

Linda: A Estrela da Tarde eu conhecia como Caminho do Abreu.

Linda: Muitas ruas são homenagem a morador antigo. Igual aqui é Caminho da Ilha, mas o pessoal fala que é Caminho da Linda [Linda].

Alice: Bom Dona Linda, obrigada pelo tempo que tomei da senhora...

Linda: Não, não tem problema não, eu to de flozô.

(...)

Linda: Tá vendo aquilo ali, o cara construiu na calçada [avanço da casa], já mandei avisar que moro aqui há 58 anos, e que não quero aquilo não.

Alberto, dono do Meio do Mato (casa de eventos - Matriz)

Alice: Quando essa casa de eventos surgiu?

Rosi: Tem sete anos.

Alice: Porque na Ilha de Guaratiba? Existe essa casa em outros bairros?

Rosi: Só aqui, eles compraram essas terras. Ele começou com campo de futebol pra jogar com amigos, mas as pessoas começaram a pedir pra alugar pro churrasco...

Alice: Os clientes são predominantemente daqui?

Rosi: Não, porque aqui é uma casa cara. Nossos clientes são principalmente de Campo Grande, Barra, Zona Sul e Niterói.

Alice: Como eles ficam sabendo?

Rosi: Internet. Nosso principal portador é a internet. Depois tem revistas especializadas em eventos.

Alice: Vocês tem algum projeto social pra área?

Rosi: Não é bem um projeto social, mas ele [o dono] gosta de contratar moradores da Ilha, noventa por cento dos funcionários são da Ilha. Porque além de dar emprego para pessoas da área, ele entende que as pessoas daqui acabam por proteger o lugar onde trabalham, de onde tiram seu sustento.

Alice: Você é daqui?

Rosi: Não, eu não sou daqui, eu sou da Pedra [de Guaratiba].

Alice: Qual a posição de vocês em relação à proposta de alteração do nome da localidade para Recreio de Guaratiba e quanto à transformação dessa localidade num novo bairro?

Rosi: Pra gente como comércio é ótimo, porque valoriza. Mas se eu fosse moradora eu não sei se iria gostar. Mas como comerciante vai ser ótimo, abrir o túnel vai ser ótimo.

Alice: E quanto à mudança do nome de ruas?

Rosi: Aí eu acho que deveria manter. Até porque tem muita coisa de tradição. Os primeiros colonizadores, né?

Alice: Além dessa preocupação de contratar pessoas da Ilha, existe algum projeto social pra área?

Rosi: Ele tem vontade de fazer um projeto pra criança voltado pra música, e a gente já ta fazendo projeto ambiental: reciclagem, plantio de árvore. Cada noiva que casa no sítio planta uma árvore no sítio.

Alice: Mas o projeto é aqui dentro ou avança?

Rosi: é aqui dentro. É porque na verdade o sítio não são esses trinta mil metros que você está vendo, são trezentos e cinquenta mil. Tem floresta fechada que ele não mexe. A gente recicla óleo, papelão, caixa de madeira, latinha... O óleo a gente troca por potes na Tupperware, leva lá e troca. A gente ta fazendo também a compostagem de matéria orgânica. A gente ta fazendo uma horta orgânica aqui dentro, pra consumo próprio.

Alice: O dono é originário da zona oeste?

Rosi: Não, ele morou um tempo em São Paulo, mas ele é de Laranjeiras. Eles compraram o sítio aqui, e por isso ele botou o nome de “Meio do Mato”, porque ele se sentia vindo para o meio do mato.

Alice: E ele mora em Laranjeiras ainda?

Rosi: Não, agora ele mora no Recreio, porque fica mais próximo, ele vem todos os dias.

Alice: Porque o Recreio e não a Ilha?

Rosi: Eu acho que é por causa da esposa, porque ele sempre falou que tem vontade de ter um condomínio aqui do lado pra morar, mas a esposa é reticente. Ela foi criada na zona sul... Acha aqui isolado, não tem um mercado de grande porte... Ela quer mais conforto. Aqui na Ilha ainda falta muita coisa. Não tem hospital, não tem farmácia, eu acho que é isso. É falado velado. Ela acha muito precário de segurança ainda. Aqui é um bairro calmo, né? Ainda... Mas ela acha muito inseguro pra chegar em casa. Raramente ela vem aqui, só mesmo quando tem festa da família.

Rosi: Quando eu vim trabalhar aqui ele perguntou o que eu achava do nome “Meio do Mato”. Eu disse que era legal, que era bem rural mesmo. Ele gosta disso.

(Após trinta minutos do fim da entrevista com a supervisora chega o dono da casa)

Alice: A Rosi já falou um pouco sobre como surgiu essa casa de eventos, que num primeiro momento era pra lazer familiar, mas que com o tempo...

Alberto: Essa história eu posso contar melhor que ela. Na verdade era da família já desde o final de 1970. Era uma região que a gente praticamente não conhecia, porque a minha família sempre foi urbana, e durante vinte anos ficou desocupado. Chegou a ter uma ameaça de ocupação mas sem maiores problemas. Mas a gente sempre teve muito carinho pela região, e a gente acreditava que a cidade chegaria até aqui, mas não enxergamos do jeito que aconteceu, numa velocidade muito grande de dez anos pra cá. Em 1999 eu resolvi dar uma finalidade pra esse terreno, e aí resolvi criar uma área de eventos. Então há dez anos a gente faz essa visita freqüente à região e a gente vê as luzes lá de cima [Grota Funda], eram poucas luzes, e no ano seguinte eram mais luzes, e as perspectivas das pessoas em relação ao túnel... Possibilidade de emprego e de valorização da própria terra.

Mas então a gente percebe esse avanço e tem essa perspectiva também. Reconhecemos que essa área é diferente do restante de Guaratiba. Eu acho que aqui é menos bagunçado ainda, dá chance de que a cidade não cometa os mesmos erros, falta de planejamento. Vargem Grande era um barato, agora, você vê, a favelização tomou conta. O vácuo da legislação é que causa a ocupação desordenada. Hoje a visão que eu tenho da região, seria uma pena, porque é uma região que tem uma certa beleza natural, tem uma área plana grande, tem características de segurança, porque só tem uma entrada e uma saída, então isso dá uma possibilidade de ter uma vocação de área residencial segura, num cantinho do Rio de Janeiro, que passa até a ser interessante por causa das empresas de Santa Cruz, Itaguaí, o porto, a gente vislumbra muita

coisa acontecendo pra esse canto da cidade. A gente vê um núcleo grande em Santa Cruz, Campo Grande, no Recreio, e um vazio no meio, isso não tem lógica. O que pode ser, pode ser tudo ainda, pode ser industrial, pode ser comercial, pode ser residencial, pode ser um pouco de cada porque tem muita área...

O Recreio cresceu de uma forma que nós ficamos espantados, eu moro há dez anos no Recreio...

Alice: Então residir no Recreio tem a ver com a casa de eventos...

Alberto: Tem a ver com a utilização disso aqui...

Alice: Por que vocês escolheram o Recreio como local de moradia?

Alberto: Segurança... A gente já se sente isolado no Recreio, imagina na Ilha.

Alice: Isolado em relação a que?

Alberto: Todo o nosso relacionamento, eu morei a vida toda em Laranjeiras, amigos, parentes, moram por ali, Tijuca, Copacabana, Leblon, Ipanema, o Recreio já está fora da rota. Com o tempo um ou outro a gente fica sabendo que também veio morar no Recreio. Mas o Recreio mudou muito, antes era longe mas você andava bem de carro, agora é longe e o trânsito é ruim, uma coisa que tá impossível hoje é morar no Recreio e trabalhar no Centro.

Alice: Você pega o trânsito ao contrário.

Alberto: É, pra mim é estratégico.

Essa área acredito que tenha a Barra como centro.

Alice: Campo Grande não?

Alberto: A gente percebe que os moradores mais antigos tem Campo Grande como referência, mas a gente já vê uma coisa mais mesclada, conta de banco na Barra e outras coisas em Campo Grande...

Mas eu acho que em termos de oportunidade de empregos a Barra tem grandes empresas...

Pra gente o túnel é interessante, tanto pelo encurtamento da viagem quanto pela segurança. Hoje tinha um acidente. É importante pra cidade essa ligação do Arco Rodoviário, a possibilidade da pessoa morar na Barra, Recreio, e ter acesso às indústrias dos pólos industriais...

Alice: E os moradores?

Alberto: Aqui a massa crítica, capazes de influenciar decisão é pequena, a vontade dos moradores não sei que peso tem, mas que é importante é.

Alice: E quanto à alteração do nome do bairro, das ruas etc.

Alberto: Eu vejo com bons olhos, eu acho que tudo que é planejamento é melhor. Você tá falando em melhoria das vias, da iluminação, melhorias de infra-estrutura urbana que a região é carente. Eu acho que tem potencial legal até turístico.

Alice: Mas você acha que pode trazer alguma coisa negativa?

Alberto: Se não houver o casamento entre planejamento e execução, tem os apressadinhos, não tem a legislação, tem procura grande pela expectativa, a prefeitura tem dificuldade em fiscalizar, e acontece...

Mas eu acho que tem mais chance dessa ordem ser trazida pra cá, a tendência é que aos poucos o pior aconteça, a ocupação irregular...

Eu acho que quando a gente fala de desenvolvimento urbano, não estamos falando em degradação ambiental. O desenvolvimento urbano planejado ele consegue destinar área e permitir ocupação.

(Chega o paisagista Borges)

Alberto: Olha, primeira coisa, a gente tá sendo gravado.

Alice: Você é morador da Ilha, nascido na Ilha?

Borges: Não, eu moro aqui há seis anos, mas desde a década de oitenta eu trabalho com plantas.

Alberto: Ele trabalhou com o Burle Marx.

Borges: Trabalhei lá de oitenta e dois até oitenta e nove. Eu sou da Tijuca, eu conheci a região através do Burle Marx. Aí em 1993 eu abri um escritório de paisagismo e continuei ligado a essa região, até que resolvi morar aqui.

(...)

A filha do Paiva Muniz forçou a barra, ela é minha vizinha, o pai dela foi um dos fundadores do PTB, do Getúlio. Ela tentou se eleger a dois anos atrás e não deu nada.

Alberto: Eu sou contra essa mudança de nome, da tradição, se é estrada das Tachas, tem de ser pra sempre, se fosse uma rua nova... Eu acho interessante preservar isso aí.

Borges: Eu acho que vai ficar muito artificial “Recreio de Guaratiba”

Alberto: [Ficou incomodado com a opinião contrária do paisagista].

Borges: Se você olhar 360 graus você não vê um morro ocupado. Na Barra de Guaratiba você já vê.

(...)

Alberto: Ver os seguranças, os portões, as câmeras de segurança dá sensação de segurança.

Alberto: Mas então, estou pegando o bonde andando [havia saído para resolver algo com a secretária], mas seria uma pena que as propriedades das Tachas e Gaspar de Lemos deixasse de ser o que são, sítios muito bonitos...

Só uma coisa pra complementar, essa casa de festas ta dentro de uma área muito maior, isso que você ta vendo equivale a cinco por cento da região. Então quando a gente fala em desenvolvimento urbano lógico que a gente quer acompanhar isso daí, os parâmetros...

Alice: Mas vocês tem algum plano para os noventa e cinco por cento do terreno?

Alberto: A gente quer que primeiro exista uma definição, expandir o negócio de eventos ligado a esporte, mas o restante seria utilizado oportunamente.

Condomínio Parque das Garças (Largo da Ilha)

Porteiro (38 anos): “Ah, eu não gosto da presença desses moradores novos não, era bom na época da agricultura, era só parentada na Ilha, não tinha gente de fora. Podia até dormir de janela aberta. A única coisa que não era bom é que não tinha luz. Mas aí junto com a luz, com o progresso, veio tudo isso junto, de ruim.

Alice: Mas você não pode mais dormir de janela aberta?

Porteiro: É, ainda é calmo, os crimes ainda são com faca, não com arma de fogo... Mas essas pessoas trouxeram bebedeira pra cá, veio muita gente brigona. Você vê, nesse condomínio, ninguém se entende, mal se cumprimentam. Os que chegaram primeiro no condomínio não gostam dos que chegaram depois. Nas reuniões de condomínio, dos 43 moradores (casas), aparece 9, e ainda assim não se resolve nada. Tudo é briga.

Alice: E como é o relacionamento dos moradores novos, que vieram de fora, com os antigos?

Porteiro: Não tem relação não. Eles não querem falar com ninguém.

(...)

Porteiro: Os condomínios foram bom pra dar emprego, porque o pessoal daqui é acomodado, quer trabalhar perto de casa, se não for perto de casa não vai. Eu não, eu não me importo de pegar um ônibus e trabalhar longe de casa, até porque aqui paga muito pouco, prá lá paga melhor [apontando em direção à Barra]. O que eu ganho aqui não dá nem pra pagar minha faculdade, além do horário, eu saio as 7 [19h], então seria reprovado por falta no primeiro bimestre. Sabe que esse pessoal daqui não tem estudo, né. Eu fiz dois períodos de enfermagem, mas não tive mais dinheiro pra pagar. Mas um dia eu vou voltar [entusiasmado]. Mas também fica passando na televisão que tem Doutor em Direito como Gari, aí que a galera não vai querer estudar mesmo.

Alice: Mas e o pessoal novo, tem estudo?

Porteiro: Ah, aí é outra história, esses tem, vem de lá com outra cabeça, tem outras atividades...

Dona Filomena, 70 anos (Morgado)

Filomena: Teve um pessoal aqui da TV Brasil que quis me entrevistar porque eu sou uma das pessoas mais velhas daqui, mas eu fiquei nervosa e esqueci de perguntar o dia que ia passar. E passou, várias pessoas me conheceu. Eu fiquei tão nervosa que nem vi. Foi o pessoal do Antônio, conhece? O pai da Sônia, ele veio por último (portugueses), aí ele mandou a filha aqui conversar comigo. Eu fiquei meio enrolada, porque não tenho estudo.

Alice: Quanto tempo tem essa entrevista?

Filomena: Depois ela foi pra Portugal, a Sônia. Uns cinco meses.

Alice: Ela já voltou já há muito tempo. A TV Brasil pediu as pessoas mais velhas.

Alice: A senhora chegou aqui na Ilha quando?

Filomena: Olha, eu sou nascida em 1939. Vim com cinco anos.

Alice: Veio porque?

Filomena: A gente somos migrantes. Meu veio na frente, aí fomos primeiro para o Mendanha, aí viemos pra cá para pegar o que era de nosso pai. Por que tinha muita guerra, sofremos muito lá em Portugal. Aí minha mãe vendeu tudo, ficamos sem nada, quando chegamos pra vir para o Brasil, o porto estava fechado, aí os parentes ajudaram, um dava uma coisa o outro outra. Lá em Portugal só comprava mesmo o açúcar, o café e o sabão. O resto era tudo da roça, não tinha vender, lá em Portugal na época era bordado pra fora.

Alice: A senhora era de que área lá em Portugal?

Filomena: Ilha da Madeira.

Alice: Casei com dezenove anos, vim pra qui já vai fazer 51 anos. Mas aqui era fraco, era do tempo do bonde, não tinha ônibus. O Mercadinho São Brás [Campo Grande] era de chão de terra. Só pra você ter uma idéia, o Largo da Ilha hoje tem mais movimento que Campo Grande nessa época. Aumentou muito o lado da Ilha. A população da Ilha ta aumentando muito. Aqui sabe o que que era? Laranja. Quando nós viemos de Portugal era laranja.

Alice: Mas vocês plantavam laranja?

Filomena: Não, quando nós chegamos aqui já estava plantado. Primeiro veio o café, depois a laranja, pra embarque.

Alice: E a laranja subia os morros também?

Filomena: As serras era tudo de laranjal. Cada pé de laranja imita pé de manga. O forte mesmo daqui foi a laranja (...).

Alice: Aí vocês ficaram plantando laranja também?

Filomena: Na nossa época foi da doença, acabou com o laranjal, aí começaram a plantar outras coisas: chuchu, maracujá, mangueiral. As roças aqui ta acabando.

Alice: Porque ta acabando?

Filomena: Não sei... O pessoal agora ta mais com negócio de ... plantas [ornamentais]. Era tudo parreira de maracujá, chuchu... Tá virando sabe o que agora? Planta de jardim. Plantar esses coqueiros...

Alice: Por que as pessoas tão preferindo isso?

Filomena: Lucro. Porque planta o chuchu, quando vai ver, uma despesa imensa, não dá nem pra despesa. O pessoal deixou de plantar por causa disso. Muita gente pegou empréstimo no banco, plantava chuchu, maracujá, aí quando vai ver, não dava nem para a despesa. Aí largaram a roça. Muitas largaram.

Alice: Vocês não tem mais produção agrícola aqui?

Filomena: Tem, tem. Tem mangueiras, tem coqueiros, tem plantação branca, legumes, plantação branca, entendeu? Tem batateiro, tem limoeiro...

Alice: Mas vocês não vendem? É só pra usar aqui no bar?

Filomena: Quando dá demais meu sobrinho leva pro CEASA. Banana, jaca, jambo, aí leva pro CEASA. Legumes brancos acabou. Então são frutas nativas que ficaram, que não dão tanta mão de obra.

Alice: Então plantar essas plantas ornamentais dá menos trabalho que roça?

Filomena: Dá menos, mas é cadastrado tudo direitinho.

Alice: E a senhora sente falta da época que era tudo plantação?

Filomena: Ah sinto. Eu olhava de dentro da minha casa assim, era tudo maracujá. É muita saudade... Meus filhos ficavam brincando debaixo das parreiras de maracujá. E não nascia um mato por causa da sombra.

Alice: Esses coqueiros da senhora são pra jardim?

Filomena: São...

Alice: E os filhos e os netos, gostam de trabalhar com a terra?

Filomena: [suspira dona Filomena] Só tem esses meninos que acompanham os tios. Eu tenho dos netos que não querem nada. É o maior, sabe o que? [fica com os olhos cheios de lágrima] é o desgosto da minha vida, é a maior mágoa do meu coração, que tem levado muitos anos da minha vida, se entregou nos vícios, isso que é triste. E ele não quer largar os vícios.

Alice: Então ele parou de estudar?

Filomena: Parou de estudar, não tirou nem o primeiro grau. Começou os vícios na escola, no CIEP. Nós não sabia. Ia na Rocinha, vendia na escola. É o maior desgosto da minha vida. Fora a mãe que tem levado, desespero. A vontade tem que ser dele. Eu deito pensando e acordo pensando, naquela filha, né? Pode acontecer uma tragédia.

Alice: Não tem como internar numa clínica?

Filomena: Mas ele tem que querer, a gente bota mas ele foge. O padre disse pra mim, ele tem que querer. Mas aqui o forte era a laranja. Agora de agricultura não vê mais nada, vê? Só tem as mangueiras...

Alice: Seu Antônio tem alguma coisa...

Filomena: Só dois, seu Antônio e meu sobrinho, ainda planta chuchu, maracujá, abobrinha. Que tem essa agricultura branca.

Alice: Tão vendendo terra para fazer condomínio?

Filomena: Aqui não pode, porque aqui é INCRA. Teve um que começou a fazer mas o INCRA mandou parar. Pode fazer mini sítios. Muita gente tá fazendo isso, mas condomínios com aquelas casinhas não pode não. É isso que você quer saber?

(...)

Meu marido ia pra Madureira, porque não tinha CEASA não, tinha que vender tudo de noite, não tinha luz, era fogão de lenha, lavava roupa de noite. Amanhecia o dia, levava a caixa pro mangueiral, pegava as menores assim, as maiores na outra, voltava só pra comer, trabalhava igual homem na roça. Eu caí da mangueira com quatro meses de gravidez.

Alice: Mesmo sem luz a senhora preferia essa época?

Filomena: Preferia mesmo. Era uma paz, a comida era boa, agora é tudo com química. Comia a carne que cuidava na roça, agora, é tudo químico, vai comer uma carne, leva remédio.

Engenheiro Civil Giulio Cesare Di Nubila (CASS)

Alice: Houve a alteração do nome da Estrada das Tachas para Paiva Muniz. Como se dá tais trocas?

Giulio: Pra trocar o nome da rua tá muito a nível do prefeito, porque a gente embarrera. Porque quando troca um nome de rua, a pessoa vai ter que trocar todo o endereço oficial, então troca no Registro de imóveis, troca na arrecadação de impostos, e vai trocando, da light, implica na mudança disso tudo, até no alvará, dá problema no alvará, então é um transtorno pras pessoas quando troca o nome de rua, o endereço é oficial, não era um endereço que as pessoas conheciam, foi oficializado como Estrada das Tachas, aí quiseram homenagear o Paiva Muniz, aí deram o nome dele, mas isso foi a nível do prefeito, porque a gente embarrera.

Alice: Existe uma polêmica bem grande na localidade por conta de não terem sido consultados da mudanças, descobriram pela placa colocada pela prefeitura...

Giulio: Isso é um outro ponto, existe a problemática da documentação e tem o outro ponto também que é lidar com a questão da referência. Todo mundo diz a, eu moro lá na perto da Estrada das Tachas, é uma ruazinha lá perto da Estrada das Tachas, então é uma rua oficial, então quando a pessoa troca o nome de rua oficial, traz problema de referência também, por isso que as pessoas reclamam.

Alice: [mostrei o pedido de restabelecimento do nome anterior...]

Giulio: Essa questão de batizar eu não julgo não, foi passado pra Secretaria de Cultura, nós cuidamos da oficialização do logradouro. O batismo da rua, se vai chamar José, Natal, isso tudo agora é questão da Secretaria de Cultura, tem uma comissão de nomes que vê isso.

Alice: Então esse pedido vai passar por essa comissão...

Giulio: Ah, certamente vai, porque com relação a esse aspecto, isso começou com a necessidade de as pessoas terem um nome oficial de suas ruas, isso começou em 1917.

Alice: O que a prefeitura faz no sentido de regularizar as tantas ruas projetadas que vão surgindo, como é o caso da Ilha, e que dificulta muito no recebimento de correspondências, pra arrumar emprego... O morador que tem que fazer o pedido ou a prefeitura é que vai atrás?

Giulio: É o morador que tem que fazer o pedido. Aí vai ser analisado as condições locais, analisado com apoio da Secretaria de Obras, Obras é quem vai dar o parecer sobre as condições de se tornar oficial o logradouro, se existe condições...

Alice: Que tipo de “condições”?

Giulio: Hoje quem regula isso é o decreto 5625 de 27/12/1985. Então se você tá fazendo um trabalho, você vai à documentação e pega uma cópia. Então é assim, Obras tem que dar um parecer, porque à medida que se torna um logradouro público, o governo tem que fazer a manutenção, uma implicação na

hora do reconhecimento é que ela tenha um trato para que depois possa ter manutenção, também tem a análise para ver se é um logradouro particular, porque um logradouro particular não pode virar um logradouro público.

Alice: Como eu faço para saber do andamento desse processo aberto pelos moradores das Tachas?

Giulio: Pra isso é melhor você ligar pra Sandra, que faz parte da Comissão de nomes, ela vai saber falar sobre isso. Eu respondo pela parte técnica, vejo se tem projeto no local, faço a pesquisa fundiária, agora esse trâmite de retornar o nome original eu não sei.

(...)

Tem um decreto que diz que tipos de nomes podem ser dados para os logradouros, por exemplo, tem que ser nome de pessoa importante para a sociedade..

Alice: Não pode ser de antigo morador?

Giulio: Pode ser, se teve destaque na localidade, então é dado o nome da rua. O nome Paiva Muniz é um nome que teve expressão...

(...)

Por exemplo, um nome bom é José da Silva, porque são dois nomes, o Paiva Muniz ficou ótimo porque são dois nomes...

Alice: O Caminho da Covanca foi oficializado assim...

Giulio: Sempre que é possível oficializa do jeito que era conhecida antes. Por exemplo, Projetada A, vamos supor que tenha sido nomeada por José da Silva, então vai ficar assim, a Rua José da Silva, antes conhecida por Projetada A, do projeto tal... Então o logradouro quando é oficializado recebem o nome, mas aparece o nome que era utilizado antes da oficialização, por causa da documentação que as pessoas moveram. É decreto “E” 3800 de 20 de abril de 1970.

Sobre o processo da alteração do nome da Estrada das Tachas no CASS

Dalva: “Olha, é, realmente ainda é Paiva Muniz, mas tem um processo em andamento pra voltar a ser Estrada das Tachas. A comissão até foi favorável já, mas o processo ainda está em tramite, ta sendo analisado pela procuradoria. Assim, a comissão julgou que os moradores tinham direito, mas até agora não foi mudado não, continua sendo Paiva Muniz”.

Alice: “Você tem idéia do tempo que costuma levar?”

Dalva: “Não sei, porque não volta mais pra cá. A procuradoria manda pro prefeito e ele assina ou não, então não sei, não tem como a gente saber quando isso vai sair. Não sei nem se ele vai concordar, porque ele pode simplesmente dizer não eu quero que seja Paiva Muniz e pronto”

Alice: Ah, então a decisão final é do prefeito, né?

Dalva: “É do prefeito sim, a decisão é dele. Você tem que aguardar mesmo”.

Descendentes de Paiva Muniz e Adriano (Diretor da AMAMA) (Retiro)

Joana: O Caminho da Represa é o mais importante da Cidade do Rio de Janeiro, porque quando o Major Archer...

Alex: O Joana, ela sabe quem é Major Archer?

Joana: Claro que sabe, ela ta fazendo pós-graduação.

Alex: Eu até conheço parente dele, aliais conheci o Cezar Arche que é parente dele.

Joana: Porque tinha a Fazenda do Major Archer, fazia divisa com essa fazenda aqui.

Alice: Essa aqui era a Santa Leocádia?

Joana: É, essa daqui. É uma fazenda enorme que fazia divisa com a fazenda do Imperador, Fazenda Modelo e com as terras do Major Archer. A Represa Manuel Alberto, passando pelo Borges, que já quase não tem água, ela que abastecia de água toda a região de Guaratiba. E ela foi aberta pelos escravos do Major Archer. Manuel era um dos escravos do Major Archer. Ela abastecia tudo isso. Esse Caminho da Represa ele tem quatro, cinco entradas, se você pegar, [pegou o mapa].

(...)

Alex: Esse aí [recorte de jornal guardado dentro de um livro] é um cara que descobriu o antigo caminho da Grota Funda, construído pelos escravos, é um engenheiro que mora na Barra da Tijuca. Nós conhecemos toda a história dessa região aqui, entendeu? Com mapa, com tudo.

Joana: Ali no final da rua do Borges [Caminho da Represa] eu tenho um processo contra um cara que destruiu uma área de preservação que tem uma lei federal específica. Ele escoa a água e altera a água do Borges. Então eu tenho um processo grande dentro do Estado pra isso aqui se transformar no Parque que já existe. Isso aí ta dentro do gabinete do prefeito já aprovado. Como o cara alterou essa área de preservação ambiental aqui.

Alice: Ele alterou com que objetivo?

Alex: Ele alterou, o Caminho vinha assim, a água vinha assim, a antiga cachoeira Manuel Alberto foi destruída, e essa...

Alice: Mas pra que? Pra chegar mais rápido na casa dele?

Alex: E um pedaço lá atrás...

Joana: Não, ele alterou uma área de especial interesse do Maciço da Pedra Branca, ta jogando esgoto, o que acontece, quando ele joga o esgoto lá, ele abastece o mangue. Eu não posso aqui, na minha casa hoje, plantar mais nada na minha horta.

Alice: Tá contaminado?

Joana: Tá contaminado. Eu até comentei com o Borges e com a mulher dele que se eles tomarem banho com a água, em crianças, é perigoso. Isso aqui ta dentro do INEA, dentro do meio ambiente, isso é crime ambiental. Tem que preservar essa região. No Rio de Janeiro não tem mais área verde, ta tudo devastado, Você pega o Alto da Boa Vista você tem o problema...

Alice: Eu estive conversando com os sitiantes daqui e um deles, Luiz, me disse que os sitiantes são os principais preservadores aqui da área.

Joana: Eles são os principais destruidores da região. Os sitiantes são os principais devastadores da região. O Luis Antonio ta perdido no tempo. Eles alegam que impedem a vinda de condomínios fechados, loteamentos.

Alex: Preservadores? Eles estão destruindo a floresta, que tem uma bacia de nascente, destruindo e plantando bananeira, a banana plantada no morro degrada, as nascentes estão morrendo.

Joana: Até porque esse tipo de banana não é natural da nossa região, você sabe que plantas exóticas altera todo o sistema.

Alex: Eles não entendem nada de ecologia, eles são uns ignorantes em ecologia e não conhecem a história da região. Primeiro eles tem que ler esses livros que nós temos, depois conhecer a região. Essa daí conhece até a queda da água, o volume, essa daí lê o mapa direto.

Alice: Como vocês vieram parar aqui?

Meu pai começou a vir pra cá, há mais de quarenta anos, por causa do Davi Haus. Davi Hauss tinha uma casa aqui em 1975, hoje ta com um ator da Globo, amigo meu também...

Alice: Vitor Fazzano?

Joana: Não, Roberto Lopes. Quem comprou foi o sogro dele, doutor Ferrari, que por acaso é amigo nosso da Zona Sul, da família toda... Quem começou a vir mais foi o Davi Haus, há mais de quarenta anos. Ele era político também, amigo do meu pai, ele vinha e meu pai vinha junto. A gente vinha pra passear.

Alice: Você era adolescente, criança?

Joana: Eu to com cinquenta anos, né. Eu tinha dez anos. E aí como meu pai era da área rural, meu pai era de Quiçamã, meu pai era administrador da fazenda, ele tinha essa coisa toda rural. Ele tinha o sonho de ter um sítio, quando tivesse a primeira aposentadoria. Como papai já conhecia a Dona Lourdes, dona da fazenda Santa Leocádia, aí o papai comprou o primeiro lote, depois comprou o segundo, o terceiro, e nós fomos agregando.

Alice: Mas porque essa fazenda foi desmembrada?

Joana: Isso aqui era um espólio, ela tinha um milhão de metros quadrados. Ela começava la no início da Estrada do Cachimbáu, onde tem uma pedra com uma cruz pintada, essa marcação é jesuíta, todas essas marcações são jesuíta. Quando foi feita a divisão, lá em 1908, foi obrigado deixar uma área sem construção... Então ela tinha que manter essa área toda pra manter as águas da represa. Os sitiantes foram lá, coloca remédio pra secar árvore, embaixo na raiz da árvore, pra colocar bananeira. Então o que acontece, alterou a biota da área, os animais sumiram, alterou tudo. Então vamos voltar lá atrás.

(...)

Joana: Isso aqui tem uma trilha aqui, só dá pra passar a pé aqui, senão tem que dar a volta.

(...)

Joana: Tão fazendo um condomínio ali, na sede da fazenda, mas ta embargado pela prefeitura. Dona Lourdes foi morta na sede da fazenda.

Alice: Porque? Briga por terra?

Joana: Sim, briga por terra. Foi o irmão desse meu vizinho de trás que ta invadindo meu terreno. Nós compramos dela o terreno. Ela que loteou em chácaras. Ela só pode lotear em dez mil metros quadrados, o resto que não tem dez mil metros é posseiro.

Alice: Aquelas casinhas com quintais pequenos no início da Paiva Muniz já é morador antigo...

Joana: É, invasão, ali ele fez um monte de quitinete, ta tudo errado ali, ele nem poderia fazer. Mas tem o problema social, eu conheço a família ali, fica uma situação muito constrangedora, é trabalhador... Pro Frank também é constrangedor. (...) O que eu to fazendo hoje, eu to com o prefeito, com o governador, fiz uma representação no meio ambiente, já fiz três discursos na Câmara Municipal.

Alice: Mas e essa história de transformar isso aqui em um novo bairro, Recreio de Guaratiba, e acabar com esses lotes mínimos de dez mil metros, fazer um monte de condomínios?

Joana: Pelo que eu vi nas plantas da prefeitura o Recreio de Guaratiba eles vão fazer naquele pedaço ali do Caminho do Mangue, do outro lado da pista, não aqui no Retiro.

Alex: Mas não é pra la que tem uma favela? Tem uma favela braba ali, uma tal de Olaria, sei la.

Alice: Mas você acha que esse Recreio de Guaratiba pode atingir essa área?

Alex: Se passar o túnel e não tiver metro até Campo Grande só vai ter especulação imobiliária aqui na área. Vai ser tudo destruído rapidamente, como está sendo, isso aqui devia ser tombado porque é o último reduto rural da cidade do Rio de Janeiro. Aqui o pessoal de Campo Grande tem casa de campo. Tem lugares aqui que parece que você ta em Teresópolis.

Joana: Vai alterar o mangue, os esgoto vai pra lá. Quando eu vou na prefeitura e brigo, eu não to brigando por mim, pelo meu patrimônio. Primeiro porque a gente não tem intenção de vender isso aqui tão cedo, uma coisa que pra mim e pro meu irmão nem cogita na cabeça de vender. Aqui dentro tudo que foi construído foi dentro da lei, esgoto, represamento, distanciamento das construções. A vantagem pra mim é ta dentro de uma grande cidade e ta dentro de um paraíso. O Alex fez um documentário que o tema era o homem e seu lugar, tanto é que o filme tem setenta minutos, quarenta é da água da cachoeira, da árvore, do barulho do sapo, do dia, da noite... porque pro artista o óssio é trabalho. A crítica disse: eles moram numa fortaleza verde. Então qual é a vantagem de você estar dentro de uma cidade e estar dentro de uma fortaleza verde... Então a preservação não é pra mim, é pra essas crianças aí, é pros meus netos... Agora se eu hoje não cuidar dessa água que ta vindo esgoto pra minha nascente, qual o futuro pro meu vizinho? Qual a minha responsabilidade quando o cara aqui de trás destrói as nascentes, explode a pedreira, que é um crime sério, explode uma área de preservação ambiental, eu não posso ficar calada. Agora, quando eu falo com outro vizinho, que tem condições de lutar junto, aí diz ah o problema é teu e vira as costas... O problema não é meu, eu não to pedindo pra mim, pra mim é muito fácil, eu vou pro meu apartamento na Zona Sul, de frente pra praia... É a falta de conscientização do futuro, o que ta escrito na nossa bandeira? Ordem e progresso, é um direito positivista, tem que ter ordem. Quando o cara invade e destrói, ele ta invadindo um espaço público, o espaço é de todos, é do cidadão carioca, não é meu. Eu não posso falar olha, eu to sentindo que a rocinha ta subindo em cima de mim. Pra mim é fácil, vendo isso aqui por uma grana, que já me ofereceram várias vezes, qualquer empresa pega um terreno desse tamanho aqui, ou então fecho e venho aqui uma vez por semana, como tem muita gente aqui que fala besteira, que ta aqui há quinze, vinte anos. Fizeram uma associação de moradores aqui que só fez besteira. Até porque papai foi fundador junto com Davi etc. Papai morreu, vinte dias depois nós cancelamos isso. Depois eles vieram pedir, eu sou contra essa associação, interesse de uma minoria, eu não posso ouvir o Luiz Antonio me dizer que fizeram um concurso pra escolher um segurança, mas a carta era marcada, eu não admito isso. Isso pra mim é uma política de merda, entendeu? Aí eu pergunto, o que a associação vai fazer pelos moradores, pelo filho do meu empregado, pela avó que está parada? Ah não, não vamos fazer. Então não existe isso.

Alice: Qual era o objetivo dessa associação?

Joana: Nada, era um vigia que andava de bicicleta aqui, que não pode andar armado, que pra mim não interessa nada, pra dar emprego a um conhecido; olhava os postes pra dizer qual era o queimado pra ligar pra light. Isso eu faço. E não faço aqui, eu ando por ali... Faço por quê? Minha empregada estuda de noite, ela vem a pé da escola pra cá. Eu já quase fui violentada aqui, andando a pé à noite, por causa de falta de luz. Então, pra pagar uma associação pra isso pra mim não precisa. Isso eu faço, e não é só aqui não! Eu mando meu empregado ir até no Boqueirão, onde o pessoal estuda, pra saber quais são os postes... Associação pra que, se quer asfalto ou não quer? Isso não é um problema que caiba a mim. Eu até prefiro sem asfalto, por acaso asfaltaram esse pedaço aqui, eu sou contra esse tipo de política, porque eu sou contra uma rua que você anda tem um pedaço de asfalto, aí você anda tem um pedaço de terra... Então isso aí você já sabe que tem alguma coisa de errado aí dentro, isso aí não é nem política social. Política social eles tinham que ver que a Gaspar de Lemos tem muito mais gente, tem escola, tem isso, tem aquilo.

Alex: Ali dentro tem uma escola, foi o homem aí que deu a casa, e eles não homenagearam o homem.

Joana: Botaram o nome do escritor Nelson Correia, não tem uma plaquinha homenageando o cara.

Alex: Ele doou a casa pra fazer a escola, uma escola pública pra criança. O Cesar Maia colocou o ônibus pra levar as crianças, e ta tudo esburacado. Pelo menos até a escola tinha que ter um bom asfalto.

Joana: Tem que botar asfalto ali!

Joana: Esse pessoal que vem só final de semana não sabe nada da região.

(...)

Joana: Meu pai morreu aqui.

Alice: Ele estava morando aqui?

Joana: Não, ele vinha final de semana. Depois minha filha era bebê, isso aqui era muito longe, mas sempre tinha gente final de semana aqui, eu, meu irmão...

Alice: Vocês moravam em qual bairro da Zona Sul?

Joana: Copacabana. Aí quando minha filha fez cinco, seis anos, as necessidades já são outras...

Alice: Ela estuda aonde:

Joana: No Notre Dame do Recreio.

(...)

Joana: Nós viemos morar aqui porque estavam invadindo o terreno, roubavam luz. Aqui botam gato em tudo quanto é lugar. Na minha casa não tem nada de errado. Primeiro porque é uma questão de ética, depois, botaram o nome da rua o nome do meu pai, imagina, acontece alguma confusão vão dizer: ah, é lá na casa do Paiva Muniz! Meu pai foi uma pessoa muito correta na vida, não dá pra fazer nada de errado.

Alice: Como foi essa nomeação?

Joana: Essa nomeação eu nem sabia de nada. O que acontece, meu pai foi político...

Alex: Foi cassado...

Joana: Foi ele quem botou o SACS, não sei se você sabe o que foi o SACS, um sistema de alimentação no país, já na época de Getúlio, como fazem hoje com os restaurantes populares. Em 1958 foi presidente do IBASE, foi Secretário de transportes, foi ele quem fez esses conjuntos Habitacionais em Jacarepaguá, em Campo Grande, vários trabalhos. Foi cassado em 1964. Depois voltou à política. Então ele sempre teve muita influencia política porque ele sempre foi considerado um trabalhista histórico. Ele fez escolas pelo Brasil inteiro profissionalizante. Então, desde que ele morreu eu vou a várias cidades, não só no Rio de Janeiro, no Brasil inteiro, inaugurar rua com o nome dele. Quando nós viemos pra cá nós fizemos várias coisas pra comunidade também, mas ele não queria que as pessoas soubessem exatamente que era ele que estava fazendo.

Alice: Por exemplo?

Joana: A iluminação que não tinha, a Igreja aqui de trás. O Camacho aqui de trás deu o terreno

Alex: É de família antiga aqui da região.

Joana: Deu o terreno, o outro deu o sino, pra construir uma igreja pra ser dada à comunidade. Nos livros da igreja você vai ler, a comunidade fala pouco, mas nos livros você vai ler. Ele chegava todo mês, Camacho vinha aqui com o Padre, nós dávamos o equivalente hoje a cinco, seis mil todo mês pra comprar material, isso aquilo.

Alice: Essa igreja fica aonde:

Joana: Fica na Gaspar de Lemos, do lado da escola. Todo mês nós dávamos o dinheiro. Quem sabia era eu, meu pai, o Camacho e o padre e o cara escrivão dali. Um dia tava eu, meu pai e o Gumercindo Brunet conversando com a gente. É o dono da construtora Brunet, sogro da Luiza Brunet. Conversando meu pai falou, conhecia meu pai desde garoto e tal. No dia que meu pai morreu

Alice: Ele morreu em que ano?

Joana: Em 1993. O Brizola era governador na época, Cesar Maia prefeito, aí mandaram passar todos, enquanto eu não chegasse no aeroporto, porque eu estava em Nova York, mandaram passar todos os outros para enterrar na frente, mandaram me pegar no aeroporto... Aí depois do enterro o Gumercindo pegou meu braço e falou: Joana, eu sei o que seu pai tava fazendo pela Igreja, pela comunidade ali. Você faz uma coisa minha filha, você vai lá na Igreja, vê tudo que ta faltando e me liga. Aí cheguei aqui, faltava telhado, faltava tijolo tarara, aí liguei pro Gumercindo e aí terminou a Igreja. Depois recebi um telefonema de um amigo político dizendo que estavam inaugurando ruas por aí com o nome do teu pai. Aí eu falei, ta bom. Um belo dia o Davi veio conversar comigo e falou você sabia que tem uma lei que altera o nome da rua pro nome do teu pai? Eu disse não. Ele disse que era do Gerson Berger. Eu não conheço Gerson Berger. Passou o tempo, não falei nada. Eu também sou filiada a partido político. Meu pai era presidente nacional do partido político [PTB]. Um belo dia o Cesar Maia lança o livro dele no Copacabana Palace, aí ele me chamou pra falar que ele devia muita coisa a meu pai, e que tinha saído

essa lei, essa lei já existia a quase nove anos, e que ele ia fazer valer a lei. Falei nada, fiquei quieta. Tempos depois ele me liga, o prefeito, e avisa que foi pro diário oficial e é lei. Ele falou, eu devo isso a teu pai, porque foi teu pai que me botou na política. Embora ele não tenha entrado para o PTB, foi meu pai que chamou ele para ir para política. Então ele falou: Joana, eu tenho uma dívida moral com teu pai. Como teu pai fazia coisas pra comunidade, morreu no local, tinha esse amor pelo local, eu me sinto na obrigação de fazer o que o vereador botou. O que acontece, aí algumas pessoas chegavam e diziam: ah, Joana mandou mudar o nome da rua. Eu não mudei nada, eu não tenho poder...

Alice: Mas os moradores chegaram a procurar você?

Joana: Ah, veio uma pessoa, uma agente comunitária da região, uniformizada, em horário de serviço, bate na minha porta com abaixo assinado pra eu ser a primeira a assinar a alteração da rua. Eu fui reclamar da funcionária. Primeiro porque ela não podia fazer isso em horário de expediente, uniformizada, porque o que acontece, essas pessoas abrem a casa, isso é uma coação. E eu falei pra ela, eu já inaugurei o nome do meu pai em tantos lugares, depois isso pra mim não faz diferença alguma. Eu tenho outras ruas com nome da família. Tem escola com nome da família, eu vou a Porto Alegre, a casa de cultura tem o nome da família, tem o nome do meu avô, tem escola com o nome da minha mãe. Eu não tenho esse tipo de vaidade. Agora também não vou dizer ó, não quero homenagem nenhuma não. Também não vou fazer isso, não sou burra! Agora o que restou pra mim? Uma responsabilidade social muito maior, porque esses capial, pergunta pra eles o que significa Estada das Tachas?

(...)

Joana: Um antigo engenho aqui em cima, eles preparavam uns tachos pra isso, porque se fosse tacha com imposto seria com x e não com ch. Isso é primário. Quem te falou de tachas de imposto não conhece português. É só conhecer o português. A Gaspar de Lemos era Caminho do Engenho, porque teve um pessoal que ninguém sabe quem foi Gaspar de Lemos aí.

Alice: Quem foi Gaspar de Lemos?

Joana: Foi um navegador que chegou pela primeira vez aqui.

Alice: Quem fez a alteração e qual foi o motivo?

Joana: Não sei, ninguém sabe. De repente foi que nem aqui, por acaso soube. Um belo dia me ligou um rapaz, que eu conhecia, marido de uma ex-funcionária, e disse: olha, to muito feliz Joana, tua rua ta mudando de nome, to mandando as placas praí.

Alice: Ah, ele é da prefeitura?

Joana: Por acaso, não tenho nada... A mulher dele foi minha funcionária a quase dez anos aí ele me ligou... Eu vou falar não eu não quero? Não sou idiota também. Não vou fazer isso. Agora, me deu uma responsabilidade muito maior encima disso. Então, o que acontece, eu quero preservar a região, eu acho importante a gente preservar. Não só por aqui, mas pra um âmbito maior da cidade. O pessoal se esquece ... O pessoal ali que vive de planta tem muita raiva que o CIEP se chama Roberto Burle Marx. Aí a gente pergunta por quê? Eles respondem: Ah ele não fez nada pela região. Você tem que rir! Você vive de que? Das plantas por quê? Por causa do Burle Marx, cara. Se não fosse o Burle Marx fazer essa grandeza que fez e doar pra uma fundação um terreno daquela extensão, vocês foram aprendizes deles. Em vez de ter raiva, vocês deveriam fazer uma escola com o nome do Burle Marx, de paisagismo, vamos explorar isso...

Rebeca: Não, vamos cuidar do jardim da escola, um jardim horrível, um jardim que não tem planta, tem mato dessa altura, não, é uma vergonha.

Joana: Eles tem raiva. Os sitiantes aqui que explora plantas tem raiva do Burle Marx.

Alice: Será que eles conheceram?

Joana: Ah... A não ser alguns poucos que trabalharam para o Burle Marx, esses não, tem muito orgulho. São pessoas que batalham e tem até uma experiência muito superior da que têm os outros. Agora a maioria que explora a terra com isso não tem consciência nenhuma. Tem raiva de quem foi Burle Marx.

(...)

Rebeca: Ele rouba a água do rio e joga o esgoto dele mais pra baixo. Não quer saber dos outros.

Alice: Mas ele é morador daqui?

Rebeca: Você não sabe o que os moradores daqui fazem com o rio.

Joana: São vários.

Rebeca: Quero ver quando acontecer o que aconteceu em São Paulo, quando a água chegar a casa deles, com água dessa altura, e a televisão boiando, entendeu, aí eles vão ver... Quando a gente fala com o pessoal mais velho, eles falam que a água era transparente...

Joana: Pessoal mais velho tem muito mais consciência. O pessoal mais novo não, acha que recebeu o lote assim e pode fazer quatro quitinetes.

(...)

Joana: O que a Associação tinha que fazer? Lutar pra botar um posto pequeno médico, lutado lá atrás pra colocar um ônibus escolar aí. Crianças andavam cinco, seis quilômetros pra ir à aula. Quando chovia ninguém ia à aula.

Rebeca: Pior, um cara percebeu a dificuldade, dou a casa dele, foi morar nos fundos, pra fazer a escola. Até hoje a escola não leva o nome dele.

Alice: Ele é morto?

Joana: É! Quando ele morreu eu fui na associação de pais da escola, e falei, pô, vamos fazer uma homenagem ao cara, vamos botar uma plaquinha homenageando. Eu pago com o meu dinheiro, vocês não vão pagar nada! Ninguém faz nada!

Alice: E você atribui a que?

Joana: Á ignorância, à ignorância! Com esse negócio de ignorância que eles vão preferir morar em Campo Grande, que tá lotado, eles não vão ter uma casa muito melhor da que tem aqui, e loteia, faz quitinete. Não quer saber. Terreno de cento e quarenta metros quadrados e fazem quatro quitinetes. Vai comprar um carrinho, uma televisão de plasma, porque eu sei que tem. Ou então eles fazem as quitinetes pra desvalorizar o entorno, alugam cada uma por duzentos e cinquenta reais, aí tem mil reais por mês aqui [bateu com a mão no bolso].

(...)

Joana: Então essa garotada que quer ir pra Campo Grande aproveita da estabilidade do salário mínimo que o governo federal dá pra esses que nunca contribuíram, só exploraram a terra, mas não contribuíram. Aí que tá o rombo da previdência. Eu não sou contra divisão social, mas tem que ser honesto. Essa garotada não tem amor a nada, constrói as quitinetes, nunca trabalharam na terra, tem a estabilidade dos pais que recebem a aposentadoria do governo federal, não tem amor ao local.

Alice: E o Cláudio Barata do Sindicato Rural, como ele vem trabalhando?

Joana: Eu acho que ele tem percebido. Eu já liguei, deixei recado várias vezes, ele não me retorna, eu acho que ele não quer falar comigo. Não me atendeu sobre preservação dessa região, quer dizer, pra mim sindicato não funciona. Eles querem dar incentivo pra não sei quantos pés de palmito, de goiaba, mas pra isso não quer me atender. O governo federal quer. Fica chato por sindicato rural. Se eu tenho que pular por cima dele e procurar um órgão que faça, pra mim sindicato rural não existe.

Joana: É o que eu falo, a minha família tem hoje pra deixar pra cidade vinte e dois mil metros quadrados de área preservada, é maior que muito parque dentro da cidade. É isso que eu digo quando você tem que pensar na tua responsabilidade com o outro. Eu posso também desmembrar e vender isso aqui à toa. A Ilha de Guaratiba deveria ter dois portais, um de entrada e um de saída. Tem que preservar... É uma coisa bucólica. (...).

Joana: Tinha que explorar o lado turístico aqui de Guaratiba que não é explorado.

Alice: Turismo ecológico ou turismo histórico?

Joana: Histórico..

Alice: E aí nesse sentido histórico, você acha que esses caminhos deveriam permanecer com esses nomes?

Joana: Ah, são fundamentais... Não pode mudar isso. Teria que manter como nome histórico. Tinha que ser igual Petrópolis, usar charrete pra passeio. Não perder essa coisa bucólica daqui. Esse espírito rural que tem dentro da cidade. Pegar o turismo rural e fazer dentro da cidade. E só aqui nós podemos ter isso. Em lugar nenhum mais nós podemos ter isso. Se você pega essas trilhas, fazer essas trilhas turísticas aqui...

(...)

Joana: Agora eu também acho que esse pessoal que vem passar final de semana aqui não conhece a região.

Rebeca: Não conhecem tanto que brigaram pra não ter asfalto aqui. Tem muita gente aqui dentro que vem andando lá de longe, pessoa na chuva andando, criança que passava um mês sem ir a escola por causa da lama. O povo pode falar de Cesar Maia, mas o povo daqui não pode falar nada. Botou ônibus pras crianças durante manhã e tarde inteira. Aí realmente as pessoas começaram a estudar, as crianças não comem. Aí foram pra escolar também pra poder comer.

(...)

Joana: Eu venho batalhando Alice com todas as autoridades pra melhorar as condições de vida desse pessoal. Lá atrás com Cesar, nós fomos atendidos pelo Cesar. O Eduardo... O choque de ordem vai bater aqui, vão demolir, o povo acha que é brincadeira.

(...)

Joana: Agora aqui tem que ter cuidado pra denunciar porque tá do lado do bandido, né? Eu recebi muito recado pra tomar cuidado. Eu recebo recado quase diariamente pra tomar cuidado eu e minha família por causa da denuncia que eu fiz desse vizinho aí de trás, que desviou o rio e o Caminho da represa, desmata, polui o rio... Ele não pode desviar o rio, ele não pode jogar esgoto pra dentro da minha casa e eu ficar calada.

(...)

Joana: Você sabe porque Caminho do Portinho?

Alice: Era um porto.

Joana: A água vinha até ali, agora não vem mais. Foi tudo aterrado.

Alex: Todo aquele lado de lá, o Caminho do Mangue, é tudo invasão. Tem casa que afundou. Tem a casa de um preto aí que a casa afundou.

(...)

Joana: Rua Graziela é a neta do cara que loteou. Nem é oficial, nem pode botar esse nome de gente viva.

Alice: Mas não é um nome oficial, é um nome praticado.

Joana: É. Depois que botaram o nome do papai, um imbecil aqui da entrada da rua botou Beco de não sei o que Bento de não sei o que. Aí falou, ah, você botou o nome do seu pai, aí eu disse não botei nada, vocês são ignorantes. Beco do Bento não sei o que, isso não existe. Porque acha que eu botei o nome, tá bom.

(...)

Alex: Os caras desmatam pra plantar bananeira, e acham que estão com a razão, e acham que é deles uma coisa que é do governo. Simplesmente porque o governo não fiscaliza nada, botam um fiscalzinho aí...

(...)

Alex: O cara ali foi querer desmanchar o caminho porque passavam pessoas por lá, aí eu falei traz o mapa aí, porque se o caminho tiver no mapa não pode desmanchar o caminho não. O problema é se passar de bicicleta, é que degrada o caminho todo.

(...)

Alex: Isso aqui ficou muito tempo isolado, ninguém passava por aqui. Quando eu era garoto e ia pra Campo Grande eu não passava por aqui. Primeiro porque não tinha Barra da Tijuca. Eu tinha vinte anos de idade, vinte e poucos e não tinha Barra da Tijuca, tinha uma rua que acabava ali. Avenida Sernambetiba tinha, há cinquenta, quarenta anos atrás eu vinha pra prainha, to com sessenta e poucos. Só tinha Sernambetiba, não tinha rua nenhuma.

(...)

Alice: Você nasceu aqui?

Adriano: Não! Eu sou cria da Zona Sul. Esse cara foi meu professor de pintura no Parque Laje. (...) Eu já tinha propriedade aqui, mas eu só vinha pra pagar o funcionário e pegar banana, porque eu sou da aviação (...). Aí quando eu fiquei fixo numa rota internacional, porque aí você tem quatro, cinco dias de folga entre um vôo e outro, aí me possibilitou ficar aqui.

(...)

Alex: Falam mal do Burle Marx, centenário do Burle Marx aqui não aconteceu nada. Vem fazer entrevista vão lá pro sítio do Burle Marx, mas não tratam da região.

Joana: É porque o pessoal tem raiva.

(...)

Adriano: Quando eu botei o pé aqui eu incorporei, até porque eu sou apaixonado pela natureza. Hoje eu me auto-intitulo ambientalista, ecologista, produtor rural.

Alice: Qual é sua profissão agora?

Adriano: Eu, agora, produtor rural.

Alice: Mas o que você está produzindo?

Adriano: Frutíferas e ornamentais. E árvores da Mata Atlântica também, só que eu não tenho viveiro, então eu plantei muitas áreas dentro da minha mata, então hoje devo ter, fiz o reflorestamento, então agora eu tenho a matriz.

Augusto, Niltinho - presidente da associação de moradores da Matriz e Toninho membro da associação da mesma associação (MATRIZ)

Alice: Só tem um condomínio aqui na Matriz?

Augusto: Só, por enquanto só. Só tem o Ilha Green.

Niltinho: Da Matriz só tem um.

Alice: E eles fazem parte da associação da Matriz?

Niltinho: fazem. Fazem parte.

Augusto: Ô Alice, até a Matriz que é menos dividida, a gente pode colocar alguma subdivisão. Como a liderança, assim em termos de associação é uma só, só que até a Matriz tem sua subdivisão. Porque a Matriz tinha a parte de cima, que a gente chamava, e a parte da Fazenda Modelo.

Carlinho: Tanto que para a prefeitura (PSF) é dividido. Até a igreja é um pessoal (equipe), da igreja até a Fazenda Modelo é outro.

Augusto: Mais essa divisão existe anterior a isso, porque o próprio morador tem esse sentimento, porque quem mora da igreja prá cá mora na Matriz, quem mora da igreja pra lá diz assim “ah, moro na fazenda”, porque mora mais pro lado da Fazenda Modelo. Então tem essa subdivisão.

Alice: E esse Caminho do Ferrador? Então faz parte do Retiro?

Niltinho: Do Retiro.

Niltinho: A Associação vai até aqui, na tuppewer aqui [indicando no mapa].

Augusto: O Caminho do Ferrador fica numa Associação que está sendo fundada no Caminho do Poder da Boa Vontade.

Alice: Ah, o Caminho do Poder da Boa Vontade não fica com o Retiro?

Augusto: Não, o que que acontece... A gente chama de Retiro, toda essa área bem grande que é bem subdividida. Dentro do que a gente chama de Retiro a gente tem o Caminho do Manguê, Estrada das Tachas, Estrada do Cachimbáu, Caminho do Poder da Boa Vontade...

Alice: E vai até aonde? Até a entrada do Morgado?

Augusto: É, até a entrada do Morgado.

Alice: Mas não inclui o Morgado?

Augusto: Não inclui o Morgado. Vai até o Ligeirinho, né? [perguntando ao Sr. Carlinho]

Carlinho: Vai até aquele Rio... Como é que é o nome?

Augusto: Lavra.

Niltinho: Rio do Lavra, tem até a divisão ali.

Alice: Caminho das Águas Claras é Morgado?

Niltinho: É Retiro ainda.

Alice: E esse Caminho do Morgado?

Augusto: O Caminho do Morgado se subdivide. Uma parte tá no Retiro, a outra no Morgado.

Alice: É, uma agente me falou, no mapa aparece como interrompido, mas na verdade não é, né?

Augusto: Foi com a Sônia? Quem pode te ajudar ali, com relação ao Retiro... Sônia...

Alice: Ah, conversei muito com a Sônia, esposa do Pedro, né?

Augusto: É.

(...)

Augusto: Aqui dentro da Ilha a gente ainda tem essa sensação (de segurança, tranquilidade, ausência de medo), mas quando sai...

Alice: Eu senti que o Caminho do Poder da Boa Vontade se coloca a parte do Retiro, tanto é que criaram uma Associação própria, né?

Augusto: O CPBV é um Caminho muito novo. O CPBV é subdividido. Eu falo isso com propriedade porque eu trabalhei ali dentro. Eu fui o primeiro agente comunitário ali no CPBV. O que que aconteceu ali: o CPBV era uma rua com no máximo umas trinta famílias, não tinha mais do que isso. Se você for pegar os dados do PSF, que você pode ter acesso tranquilamente, na ficha de cadastro do PSF tem um campo chamado tempo de moradia, e que você vai ver, que os moradores antigos, com mais de quinze anos, vamos dizer assim, são poucos. São aquelas pessoas das mesmas famílias. O que aconteceu com o CPBV, aquele pessoal lá de baixo, do seu Roberto, família pereira de Almeida é antigo. Aquela parte da frente era tudo parreira de maracujá, chuchu e abobrinha, dependendo da época do ano, eles dividiam com a família Pestana. Aquilo ali era tudo da família Pestana. Então, quando o Pestana morreu, os filhos dividiram a terra e a maioria deles venderam a terra. Então o CPBV então é uma extensão do Rio das Pedras. Tem um outro campo na ficha do PSF que se você pegar pra ver vai ter assim: qual a sua origem? Muitos moradores ou é Rocinha ou é Rio das Pedras. Resumindo, pessoas que vieram do nordeste. (...) Não é que as pessoas tenham saído do Rio das Pedras, não houve diminuição de residentes no Rio das Pedras, sendo que houve um êxodo do Nordeste pro Rio, que as pessoas vieram pro Rio de Janeiro, ficaram em casa de parentes no Rio das Pedras ou Rocinha, e eles, por ter se estabilizado, conseguiram comprar o que é deles, vamos dizer assim.

Alice: Mais quem indicou? Isso aqui é muito distante do Rio das Pedras.

Augusto: A gente pensa que é mais não é, porque a Barra acaba sendo o centro de tudo né? A Barra com relação a emprego hoje pra gente acaba sendo centro de tudo. Então as vezes é um amigo que trabalha no mesmo lugar...

Alice: Mais do que Campo Grande?

Augusto: Mais que Campo Grande eu não sei, tanto quanto Campo Grande.

Alice: Mais que o Centro do Rio?

Augusto: Pros moradores aqui da Região, mais que o Centro do Rio. Os moradores saem pra trabalhar ou em Campo Grande ou na Barra. Não tanto no centro do Rio. Porque a gente ainda tem uma mão de obra muito desqualificada, se você for pegar a maioria dos moradores a escolaridade ainda é baixa, e essa mão de obra ainda é desqualificada. As mulheres geralmente trabalham em casa de família ou restaurante como ajudante de cozinha, e os homens, muitos deles, os não técnicos, trabalham na construção civil. Então eles estão nessas áreas de crescimento, que é a Barra. Muitos estão em obras, na construção civil, que é a Barra. Acredito eu, a gente nunca pesquisou isso, mas acredito eu que deve ter sido assim... Alguns moradores aqui da Ilha casaram com moradores do Rio das Pedras, que conheceram no trabalho, a partir do momento que tenha um grupo mesmo que pequeno, começa a vir outros.... E chegou a se o que é hoje. A Ilha cresceu mais de mil por cento, pelo que era antes.

Alice: Mais de moradores de condomínio fechado ou de pessoas como as que moram no CPBV?

Augusto: Eu acho que, bom, a Ilha de Guaratiba era uma área totalmente rural, não tinha essa idéia de condomínio fechado, então os terrenos eram todos terrenos de família, então os pais davam essas terras pros filhos e viviam a família inteira da plantação, vamos dizer assim. Só que chegou um ponto que aqueles pais quando começaram a morrer os filhos já não tiveram mais... quem conseguiu alguma coisa, aquelas famílias que tiveram ascensão financeira, eles começaram a sair, como por exemplo os filhos estudaram e foram viver de outras coisas, que não a terra. E quando esses pais morrem, os filhos já não tinham apego à terra, aquela criação de família que tinha anteriormente, então área muito grande, acaba se subdividindo. Aí vem o investidor, que vê uma área grande, sem documento, se você for pegar boa parte de terras aqui é posse, chamada posse mansa por mais de vinte anos... Então o investidor do ramo imobiliário, essa idéia de condomínio fechado veio da Barra, vem pra Guaratiba, livre de violência, assim como aconteceu com Vargem Grande né, vem aqui pra Guaratiba, compra uma área imensa, por um valor não tão alto, porque o morador mesmo não tinha idéia do valor que a terra tem. Hoje já se tem. Hoje não se consegue comprar áreas pelo preço que se comprava antigamente. E loteia ela, e vende a um preço alto.

Alice: E você acha que esses moradores vem atrás de que aqui?

Augusto: Eu acho que da segurança que a gente ainda tem, né. A gente vem acompanhando alguns casos de violência aqui em Guaratiba, mas são casos isolados. Eu, por exemplo, a gente mora de porta aberta. Eu moro num terreno de família com oito casas, e a gente dorme com porta aberta. Eu saio pra trabalhar, minha mãe sai, e, apesar de ser terreno de família, a porta de casa fica aberta. Não tem aquela

preocupação de trancar a sete chaves. A gente ainda não tem essa necessidade. A gente percebe na zona norte, ao dirigir na zona norte, que o povo te olha diferente, é um olhar diferente. Outro dia eu saí com um amigo, pra ir ao centro do Rio, mas ele tinha que pegar algo no galpão da empresa dele, que fica na zona norte. E você vê que quando para um carro diferente numa região dessas as pessoas já ficam atentas. Aqui a cerca de uns vinte dias atrás teve uma equipe da Telemar aqui. Toda a equipe com fiats unos e andando em grupos, três quatro carros. Aquilo te chama a atenção, aí eu fui e abordei. Eles já estavam aqui a quase uma semana até que eu fui perguntar. Aí eles disseram que eram da segurança da Telemar, e que estavam ali por causa do roubo de cabos. Mas não é morador, porque morador nem sabe o valor de um negócio desse aí, de fibra ótica.

Alice: Mas aí vem de onde pra roubar?

Augusto: Eu não digo de longe, mas eu não sei se o morador daqui... A Ilha ainda tem aquela questão da honestidade aflorada. Em alguns lugares aí o malandro vive muito bem com todo mundo. Aqui na Ilha ainda tem aquela coisa que se você é desonesto, você é colocado a margem da sociedade. A questão da palavra ainda tem grande valor aqui na Ilha. A gente ainda preza muito isso. Usuário de droga então é feita aquela separação mesmo, não consegue se integrar com o morador.

Alice: E o homossexual?

Augusto: O homossexual até que não, porque a imprensa ta fazendo um trabalho muito forte com relação a isso, mas já teve sim.

(...)

Alice: Você acha que a chegada dos condomínios fechados mudou a cabeça das pessoas daqui?

Augusto: Mudou, com certeza.

Alice: Como?

Augusto: Por exemplo, a questão da qualificação, da escolaridade. A gente ganhou uma escola de ensino médio, né, que é o CIEP...

Alice: Quando?

Augusto: Em 1993. Os condomínios ajudaram bastante porque vieram pessoas com outra mentalidade, mais “evoluídos” pra questão do querer crescer. O morador da Ilha, se você conversar com seu Joãozinho lá, ele pensa em ter uma terra pra plantar e pra morrer nela. Esses moradores trouxeram essa idéia de querer crescer, estudar e mudar de vida. Muitos pais não matriculavam seus filhos nas escolas, não faziam o mínimo esforço pra fazer com que seus filhos estudassem. Hoje isso já mudou bastante.

Alice: Mas como é a relação dos antigos moradores com os novos moradores de condomínio pra esses novos moradores colocarem essas idéias na cabeça?

Augusto: Eu acho que, por exemplo, o morador ele não tinha um carro... Eu acho que o morador antigo ele vê que o outro vive melhor que ele, teve essa percepção. Ah, o seu João que vive no condomínio tal chegou com um carro importado, então aquele morador que não tinha essas vontades afloradas, muitos desses moradores até tinham condições pra isso. Acho que a gente pode estar usando com exemplo a família do seu Antônio. Ele é ruralista nato. Não precisa mais viver da terra, financeiramente falando, mais vive da terra até hoje. Mas os filhos dele, nenhum deles vive da terra. Tem uma filha dele que foi estudar, os outros não tem a escolaridade tão alta, mas mudaram o ramo de atividade pro comércio. Querendo ou não isso já é influência de quem vem de fora, porque a gente não tinha o comerciante. A gente tinha o produtor, mas não o comerciante. O comerciante era o feirante, que produzia e levava tudo pras feiras. A própria situação mudou, porque a gente não tem mais feira livre como a gente tinha antigamente. Qualquer um podia chegar com seu produto e expor, agora não se pode mais.

Alice: E você acredita nessa possibilidade que o CEPAG vislumbra de construir uma Ilha rural com mercado rural...

Augusto: O CEPAG tem a idéia de fazer da Ilha um pólo como Campo Grande e Barra é, fazer com que os moradores não precisem ir pra Barra pra trabalhar. Se a gente for pensar, isso vai acontecer. Tá

havendo um imprensamento entre Barra e Campo Grande. Se a gente for pensar, o progresso ta vindo e ta chegando naturalmente. Essas terras que não eram ocupadas antes com moradias estão sendo ocupadas com o intuito de moradia, mas não porque foi planejado, mas porque as pessoas estão procurando lugar pra morar...

Alice: mas você acha possível convencer esses jovens a voltar a trabalhar com agricultura aqui, pra sustentar esse mercado?

Augusto: Eu acredito que não, sinceramente pelo que eu tenho visto. Cada vez menos ..., porque o que acontece, a televisão te vende uma imagem de que viver bem é você ter seu carro a mão, estudar, ter uma casa boa, pavimentada, te vende uma idéia de qualidade de vida que, por exemplo, um condomínio fechado ali na Barra, aquilo é qualidade de vida. E cada vez menos a gente percebe o filho do agricultor da região querendo trabalhar nessa terra. A gente tem o exemplo da geração dos filhos do seu Antônio, os filhos dele trabalharam alguma coisa, e se você for ver os netos do seu Antônio não querem nem saber de enxada. Qual deles pegou numa enxada.

Niltinho: Se o seu Antônio morrer hoje, eu duvido que aquele chuchuzal vai ficar ali muito tempo. Como acabou com o pessoal do Pestana, que virou tudo loteamento, como fizeram ali dentro do Portinho, como aconteceu com a família do Marcha Lenta lá, a família acabou com tudo, vendeu, loteou, pras pessoas fazer mansões, piscina, área de lazer, fazer campo de futebol, como aquele pessoal ali do Moacir também ali, acabou, não tem mais agricultura. Você vai ali dentro agora o que você vê? Você vê horto, agricultura você não vê nenhuma. A partir do momento que o horto começou a dar dinheiro, dez vezes mais que agricultura, o pessoal migrou da agricultura pra...

Alice: Mas e os filhos desses que foram pro horto? Querem continuar com o horto ou olham com olhos de coisa ruim?

Augusto: Mas ninguém produz. O que a gente vai ter aqui na Ilha, acredito eu, com relação aos hortos são os filhos desses donos de terra que queiram investir nessa parte de chácara, de horto, contratando aquela mão-de-obra menos qualificada, pessoas mais carentes que vem pra região, seja pessoal que vem do nordeste pro Rio, contratando mão-de-obra como qualquer outro empresário contrataria. Aquele sonho da agricultura familiar eu acho que, ao meu ver, ta esquecido.

Alice: O medo dos sitiantes antigos, seu Frank, seu Luis, eles tem pavor dos condomínios, eles querem a agricultura como meio de manter a preservação.

Augusto: Mas se você for ver a principal fonte dessas pessoas que você citou aí não é agricultura, eles querem proteger a não violência. A agricultura é um meio de não crescer, mas não é o meio...

Niltinho: O progresso traz tudo junto, traz mais emprego, violência maior...

Augusto: Eles não estão preocupados com a questão alimentar, eles não estão preocupados em ter na nossa região um pólo produtor de alimentos, a preocupação deles é que a região não cresça e junto com isso venha a violência.

Niltinho: E outra coisa. O cara vende um pezinho de planta ganha vinte, trinta reais. O outro fala, pô vou ficar nove meses pra colher aipim pra vender a um e cinquenta o quilo? Ou menos, um real.

Augusto: A Barra absorveu todo... [produção de plantas]

Niltinho: A gente tinha plantação ali, Augusto conheceu, de aipim, batata...

Alice: O senhor trabalhou aqui com agricultura, né?

Niltinho: Trabalhei ali mais de trinta anos, desde dos sete anos. Depois fui pro quartel, depois saí do quartel e continuei mantendo aquilo ali. Na época nós cuidávamos de lá, não era nosso, nós apenas tomávamos conta, era de uma família de Campo Grande, depois que meu pai faleceu, ela também de idade, não queria mais ficar com aquilo ali, vendeu. Quando ele chegou [o comprador] encontrou um mar de rosas, achou que ia botar um cara ali pra manter aquela produção toda, mas não era. Agora ta mata fechada lá. Ele comprou e com um ano não tinha mais nada. O que ele fez? Agora é um horto. Acabou, não tem banana, não tem aipim, não tem laranja, as mangueiras morreram, as batatas não tem nenhuma, não tem nada. Ele botou um horto. Sabe o que ele falou pra mim? Isso aqui não tem custo nenhum, eu

boto um cara pra molhar, eu venho aqui, faço as mudas com ele, faço as sementeiras com ele, ele vem aqui só pra regar, molhar, e meu retorno vai ser maior que se eu botar isso aqui pra cultivar uma plantação de lavoura aqui. Ele veio com uma visão, mas viu que não era assim...

(...)

Niltinho: Hoje se você chegar ali tem Antônio e os empregados, não tem os filhos. E ele banca isso porque ele gosta.

Augusto: Uma área na beira da estrada...

Niltinho: Uma área na beira da estrada, bem visada, você acha que a hora que ele morrer os filhos vão manter aquilo ali?

Augusto: E ele tem uma outra área grande ali na Estrada do Mangue, com chuchu, maracujá e abobrinha.

Niltinho: É uma área grande que ele tem ali. Mas o dia que ele morrer acabou. Vão vender aquilo lá como venderam o outro.

Alice: Agora é interessante esse pessoal que não tem origem na agricultura, o seu Frank por exemplo, ele era uma pessoa de cargo alto no Citibank. Quer dizer, não tem história nenhuma de agricultura, e veio pra cá ta plantando palmito orgânico, tem vaca...

Augusto: É, mas é aquela questão do querer descansar, né? Vamos dizer assim, ele queria sair do barulho, da confusão. O genro dele, o Marcelo, é presidente da AMAMA, que é Associação de Moradores e Amigos do Morgado. Mas a preocupação deles não é com a agricultura em si, não é em produzir alimentos pra fazer com que os moradores vivam da terra. A preocupação deles é não deixar crescer, não deixar vir o progresso. Quer dizer, eles conquistaram o que eles queriam, a gente não sabe, acredito que eles tenham empresas, não sei, porque eles não vivem da terra. Seu Frank nunca pegou numa enxada pra plantar uma rama de aimpim.

Niltinho: Igual seu Cassiano ali, veio de Ipanema e mora ali. Pergunta se ele quer sair dali, ele e os filhos dele? Ninguém quer sair. Agora você pergunta o que ele quer que faça daquele terreno enorme ali, se ele quer que coloque um cemitério ou um condomínio ali? A última coisa que ele quer é um condomínio. É general ele, mas ele não teve a paz que tem aqui em Ipanema. Vem o progresso? Vem! Mas atrás do progresso vem muita desgraça também.

Augusto: E quem ta estabilizado não depende...

Niltinho: Ele ta estabilizado, não precisa ali de nada...

Augusto: Pra ele aquilo lá já basta...

Niltinho: Pra ele, pros filhos dele, pras filhas... São tudo formado, um é capitão também, e moram ali...

Alice: Mas aí fica uma terra imensa parada, seu Frank tem meia dúzia de vacas e produz queijo só pra ele, pelo que eu soube...

Augusto: Só pra ele, aí fica como produtor rural, como se vivesse da terra e trabalhasse na terra, aí fica tudo aquilo ali, aquela área ali, é muito fácil falar que não quer o progresso, que não interessa o progresso...

Niltinho: Aquele Alice, que eu falei pra você, ele morava na Professor Gonçalves, em Campo Grande. O que ele fez? Vendeu a casa dele lá e comprou o sítio aqui. Ele era gerente do Banco do Brasil, lá em Realengo, dentro do quartel. Ele disse que aquilo ali pra ele, na idade que ele chegou, aquilo ali é a paz que ele queria.

Alice: Por que a agricultura ou o verde pra esse pessoal que vem da cidade movimentada mesmo é paz, e os moradores daqui não vêem como paz, vêem como bom que venda tudo...

Augusto: Eu não sei se....

Niltinho: O pensamento é assim: você, aquela pessoa viveu a vida toda na zona sul, sabe o que é isso, aquele barulho todo, agora você viveu preso aqui no deserto o tempo todo...

Augusto: Você quer sair...

Niltinho: Você quer sair, quer conhecer Copacabana, Ipanema... Você quer conhecer as coisas que você não conhece...

Alice: Então vamos lá. São quatro áreas internas à Ilha de Guaratiba: Matriz, Retiro, Morgado e Largo da Ilha (ou Ilha). O Portinho faz parte do Morgado...

Augusto: Não, Portinho já estaria dentro da Ilha, como grande área.

Alice: E esse Professor Castro Rebelo? Fica em qual?

Augusto: Deixa eu ver, da licença [referindo-se ao mapa]. Morgado é isso aqui [passando a mão no mapa]. Isso aqui é o que? Caminho da Toca Pequena, então, tudo isso tá dentro do Morgado.

Augusto: A Fazenda Modelo fica dentro da Matriz.

Alice: A Ilha começa e termina aonde?

Augusto: Vai da Fazenda Modelo até a Avenida das Américas [tocando no mapa na área do trevo localizado na base da Grota Funda.

Alice: O PSF atende até aonde na Avenida das Américas?

Augusto: Até o CETEX. Só que essa área do CETEX a gente não tem muito contato não.

Alice: É só gente de fora que trabalha ali, né?

Augusto: É.

Alice: Aí dentro da Ilha a gente tem o que?

Augusto: Grota Funda, Portinho, Guimarães, Largo, Olaria, Peito Roxo (parte de baixo da Olaria).

Alice: Alzira Nogueira deve fazer parte do Portinho?

Augusto: É, a região da Rua Graziela...

Alice: Agora o Morgado.

Augusto: Morgadinho, Toca Grande, Toca Pequena, acho que basicamente só isso.

Alice: Agora vem Retiro.

Augusto: Retiro tem Gaspar de Lemos, Caminho do Mangue (parte de baixo da Gaspar de Lemos), Estrada das Taxas, Caminho do Caximbáu, Caminho do Poder da Boa Vontade...

Alice: Ou Pestana, que é a mesma coisa?

Augusto e um membro da diretoria da Associação: É.

Augusto: Caminho do Ferrador e a Estrada da Ilha, né.

Alice: Mas aí faz parte do Retiro a Estrada da Ilha?

Augusto: É.

Augusto: O CPBV tem uma subdivisão que é dos moradores antigos e dos novos.

Alice: E a Matriz?

Augusto: Perdro Álvarez, Covanca, Fazenda Modelo, Buraco Quente (atualmente Caminho do Cabral, mas os moradores mais antigos conhecem por Buraco Quente), Caminho da Matriz e Inácio Muniz.

Alice: Esse Caminho da Matriz ta com placa de “Rua Projetada”.

Roberval: É, eu vi isso lá é disse, Ué? Eu mapeei pra UNICEF como Caminho da Matriz. No Google eu fiz do Morro Cavado até a Fazenda Modelo, aí eu marquei os pontos principais.

Alice: Como assim UNICEF?

Augusto: É um projeto que o grupo ta trazendo pra cá. O GAL.

Roberval: Aí eu to fazendo parte do grupo, aí to fazendo o mapeamento.

Alice: Mas qual é a intenção da UNICEF?

Augusto: Trazer educação e participar da construção das políticas públicas pra região.

Alice: E quem ta coordenando isso, gostaria de entrevistar essa pessoa.

Roberval: É a Angela.

Alice: É moradora daqui?

Roberval: É.

Roberval: Eu represento a Associação, aí tem um representante do PSF, e aí vai. A Ângela é do CEPAG.

Alice: Então eles pegam os líderes que já existem... Tem quanto tempo esse programa aqui?

Augusto: Ta começando.

Roberval: Na verdade tem quatro meses. O prazo é pra três anos.

Augusto: O projeto ainda está em implantação, eles ainda estão vendo o que precisa, perguntando pros adolescentes o que querem...

(...)

Augusto: Não parece não, mas essas próprias ruas tinham separação né, agora não, mas antes chegava num bar, um ficava num cantinho, outro no outro, era assim. Tinha rixa, e hoje isso acabou, ficou mais tranqüilo.

Fotografias da Ilha de Guaratiba

Matriz

1. Placa na Estrada da Matriz
2. Estrada da Matriz
3. Sítio da Igreja Universal (Estrada da Matriz)
4. Sítio de românticos criadores (Estrada do Morro Cavado)
5. Comércio na Estrada da Matriz
6. Igreja da Matriz
7. Fundos da Igreja da Matriz (área do CETEX)
8. Área ao lado da Igreja com obra de construção de cemitério suspensa por pedido do CETEX alegando risco de contaminação de lençóis freáticos
9. Clube de engenharia
10. Clube de engenharia
11. Fábrica
12. Placa indicativa da Estrada do Morro Cavado
13. Estrada do Morro Cavado
14. A Estrada do Morro Cavado demarca o fim da Estrada da Matriz e o início da Estrada da Ilha
15. Como surge um caminho
16. Como surge um caminho
17. Placa feita por moradores indicando a Rua Pedro Alves ou “Alvares”

18. Caminho ainda sem nome

19. Caminho do Cabral

1



2



3



4





5



6



7



8



9



10



11



12



13 14



15 16



18



17



19

Retiro

1. Placa de casa de eventos
2. Placa indicativa de direção para casa de eventos
3. Cultivo de chuchu de antigo produtor
4. Pequeno horto
5. Pequeno horto
6. Sítio de românticos criadores
7. Sítio de românticos criadores
8. Sítio de românticos criadores
9. Sítio de românticos criadores
10. Sítio de românticos criadores
11. Sítio de românticos criadores
12. Placas colocadas pela prefeitura. A de baixo indica a Avenida Paiva Muniz.
13. Bar
14. Início da Estrada das Tachas
15. Estrada das Tachas
16. Vista da Estrada das Tachas
17. Vista da Estrada das Tachas
18. O único sítio da rua que colocou a placa indicando o novo nome da rua é o sítio dos próprios descendentes do Paiva Muniz
19. Placa indicativa do Caminho do Boqueirão



1



2



3



4



5



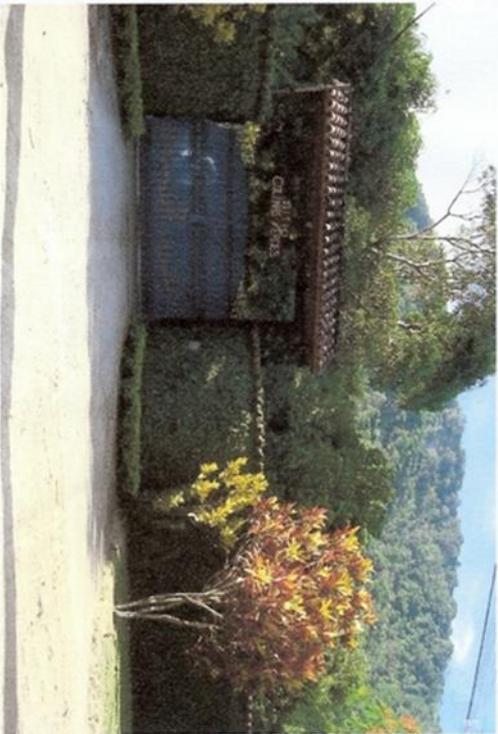
6



7



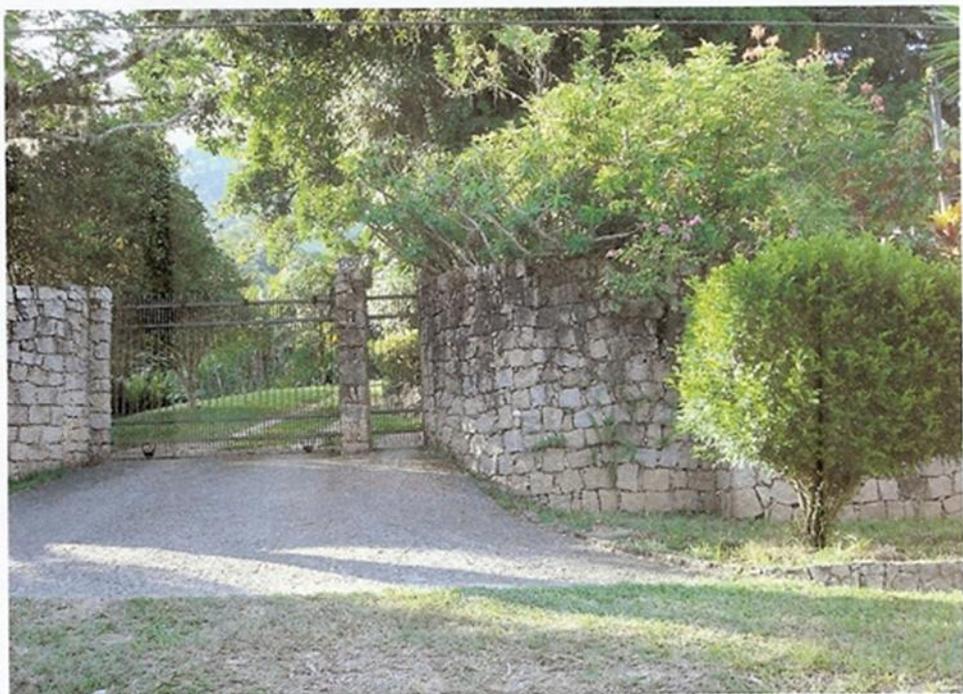
8



9



10



11



12 13



14 15



16 17



18 19



Caminho do Poder da Boa Vontade

1. Placa indicativa do caminho
2. Rua
3. Rua
4. Placa indicativa de uma de suas ruas
5. Rua
6. Rua
7. Rua
8. Rua
9. Casa aproveitando o quintal para produção de plantas. Isso é muito freqüente em toda a Ilha de Guaratiba
10. Rua
11. Entrada de antigo sítio de produção agrícola
12. Construção sobre a laje
13. Construção sobre a laje
14. Construção sobre a laje
15. Placa fazendo propaganda de venda de laje



1



2



3



4



5



6



7



8



9 10



11 12



13

15



14

Morgado

1. Vista da Estrada do Morgado
2. Sítio de românticos criadores
3. Rua
4. Rua
5. Vista da Estrada do Morgado
6. Estrada do Morgado na parte que não passa carro (trilha)



1



2



3



4



5



6

Largo da Ilha

1. Vista a partir da praça
2. Condomínio
3. Vista a partir da praça
4. Vista a partir da praça
5. Sítio de românticos criadores
6. Vista a partir da praça
7. Sítio de românticos criadores
8. Praça
9. Prédio em frente à praça
10. Prédio em frente à praça
11. Prédio em frente à praça
12. Prédio em frente à praça
13. Placa comemorativa que indica a fundação da Ilha de Guaratiba (1579)
14. Rua Estrela da Tarde
15. Rua Estrela da Tarde
16. Rua Prof. Brant Hora
17. Condomínio
18. Condomínio
19. Condomínio
20. Muro em cimento ao lado do condomínio feito pela construtora do mesmo para esconder a vizinhança de baixa renda
21. Placa sinalizando o caminho da Olaria
22. Caminho da Olaria
23. Caminho da Olaria
24. Beco da Olaria
25. Placa sinalizando o Beco da Olaria
26. Beco da Olaria
27. Placa sinalizando o Caminho do Abreu (ou Caminho da Titica)
28. Caminho do Abreu
29. Caminho do Abreu
30. Área de mangue que envolve a Comunidade Peito Roxo
31. Casa de moradores
32. Casa de moradores
33. Casa de moradores
34. Ponte sobre alagados
35. Alagado que acompanha o caminho
36. Casa de moradores
37. Lixo deixado a céu aberto por dificuldade de coleta pública
38. Arredores das moradias
39. Arredores das moradias
40. Arredores das moradias



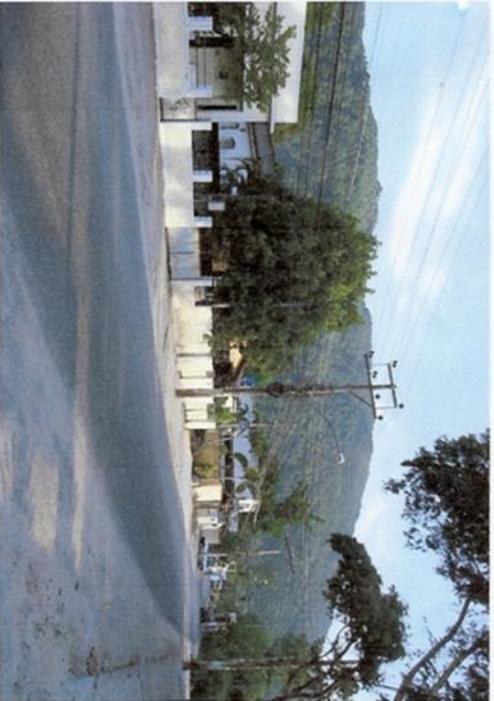
1



2



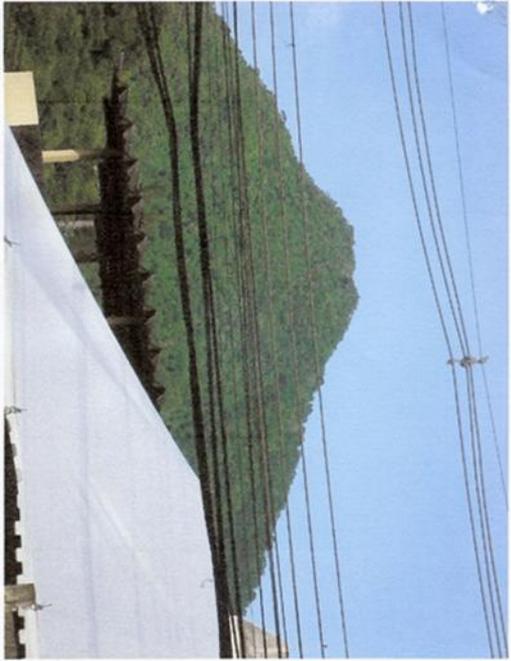
3



4



5



6



7



8



9 10



12



11



14



13 15





16 17



18 19



20



21



22



23



24



25

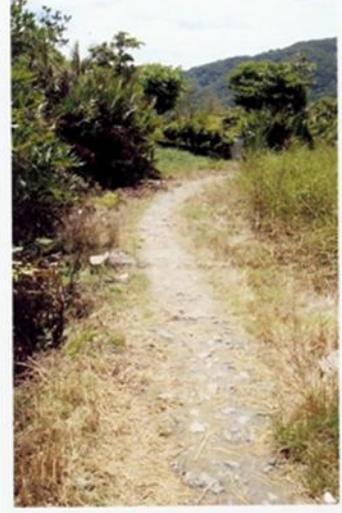


26



27

28



29

30



31



32



33





34



35



36



37



38



39



40